

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - PPA

JOSIANE BARBOSA GOUVÊA

**A CIDADE, SUAS IMAGENS, VOZES E SILÊNCIOS:
ESTUDO DA FORMAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO EM UM
MUNICÍPIO DE TRADIÇÃO GERMÂNICA DO OESTE DO PARANÁ**

Maringá-PR

2019

JOSIANE BARBOSA GOUVÊA

**A CIDADE, SUAS IMAGENS, VOZES E SILÊNCIOS:
ESTUDO DA FORMAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO EM UM
MUNICÍPIO DE TRADIÇÃO GERMÂNICA DO OESTE DO PARANÁ**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Administração, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Adolfo Ramos Mello Neto

Maringá-PR
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

G719c	<p>Gouvêa, Josiane Barbosa</p> <p>A cidade, suas imagens, vozes e <u>silêncios</u> : estudo da formação das relações de trabalho em um município de tradição germânica do oeste do Paraná / Josiane Barbosa Gouvêa. -- Maringá, 2019.</p> <p>290 <u>f.</u> : il. (algumas color.)</p> <p>Orientador (a) : Prof. Dr. Gustavo Adolfo Ramos Mello Neto.</p> <p>Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2019.</p> <p>1. Relações raciais. 2. Diversidade racial. 3. Relações de trabalho - Resistência. 5. Práticas discursivas. I. Mello Neto, Gustavo Adolfo Ramos, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.</p> <p>CDD 21.ed. 305.8</p>
-------	---

MASA - CRB 9/1094

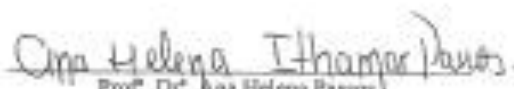
JOSIANE BARBOSA GOUVÊA

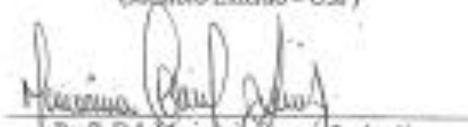
**A CIDADE, SUAS IMAGENS, VOZES E SILÊNCIOS:
estudo da formação das relações de trabalho em um município de tradição
germânica do oeste do Paraná.**


Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Administração da Universidade Estadual de
Maringá, como requisito parcial para obtenção do
título de doutora em Administração, sob
apreciação da seguinte banca examinadora:

Aprovado em 15/04/2019


Prof. Dr. Gustavo Adolfo Ramos Mello Neto
(Presidente)


Prof. Dr. Ana Helena Passos
(Membro Externo - USP)


Prof. Dr. Marivânia Gonçalves Araujo
(Membro Externo - PPS/UEM)


Prof. Dr. Josiane Silva de Oliveira
(Membro - PPA/UEM)


Prof. Dr. Juliana Cristina Teixeira
(Membro - PPA/UEM)

MARINGÁ
2019

À minha mãe eu dedico o resultado deste
e de todos os meus esforços. Te amarei
eternamente!

AGRADECIMENTOS

O fechamento de um ciclo é um sempre momento de reflexão e, a partir dela percebo que é chegada a hora de agradecer! Mais uma etapa se encerra e é necessário reconhecer aqueles que auxiliaram para que tudo fosse possível. É fato que em muitos momentos no decorrer destes quatro anos de doutorado tive que me isolar, ficar sozinha para conseguir cumprir todas as obrigações que estavam sob minha responsabilidade. No entanto, é fato também que nunca estive completamente só, pois estavam comigo todos aqueles que de alguma maneira me apoiaram para que eu conseguisse chegar até aqui. Sei que palavras dificilmente traduzirão tudo o que sinto, mas tentarei fazer com que se aproximem do sentimento.

Minha companhia constante, a partir da minha fé, foi Deus. A Ele agradeço o dom da vida, as oportunidades e a força que me concedeu, especialmente quando estas teimavam em fraquejar.

Dedico um agradecimento especial à minha mãe que, mesmo não estando aqui fisicamente para acompanhar este processo, me deu em vida todos os elementos para que eu pudesse acreditar na possibilidade de chegar a este lugar, que muitas vezes parece tão distante para tantos.

Agradeço imensamente à minha família: meu esposo Celso, muito obrigada pela paciência e o companheirismo. Por compreender as minhas ausências, por me ouvir e por entender, muitas vezes, o meu silêncio. Meus irmãos Cristiane e Eduardo, Vilson meu irmão do coração e meus avós. Foi a eles que recorri tantas vezes e foram eles os alicerces para que pudesse chegar a este momento. Aos demais familiares que, mesmo mais distantes, sei que torceram por mim. À minha grande amiga Mairi, que já é parte da família, sendo presença forte e constante, muito obrigada!

À minha querida amiga Elisângela com quem dividi muitas angústias e também conquistas durante a escrita deste trabalho. São dois anos de uma convivência intensa e parece que já nos conhecemos desde sempre. Obrigada pelo apoio! Ao Maurício, um amigo que a universidade me apresentou e que se tornou muito especial.

Há um agradecimento especial a ser feito também à minha amiga Laurita que tanto me auxiliou para que eu pudesse manter o equilíbrio necessário à vida acadêmica, especialmente quando se unem o trabalho, o doutorado, as viagens semanais. Seu cuidado comigo foi fundamental para que tudo fosse cumprido e para que eu conseguisse dar o meu melhor em cada atividade.

Professor Gustavo, muito obrigada por acreditar nesta proposta de estudo, desde a apresentação do projeto no processo seletivo. Pela orientação, pelo olhar atento e pelas palavras que me faziam avançar na compreensão do tema.

Às professoras Viviana, Lia e Josiane pelas contribuições dadas a este estudo no momento da qualificação. Certamente as suas palavras e apontamentos, bem como suas trajetórias acadêmicas, me fizeram olhar para o meu estudo de outra forma e me possibilitaram chegar até aqui.

À professora Elisa que também contribuiu para a construção deste estudo, por fazer parte da banca de qualificação. No entanto, preciso lembrar aqui dessa pessoa que se tornou tão especial para mim, que me orientou no mestrado e se tornou uma amiga que eu muito admiro. Que os projetos que estamos iniciando possam nos proporcionar ainda muitos momentos de parceria.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Administração-PPA/UEM, sou grata pelos ensinamentos, pelo exemplo.

Aos colegas da turma de 2015, foram muitos os momentos de alegria e companheirismo que vivemos, mas também de insegurança, de cansaço, de dúvidas. Nos fortalecemos e seguimos os nossos caminhos, mas vocês ficarão marcados como aqueles que estiveram comigo durante esta etapa tão especial da minha vida. Quero destacar aqui a minha amiga Rocío, que tanto me auxiliou e me ouviu nesse período. Éramos a dupla dos temas “estranhos”, como diziam, e talvez por isso nos entendemos tão bem! Obrigada por tudo, minha amiga e conte comigo para o que precisar!

Temos também no PPA uma pessoa muito importante, suporte sempre necessário e presente para nos auxiliar em nossas necessidades. Bruhmer, muito obrigada pela solicitude e paciência de sempre!

Um agradecimento especial também aos meus colegas do Instituto Federal do Paraná, profissionais que amam a educação e me inspiram a ser melhor a cada dia. Muito obrigada pelo exemplo de profissionalismo e amor pela profissão que me dão!

Não há como, neste momento, não lembrar das pessoas com quem conversei para a composição desta pesquisa. Algumas bem conhecidas, outras nem tanto, mas todas foram solícitas e contribuíram muito para que este estudo se concretizasse.

Recebam todos o meu mais profundo sentimento de gratidão!

Tinha sete anos apenas, apenas sete anos...
Que sete anos! Não chegava nem a cinco!
De repente umas vozes na rua me gritaram negra!
Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra!
"Por acaso sou negra?" – me perguntei
Sim!
"Que coisa é ser negra?" Negra!
E eu não sabia a triste verdade que aquilo escondia.
E me senti negra, como eles diziam
E retrocedi, como eles queriam
E odiei meus cabelos e meus lábios grossos e mirei apenas minha carne tostada
e retrocedi, e retrocedi . . .
Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra!
E passava o tempo, e sempre amargurada
continuava levando nas minhas costas minha pesada carga,
e como pesava!...
Alisei o cabelo, passei pó na cara,
e entre minhas entranhas sempre ressoava a mesma palavra
Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra!
Até que um dia, que retrocedia, retrocedia e que ia cair...
E daí? e daí?
Negra, sim! Negra sou!
De hoje em diante não quero alisar meu cabelo, não quero!
e vou rir daqueles, que por evitar – segundo eles –
que por evitar-nos algum dissabor, chamam aos negros de gente de cor
e de que cor!
Negra! e como soa lindo!
Negro! e que ritmo tem!
Afinal, afinal compreendi... já não retrocedo
e avanço segura, avanço e espero
e bendigo aos céus porque quis Deus que negro azeviche fosse minha cor
e já compreendi, já tenho a chave!
Negra Sou!"
(Victoria Eugenia Santa Cruz Gamarra)

RESUMO

Falar de relações étnico-raciais é, ainda hoje, um tabu no contexto da Administração e dos Estudos Organizacionais. O estudo que ora proponho, visa quebrar, ainda que parcialmente este evidente silêncio, tendo por objetivo compreender como são estabelecidas as relações de trabalho entre brancos e negros, em um município de tradição germânica, no qual negros são minoria, tanto social – como acontece em nosso país de maneira geral – quanto quantitativa – diferente da realidade do Brasil onde constituem a maioria da população. Tal estudo pautou-se nas construções discursivas disseminadas, mantidas e reproduzidas no município de Quatro Pontes, Paraná. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa com base em entrevistas com negros e germânicos, bem como através da análise de matérias publicadas sobre o município. O corpus levantado foi discutido e interpretado com base na Análise Crítica do Discurso, por meio da qual busquei responder aos seguintes questionamentos: como a lógica escravista de inferioridade racial foi adotada pelos germânicos no Brasil, uma vez que estes não participaram diretamente do regime escravocrata? Teria relação com a ideia de superioridade da raça ariana proposta na Alemanha? *qual o papel ou o poder dos discursos na formação e manutenção de práticas sociais em nossa sociedade? Esses discursos determinam também as práticas sociais no município de Quatro Pontes?* Existe resistência no âmbito das relações de trabalho no *lócus* de pesquisa ao qual este estudo está vinculado? Como ela se manifesta? Os resultados encontrados no campo demonstram que o arranjo físico das cidades reflete as desigualdades sociais nelas existentes, sendo que em comunidades fortemente marcadas etnicamente, como é o caso de Quatro Pontes, as construções práticas e discursivas vinculam-se ao que é estabelecido pelo grupo dominante. Desta maneira, há um evidente silenciamento – entendido também como prática discursiva – que auxilia na manutenção da realidade que segrega um grupo social. É necessário, portanto, que as organizações, espaço em que a diversidade se manifesta, tomem ações efetivas para atenuar o distanciamento, ainda evidente, que existe entre brancos e negros na composição do mercado de trabalho do referido município, através da inclusão dos diferentes grupos, em seus diversos níveis.

Palavras-chave: relações raciais; diversidade; resistência; relações de trabalho; práticas discursivas.

ABSTRACT

To speak of ethnic-racial relations is still a taboo in the context of Administration and Organizational Studies. The purpose of this study is to break even this partial silence, in order to understand how the working relations between whites and blacks are established in a municipality of Germanic tradition, in which blacks are a minority, both social - as is the case in our country in general - as quantitative - different from the reality of Brazil where they constitute the majority of the population. This study was based on the discursive constructions disseminated, maintained and reproduced in the municipality of Quatro Pontes, Paraná. To do so, a qualitative research was conducted based on interviews with blacks and Germans, as well as through the analysis of published material about the municipality. The corpus raised was discussed and interpreted on the basis of the Critical Discourse Analysis, through which I tried to answer the following questions: how was the slave logic of racial inferiority adopted by the Germans in Brazil, since they did not participate directly in the slave rule? Was it related to the idea of superiority of the Aryan race proposed in Germany? What is the role or power of discourses in the formation and maintenance of social practices in our society? Is there resistance in the field of labor relations at the research locus to which this study is linked? How does it manifest itself? The results found in the field show that the physical arrangement of the cities reflects the social inequalities in them, and in communities that are strongly ethnically marked, as in the case of Quatro Pontes city, the practical and discursive constructions are linked to what is established by the dominant group. In this way, there is an evident silencing - understood also as discursive practice - that assists in the maintenance of the reality that segregates a social group. It is necessary, therefore, that organizations, in which diversity manifests itself, take effective actions to mitigate the still evident gap that exists between whites and blacks in the composition of the labor market of the said municipality, through the inclusion of the different groups, at its various levels.

Keywords: race relations; diversity; resistance; work relationships; discursive practices.

PRÓLOGO

O que é ser negro? O que é ser branco? O que representa fazer parte de tais categorias, hoje, no Brasil? E quando se tem as duas descendências, a famosa miscigenação brasileira? Esses foram alguns dos questionamentos que me tomaram durante a vida e que posso, agora, expor e propor uma reflexão. Aos olhos de Freyre (2006) a miscigenação – que pode ser facilmente identificada no Brasil – reduziu a distância entre a casa-grande e a senzala e agiu de forma a estabelecer uma democracia social e racial no país. No entanto, na prática esse colorido da miscigenação não se manifesta desse modo. Assim, o distanciamento entre a casa-grande e a senzala continua a existir, atrelado à ideia de que a ideologia que ignora a cor da pele pode sustentar o racismo que nega (GORDON, 2008).

Este estudo tem a ver com as minhas experiências. Nasci e cresci no município de Quatro Pontes, no estado do Paraná, cidade de maioria branca, de origem germânica, sendo filha de mãe de origem alemã e pai negro. Convivi e, ainda hoje convivo, nos diversos espaços que a cidade me proporciona – social, religioso, político e escolar. Apesar de ser identificada, a partir dos padrões determinados pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – como parda (em virtude do pertencimento a uma família inter-racial), optei, após um longo processo de identificação e construção de uma consciência racial, por me auto identificar como negra. Apesar disto, tenho características físicas que me fizeram, no decorrer de toda a vida ser socialmente classificada como tal, como a cor da pele e os cabelos crespos. Assim, desde cedo pude sentir o que é ter tais características em um local de predominância branca. No entanto, sei que as experiências pelas quais passei, são ínfimas perto do que vi e vejo acontecer com outros negros na cidade. Talvez seja porque também descendo de família germânica, o que me proporciona certos privilégios sociais.

Minhas experiências, neste sentido, começaram muito cedo. Ainda pequena, sentia que havia algo que me diferenciava dos demais e que por vezes até me afastava das outras crianças de minha idade. Aos poucos essa diferença foi ficando mais nítida e eu comecei a tomar consciência dela. Estava no meu cabelo! É, simples assim... Passei por um longo processo de negação da beleza de minhas características fenotípicas. Durante este processo, na infância, colocava toalha de banho na cabeça em minhas brincadeiras, a fim de simular cabelos lisos e longos e assim me sentir bonita. Aos dez

anos de idade, sob o pretexto de facilitar o cuidado, passei a alisar os fios frequentemente, prática esta que mantive até os trinta anos. Hoje, olhando para trás, percebo que na verdade o meu foco não era a facilidade, eu queria ficar um pouco mais parecida com as outras meninas de minha idade. Eu queria me adequar ao estabelecido. Como ter pele clara e olhos azuis não era possível, resolvi – ainda que de maneira inconsciente – que buscaria esta aproximação mexendo em meu cabelo. Engraçado perceber que esta consciência só me toma agora, depois de tantos anos passados.

Não poderia deixar de citar aqui, também, as minhas experiências relacionadas ao trabalho. Comecei a trabalhar aos quinze anos de idade e, apesar de não ter passado por nenhuma manifestação explícita de preconceito neste ambiente, penso que compartilhar algumas situações que vivi poderão contribuir para a compreensão do campo em que este estudo foi realizado.

Como disse anteriormente, entendo que não passei, nas experiências que vivi até hoje, por situações de exclusão e preconceito, na mesma intensidade que colegas negros de pele mais escura e que não tinham a ascendência germânica, que conviviam comigo. Assim, meu primeiro contato com o trabalho foi ocupando o cargo de vendedora em uma loja de confecções e calçados – função esta que habitualmente não é ocupada por não brancos no município em que o estudo foi realizado, Quatro Pontes. Lembro-me bem do primeiro dia de trabalho: a ansiedade, as dúvidas, a insegurança. No entanto, o que mais me marcou naquele momento não aconteceu dentro da loja, mas quando retornei para casa, ao ouvir de meu pai o seguinte questionamento: “não te colocaram para limpar o chão, né?”

Aquela pergunta me soou estranha naquela oportunidade, pois eu não via motivos para aquela preocupação, eu estava muito feliz pelo fato de, a partir daí ter o meu próprio dinheiro, embora soubesse que ele deveria ser utilizado para complementar a nossa renda familiar. Minha experiência como vendedora não durou muito. Na verdade, não me lembro ao certo quanto tempo atuei nesta função. Para a minha demissão a justificativa foi de que eu era muito tímida para trabalhar no comércio. Preciso confessar que realmente as minhas habilidades de comunicação em ambientes informais, principalmente quando cabe a mim direcionar as conversas, não são das melhores. Mas, nunca vinculei este fato a qualquer perspectiva de preconceito racial. Não sei, portanto, se o fato de ser atendida por uma vendedora negra incomodou a alguém naquele momento e gerou o meu desligamento daquela empresa.

Alguns meses depois da minha saída, a dona da loja em que eu havia trabalhado me indicou para atuar como secretária na Associação Comercial do município. Naquele ambiente eu não tinha contato direto com o público, apenas com alguns empresários, ainda assim, esporadicamente. Porém, foi ali que aconteceu um dos fatos que mais me marcaram. Eu era responsável por gerenciar as finanças da Associação e, ao final de cada mês o tesoureiro conferia tudo e aprovava. Ocorreu, no entanto, que em um período os resultados que eu havia enviado não foram aprovados, diziam que estava faltando dinheiro. Imediatamente a suspeita recaiu sobre mim. Sem sequer cogitarem a ideia de um erro na conferência, me chamaram para uma conversa. Eu expliquei que não havia feito nada de errado e que não sabia o motivo daquela discrepância de valores, mas disse que iria conferir tudo novamente.

Em resumo, conferi tudo o que havia feito, entrada e saída de dinheiro e não encontrei qualquer erro. Após demonstrar novamente à diretoria eles foram rever a conferência que haviam feito e identificaram lá o erro. Seria essa desconfiança imediata, sem que se pensasse na possibilidade de falha da diretoria uma manifestação de preconceito? Não poderia afirmar isso, pois nunca foi explicitado... Aliás, esta forma de agir é também muito comum em nosso país, onde o racismo se esconde, muitas vezes, sob discursos velados e práticas sutis.

Os meus primeiros anos de trabalho foram de busca por melhores oportunidades e posições. Após trabalhar na Associação, passei por um escritório de advocacia e resolvi fazer concurso público. Eu já cursava Administração e – assim como muitos estudantes da área – queria “colocar em prática” o que estava aprendendo na universidade. A Prefeitura, então, abriu concurso para a vaga de auxiliar administrativo e eu não tive dúvidas, fiz a prova. Fui aprovada e aguardava a minha convocação para, conforme a descrição do cargo, trabalhar na Prefeitura. Fui convocada, mas qual não foi a minha surpresa quando soube que não iria para a Prefeitura, mas seria alocada na secretaria da escola municipal. Fiquei desapontada, mas tinha a esperança de que a situação seria provisória, aceitei!

Trabalhei nessa função durante um ano e, como percebi que não havia qualquer caráter de provisoriedade naquele posto, pedi exoneração. Passei então a trabalhar em uma indústria na qual permaneci até resolver ingressar na vida acadêmica. Nesta organização eu passei por diversas situações em que percebia que estava sendo testada de alguma maneira. No entanto, cheguei a ocupar posições de gestão, coisa que não vi acontecer com outros funcionários negros daquela empresa, no período em que lá estive.

Muitas das reflexões que aqui apresentarei são frutos destas experiências. Assim, o critério de neutralidade acadêmica poderá ficar comprometido em alguns momentos deste estudo, uma vez que, como afirma Saraiva (2009, p. 19), “o processo de produção de conhecimento é indissociável do que é humano no pesquisador”. O fato de estar tão fortemente inserida no contexto-objeto desta pesquisa também justifica a minha escolha pelo uso da primeira pessoa para a escrita deste trabalho acadêmico. Longe de ser falta de comprometimento com a pesquisa ou com a escrita científica, trata-se de uma forma de posicionamento. Entendo que este tipo de escrita garante um grau maior de humanidade à pesquisa e possibilita apresentar ao leitor as minhas inquietações e constatações sem que para isso tenha que me esconder atrás de um modelo de escrita que em minha concepção descaracteriza quem é o pesquisador. A partir destes posicionamentos e experiências é que eu desenvolvi este estudo. Apresento agora, então, os caminhos acadêmicos que percorri para chegar até aqui.

Andar pelas ruas da cidade, ouvir as pessoas conversando, identificar aspectos de sua cultura, são ações corriqueiras que desempenhamos em nosso dia a dia sem qualquer atenção. Este caminhar pela cidade era, também para mim, algo trivial, jamais visto a partir da perspectiva acadêmica. Ao ingressar no programa de mestrado – especialmente após iniciar a concepção de meu projeto de pesquisa – no entanto, esta percepção mudou.

A imersão no espaço acadêmico me possibilitou o primeiro contato com o conceito de cotidiano, no início, algo completamente desconhecido para mim. As práticas que tecem e compõem o cotidiano, as artes de fazer (CERTEAU, 2000), são realizadas silenciosamente, apresentando-se apenas a quem estiver disposto a vê-las. Compreendi, diante de tal reflexão, que estar disposto a ver tais práticas é estar disponível para um mergulho na realidade de seus “fazedores”, que muitas vezes passa despercebida aos nossos olhos.

Foi a partir do estudo do cotidiano, das ações do homem ordinário (CERTEAU, 2000), que passei a olhar para as cidades também com um olhar diferenciado. Compreendi que conhecer a cidade superficialmente, não significa apreender as especificidades escondidas nas práticas cotidianas. Tampouco penso que conhecer as suas especificidades esteja relacionado à análise da estrutura urbana através de seus modelos de gestão e planejamento como, via de regra, se dá ocorre na Administração. Parto do pressuposto apresentado por Lefebvre (2008), de que o interesse de estudo não está nas coisas que compõem o espaço, mas no processo de produção deste. Esse

processo de produção acontece silenciosamente, nele, conforme afirma Certeau (2000, p. 171), “[...] esses praticantes jogam com espaços que não se veem”, ou seja, são as ações – silenciosas – desenvolvidas no dia a dia, as micropráticas cotidianas.

Estou falando aqui daquele sujeito que não é lembrado quando da elaboração de materiais oficiais sobre as cidades. Aquele que, por sua condição social, política ou étnico-racial é relegado a segundo plano a fim de que a história contada pelos detentores do poder não seja “deturpada”. Diante disto, alguns questionamentos me vieram à mente: O que escondem as nossas cidades? O que há por detrás do discurso hegemônico, a partir do qual, via de regra, sua história é contada? Seria a história contada nos livros a única a ser levada em consideração para a análise de sua constituição?

Diante de tais questionamentos, que me inquietavam, passei a buscar respostas. Iniciei com a proposição do estudo de cidades e cotidiano, mas sentia que isso não poderia responder àquilo que eu havia me perguntado. Mergulhei então em leituras, muitas delas propostas por meu orientador, outras advindas das disciplinas cursadas, a fim de conseguir chegar a uma base teórica que me permitisse responder aos meus questionamentos. Identifiquei as temáticas das relações raciais e discurso que considerei que poderiam ser relevantes para a minha pesquisa. Eu possuía, então, um ponto de apoio para iniciar.

Ainda assim, considerava que existiam lacunas a serem preenchidas. Até então o que eu tinha era uma perspectiva sociológica e psicossocial de estudos, faltava ainda algo para que a pesquisa pudesse se voltar à proposta dos estudos organizacionais, minha área de interesse no campo da Administração. Diante disso, passei a analisar outras possibilidades para compor o meu trabalho. Percebi que, assim como ocorre em grande parte do nosso país, a formação do mercado de trabalho no município objeto deste estudo também privilegia os pertencentes à cultura hegemônica. Notei isto ao observar como os espaços são ocupados neste campo e verifiquei que eles têm as mesmas configurações do que podemos observar em outras partes do Brasil. Não vejo na minha cidade pessoas negras ocuparem cargos de gestão, tampouco os vejo atuar em locais em que haja contato direto com o público. Eu os vejo, sim, trabalhando em funções que são construídas socialmente como inferiores ou menos valorizadas.

Inicialmente pensei que estes espaços eram construídos apenas a partir de questões raciais, da dicotomia brancos e negros. Porém, ao olhar mais detidamente para a cidade, percebi que a construção de tais relações ultrapassa esta questão, sendo,

porém, ainda vinculada à questão étnica. Isto porque os descendentes de germânicos têm uma identificação muito forte com as suas origens, no que diz respeito à manutenção de sua cultura de maneira que, de certa forma, os fechem para a aceitação do outro, ainda que este seja branco. Portanto, não basta ser branco, é preciso também ter a origem germânica, falar a língua alemã. Devo destacar, porém, que o não alemão, porém branco, possui o privilégio da brancura (BENTO, 2002). Assim, é possível encontrar descendentes de italianos, por exemplo, ocupando os espaços que citei, nos quais os negros não são vistos. Diante disso, entendo que abordar a perspectiva étnica torna-se fundamental. Considerarei, portanto, ser importante identificar como as formações discursivas construídas, a respeito das relações étnico-raciais, auxiliam para que esta realidade seja perpetuada.

Esta relação entre discurso e relações étnico-raciais é relevante, tendo em vista que como salientam Carrieri, Silva e Junquillo (2008, p. 01), “não existe no fazer organizacional sujeitos agindo descolados do seu cotidiano e das estruturas sociais e de suas determinações”. Assim, tudo o que é manifestado pelos indivíduos é determinado por práticas sociais e ideologias, além de representações inconscientes que mantêm relação com a vida social, ainda que indiretamente. Estes fatores definem as representações que os sujeitos manifestam a respeito do que entendem ser a realidade.

No entanto, nos estudos organizacionais há um “silêncio ensurdecedor” acerca deste tema. Utilizo a expressão destacada, pois, para mim, é justamente este silêncio, que ainda impera nos estudos organizacionais, que grita quando o tema perpassa questões vinculadas às relações étnico-raciais e suas implicações.

Proponho, portanto, este estudo por considerar ser fundamental que tais questões sejam discutidas em todos os segmentos da sociedade, inclusive na academia e especialmente no campo da Administração. Entendo que o silêncio, triste, perdurou por muito tempo em nosso país, envolto no discurso da harmonia e da democracia racial. É preciso agora que se abram novos horizontes de análise, a fim de que se possa, se não excluir, pelo menos minimizar a distância estabelecida em diversos segmentos sociais, apenas baseada na cor da pele dos sujeitos. Pretendo assim, que este estudo que aqui começo a construir seja um tijolo para a edificação da busca por igualdade.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: A presença da Igreja Católica desde a constituição da comunidade	95
Figura 02: Imagem da praça Cristo Rei em meados da década de 1950	96
Figura 03: Diversas serrarias localizadas no município de Quatro Pontes na década de 1950	98
Figura 04: Principais prédios públicos do município	102
Figura 05: Grupo infantil de dança alemã	103

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Perfil dos entrevistados – Por ordem alfabética	39
Quadro 02: Dimensões da Análise do Discurso	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACD	Análise Crítica do Discurso
FNB	Frente Negra Brasileira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MNU	Movimento Negro Unificado
NSDAP	Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
TEM	Teatro Experimental do Negro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
1.1 Estratégias de Pesquisa: Os caminhos que me conduziram ao objetivo almejado	34
2 ENTRE DISCURSOS E PRÁTICAS SOCIAIS, A CIDADE E AS ORGANIZAÇÕES ESTABELECEM A SUA ARQUITETURA SOCIAL.....	48
2.1 Discursos como propulsores de práticas sociais e representações.....	58
3 O MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES E A CONSTRUÇÃO DA GERMANIDADE	73
3.1 A imigração alemã no Brasil: De um lado a pretensão de melhores condições de vida, de outro, a ideia de que o desenvolvimento brasileiro viria através dos Europeus	104
4 BRASIL, O PAÍS DA DIVERSIDADE? A FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO COMO BASE DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO OESTE DO PARANÁ	124
4.1 A construção social do ser negro no Brasil.....	138
4.2 No país da miscigenação quanto mais distante de traços negros, melhor	162
4.3 A Construção do Pensamento étnico-racial no Sul do Brasil	177
4.4 Faz diferença ser branco no Brasil?	183
4.5 Os movimentos de resistência negra no decorrer da história.....	193
4.6 Os discursos e a formação das identidades individuais e coletivas dos sujeitos	205
5 A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO RACIAL NA FORMAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL.....	218
5.1 O Mercado de Trabalho Brasileiro: Desigualdades persistentes no contexto das relações raciais	235
5.2 A composição do mercado de trabalho no município de Quatro Pontes	246
5.3 Qualificação profissional: porta de entrada para novos posicionamentos?	256
5.4 Existem possibilidades para inserção igualitária de negros e brancos no mercado de trabalho?	259
6 É POSSÍVEL A DESCONSTRUÇÃO DISCURSIVA VISLUMBRANDO UMA SOCIEDADE IGUALITÁRIA?	263
7 TRAÇANDO AS CONSIDERAÇÕES FINAIS DESTE ESTUDO, SIGO EM BUSCA DE NOVOS RECOMEÇOS.....	270
REFERÊNCIAS	278

1 INTRODUÇÃO

Estranhar o seu próprio mundo e passar a procurar respostas para as questões que começam a surgir. Foi assim que nasceu este estudo, que tem por objetivo compreender como são estabelecidas as relações de trabalho entre brancos e negros, em um município de tradição germânica, no qual negros são minoria, tanto social – como acontece em nosso país de maneira geral – quanto quantitativa – diferente da realidade do Brasil onde constituem a maioria da população – a partir das construções discursivas nele disseminadas, mantidas e reproduzidas. A análise foi realizada a partir de um olhar para os discursos, relações de poder e possibilidades de resistência estabelecidas no referido município.

Esta pesquisa surgiu, portanto, de um incômodo particular, que chamarei de incômodo da invisibilidade, tendo em vista a ausência de diversidade que percebo no ambiente das organizações, nas quais os ditos padrões normativos sociais podem ser facilmente identificados. O contexto da diversidade visa, conforme afirmam Nkomo e Cox Jr. (1998), compreender a estrutura multidimensional e o efeito das diferenças nas organizações.

No entanto, considero importante salientar que os estudos organizacionais – área da Administração na qual esta pesquisa está inserida – são tidos como um campo ainda em construção e, portanto, existem também divergências acerca do que seja a gestão da diversidade. Em um primeiro momento ao se pensar em diversidade nos vem à mente questões de gênero e raça. No entanto, conforme afirmam Nkomo e Cox Jr. (1998) a ideia de diversidade dentro das organizações deve transcender a apenas estas duas questões. Para os autores “as definições mais amplas indicam que o termo diversidade refere-se a todas as diferenças individuais entre as pessoas” (NKOMO e COX JR., 1998, p. 335). Desta maneira, não pretendo aqui restringir a gestão da diversidade nas organizações a estudos que remetem a questões de gênero e raça, mas explicitar que, diante das muitas possibilidades que marcam diferenças – individuais ou coletivas –, optei por falar das relações étnico-raciais.

Neste estudo, porém, de alguma forma, a ideia de que a gestão da diversidade visa compreender o efeito das diferenças nas organizações se inverte. Isto porque o que

busco compreender é como a ausência ou a minimização da presença dos ditos diferentes e das diferenças operam no contexto das relações de trabalho.

Para tanto, voltei o meu olhar nesta pesquisa para uma cidade de aproximadamente quatro mil habitantes (IBGE, 2018) na qual, de acordo com dados da página oficial do município, noventa por cento da população é de origem germânica. Este município, no qual eu cresci, caracteriza-se por manter aspectos da cultura teutônica, tanto nas construções públicas, quanto no estilo de vida das pessoas.

Escolhi este *locus* de pesquisa, uma vez que, por ter nascido e vivido neste município, sempre me chamou a atenção a maneira como se buscava atrelar as atividades desenvolvidas nele à cultura germânica. Inicialmente isso não me causava incômodo, no entanto, com o passar dos anos, passei a questionar tal condição. A referida cultura pautou as ações dos moradores da localidade desde o processo de (re)ocupação do território, no entanto, se intensificou após a sua emancipação, no ano de 1993. A partir daí o município passou a, mais efetivamente, tomar esta cultura como aquela que representava a sua população, dando continuidade à prática já desenvolvida pelo município ao qual pertencia – como distrito – até então. Andar pela cidade e conversar com seus moradores, em geral, faz confirmar este fato.

Para compreender o porquê do questionamento desta realidade, é preciso retomar o contexto das relações raciais no Brasil, que exerce influência direta na realidade de muitas cidades da região sul do país, que se propõem a ser pequenos pedaços da Europa em solo brasileiro. De acordo com Leite (1996), os negros foram historicamente invisibilizados nesta região, inclusive no que diz respeito às pesquisas acadêmicas. Por vezes, são inexistentes até mesmo nos discursos. Há, portanto, uma evidente lacuna a ser preenchida em relação à produção acadêmica, no que diz respeito à contribuição e posicionamento dos negros nos processos de ocupação e desenvolvimento desta região.

No entanto, conforme afirma Schucman (2012), falar de raça¹ no Brasil, é como entrar em um terreno movediço, uma vez que grande parte de nossa população ainda vive a ilusão de harmonia racial e miscigenação. As desigualdades raciais com as quais nos deparamos não são vistas como privilégio de raça, salienta Schucman (2012), afinal a crença na democracia racial nos faz acreditar que vivemos em uma sociedade

¹ Utilizo o termo raça tendo em vista que, apesar de ser questionado a partir da sua validade científica, subsiste em função de sua poderosa força sociológica (BARROS, 2014). Ainda, conforme salienta Souza (1983) o termo raça, no Brasil, supera a perspectiva biológica, uma vez que tem sido tratado como atributo compartilhado por grupos sociais que têm em comum a graduação social, o prestígio e a bagagem de valores culturais.

igualitária, na qual brancos e negros têm as mesmas oportunidades e possibilidades. Através deste discurso, justifica-se a desigualdade, uma vez que é possível afirmar que se o negro não consegue galgar os melhores espaços, é porque não teve o mesmo interesse dos demais. Ou seja, a ideia de meritocracia passa a compor os discursos.

Porém é preciso salientar que o mecanismo de composição das relações sociais no Brasil foi pautado na construção discursiva do conceito de raça, o qual foi estabelecido a partir da ideia de hierarquização racial, na qual os brancos se posicionaram como superiores aos demais e, desta forma, como sinônimo de normalidade. A partir de tal construção, o branco, via de regra, não se vê como racializado, uma vez que se enxerga como “normal”. Schucman (2014, p. 84) corrobora com esta ideia ao dizer que “poucos trabalhos foram feitos com o intuito de descrever e compreender a experiência e construção cotidianas do próprio sujeito branco como pessoa racializada”. Ao contrário, os trabalhos desenvolvidos nas mais diversas áreas do conhecimento, que tinham como cerne a questão racial, a analisaram a partir da posição dos negros – tidos como inferiores – mantendo assim a ideia de normalidade da população branca.

Este grupo social, por sua vez, quando tomado como objeto de estudo, via valorizadas as suas diferenças. Esta ideia é confirmada por Munanga (2013, p. 26), quando o autor salienta que “se fala de identidade italiana, gaúcha, espanhola, lusófona, judia, árabe, etc. e não de identidade branca”. Por outro lado, o negro – este sim racializado – é apresentado como uma “massa” homogênea. Neste sentido Guimarães (2003, p. 99) afirma

Somos uma nação que se formou com a escravidão, e essa escravidão não era uma escravidão generalizada de todos os povos, mas somente daqueles localizados numa determinada parte do continente africano. [...] Essas pessoas escravizadas foram chamadas de “africanas” e “negros”; essas foram, digamos, as duas identidades criadas originalmente na sociedade escravocrata brasileira, em que o negro tinha um lugar e esse lugar era a escravidão.

Fala-se, portanto, da identidade negra, como se não houvesse também diferenças entre os negros, assim como existe entre os brancos. Apesar de este aspecto não estar ligado diretamente à formação da negritude, entendemos ser essencial leva-lo em consideração, pois está aí, do meu ponto de vista, um dos pilares – o branco que é visto como racialmente superior – para a construção do pensamento racial e do que significa ser negro e ser branco no Brasil.

É importante salientar, no entanto, que essa construção da identidade que tem como ponto fundamental a cor, se dá a partir do colonialismo. Na África, no período

anterior ao tráfico negreiro para o trabalho escravo, a cor não era fator de diferenciação – os indivíduos não se viam como negros – embora houvesse diferenças estabelecidas a partir de relações étnicas próprias daquele povo. No entanto, a empresa do tráfico negreiro embaralhou estas percepções e colocou no centro a dicotomia estabelecida a partir da maior ou menor pigmentação da pele (BARROS, 2014), ou seja, a diferença passa a ser a partir da comparação ao padrão europeu, entre brancos e não brancos.

Há, portanto, no Brasil uma evidente dicotomia entre negros e brancos, atribuída em um primeiro momento ao passado escravocrata do país. No entanto, entendo que essa justificativa inicial não esgota as possibilidades quando falamos de relações étnico-raciais. Isto porque as diferenças entre brancos e negros continuam existindo e, porque não dizer, fortalecidas, ainda em nossos dias. Ao falar das relações entre negros e germânicos², tampouco tal justificativa se sustenta, tendo em vista que estes não participaram diretamente do processo de escravização dos negros.

Proponho neste estudo, portanto, falar dos brancos a partir de um olhar também étnico, abordando a questão da germanidade em relação à negritude. Entendo ser este um contexto no qual é possível perceber as particularidades das relações raciais de maneira extrema. Isto porque temos o alemão entendido desde o século XIX como um branco para o qual o conceito de raça é considerado fundamental (mas que não participou diretamente dos processos do regime escravocrata). Esta imagem se fortaleceu e teve no movimento dito nazista a sua principal manifestação. Szklarz (2014) afirma que para o nazismo, o mundo estava dividido em raças, para as quais havia uma hierarquização. No topo de tal hierarquia estava situada a chamada raça ariana. Por outro lado, na base da pirâmide os nazistas situavam os chamados povos inferiores (SZKLARZ, 2014). Existe, portanto uma trajetória de pensamento étnico-racial que acompanha os alemães desde então. O questionamento que surge a partir disso, e que será um dos norteadores deste estudo é: *como a lógica escravista de inferioridade racial foi adotada pelos germânicos no Brasil? Teria relação com a ideia de superioridade da raça ariana proposta na Alemanha?*

A partir disto, considero importante compreender como esta imagem do germânico enquanto superior é percebida em nossos dias, bem como, de que maneira se

² Neste estudo, ainda que aborde a construção social da branquitude e da negritude, ao falar dos brancos vou me deter aos de origem germânica, a fim de delimitar o meu campo. Isto porque foram os descendentes de imigrantes germânicos – que se estabeleceram inicialmente nos estados brasileiros do Rio Grande do Sul e Santa Catarina – que (re)ocuparam posteriormente os municípios da região Oeste do Paraná, entre os quais o município que é o *locus* desta pesquisa.

dá a relação destes com os considerados inferiores. Assim, pretendo trazer para o debate, neste trabalho, a perspectiva histórica que envolve e determina, ainda hoje, o posicionamento social e as possibilidades à disposição de negros e brancos em nossa sociedade, tendo como foco específico o município supramencionado. Utilizo as denominações “brancos e negros” – ainda que esteja falando especificamente dos brancos de origem germânica – tendo em vista que, conforme afirma Schucman (2010), mesmo com a diversidade de classificação racial brasileira (pretos, brancos, pardos, amarelos e indígenas) - definição utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em termos de desigualdade social é possível estabelecer a classificação brancos e “não brancos”.

A dicotomia da qual falo aqui é perceptível em todos os nossos ambientes, desde as metrópoles até as pequenas cidades de interior. No entanto há um evidente silenciamento acerca do assunto. Na área da Administração, em que pese que grande parte dos estudos levam em conta apenas a visão dos grupos majoritários, ou seja, uma voz uniforme e hegemônica – conforme afirma Rosa (2014) existem importantes lacunas nos estudos sobre organizações no Brasil, entre as quais os estudos relativos às questões raciais – busco aqui transcender esta voz única que domina o discurso no contexto das organizações.

O que pretendo, contudo, é lançar um olhar não apenas para o grupo tido como o ente “frágil” nestas relações, mas também para aquele construído como “superior”, a fim de compreender o posicionamento de brancos e negros no ambiente organizacional. Entendo que esta realidade dicotômica foi estabelecida discursivamente no decorrer do tempo, até chegarmos ao que temos hoje em nossa sociedade: uma hegemonia branca no contexto do trabalho e das organizações, quando se trata das ocupações socialmente vistas como superiores. A invisibilidade a que me refiro é, portanto, advinda das relações raciais entre brancos e negros construída em nosso país. Falo, desta forma, de dois grupos de sujeitos trabalhadores, das posições que cada um deles ocupa no contexto do trabalho e como tais posições foram constituídas.

Neste sentido, entendo ser imprescindível o rompimento do silêncio que ainda impera, bem como, o questionamento acerca da naturalização da inferioridade de determinados grupos sociais. Como salienta Gordon (2008, p. 16), “nós devemos nos livrar de nossas barreiras, rumo a um corajoso engajamento com a realidade”. Diante disso, julgo ser fundamental dar voz àqueles que são os protagonistas dessas histórias, a fim de conta-la a partir de seus olhares.

Destarte, considero ser fundamental pensar tais questões no âmbito da diferença que, conforme salienta Barros (2014), é socialmente construída e gera implicações específicas em relação a diferentes grupos humanos. Neste sentido, Lévi-Strauss (1976) sustenta que a humanidade não se desenvolve sob o regime de uma uniforme monotonia, mas através de diversificados modos de sociedade e de civilizações. Desta forma, a diversidade não está relacionada ao plano biológico, mas cultural.

Diante disso, se questionarmos em que consiste esta diversidade, poderemos perceber, de acordo com Lévi-Strauss (1976), que o racismo se desloca, também, de uma base biológica já constituída – através dos estudos que deram origem e sustentação ao hoje chamado racismo científico – para outros campos, como o cultural e social, por exemplo. Apesar de já ter sido desmentida pela Biologia, a hierarquia racial se mantém ainda hoje, socialmente construída e reproduzida. Assim é possível afirmar que não vemos um sujeito como negro ou branco por ele ser negro ou branco. Enxergamos desta maneira porque aprendemos a classificar os sujeitos como negros ou brancos. Utilizando as palavras de Bento (2006, p. 20) “[...] quem define o significado de ser negro, branco ou amarelo é a sociedade.”

A partir disso, considero importante falar aqui não apenas da construção social do negro, mas também da formação do pensamento relacionado ao branco e à germanidade. Entendo que, desta maneira, terei maiores condições de compreender como ambos contribuíram, a partir de inter-relações ou distanciamentos, para a constituição do pensamento racial presente em nossos dias. Conforme salienta Steyn (2004), é esta uma maneira de transferir o olhar das margens para o centro, tendo em vista que grande parte dos estudos relacionados a questões étnico-raciais as abordam apenas a partir da perspectiva das chamadas minorias. Para além deste deslocamento, este estudo aborda as relações entre os grupos em seu cotidiano, o que o difere de outras propostas que, via de regra, lançam olhares para um ou outro grupo.

Para Schucman (2012), falar sobre branquitude apresenta-nos a possibilidade de preencher uma lacuna existente nos estudos sobre relações raciais que por muito tempo ajudou a naturalizar a ideia de que quem tem raça é apenas o negro. Ainda que o branco se entenda superior, ele não se percebe como racializado. Neste contexto, como proposto por Hofbauer (2006), entendo que conceitos de cor, raça e cultura não são neutros, estão vinculados a uma intencionalidade que pode ser apreendida através de práticas sociais e/ou discursivas. Estas, por vezes, através de discursos, palavras – ditas ou silenciadas – de ações ou de gestos, podem mostrar a forma como tais conceitos são

tecidos. É importante mencionar que práticas sociais são atravessadas também por ideologias que determinam as ações dos sujeitos. Este entendimento apresenta outra questão norteadora para esta tese: *qual o papel ou o poder dos discursos na formação e manutenção de práticas sociais em nossa sociedade? Esses discursos determinam também as práticas sociais no município de Quatro Pontes?*

Como salienta Hofbauer (2006), palavras e conceitos se articulam enquanto produtos histórico-culturais que, por sua vez, expressam intencionalidades individuais ou coletivas e podem ser vistos como diretamente ligados à construção da realidade social. Várias são as formas de manifestação das práticas sociais que determinam comportamentos. Estas podem ser expressas pela linguagem verbalizada, silenciamento ou expressões culturais mantidas como forma de sustentar a hegemonia de determinado grupo social. Isto porque os sujeitos, imersos em seu cotidiano, invariavelmente reproduzem – consciente ou inconscientemente – práticas sociais previamente estabelecidas.

As manifestações discursivas que determinam – como disse – práticas sociais e representações, por vezes não são manifestadas a partir da verbalização. O silêncio, em muitos momentos, é mais poderoso do que as palavras. A partir disso concordo com Bento (2006, p. 48), quando afirma que “a linguagem que marca as relações raciais é a das palavras, mas também a do silêncio”. Assim, quando se trata de relações étnico-raciais o que se tem é um ambiente ocupado por silêncios, entre os quais o silêncio institucional, que historicamente pouco questionou a realidade que estava sendo construída em torno da questão racial no Brasil e que ainda hoje nos é infligida. Temos, portanto, o silêncio como estratégia ideológica que age tanto para a invisibilização quanto para a hierarquização racial em nosso país (OLIVEIRA, 2018). O que proponho neste estudo, portanto, é a quebra – ainda que parcial – deste silêncio. Proponho que seja possível discutir o tema através de uma abordagem polifônica, na qual múltiplas vozes poderão ser ouvidas.

Em localidades que buscam manter tradições étnicas construídas como hegemônicas – como ocorre no município em que o estudo foi realizado – estes mecanismos discursivos de dominação contribuem para a reprodução e garantia de sua continuidade. É perceptível a existência de um discurso fundador (ORLANDI, 2001), através do qual são determinados lugares a serem ocupados pelos diferentes grupos que compõem o município. Tais discursos, conforme afirma Freitag (2007, p. 19) “[...] detêm e afirmam um ponto de origem. Uma ascendência que cria tradição,

pertencimento e por fim, sentidos”. Assim, ainda que outras “raças” coexistam no mesmo espaço, continua predominando nele a cultura hegemônica, neste estudo representada pela cultura germânica.

É preciso salientar que diante da proporção (cerca de noventa por cento da população do município é de origem germânica) é natural que esta cultura prevaleça. No entanto, o que proponho analisar é: como as demais possibilidades passam a ser vistas como inferiores e, a cultura hegemônica entendida como a única possível? Ou seja, quais os mecanismos que fazem com que as naturais diferenças se transformem em desigualdade, através de construções práticas e discursivas? Portanto, considero importante analisar como foi possível demarcar simbolicamente os lugares a serem ocupados e os limites das ações dos sujeitos. Carrieri, Silva e Junquillo (2008, p. 06) afirmam, neste sentido, que “as práticas sociais dos sujeitos envolvidos ou não na deliberação refletem uma construção social em torno dela, na busca por familiarizar os elementos desconhecidos”.

É preciso salientar neste contexto que, conforme afirma Hall (2001), até mesmo o conceito de raça que hoje conhecemos, antes de ser concebido a partir de uma perspectiva biológica, já estava cunhado no âmbito discursivo. Logo, de acordo com o mesmo autor, o conceito é constituído a partir de sistemas de representação e práticas sociais, geradas por discursos hegemônicos, que determinam que as diferenças físicas sejam marcas simbólicas que diferenciam socialmente um grupo de outro. Tal diferenciação transparece em diversos contextos sociais, no entanto, acredito que tenham nas relações de trabalho uma importante forma de manifestação.

O contexto do trabalho no Brasil é marcado por significativas e persistentes desigualdades, conforme afirma Abramo (2006). Neste sentido, Conceição (2009) salienta que as organizações reproduzem a discriminação racial existente na sociedade e, portanto, os negros ocupam posições inferiores em suas estruturas. É possível perceber, portanto, que o discurso que determina os lugares a serem ocupados pelos sujeitos negros na sociedade, não escapou ao olhar das organizações. Destarte, também nas empresas tais espaços são delimitados, através das posições ocupadas majoritariamente por negros e brancos, bem como, na análise das diferenças salariais ainda persistentes entre tais grupos.

Para Conceição (2009) isto se dá, entre outros motivos, em virtude da ausência de discussão em relação às questões raciais no contexto da Administração. Para a autora, compreender a relação que se construiu historicamente, entre brancos e negros

na sociedade brasileira, é fundamental para que se possa entender o posicionamento do negro no interior das organizações. Penso que compreender tal relação auxilia no sentido de identificar as práticas sociais que a determinam, uma vez que, em meu entendimento, elas contribuem para a definição dos espaços ocupados por brancos e negros na sociedade e nas organizações.

Diante do exposto, é possível perceber que existem lugares a serem ocupados pelos diferentes grupos, quando falamos de relações de trabalho. Estes posicionamentos podem reproduzir o discurso já naturalizado da hierarquização e da inferioridade do negro, confirmando a ideia de que ele merece ocupar posições de menor prestígio. Por outro lado, como vimos, há também aspectos de resistência neste processo, ainda que, por vezes, de maneira silenciosa e velada. Uma das contribuições teóricas que este estudo busca trazer é a percepção de que no mundo do trabalho não existe homogeneidade, como se quer deixar transparecer. Há, sim, o que Coelho Junior (2011, p. 49) chama de “confinamento racial do mundo empresarial no país”. Não há, em minha concepção, portanto, um único mercado de trabalho ao qual todos os trabalhadores possuem condições igualitárias de acesso, mas mercados segmentados, nos quais sobressai a hierarquização das relações, assim como ocorre no âmbito social.

Esta segmentação se dá, muitas vezes, a partir de violências simbólicas que delimitam espaços e possibilidades. Assim, se pensarmos o mercado segmentado como uma pirâmide, teremos em sua base a naturalização da presença do negro. É comum encontra-lo ali, tendo em vista ser este o espaço – na maioria das vezes – destinado à realização de atividades que exigem menor grau de qualificação. Esta presença vai se tornando mais escassa à medida em que se ascende nos níveis organizacionais e praticamente desaparece quando se chega ao topo da pirâmide. Neste espaço – socialmente construído como de maior prestígio – a presença de negros é ínfima e causa visível estranhamento, ainda que alterações estejam sendo percebidas nos últimos anos, quando através de ações afirmativas os negros têm ocupado espaços também nesses ambientes. Sabe-se, porém, que ainda há muito a avançar.

Desta forma, quebrar a lógica e conquistar espaços que estariam reservados para grupos tidos como superiores é um movimento importante de resistência que deve ser buscado incansavelmente, ainda que se mostre uma trajetória difícil e repleta de barreiras. Assim, entendo que conforme nos diz Fanon (2008, p. 95) “o negro não deve mais ser colocado diante deste dilema: branquear ou desaparecer, ele deve poder tomar consciência de uma nova possibilidade de existir”.

Considero fundamental, portanto, dizer que os sujeitos, ainda que submetidos a um determinado sistema de dominação, não agem apenas de maneira passiva e conformista, uma vez que onde há um sistema de poder atuando, há também resistência. Ainda que por vezes se busca apresentar a resistência negra no decorrer da história brasileira a partir de uma conotação negativa, sabe-se que ela sempre esteve presente. Neste sentido, Bento (2006, p. 71) afirma que “[...]frente à violência dos escravizadores, os negros resistiram das mais variadas formas. Trabalho e luta marcaram o cotidiano do trabalhador escravizado.”

Entendo ser esta uma das contribuições desta pesquisa para o campo dos estudos organizacionais e da Administração: ser uma proposta de mudança em meio a tantos discursos de conformidade que podem ser identificados na área. Assim, colocar em pauta a questão étnico-racial pode desarticular práticas e representações fortemente estabelecidas, disseminadas e solidificadas em nossa sociedade. Interessa, portanto, pensar em como as resistências atuam em nível micro, no cotidiano das pessoas. O fato de eu estar aqui, escrevendo esta tese, demonstra esta possibilidade de resistir ao que está, em alguma medida, estabelecido. Diante disso, apresento a terceira questão norteadora deste estudo: *existe resistência no âmbito das relações de trabalho no locus de pesquisa ao qual este estudo está vinculado? Como ela se manifesta?*

Buscarei compreender esta questão das resistências, partindo da concepção de que, conforme afirma Foucault (1979), o poder é fluido e, portanto, não está com um grupo ou outro, mas circula entre aqueles tidos como fortes e os tidos como fracos. É, também, a partir disso que surgem as microrresistências cotidianas. As chamadas microrresistências (CERTEAU, 2000) – ações desenvolvidas por sujeitos tidos como “fracos” ou grupos minoritários – podem, portanto, deslocar – ainda que de maneira temporária e transitória – as fronteiras de dominação. Logo, entendo que olhar para as resistências que ocorrem, ainda que em uma perspectiva micro frente à estrutura social que está posta, é essencial para que seja possível compreender como as relações sociais são estabelecidas.

Acredito, portanto, que colocar em pauta a questão étnico-racial pode ajudar a desarticular práticas e representações fortemente estabelecidas, disseminadas e solidificadas em nossa sociedade. Como afirmam Santos e Scopinho (2015, p. 170) “essa pauta convoca os grupos sociais implicados a posicionarem-se sobre tal rearranjo. O sistema relativamente estável de representações sobre raça, discriminações e privilégios é colocado em causa”. Este mesmo movimento pode ocorrer no município

em que o estudo foi realizado, no qual busquei pautar o tema das relações raciais, por décadas silenciado. O silenciamento se dá em virtude de uma concepção de que tal questão não é problema para o local, uma vez que tem a sua própria cultura bem articulada e disseminada entre todos os moradores.

No entanto, entendo que mesmo um município em que noventa por cento da população, como já dito, advém de uma mesma “origem” – termo frequentemente utilizado pelos moradores – a germânica, creio que seja fundamental a análise aqui proposta, tendo em vista que, cada vez mais há convivência destes com pessoas advindas de outras realidades e culturas. Assim, compreender e assimilar as diferenças é primordial, tanto em termos de Brasil, que tanto ainda sofre com o racismo, quanto em pequenos municípios.

A escolha do município de Quatro Pontes para a realização deste estudo se deu, pois em minha concepção, uma cidade pequena é onde as relações interpessoais ficam mais explícitas e, por eu ser descendentes de negros e germânicos, estudar tais relações no contexto dos Estudos Organizacionais e da Administração trouxe a possibilidade de integrar o meu interesse pessoal pela temática ao silenciamento neste campo de pesquisa no que tange às relações raciais. Isto por que, conforme afirmam Costa e Ferreira (2006, p. 03) “nos estudos organizacionais o tema raça é fracamente abordado e apenas de maneira indireta”.

No mesmo sentido, Nascimento, Oliveira, Teixeira e Carrieri (2015), bem como Conceição (2009), também salientam que os debates que tomam como objeto práticas segregatórias não são valorizados no campo da Administração, sendo abordados apenas de maneira restrita no âmbito dos estudos organizacionais. Este contexto desperta um questionamento: por que isso ocorre nos estudos vinculados às organizações, onde, via de regra, a diversidade se manifesta de maneira latente, por não se tratar de um lugar homogêneo, mas de um espaço no qual diferentes grupos se encontram, ainda que, na maioria das vezes, em diferentes condições, como dito anteriormente? E ainda, por que estudar uma cidade para compor um estudo no campo da Administração?

A escolha do estudo de uma cidade visa transcender os limites das organizações formalmente constituídas apresentadas nas abordagens ditas tradicionais da Administração. Esta abertura possibilita que outras abordagens sejam incorporadas ao campo. Assim, para este trabalho tomo como base o conceito de organização como vida social organizada (CARRIERI, 2014). Para o autor,

A vida organizada quer expressar as múltiplas relações dos homens uns com os outros na produção e reprodução de sua existência humanosocietária. A atenção do pesquisador não está focada em uma ou outra organização particular, mas nas relações da(s) organização(ões) com a vida organizada; considerando esta vida como constituída historicamente, e como resultante de múltiplas relações de poder que perpassam, caracterizam e constituem o corpo social (CARRIERI, 2014, p. 20).

O meu afastamento do modelo ortodoxo de pesquisa e escrita no campo da Administração, também me possibilita um encontro que ocorre entre o tema que me propus abordar e minha história pessoal. Felizmente a Administração é um campo que contempla múltiplos paradigmas e a pesquisa qualitativa em estudos organizacionais me possibilita esta abordagem plural e contra-hegemônica. Destarte, pretendi neste trabalho lançar um olhar para a temática das relações étnico-raciais a partir da perspectiva que apresentam Certeau; Giard; Mayol (1998), ao afirmarem que é preciso descer do topo do prédio, de onde se veem apenas formas geométricas e se posicionar no mesmo espaço ocupado pelos fazedores do cotidiano, a fim de compreender aquilo que, olhando do alto, se manteria invisível.

Para tanto, lanço o meu olhar neste estudo não unicamente para as organizações ditas formais ou tradicionais – ainda que por tratar da temática das relações de trabalho elas estejam inevitavelmente presentes – mas para a ligação destas com o ambiente social em que estão incluídas. Compreender, portanto, como o processo de identificação e consolidação da tradição germânica se deu e se reproduz no município é, para mim, fundamental. Para que esta compreensão seja possível, busquei neste estudo conversar com pessoas da comunidade, como será explicitado posteriormente, não apenas pessoas ligadas a empresas, mas as pessoas que auxiliaram na construção deste município, algumas, desde a (re)ocupação da região em meados de 1950. Penso que compreender esta construção será fundamental para entender como as relações de trabalho foram e continuam sendo aí constituídas.

Este estudo visa, portanto, desmistificar a ideia de que as organizações são campos neutros, nos quais uma única cultura é apreendida pelos trabalhadores e estes, passivamente, se adaptam a ela para estarem adequados aos padrões estabelecidos pelas empresas. Esta representação é bem notada por Saraiva e Irigaray (2009, p. 338) ao afirmarem que as organizações têm sido, historicamente, abordadas como entidades assépticas em que os indivíduos convivem de forma funcional e neutra em prol de objetivos econômicos, quando, na verdade, são campos repletos de diversidade. Daí a importância de pensar tais relações no contexto organizacional, uma vez que, embora se

queira afirmar que sim, a diversidade não está explicitamente manifestada neste ambiente.

Em consonância com Saraiva e Irigaray (2009), entendo que apesar das organizações buscarem esta espécie de padronização, os sujeitos que delas fazem parte não são “papéis em branco” nos quais elas podem escrever o que considerarem mais adequado. As pessoas, ao ingressarem nas organizações, trazem consigo pressupostos, crenças e comportamentos determinados por sua vivência cotidiana anterior. Assim, é possível afirmar que as ações praticadas por elas são determinadas, em maior ou menor grau, por práticas sociais e ideologias que as penetram. É, talvez, também devido a este motivo que impera o silêncio nos estudos organizacionais quando o tema perpassa questões vinculadas à raça e suas implicações. As práticas sociais estabelecidas na sociedade como um todo privilegiam tal silenciamento, uma vez que se tem neste campo a voz, majoritária, de grupos hegemônicos – no Brasil representado pelos sujeitos brancos – falando de si, para si mesmos.

A partir deste contexto, em consonância com Ciampa (2005, p. 141), entendo que “a realidade é sempre movimento, é transformação”. Assim, na vida social moderna as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter. “Todas as formas de vida social são parcialmente constituídas pelo conhecimento que os atores têm delas” (GIDDENS, 1991, p. 39). Desta maneira, considero importante elucidar como se constroem elos entre indivíduos, quando culturas distintas se encontram – chocando-se ou entrelaçando-se – em relações por vezes assimétricas.

Diante disso, não é possível negar que falo aqui de relações assimétricas em virtude da maneira como as questões étnico-raciais foram construídas e constituídas em nosso país. Falo de um pensamento que foi construído através de discursos, e que se cristalizou em nossa sociedade acerca da inferioridade dos negros. Estas relações se constituem a partir das interações entre os grupos.

É importante salientar que o nosso país possui um modelo diferenciado, quando se fala de racismo. Como afirma Munanga (2005/2006), o Brasil criou o seu racismo a partir do processo de negação do mesmo. É possível perceber que o preconceito racial é manifestado no Brasil, por vezes, através do simples silenciamento. Destarte, para Nascimento (2018, p. 196)

Falar de preconceito racial, de discriminação, muitas vezes é mexer em uma ferida com que nem sempre as pessoas estão preparadas para lidar. A falta de consciência negra, no sentido crítico do termo, e mesmo a própria

incorporação do predicado branco, como “sujeito universal”, não permitem, muitas vezes, que as pessoas vítimas de discriminação visualizem o racismo em suas mais diversas facetas e lutem por melhores condições de igualdade. Outro aspecto importante é que negar para si mesmo o peso das práticas discriminatórias experimentadas na vida diária ou atribuir a elas certa irrelevância de significado configura-se, em grande medida, num mecanismo dual, de resistência e defesa, contra a estrutura racialista vigente.

No entanto, se de um lado há o discurso do não preconceito, no Brasil, de outro, práticas sociais o escancaram, ainda que de maneira velada, através da reprodução de condutas discriminatórias. Logo, de acordo com o que afirma Conceição (2009), a ideia de harmonia racial, que povoa o nosso imaginário coletivo, é desfeita através de uma rápida observação de como são ocupados os espaços de poder em nossa sociedade.

O Estudo ora proposto foi desenvolvido, portanto, a partir da perspectiva de que o racismo – definido por Seyferth (2002, p. 28) como “práticas que usam a ideia de raça com o propósito de desqualificar socialmente e subordinar indivíduos ou grupos, influenciando as relações sociais” – se expressou e se expressa na sociedade brasileira, não de maneira aberta como se pode ver acontecer nos Estados Unidos da América ou na África do Sul, por exemplo. Conforme salienta Rosa (2014), esta realidade já podia ser percebida em meados de 1950, quando acreditar no mito da democracia racial possibilitava a fuga ao debate em relação às questões vinculadas ao racismo em nosso país. Discutir o racismo no Brasil continua sendo um tabu a ser transposto. É fundamental, porém que sejam ampliadas a quantidade e as possibilidades para que os negros possam falar de si. Isto porque, historicamente, os estudos acerca dos negros foram desenvolvidos por intelectuais brancos, o que Ramos (1995) chama de negro-tema, ou seja, as questões dos negros como tema de pesquisa de pesquisadores brancos. Isto não significa dizer que o negro não falava de si no contexto acadêmico, no entanto, estes estudos eram invisibilizados e silenciados. Para Ramos (1995) a utilização do negro como tema era uma forma de garantir a branquidade como sendo o ideal a ser alcançado.

Isto porque, no Brasil, os sujeitos costumam utilizar estratégias que possibilitem, de alguma maneira mascarar o racismo, uma vez que as práticas racistas são combatidas, até mesmo a partir de leis que as coíbem. No entanto, práticas sutis que podem ser identificadas nos diversos campos de atuação dos sujeitos escancaram o preconceito ao qual os negros estão expostos, ainda que de maneira implícita. Neste sentido, discursos ideológicos justificam os posicionamentos dos grupos dominantes sem que o racismo seja explicitado. Entendo que tais discursos determinam a construção

das representações, constituídas a fim de que os sujeitos possam justificar aspectos da sociedade, entre os quais as desigualdades nela existentes.

Temos, portanto, em nosso cotidiano, um sistema de opressão, que é o racismo, já incorporado à estrutura da sociedade. Este sistema determina muitas das atitudes que os sujeitos tomam em seu dia-a-dia. A meu ver, ele opera de forma perversa uma vez que atua, na maioria das vezes, de maneira sutil e velada. Desta forma, para que possamos pensar em uma sociedade mais igualitária no Brasil precisamos olhar de frente para o racismo em nosso país. Enquanto os discursos disseminados e reproduzidos por diferentes grupos justificarem a superioridade de um sobre outro, ou defenderem a ideia de que práticas racistas existem apenas na cabeça daqueles que “se dizem vítimas”, a busca por maior igualdade não será plenamente possível.

Diante do exposto, defendo a tese de que se a realidade atual da sociedade brasileira e, por consequência, das organizações, é fruto de discursos e práticas sociais, compostos hoje de elementos de superioridade e inferioridade racial, torna-se fundamental que um novo discurso, seguido de novas práticas, possa ser estabelecido e reproduzido a fim de que se possa vislumbrar uma sociedade igualitária. Isto por que os discursos que hoje são aceitos como verdadeiros não apenas dão suporte à arquitetura física de nossos municípios – nos quais, via de regra, os grupos tidos como inferiores estão à margem – mas também ao que chamarei aqui de arquitetura social imaginária. Esta arquitetura determina posições e locais a serem ocupados por cada um dos grupos em um mercado de trabalho segmentado, ainda que por vezes os movimentos de resistência – mesmo sutis – ao estabelecido, quebrem os padrões impostos. Entendo que este discurso tenda a ser o da integração.

Sabendo da importância da representatividade, penso que as organizações passam a ter um papel primordial no sentido de passar da teoria à prática efetiva da gestão da diversidade e da inclusão, no sentido de ampliar a representatividade de negras e negros em todos os seus quadros, podendo dar suporte a esta nova proposta. A alteração prática e discursiva é paulatina e exige também a consciência de ambos os grupos sobre a realidade que os cerca. Isto porque, conforme afirma Fairclough (2001, p. 247) “a intervenção consciente nas práticas discursivas é um fator cada vez mais importante na produção de mudança”. Diante disso, para que esta tomada de consciência ocorra, é necessário o debate constante, a busca constante por uma sociedade antirracista. Não se trata, portanto, de esperar que as coisas mudem por si só, mas atuar ativamente para que isso ocorra, nos diversos níveis sociais e organizacionais.

Da mesma forma, não se trata de olhar para as grandes narrativas, ou olhar a realidade “de cima de um prédio”. É preciso olhar para as micropráticas do cotidiano (CERTEAU, 2000). Não há como esperar que uma mudança efetiva se dê por imposição. É necessário que os sujeitos compreendam esta necessidade de alteração e, a partir disso, tomem ações. O mesmo deve ocorrer no ambiente das organizações e do trabalho. No entanto, as pessoas apenas poderão tomar consciência da necessidade de mudança quando elas conhecerem os meandros que teceram a realidade, tal qual se encontra e a influência dos discursos para esta construção.

Para compreender como busquei as respostas pra as questões que me propus a responder nesta tese, apresento as minhas estratégias de pesquisa, os caminhos que me conduziram ao objetivo almejado. Antes, porém, considero importante destacar que apresento nesta tese uma estrutura também diferente do que é o tradicional no campo da Administração, uma vez que não apresento a divisão de tópicos, conforme o habitual. Assim, já nesta introdução o leitor tem acesso à metodologia utilizada para a composição do estudo. Também não há no corpo deste estudo a clivagem entre referencial teórico e resultados do campo, tendo em vista que me propus o desafio – sim desafio, pois é sempre difícil escrever de forma diferente do habitual no campo – de aliar teoria e resultados da pesquisa ao longo do texto.

1.1 Estratégias de Pesquisa: Os caminhos que me conduziram ao objetivo almejado

Desde a escrita das primeiras linhas desta pesquisa uma inquietação me acompanhou, qual seja, que estratégias de pesquisa seriam as mais adequadas para apreender as práticas sociais, advindas das construções discursivas, e, como estas se entrelaçam de forma a conduzirem a formação das relações de trabalho? Isto se tornou uma inquietação uma vez que entendo não ser uma tarefa simples.

Os estudos organizacionais possuem uma natureza multiparadigmática, o que permite ao pesquisador ter acesso a diversos modos de conceituação da realidade (GODOI e BALSINI, 2010). Levando isso em consideração, entendo ser importante falar aqui do posicionamento epistemológico a partir do qual desenvolvi o estudo, uma vez que este é um ponto fundamental em uma pesquisa contra-hegemônica, como dito anteriormente.

O lugar a partir do qual eu falo é o da epistemologia decolonial, que lança o seu olhar para as realidades dos países colonizados a partir de sua produção intelectual, ou seja, das suas inúmeras vozes. Compreendo a abordagem decolonial a partir do que afirma Ribeiro (2014, p. 66) quando diz que este é “um movimento teórico, ético e político ao questionar as pretensões de objetividade do conhecimento dito científico dos últimos séculos e, no que nos diz respeito diretamente, das ciências sociais”. É objetivo, portanto, da epistemologia decolonial dar voz e ouvidos aos chamados subalternos, a fim de se abordar a possibilidade de emancipação destes.

O projeto decolonial difere, portanto, do pós-colonialismo, que objetivava a denúncia das diferentes formas de dominação e opressão (ROSEVICS, 2017). Para os decolonialistas não basta a denúncia, é preciso pensar em possibilidades. É o que também defendo e entendo como contribuição deste estudo para o campo da Administração, ir para além do diagnóstico da situação dos negros no trabalho, a fim de propor possibilidades de alteração de tal realidade.

Assim, trago para este estudo autores historicamente silenciados quando se discute a história do país e até mesmo no pensamento sociológico brasileiro. Também compõem a estrutura teórica desta pesquisa intelectuais negros e negras de diferentes períodos históricos. Busco com isso demarcar lugares, abrir as fronteiras, e possibilitar que tais vozes, silenciadas pela abordagem eurocêntrica que embasou os estudos das ciências sociais no Brasil no decorrer dos anos, possam ser agora ouvidas. Neste sentido, para Costa e Grosfoguel (2016, p. 19)

na perspectiva do projeto decolonial, as fronteiras não são somente este espaço onde as diferenças são reinventadas, são também loci enunciativos de onde são formulados conhecimentos a partir das perspectivas, cosmovisões ou experiências dos sujeitos subalternos.

Assim, não cabe tentar ajustar teorias estrangeiras à nossa realidade, o que se deve buscar é teorizar a respeito delas, no entanto, olharmos para a questão a partir de nossas próprias vivências. A partir do olhar de um país que um dia cogitou ser totalmente branco. Portanto, conforme afirma Cardoso (2017) os estudos realizados fora do país podem servir como referenciais teóricos úteis a determinados contextos, porém, não há como forçá-los a se encaixar à nossa realidade.

Desta maneira, o que propõe a epistemologia decolonial não é um conhecimento novo, mas a possibilidade de que vozes antes silenciadas pelo conhecimento eurocentrado, possam ser agora ouvidas. A partir de tal possibilidade defini que desenvolveria uma pesquisa de natureza qualitativa, justamente por abordar o contexto

social, com a qual não visaria chegar a uma relação causal, mas a uma compreensão de como este espaço é construído e reconstruído. Em minha concepção, alcançar o entendimento dos discursos que emergem dos grupos que compõem o ambiente em que desenvolverei este estudo passa, inevitavelmente, por esta compreensão.

Outra característica da pesquisa qualitativa que considero relevante é a possibilidade de ver no trabalho a presença do pesquisador (BANSAL e CORLEY, 2011). Confesso que este é um dos fatores que faz com que eu me identifique com esta natureza de pesquisa. Entendo que a interação possível na pesquisa qualitativa fornece possibilidades riquíssimas de análise e interpretação. Assim, como afirma Chizzotti (2003, p. 221) “o termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível”. Para este autor é o pesquisador quem interpreta e traduz o que está explícito, bem como o que fica oculto do seu objeto de pesquisa. Ou seja, não é possível descolar os discursos do contexto no qual emergem, tampouco é possível deslocar a figura do pesquisador no processo. Assim como afirma Geertz (2008, p. 21)

Olhar as dimensões simbólicas da ação social — arte, religião, ideologia, ciência, lei, moralidade, senso comum — não é afastar-se dos dilemas existenciais da vida em favor de algum domínio empírico de formas não-emocionalizadas; é mergulhar no meio delas.

Diante deste contexto, como pesquisadora, procurei mergulhar no âmbito dos discursos e buscar extrair aqueles que determinam as práticas sociais no município em que realizei este estudo.

O estudo, como já dito, foi realizado em uma pequena cidade do oeste paranaense, o município de Quatro Pontes, no qual cerca de noventa por cento da população se classifica como sendo de origem alemã (IBGE, 2018). Há sobre os municípios da região Oeste do Paraná – assim como em outros, principalmente na região sul do Brasil – entre os quais se inclui o município no qual a pesquisa foi realizada, um forte discurso que os apresenta como um pedaço da Europa no Brasil. Como a visão construída acerca deste continente é muito positiva em nosso país, esta comparação é motivo de orgulho para as pessoas que vivem nos referidos municípios.

É importante salientar, porém, que os germânicos não são os únicos ocupantes desta cidade. Segundo o site oficial do município, a população é composta ainda por cinco por cento de pessoas de origem italiana e cinco por cento que são apresentados como “outros”, que compreendem sujeitos de outras origens. Nesta tese pretendi lançar

um olhar também para esta minoria, para estes ‘outros’, dentre os quais se encontram os cidadãos negros que residem no município. Voltei o meu olhar para as relações que são estabelecidas entre estes e os indivíduos que fazem parte da cultura hegemônica neste campo que escolhi para a minha pesquisa.

Em se falando de campo de pesquisa, outro questionamento me tomou: como estabelecer qual o meu campo, ou ainda, como agir como pesquisadora em uma realidade na qual estou inserida de maneira tão profunda? Diante de tais questionamentos, em que pese a minha relação direta com o campo em que desenvolvo este estudo, me posicionei não apenas como sujeito pesquisador, mas também como mais um elemento da pesquisa. Como disse no início desta tese, as minhas experiências – inevitavelmente – irão compor também os dados da pesquisa. Esta postura é inevitável, uma vez que faço parte do cotidiano da cidade por viver nela.

Diante disso, fui em busca de possibilidades que dessem suporte metodológico para que minhas vivências ou experiências durante o período da pesquisa pudessem compor o estudo, enquanto dados a serem também analisados e considerados. Optei pela abordagem campo-tema, proposta por Spink (2003). Advindo da Psicologia Social, este método aponta que o campo não é algo distante, ou simplesmente um lugar, de onde o pesquisador entra e sai à medida que desenvolve a sua pesquisa, mas está vinculado à imersão do pesquisador no tema. Como afirma Spink (2003, p. 28):

é um espaço criado [...] herdado ou incorporado pelo pesquisador ou pesquisadora e negociado na medida em que este busca se inserir nas suas teias de ação. [...] Campo portanto é o argumento no qual estamos inseridos; argumento este que têm múltiplas faces e materialidades, que acontecem em muitos lugares diferentes.

Entendo que esta forma de ver o campo é também importante para a Administração e, especialmente para os estudos organizacionais, uma vez que possibilita fazer com que o pesquisador amplie o seu entendimento acerca deste e possa utilizar diferentes meios para trazer dados relevantes à pesquisa. Isto porque o campo não é totalmente delimitado, mas começa quando o pesquisador se vincula à temática (SPINK, 2003) e assim, após a escolha do tema, tudo se torna campo. Entendo ser esta uma contribuição metodológica relevante desta tese para as áreas às quais esta pesquisa está relacionada.

Considero que este método de pesquisa é apropriado para este trabalho tendo em vista que, como nasci e cresci no município onde estou desenvolvendo o meu estudo, algumas percepções e vivências que não são apreendidas através de entrevistas, possam

ser destacadas a partir, também, das minhas experiências. No entanto, cabe destacar que ainda que não haja – como em pesquisas ditas tradicionais – o momento exato de entrada em campo, poderia o leitor questionar se houve, em algum momento, um estranhamento acerca da minha realidade que me levou a olhar para o município como campo de pesquisa e não mais apenas como o local em que eu morava. O estranhamento ocorreu, sim! Aconteceu quando comecei a perceber as nuances do ambiente em que vivia. Eu não saberia dizer o momento exato, mas sei que foi no período que compreendeu o final do meu mestrado e a apresentação de um projeto para o processo de seleção do programa de doutorado.

Como disse nas primeiras páginas deste trabalho, o mestrado me proporcionou uma mudança de posicionamento e de visão. Foi nesse período que passei a prestar mais atenção aos movimentos e dinâmicas inerentes aos ambientes que eu frequentava, apesar de não registrar as minhas considerações. Após o início dos estudos, desde a aceitação do meu projeto para o programa de doutorado, passei a fazer uso de diários de campo nos quais registrei no decorrer do tempo as minhas impressões no momento das entrevistas, bem como, as situações do dia-a-dia vinculadas ao tema. Desta forma, minhas vivências, conversas em diferentes ambientes, reportagens sobre o assunto e as entrevistas que realizei, compõem a minha base de dados nesta pesquisa. Conforme salienta Spink (2003, p. 26) “[...] nos colocamos dentro desse campo, não como indivíduos, mas como parte de um coletivo”. Assim foi possível, no decorrer desta pesquisa, “construir e desconstruir meus saberes” (TEIXEIRA, 2015, p. 104).

A fim de alcançar o meu objetivo neste estudo, portanto, torna-se fundamental compreender como se deu a construção das relações étnico-raciais e da germanidade no município de Quatro Pontes – PR. Para tanto considerei importante obter relatos de pessoas que vivem no município, sendo estas de diferentes faixas etárias, bem como, diferentes em relação ao que poderia chamar de classificação ou construção racial. Busquei a partir disso, contar a história do município e da constituição das relações de trabalho através de diferentes vozes e olhares. Para tanto, aliei o relato tradicional e formal da história aos relatos que foram a mim apresentados pelas diversas vozes a quem dei ouvidos no decorrer deste estudo.

Para ouvir essas diferentes vozes, optei pela entrevista semi-estruturada, assim como pela análise de dados secundários a partir de fontes documentais e de reportagens produzidas acerca do município. Também utilizei o meu diário de campo, no qual as minhas observações, indagações e entendimentos foram registrados. Considerei

adequada a realização de entrevistas, pois em minha concepção, através delas representantes dos grupos podem explicitar – a partir de seus discursos – as considerações que tem de determinado assunto. Neste estudo, mais explicitamente sobre relações étnico-raciais e construção de relações de trabalho, isso me parece de fundamental importância. A opção pela entrevista semi-estruturada se deu, portanto, em virtude de que possibilita uma conversa mais fluida, na qual tanto entrevistador quanto entrevistado tem condições de falar sobre temas que, naquele momento, se revelam importantes para o conteúdo da pesquisa.

É importante salientar que, conforme afirma Spink (1998), todas as informações advindas das falas dos entrevistados são importantes uma vez que “os discursos são complexos, mesmo quando pensamos estar entrevistando sobre um tema único, muitas vezes estão presentes teorias sobre múltiplos aspectos relacionados” (SPINK, 1998, p. 130-131). Assim, por vezes, as representações e práticas sociais emergem no decorrer do discurso e não nas respostas de perguntas específicas.

Diante disso, para a condução desta pesquisa, defini que entrevistaria aqueles que chamei “representantes do grupo dos germânicos”, de um lado e, de outro, o que denominei “representantes do grupo dos negros”, que vivem no município de Quatro Pontes. É importante salientar que, inicialmente, esta composição foi estabelecida a partir dos meus critérios de classificação. Em relação aos representantes dos germânicos levei em consideração a sua origem, e é relativamente fácil reconhecer quem são os sujeitos que compõem este grupo em virtude do orgulho que sentem deste pertencimento. Eles próprios exaltam esta origem. Em relação aos representantes do grupo dos negros³ confesso que tomei como critério de escolha inicial o fenótipo, uma vez que no Brasil é esta a forma mais comum de se classificar os sujeitos no que diz respeito a questão racial.

É interessante notar como a identificação étnico-racial é socialmente construída. Para escolher as pessoas com quem conversaria neste momento inicial fui eu quem os construí, a partir dos meus padrões. No entanto, qual não foi a minha surpresa quando, ao questioná-los acerca do tema, percebi que a construção do que é ser negro ou branco, para alguns, era diferente da minha. Alguns sujeitos que eu classifiquei como negros, por exemplo, não se identificavam desta maneira. Levando isso em conta, passei a solicitar a cada entrevistado que me indicasse outras pessoas com quem eu pudesse

³ De acordo com a classificação do IBGE são considerados negros aqueles que se autodeclararam pretos ou pardos.

conversar. Este método denominado *Snow Ball* ou Bola de Neve que, de acordo com Bernard (2005) é útil para o estudo de populações difíceis de serem acessadas, entre os quais destaca aqueles que podem ser, de alguma maneira, estigmatizados, como é o caso da população negra no município em questão.

Entendo que desta forma, além de perceber mais nitidamente a construção racial, ela não ficou restrita apenas ao meu olhar. Percebi que a utilização deste recurso foi mais útil para as entrevistas realizadas com negros e negras, uma vez que, como dito, os germânicos não possuem qualquer dificuldade de assim se assumirem, ao contrário, manifestam orgulho do que chamam de sua origem.

Entrevistei, portanto, pessoas de diferentes classes sociais, diferentes atuações profissionais e diferentes faixas etárias. O meu intuito era perceber a realidade do município através dos mais distintos olhares. Optei ainda por não determinar um número de entrevistas a serem feitas, tendo em vista que busquei realiza-las até compreender que consegui chegar às respostas para os meus questionamentos a partir do contato com os diferentes grupos no referido município. Desta forma, no momento em que percebi que as respostas começaram a se repetir e que nenhuma informação diferente das que eu já havia obtido aparecia, considerei encerrada a fase de entrevistas.

A fim de conhecer o campo, antes da qualificação do projeto, realizei dez entrevistas, as demais foram realizadas após a qualificação, com sujeitos assim constituídos:

Quadro 01: Perfil dos entrevistados – Por ordem alfabética

Nome (fictício)	Idade	Profissão	Grupo ao qual pertence
Carlos	48 anos	Gestor Público	Germânico
Carmem	79 anos	Comerciante	Germânica
Clara	66 anos	Professora	Germânica
Clarice	Não falou a idade	Professora	Germânica
Claudia	22 anos	Vendedora	Negra
Clovis	70 anos	Empresário	Germânico
D. Maria	84 anos	Aposentada	Germânica

D. Ilka	89 anos	Aposentada	Germânica
João	27 anos	Eletricista autônomo	Negro
João Carlos	80 anos	Comerciante aposentado	Germânico
Larissa	32 anos	Cuidadora de Idosos	Negra
Luiza	53 anos	Empresária	Germânica
Lurdes	Não falou a idade	Funcionária Pública	Negra
Marcia	43 anos	Zeladora	Germânica
Pedro	44 anos	Auxiliar de produção	Negro
Rita	Não falou a idade	Funcionária Pública	Negra
Sofia	39 anos	Zeladora	Negra
Vanusa	31 anos	Vendedora	Germânica

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Considero fundamental salientar ainda como se deu o contato e a condução das entrevistas que realizei, isto porque em um município com pouco mais de quatro mil habitantes todas as pessoas se conhecem, logo, grande parte das pessoas que entrevistei são ou foram do meu convívio, em diferentes épocas, no ambiente escolar, religioso, profissional ou social. Percebi, em muitos momentos, certo estranhamento das pessoas em relação ao meu tema de pesquisa, como anotei em meu diário de campo: a impressão que tive foi de um questionamento por parte das pessoas: “por que mexer com isso?” Em alguns momentos isso foi explicitado, quando Clarice questionou o porquê de eu “filha de alemoa” estar falando sobre esse assunto. Em outras oportunidades os olhares curiosos quando eu me aproximava e solicitava fazer a entrevista, expondo o meu tema de pesquisa me chamavam a atenção. Não houve quem se recusasse a ser entrevistado, no entanto, durante as entrevistas percebia que alguns assuntos eram evitados, para os

quais as respostas eram mais vagas, como será possível perceber ao longo do trabalho. Silêncios e fugas nas respostas evidenciam tais posicionamentos.

Outro fator que me chamou a atenção, julgo ter ocorrido em virtude de as pessoas se conhecerem no município. Ao apresentar aos entrevistados o termo de consentimento para a realização da pesquisa, a maioria deles assinou sem ler. No momento em que eu dizia que ficassem à vontade para ler todo o termo, muitos salientavam que não havia tal necessidade, uma vez que se tratava “de uma pessoa de confiança”.

Uma preocupação que nos tomou desde o início do projeto (a mim e meu orientador) dizia respeito às entrevistas com os germânicos: iriam eles falar abertamente sobre o tema comigo? Se sentiriam à vontade para tal? A fim de buscar sanar esse possível problema, pensamos em convidar alguém de origem germânica para conduzir essas entrevistas. No entanto, não encontrei quem pudesse fazê-lo e, por perceber que a questão racial – apesar de ser evitada por alguns através de respostas vagas ou mudança de assunto – pode ser identificada, optei por continuar conduzindo pessoalmente as entrevistas.

Saliento, no entanto, que em alguns momentos os cuidados para tratar deste assunto saltavam aos olhos, como ocorreu durante a entrevista que realizei com o proprietário de uma das olarias nas quais, majoritariamente, os negros prestavam serviço quando chegavam ao município de Quatro Pontes. No início da nossa conversa ele se referia a seus funcionários como “afrodescendentes”, mas eu percebi o desconforto dele com a palavra. A impressão que tive foi de que ele havia sido instruído para tomar cuidado com a maneira que iria se referir a estes. Pensei então que deveria buscar quebrar isto que, na minha leitura, gerava resistência de sua parte, o que poderia prejudicar a continuidade da entrevista. Desta maneira, em dado momento, ao me referir aos seus funcionários eu utilizei a expressão “negros”, o que causou um evidente alívio. O entrevistado me perguntou: “posso falar negro?” eu disse que sim e o clima de nossa conversa ficou nitidamente mais ameno, pois ele não precisaria mais manter o seu foco para utilizar uma expressão que senti, não era habitual no seu dia-a-dia.

Ainda sobre a operacionalização das entrevistas, no momento em que entrava em contato para agenda-las, solicitava às pessoas em que local e horário teriam disponibilidade para conversarmos. Assim, as conversas foram realizadas nas casas de alguns entrevistados, outras em minha casa, ou ainda no ambiente de trabalho daqueles que optaram por me receber aí. Foi realizado um encontro com cada entrevistado.

Na realização das entrevistas apenas apresentava de forma breve aos participantes o tema da pesquisa e solicitava que falassem, livremente, sobre suas vidas. Apesar de ter um roteiro (anexo I) no qual incluí pontos fundamentais para este estudo, não fiquei presa ao mesmo. Os questionamentos ocorriam à medida que os participantes descreviam fatos de sua vida. Privilegiei este relato denso das histórias de vida uma vez que buscava apreender os discursos geradores de representações e práticas sociais e/ou discursivas.

Todas as entrevistas foram gravadas, com autorização por escrito de cada um dos participantes (anexo II), a fim de que nenhum detalhe se perdesse em relação a silêncios, entonação de voz, risos ou angustias, tendo em vista que tais questões são fundamentais para a análise dos discursos – método que utilizei para analisar cada uma das falas. Após todas as entrevistas foram cuidadosamente transcritas e analisadas.

Utilizei ainda, para a composição desta pesquisa, fontes como reportagens sobre o município veiculadas na imprensa escrita e televisionada, bem como dados disponibilizados pelo IBGE. No que concerne à imprensa escrita, utilizei duas fontes, quais sejam, as reportagens produzidas a respeito do município por jornais de circulação regional, bem como, edições especiais, produzidas pelo poder público municipal anualmente, em virtude das comemorações de aniversário do município. Entendo que estes dados serviram também como suporte para as respostas que buscava encontrar, bem como, demonstraram tanto a articulação dos discursos, quanto a maneira como estes são materializados.

A escolha se deu com o intuito de buscar perceber se há diferença na maneira como o município é apresentado por terceiros e da forma como ele é apresentado a partir do olhar do poder público. As reportagens foram selecionadas levando em conta o seu conteúdo, que deveria estar vinculado a abordagens que destacassem características do município, no que diz respeito a qualidade de vida, cultura e tradição. Considerei importante a utilização deste material tendo em vista que em meu entendimento, eles colaboram na reprodução e disseminação de discursos que legitimam práticas.

Para a análise dos dados coletados optei por utilizar a ACD – Análise Crítica do Discurso – que neste estudo será trabalhada tanto teórica quanto metodologicamente – tomando como referência a escola anglo-saxã que tem em Norman Fairclough seu principal expoente. Para Fairclough (2001, p. 28), o discurso é o “uso da linguagem, seja ela falada ou escrita, vista como um tipo de prática social”. Para ele a linguagem possui relação com poder e ideologias. Desta forma, para o autor, sempre que falamos,

estamos nos posicionando dentro de determinadas formações discursivas, entendidas por ele como “[...] sistemas de regras que tornam possível a ocorrência de certos enunciados, e não outros, em determinados tempos, lugares e localizações institucionais” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 65). O autor entende o discurso, portanto, como produtor de sentidos e significados e componente fundamental na construção das diversas realidades sociais, a partir das quais os sujeitos agem “constituindo e construindo o mundo em significado” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

Este conceito leva a uma análise do discurso que considera que não somos donos de nossas falas, mas o fazemos dentro de formações discursivas. Assim somos falados por nossas falas, como salienta Teixeira (2015). Através da ACD busquei, portanto, compreender não apenas o que cada sujeito, individualmente, entendia sobre o tema, mas o que através dos discursos remetia a uma construção social coletiva acerca do assunto. Esta opção se deu em virtude de que entendo que as relações de trabalho, assim como as étnico-raciais, são antes de tudo, relações discursivas. São os discursos que moldam lugares a serem ocupados, “verdades” inquestionáveis, representações.

A fim de operacionalizar as análises, levei em consideração as três dimensões propostas por Fairclough (2001), quais sejam: texto; prática discursiva e prática social.

Em relação ao texto, os pontos analisados foram análise dos léxicos utilizados pelos entrevistados, e as relações estabelecidas entre eles, bem como as relações semânticas construídas. Para o Fairclough (2001) a análise do texto deve levar em consideração desde palavras individuais, até que se chegue ao texto como um todo, no qual, tanto a forma quanto os significados devem ser analisados de maneira conjunta. Desta maneira o que busquei ao realizar a análise do texto foi perceber quais os sentidos que são dados ao texto pelos enunciadores e quais as relações entre o seu discurso e o contexto sócio histórico em que vivem.

No que diz respeito à prática discursiva, foram analisadas as condições de produção do discurso; intertextualidade manifesta e constitutiva; interdiscursividade e condições de existência. Ou seja, quem produz o discurso? Para quem produz? Qual o lugar social que o enunciador ocupa no contexto em que o discurso foi produzido? Quais os discursos que dão suporte ao que está sendo dito? O enunciado está, de alguma maneira atrelado a outro anterior que o sustenta? Como isso pode ser percebido? É importante salientar que quando falo em discurso, não me refiro apenas ao que é verbalizado, mas também ao que é silenciado, ao que fica implícito ou subentendido. Na análise, portanto, busquei também identificar os discursos contidos no não dito, nos

silêncios e hesitações, nos risos, entre outras manifestações não verbais. Também estes aspectos compõem as práticas discursivas e foram objetos de análise.

Para a análise do discurso é fundamental que tais manifestações ou até a falta delas sejam apresentadas, isto porque conforme salienta Brandão (2002), podem de certa forma, mascarar ou ainda não colocar em risco a coerência do sistema ideológico ou de práticas sociais presentes nos discursos e práticas de determinado grupo ou comunidade. Assim, para não colocar em risco o seu sistema de crenças ou as práticas sociais disseminadas em determinado local, o sujeito pode utilizar estes subterfúgios que, de certa forma o protegem.

Sobre as práticas sociais, serão analisados fatores como ideologias presentes nos discursos e relações de poder. Como prática social entende-se “a organização e modo de funcionamento da vida social como ponto de partida e de chegada, constituídos por reciprocidades relacionais, e práticas que as propiciam e as geram” (PEDROSO, 2013, p. 67). Desta maneira, os discursos são vistos como produtores de tais práticas uma vez que a partir das ideologias e das relações de poder que os moldam – uma vez que todo discurso é ideológico e reflete relações de poder – os sujeitos constituem-se e ocupam lugares na sociedade em que vivem. Para Pedroso (2013) a produção de sentido dos discursos se dá pelas práticas sociais.

É importante ressaltar ainda que esta tese não está inserida no campo da Linguística e, portanto, poderá apresentar limitações em relação ao uso da ACD. No entanto, entendo, em consonância com Teixeira (2015), que o seu uso em outros campos fora da Linguística, podem contribuir para outras áreas do conhecimento e favorecer também a própria recepção de contribuições vindas dessas outras áreas.

Devo salientar ainda que o objetivo deste estudo, através da análise do discurso dos entrevistados, não é realizar uma acusação ou apontar para quem quer que seja, de maneira individual. A questão racial é estrutural no Brasil e, portanto, as falas dos sujeitos que entrevistei, via de regra, refletem essa estrutura. Não cabe a mim, portanto, a acusação de racismo ou de negação da identidade negra, mas a análise de como a construção discursiva das relações raciais em nosso país é manifestada através de discursos e/ou práticas sociais. Isto porque, “apesar de ser um sujeito singular que se expressa em cada entrevista, ele também traz consigo elementos do coletivo, do momento histórico e social” (SHUCMAN, 2012, p. 57). No quadro que segue busco sistematizar os elementos utilizados para analisar os discursos:

Quadro 02 – Dimensões da Análise do Discurso

Dimensão	Descrição	Categorias analíticas
Texto	Deve levar em consideração desde palavras individuais, até que se chegue ao texto como um todo, no qual, tanto a forma quanto os significados devem ser analisados de maneira conjunta.	- Vocabulário - Gramática - Coesão - Estrutura textual
Práticas Discursivas	Processos que interligam os discursos às práticas sociais, através da produção, distribuição e consumo dos textos.	- Condições de produção do discurso - Intertextualidade manifesta e constitutiva - Interdiscursividade - Condições de existência
Práticas Sociais	Práticas mantidas e reproduzidas a partir dos discursos disseminados e aceitos como válidos.	- Ideologias - Relações de poder

Fonte: Elaborado pela autora (2019), adaptado de Teixeira (2015)

Quanto ao procedimento de transcrição das entrevistas, considero importante dizer que durante as falas dos entrevistados, inevitavelmente, aparecem o que podemos considerar erros, quando tomamos por base a norma culta da Língua Portuguesa. Eu optei por não corrigir essas falhas, para não correr o risco de perder a essência do que foi dito.

Em relação aos demais dados, anteriormente mencionados, realizei a análise levando em conta a maneira como as reportagens foram conduzidas. Quando da análise de reportagens televisivas, foi possível uma análise muito próxima àquela realizada nas entrevistas. No entanto para as reportagens escritas a análise se deu através da observação dos léxicos que compunham as reportagens, as imagens nelas utilizadas,

bem como as condições de produção dos discursos nelas inseridos. A minha pretensão ao utilizar tais fontes de dados foi, através da análise das narrativas, palavras e imagens disseminados em tais meios identificar se, sob o pretexto de informar, o conteúdo das publicações não se estaria disseminando práticas sociais com a finalidade de manter a perspectiva hegemônica e posicionar aqueles que não fazem parte da mesma em um “local” à parte.

Para compreender como as práticas sociais que dizem respeito às relações raciais no Brasil foram estabelecidas e reproduzidas sistematicamente em nosso cotidiano, bem como no contexto das organizações, no capítulo que segue proponho uma discussão acerca da força dos elementos discursivos para a consolidação de práticas sociais no contexto social e organizacional. Após, passo a apresentar o município no qual o estudo foi realizado e como a germanidade se tornou seu ponto de referência e se mantém assim ainda hoje. No capítulo quatro, falarei a respeito de como se construiu o pensamento étnico-racial no Brasil e como a presença do “outro” é percebida no país, bem como, no município em que este estudo foi realizado. No quinto capítulo, trago uma discussão a respeito das relações raciais na constituição dos mercados de trabalho a partir de um panorama brasileiro, assim como da realidade do município de Quatro Pontes. No sexto capítulo um questionamento: é possível a desconstrução de discursos e práticas sociais? A este capítulo seguem as considerações finais, a partir das respostas obtidas no decorrer do estudo ora proposto.

2 ENTRE DISCURSOS E PRÁTICAS SOCIAIS, A CIDADE E AS ORGANIZAÇÕES ESTABELECEM A SUA ARQUITETURA SOCIAL



Bem-vindos a Quatro Pontes! É aqui, neste portal, que venho recepcioná-los para que me acompanhem a uma incursão em meu campo de pesquisa. Este portal (entrada para quem chega, vindo do município de Toledo, pela BR-163), construído em estilo enxaimel, recepciona moradores e visitantes e nos mostra que estamos entrando em um local no qual a cultura predominante é a germânica. Em virtude dessa característica da etnicidade, as vivências cotidianas são compostas por discursos e práticas sociais que visam manter a referência a esse traço cultural. Desta forma, este estudo será permeado pela história do município, pelas suas vozes, pelos seus silêncios e pelas representações nele disseminadas, expressas através dos relatos daqueles com quem conversei, pelas reportagens, pelas minhas observações e pelos referenciais teóricos que embasaram este estudo. Ou seja, serão analisados os discursos e práticas sociais que compõem a cidade e determinam a ocupação de seus espaços no âmbito do trabalho e no âmbito social.

Para compreender, no entanto, como os discursos são utilizados e articulados para a determinação e manutenção de práticas sociais, é fundamental entender como

estes são produzidos e mantidos e é este o objetivo deste capítulo. Viso entender como as organizações se apropriam de discursos como o da diversidade, por exemplo, utilizando-o a seu favor e como estes mesmos discursos passam a compor as práticas sociais dos sujeitos nos mais diversos ambientes sociais.

Falar de discursos, práticas sociais e organizações não hegemônicas no campo da Administração exige um processo de amadurecimento no sentido de perceber os diferentes paradigmas estabelecidos na área. As Ciências Sociais, entre as quais temos a Administração, como Ciência Social Aplicada, conforme afirma Guimarães (2003), partem da ideia de que a vida humana, em seus diversos aspectos, é determinada pela própria vida social. A vida dos sujeitos é, como afirmam Berger e Luckmann (2003), compartilhada. Assim para estes autores, “o processo de tornar-se homem se efetua na correlação com o ambiente” (BERGER E LUCKMANN, 2003, p. 71), estando este ambiente impregnado de discursos e práticas sociais. Desta forma, para Berger e Luckmann (2003, p. 73) “o eu não pode ser compreendido fora do contexto social em que é formado”.

Diante disso, importa dizer que o campo da Administração, composto de sujeitos, é constituído também por esse contexto social e, desta forma, faz-se necessário olhar este campo para além do olhar da gestão tradicional – do *management* – a partir do qual as empresas aparecem como entidades independentes do contexto social em que estão inseridas. É necessário levar em consideração que a busca pela homogeneização no interior das organizações não condiz com a inevitável diversidade da qual são compostas, no que diz respeito a sua história, estrutura, pessoas e contexto (CARRIERI, PERDIGÃO e AGUIAR, 2014).

Desta maneira, neste estudo, me propus a fazer o que chamo de uma leitura contra-hegemônica da realidade, uma leitura a partir do olhar e das vozes de múltiplos sujeitos e não apenas daqueles tidos como vencedores no contexto histórico. Busquei, portanto, lançar um olhar para o homem ordinário (CERTEAU, 2000), aqueles silenciados no contexto da gestão tradicional e que “ganham vozes, elaboram textos, discursos, falam, narram, contam suas histórias para nós, alcançando a relevância que as abordagens tradicionais não lhes conferem” (CARRIERI, PERDIGÃO e AGUIAR, 2014, p. 699). A partir disso, este estudo será inevitavelmente classificado e, dentro do campo da Administração, a área tida como aquela em que os contextos não hegemônicos são analisados, são os Estudos Organizacionais.

Neste campo, que está ainda em construção, há diferentes visões do que são as organizações e de como elas devem ser estudadas (REED, 1998; FACHIN e RODRIGUES, 1998). Organizações, como entendidas neste estudo não são unidades estáticas, ao contrário, são fluidas, mutáveis e dinâmicas, não apenas respondem ao ambiente em que se estão inseridas, como também o influenciam. Tais organizações que compõem a vida social organizada (CARRIERI, 2014), manifestam práticas socialmente estabelecidas, uma vez que fazem parte desta sociedade e,

[...] podem constituir-se nos denominados negócios de família, negócios familiares, nos quais se fabricam sujeitos, relações, corpos, o mundo interior e o mundo exterior fundem-se, as relações objetivam-se nos espaços e nos corpos da família e dos negócios (CARRIERI, PERDIGÃO e AGUIAR, 2014, p. 701).

Estas organizações, fluidas e dinâmicas, são também campos repletos de diversidade. Me refiro aos diferentes sujeitos, de distintas culturas, posições sociais, gênero e raças que delas fazem parte. Ou, como afirmam Nkomo e Cox Jr. (1998, p. 335) “um misto de pessoas com identidades grupais diferentes dentro do mesmo sistema social”. Não é possível deixar de mencionar, porém, que tais diferenças restringem possibilidades para aqueles que fazem parte de grupos construídos socialmente como inferiores. É como se existissem lugares demarcados nos quais tais sujeitos podem transitar. É sabido que transpor essas barreiras tem sido um desafio para estes. Isto porque a diferença – natural entre os seres humanos – foi discursivamente construída como desigualdade. Entendo, em consonância com Barros (2014, p. 19) que, “tal construção pode gerar problemas sociais específicos de maior ou menor gravidade”.

Desta forma, o que se tem nas organizações atualmente é um contexto no qual a diversidade se manifesta, no entanto, no mesmo movimento, a desigualdade permanece presente, muitas vezes determinando posicionamentos. Assim, de acordo com Barros (2014, p. 22), entendo que “pensar diferenças significa se render à própria diversidade humana, já abordar a questão da desigualdade implica considerar a multiplicidade de espaços em que esta pode ser avaliada.” A diversidade é, portanto, fruto da natureza humana, enquanto a desigualdade a partir de tais diferenças, é fruto de construção social.

Durante muito tempo o campo das organizações se moldou de modo que a questão da diversidade fosse encoberta pela crença de que a técnica era o elemento fundamental para o sucesso das empresas. Desta maneira, não se considerava relevante pensar sobre a desigualdade dentro do contexto organizacional. No entanto, a conquista

de direitos civis pelos negros americanos acendeu um debate até então silenciado: o problema da falta de representatividade e diversidade nas empresas (FLEURY, 2000).

Nas organizações, portanto, a chamada gestão da diversidade teve seu início em meados de 1980, nos Estados Unidos e Canadá, quando de acordo com Rosa (2014), as empresas tomaram iniciativas – através da área de gestão de pessoas que ficaram conhecidas como gestão ou valorização da diversidade. A partir de tais iniciativas, as organizações passaram a ser vistas como espaços multiculturais. Tais ações, no entanto, não foram tomadas a partir de uma conscientização dos gestores de que, realmente, era necessário que esta questão fosse revisada. Ao contrário, o que levou as empresas a pensarem a diversidade foi uma contraposição às políticas de ação afirmativa que exigiam das companhias que fossem negociar com o governo que os seus quadros fossem diversos, afirma Fleury (2000). Destarte, a gestão da diversidade foi incorporada com o objetivo de pensar tal questão também como um fator que conferisse vantagens às organizações (ROSA, 2014).

Era necessário, portanto, um discurso que minimizasse a necessidade de ações afirmativas como forma de inserir os diferentes sujeitos no ambiente do trabalho e das empresas. Assim a solução encontrada foi apontar para a ideia de que o mérito pessoal deveria se sobrepor ao que entendiam se tratar de favorecimento (ALVES; GALEÃO-SILVA, 2004). Desta maneira, não foi a partir de um olhar para o social, ou para as desigualdades que as empresas passaram a analisar este quadro, mas a partir de uma visão de mercado. Logo, não passaram a ver na gestão da diversidade uma possibilidade de minimização desses problemas, ao contrário, foi uma forma de manter o controle sobre tais questões e garantir que a visão política que, inevitavelmente abrange o tema, não fosse levada em conta. Assim, “a redução de um problema social à dimensão técnica elimina o caráter político da questão” (ALVES; GALEÃO-SILVA, 2004, p. 27).

Esta forma de ver a necessidade da diversidade nas empresas não ficou restrita ao período supramencionado, é reproduzida ainda hoje a partir de discursos nos quais se afirma que se os sujeitos não conseguem galgar determinadas posições, é porque não se esforçaram o suficiente para tal. Em uma das entrevistas que realizei, Luiza, comerciante no município de Quatro Pontes, abordou esta questão:

Essa questão de nós falar de negro e alemão, tem a diferença grande, porque, assim, é... sabe o que que eu sinto também? O alemão, ele é aquele que ele buscou trabalhar e buscou resultados e trabalhou, trabalhou... e o negro, por não ter um apoio, um suporte, entende? Um suporte mais forte, ele se deixou levar... você sabe, Josi, quando você não motiva uma pessoa, não incentiva, ela não faz nada! [...] a maioria dos negros eram de origem pobre, porque

eram os escravos! Então poucos hoje ainda se sobressaíram... hoje são os jogadores de futebol, como eu te falei, no caso do Pelé [...] no caso esse juiz, Joaquim Barbosa, mas você não vê ainda muitas pessoas que se destacaram, entende? Então pra eles começar de lutar e brigar mais por isso também! E os que são... as vezes também se diferenciam, você entende? Então eles também... então, sabe, é difícil... a questão dessa diferenciação de raça (Luiza, 53anos, empresária, grupo germânico, grifos meus).

Neste fragmento discursivo é possível perceber como o discurso do mérito opera. Inicialmente há uma evidente classificação racial, não apenas entre brancos e negros, mas entre os germânicos e os demais, sendo que nessa classificação, os negros foram posicionados no nível mais baixo. Quando Luiza diz que o alemão foi aquele que buscou trabalhar e a partir disso conquistou o seu posicionamento, ela descarta as questões políticas que proporcionaram melhores possibilidades para que este grupo conseguisse chegar a padrões inalcançáveis para os negros, como por exemplo, o incentivo à imigração europeia.

Por outro lado, quando se refere ao negro, ao usar termos como “apoio” e “suporte” dizendo que estes foram negados a esse grupo social, ela remete à estrutura racial do país. No entanto, isso não se mantém quando ela diz que são esses mesmos sujeitos que “se deixaram levar”, ou seja, não se dispuseram a lutar por melhores condições. Ao dizer isso, Luiza ignora todos os movimentos de resistência negra no decorrer da história, bem como, as políticas governamentais que os excluía cotidianamente em nosso país, como veremos posteriormente.

É possível perceber, portanto, que pensar na inclusão de diferentes grupos no contexto das organizações, pelo menos na gênese da gestão da diversidade não estava – e essa realidade se mantém até hoje, pautada nos discursos que enaltecem o mérito pessoal – vinculado a uma questão de consciência das desigualdades, mas em entender que a diversidade poderia garantir vantagens competitivas, afirmam Alves e Galeão-Silva (2004). É, assim, a partir de uma visão totalmente voltada ao *management* que a diversidade passa a ser tratada nas organizações. Foi, portanto, “uma resposta empresarial à diversificação crescente da força de trabalho e às necessidades de competitividade”, salienta Fleury (2000, p. 20).

No Brasil a gestão da diversidade surge a partir de empresas multinacionais, especialmente americanas, que passam a tratar a questão também fora de seu país de origem. No contexto acadêmico esta temática é ainda recente, tendo em vista que, conforme afirmam Alves e Galeão-Silva (2004) entre os anos de 1997 a 2002, apenas dois artigos em periódicos nacionais abordavam o tema explicitamente. Já Freitas

(2015) aponta que em um levantamento feito entre 2000 e 2014, foram encontradas sessenta e três publicações em que a gestão da diversidade estava em foco.

Apesar do aumento significativo das publicações, ainda há muito a ser pensado academicamente acerca do assunto. No que diz respeito à questão racial no Brasil, principalmente, apenas 3% do total dos artigos publicados versava sobre trabalhadores negros (FREITAS, 2015). Isto demonstra o quanto esta questão ainda é silenciada em nosso país, no qual é evidente a negação do preconceito e da discriminação de qualquer natureza, especialmente da questão racial e, mais explicitamente, quando o debate ocorre no campo da necessidade de políticas públicas.

A resistência em pensar a questão racial a partir da ótica social e estrutural no Brasil fez com que, assim como aconteceu nos Estados Unidos, o discurso do mérito se sobressaísse, ao se falar da necessidade de diversificação da mão-de-obra, incluindo a presença dos chamados grupos minoritários em todos os níveis organizacionais. Levando em conta a formação discursiva de nossa sociedade isso não causa estranhamento à maioria das pessoas. No entanto, em um país no qual a imagem da democracia racial é amplamente disseminada e aceita a visão de que o mérito é que deve definir posicionamentos nas organizações é prejudicial, uma vez que está vinculada à negação de que há necessidade de mudança estrutural da sociedade. A partir disso, torna-se mais cômoda a ideia de que as discrepâncias que temos em nosso país existem em virtude de ações individuais e não em virtude de uma sociedade constituída sobre bases racistas, sem falar das outras diversas formas de discriminação que afetam de maneira direta a formação do mercado de trabalho no país.

Apesar disso, a partir da década de 1990, quando pela primeira vez, o governo brasileiro admitiu que havia um problema de cunho racial no Brasil, firmou-se uma parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) para que as desigualdades, daí advindas, refletidas diretamente no contexto laboral fossem minimizadas. Conforme afirmam Alves e Galeão-Silva (2004, p. 24) “a questão da discriminação foi centrada em categorias, construindo ações que se voltavam primeiramente para gênero e raça, nas quais são encontrados os grupos mais discriminados”. Esta conquista se deu, de acordo com os autores, em virtude das constantes denúncias e pressões dos movimentos sociais a respeito da desigualdade entre brancos e negros no mercado de trabalho nacional.

O que se pode verificar, a partir das práticas brasileiras é que as ações de inclusão de negras e negros seguem sendo desenvolvidas de maneira tímida. Enquanto no setor público as ações afirmativas para ingresso no mercado de trabalho, a partir de

concursos, são regidas e implementadas através do determinado pela Lei 12.990/2014, declarada constitucional pelo Superior Tribunal Federal, as organizações privadas seguem mantendo o fosso que separa brancos e negros em suas estruturas, como visto anteriormente. Entendo que a resistência por parte das organizações está fortemente vinculada à ideia da democracia racial e do mérito, estabelecida discursivamente e reproduzida pelos sujeitos em seu cotidiano, senão, vejamos:

Eu acho que se a pessoa é negra ou é branca, se ela é mais inteligente ou menos inteligente... isso é de cada pessoa. Então essa questão de... as cotas, eu não sei como você pensa... mas, por questão financeira, eu concordo, mas por questão de cor, não! (Luiza, 53anos, empresária, grupo germânico, grifos meus).

É que assim, como bastante gente fala... ah... igual eu também... eu sou contra essas cotas de negro e... eu sou contra... eu sou a favor daquela de colégio público para colégio particular, sabe? (Claudia, 22 anos, Vendedora, Negra, grifos meus).

Novamente é possível verificar, nos fragmentos discursivos acima, que a questão racial não é bem compreendida no Brasil tanto por brancos quanto por negros. É, portanto, muito comum que a abordagem de classe se sobreponha à racial nas análises realizadas pelos sujeitos. Esta ausência de consciência racial de muitos brasileiros, fruto do mito da democracia racial e da maneira como a questão foi discursivamente consolidada no país, como veremos posteriormente, influencia na forma como a ideia de raça é disseminada e mantida em nossa sociedade de maneira muito profunda. Isso engloba todos os contextos sociais, inclusive o ambiente do trabalho.

Desta forma, como poderá ser visto nos dados que explicitam como estão organizadas e distribuídas as ocupações, no contexto do trabalho no país, os avanços ainda são pouco efetivos, uma vez que a sociedade brasileira resiste em admitir que sua estrutura é racista e, desta forma, leva o debate para o nível individual – do sujeito – ao invés de pensa-lo a partir de uma visão coletiva. Neste sentido Alves e Galeão-Silva (2004, p. 27) afirmam que

A gestão da diversidade precisa afirmar a própria existência da discriminação para se justificar, o que a coloca em tensão com a ideologia da democracia racial. Sem o reconhecimento da discriminação, não há sobre o que construir um discurso de igualdade de acesso ao trabalho.

Diante deste contexto, entendo ser fundamental ressaltar que quando falo em diversidade no contexto organizacional, não me valho de uma perspectiva infantil na qual se poderia pensar presença de diversidade como sinônimo de ausência de desigualdade. Ao contrário, nas organizações, via de regra, é possível identificar de maneira explícita as práticas discriminatórias e segregatórias que imperam em nossa

sociedade. As organizações, de maneira geral, interpõem barreiras nos próprios processos de contratação e promoção de funcionários, o que faz com que haja uma maior tendência de convivência entre iguais nos diversos setores das organizações, e nos diversos espaços hierarquicamente construídos. Diante deste contexto, é possível apreender que esse tipo de distinção é, não só simbólica, mas também contribui para uma demarcação de espaços que não favorecem a convivência entre os diversos grupos. Por conseguinte, é possível apreender que, da mesma forma que a prática de preconceito é negada nas relações sociais dos sujeitos, é também mascarada no contexto das organizações.

É, portanto, de suma importância abordar o tema da diversidade – ou de sua falta – nas organizações, principalmente para que as máscaras que envolvem a temática possam ser retiradas. É preciso compreender, portanto, que ao passo que as diferenças entre as pessoas são inerentes aos seres humanos, como já visto, a desigualdade é fruto de construção social. Por defender a tese de que mudanças discursivas podem levar a mudanças de práticas sociais, considero fundamental compreender que

as desigualdades são resultantes do tratamento social das diferenças, portanto, são passíveis de serem reversíveis e estão relacionadas às circunstâncias e escolhas históricas de uma sociedade, que pode gerar uma população rica ou pobre, alfabetizada ou não, empregada ou não (FREITAS, 2015, p. 89-90).

É evidente, pois, que a efetiva gestão da diversidade só será possível se esta ultrapassar o âmbito discursivo e se transformar em prática organizacional em todos os níveis. Logo ela “se torna mais ou menos crível na medida em que ocorre a real integração e não apenas a inserção de “diferentes”; ou seja, se ocorre compatibilidade entre aquilo que a organização diz e o que ela faz”, afirma Freitas (2015, p. 91). No que diz respeito às questões raciais, é necessário quebrar o silêncio que as envolvem, no contexto organizacional. Isso porque, o silenciamento acerca da temática que persistiu durante anos no contexto dos Estudos Organizacionais privilegiou o pensamento hegemônico da harmonia racial. De acordo com Conceição (2009, p. 01) “causa inquietação analisar as publicações acadêmicas em administração e verificar que tão pouco tem sido escrito a respeito desse assunto”. Tal conduta resulta em certa naturalização das diferentes posições ocupadas por brancos e negros nos contextos e ambientes em que atuam.

O que se tem notado a respeito da gestão da diversidade é que as organizações têm percebido que o impacto da presença de diferentes grupos em suas estruturas não só

repara e transpõe barreiras históricas, mas é também potência. Isso porque, cada vez mais as pessoas buscam se ver representadas nos mais diversos espaços sociais. No entanto, o que entendo ser fundamental é que o esforço para que todos os grupos possam fazer parte dos diversos espaços organizacionais não se dê apenas a partir da ótica econômica, como tem acontecido, mas também a partir de um olhar para o social. Como poderá ser visto no decorrer deste estudo, não há como negar o problema racial existente no Brasil, tendo em vista que o diagnóstico que temos o evidencia. Porém, para que possa ser vislumbrada uma possibilidade de mudança neste cenário, é fundamental que a sociedade se posicione de maneira diferenciada em relação à forma como tem feito até aqui.

No entanto, apenas inserir os sujeitos para mostrar que a empresa possui um quadro de funcionários diversos não resolve. São necessárias mudanças profundas em termos discursivos e práticos, a fim de que se possa maximizar as potencialidades que a diversificação promove e minimizar eventuais barreiras que podem vir a ser construídas em virtude do preconceito enraizado na sociedade. Também é preciso que a diversidade se manifeste em todos os níveis organizacionais. Ao se falar especificamente do município de Quatro Pontes, pensar a diversidade a partir deste olhar, é fazer com que pessoas negras possam ser vistas em funções de atendimento direto ao público, por exemplo, funções estas que atualmente estão restritas quase exclusivamente aos germânicos ou a brancos de outras origens étnicas. É necessário também que os componentes do grupo hegemônico entendam que empregar tais pessoas nos mais variados espaços não se trata de favor. É a partir disso que se poderá debater a gestão da diversidade de maneira adequada, ainda que se tratando de um pequeno município do interior do estado do Paraná.

Desta maneira, pensar a categoria raça no contexto dos Estudos Organizacionais é tirá-la desta posição de mera análise econômica e posicioná-la no contexto social mais amplo que afeta os sujeitos e, por consequência, também as organizações. Diante disso Oliveira (2018, p. 513) afirma que

Nos Estudos Organizacionais isso se torna relevante na medida em que raça se constitui como prática material e simbólica de composição das relações sociais no cotidiano nas organizações. Ou seja, quando discutimos organizações também estamos nos atentando para como essas produções simbólicas e materiais, a exemplo da raça, têm efeitos políticos no cotidiano de trabalho, inclusive de pesquisa.

Para tanto, é preciso que a questão seja abordada a partir dos diferentes lugares de fala que os sujeitos ocupam no contexto social (RIBEIRO, 2017). Isso significa dizer

que os sujeitos brancos devem abordar a temática a partir do seu lugar, de inquestionável privilégio, uma vez que o que tem ocorrido hoje, via de regra, é o contrário disso. Historicamente, no Brasil, os sujeitos que estão em posição de privilégio olham para os tidos como inferiores, no entanto, o fazem sem olhar para si. É também incomum ainda no Brasil a presença de pesquisadores negros (OLIVEIRA, 2018), e este é também um fator que deve ser tensionado quando se pensa as relações raciais, a partir do âmbito discursivo. Desta maneira os privilégios de determinados grupos sociais não são questionados. Neste sentido, afirma Carneiro (2005, p. 29) “são esses privilégios que determinam a permanência e reprodução do racismo enquanto instrumento de dominação, exploração e mais contemporaneamente, de exclusão social”. É isso que leva, também, ao relativo silenciamento ou a uma abordagem seletiva do tema, inclusive no contexto organizacional.

É evidente, portanto que, conforme afirma Rosa (2014), a restrição dos estudos organizacionais em abordar a questão das relações raciais, se dá em virtude da tendência de reserva dos brasileiros em relação ao tema. Tal posicionamento, de acordo com o autor ocorre tendo em vista que o Brasil não possui uma atitude contundente a respeito do assunto. Sabe-se, porém, que este silenciamento vinculado a questões de diversidade – em especial às questões raciais, que são o foco deste trabalho – não ocorre apenas no ambiente das organizações, mas da sociedade de forma geral, em virtude da maneira como os discursos foram articulados. Ao compreender, portanto, que questões culturais e raciais são frutos de práticas sociais e/ou discursivas previamente estabelecidas, de movimentos articulados que fazem com que os sujeitos se insiram na sociedade a partir dos discursos que são por ela estabelecidos, penso ser fundamental entender a relação entre discurso e práticas sociais. Fairclough (2001, p. 90) sugere considerar o discurso como sendo “o uso da linguagem como forma de prática social”. Assim, para o autor, as práticas sociais, da mesma forma que o texto, são elementos que compõem o discurso.

Diante disso, torna-se de fundamental importância compreender o papel dos discursos para a construção e compreensão da realidade social, uma vez que estes têm papel fundamental na maneira como a sociedade se organiza e se manifesta.

2.1 Discursos como propulsores de práticas sociais e representações

Desde as primeiras linhas deste estudo tenho falado da importância que têm os discursos para a formação e reprodução de práticas sociais e representações e como a nossa sociedade se molda a partir destes, que são entendidos como verdades e disseminados, fazendo com que os sujeitos ajam a partir deles de maneira consciente ou não. Logo, assim como o texto, as práticas sociais são elementos essenciais para a formação discursiva. Destarte, Bauman (2001, p. 66) afirma que “discursos [...] são metalinguagens que ensinam as pessoas a viver como pessoas”. Assim, torna-se possível compreender o discurso para além da fala, mas como mecanismo de dominação. Neste sentido, Hardy e Phillips (2004), salientam que o discurso não presume a descrição do mundo, mas constitui-se de fenômenos que passam a existir através da articulação discursiva, vinculada a relações de poder. Os sujeitos, portanto, via de regra, não são donos dos seus discursos, mas reproduzem o que está formalmente estabelecido. Isso poderia nos levar a crer na incapacidade de mudança discursiva e na manutenção da simples reprodução. No entanto, existem possibilidades de subverter o discurso posto, mesmo que em breves momentos como nos diz Certeau (2000). Por vezes essas ações são realizadas sem que os sujeitos se quer se deem conta de que estão resistindo ao que lhes é imposto.

Desta forma, entendo que as construções discursivas podem levar a resistências dos sujeitos diante do instituído. No entanto, por vezes o que vemos é um jogo desigual, no qual as estruturas dominantes possuem maior força para manter a realidade, do que têm os sujeitos para transformá-la. Para Lauwe (1983), as condições de vida e trabalho estabelecidas e a definição dos lugares a serem ocupados, podem ser influenciados por grupos dominantes a fim de conseguirem atender a seus próprios interesses. Importa, portanto, compreender como se dão as formações discursivas e as práticas sociais e representações delas provenientes.

São muito recentes os estudos que utilizam a linguagem para além de sua função de comunicação no campo dos estudos organizacionais. Para Westwood e Linstead (2001) a linguagem no contexto das organizações, até recentemente, era vista apenas como forma de comunicação. Hoje, porém, ela foi reconhecida no campo dos estudos organizacionais para além da sua função comunicativa. Para os autores foi a partir dos anos de 1980 que efetivamente se passa a olhar para a relação entre linguagem e

organizações, isto porque a partir daí a linguagem passa a ser vista como portadora de significado e como modo de representar a realidade organizacional. Cabe assim entendermos a forma como os discursos vem sendo articulados no decorrer do tempo, para justificar o posicionamento do negro na sociedade e nas organizações. É preciso considerar que a temática das relações raciais passa a ser levada em conta no contexto das organizações a partir de meados de 1960 (NKOMO e COX JR., 1998).

Compreender a dimensão dos discursos e a forma como estes são construídos nos coloca, como afirma Orlandi (2013, p. 09) “em estado de reflexão e, sem cairmos na ilusão de sermos conscientes de tudo, permite-nos ao menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem”. Entendo, desta forma, que é imprescindível compreender o contexto das formações discursivas para a apreensão do contexto étnico-racial no Brasil e, por consequência, no município de Quatro Pontes.

Não é possível, no entanto, falar de discurso sem citar Ferdinand de Saussure que, a partir da concepção da dicotomia ente língua e fala revoluciona o campo da Linguística, uma vez que é a partir de seus estudos que tem início as teorizações acerca do discurso. Para Brandão (2002, p. 09) “qualquer estudo da linguagem é hoje, de alguma forma, tributário de Saussure, quer tomando-o como ponto de partida, assumindo suas postulações teóricas, quer rejeitando-as”. Este reconhecimento se dá tendo em vista que, antes dos pressupostos apresentados pelo referido pesquisador os estudos da Linguística tinham como base apenas a língua (BRANDÃO, 2002). A análise de discurso, por sua vez,

[...] não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (ORLANDI, 2013, p. 15).

É possível perceber, portanto, o quanto a análise de discurso modificou a forma como a linguagem era estudada, propondo um novo olhar, que a tira de uma posição estática e mostra o quanto o movimento do discurso é dinâmico e a maneira como são produzidos sentidos e significados a partir dele. Para Orlandi (2013, p. 16) os estudos que tem por base o discurso visam “pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem, descentrando a noção de sujeito e relativizando a autonomia do objeto da Linguística”.

Tomando por referência o trabalho de Saussure, outro nome de vital importância para se pensar o discurso da forma como hoje o fazemos foi Bakhtin. Este estudioso

parte do princípio de que a língua é um fato social, fundamental para a comunicação. No entanto, diferente de Saussure, entende a língua como concreta, sendo fruto da manifestação de cada indivíduo (BRANDÃO, 2002).

Ponto fundamental para este estudo, é a ideia defendida por Bakhtin de que “o interlocutor não é um elemento passivo na constituição do significado” (BRANDÃO, 2002, p. 10). Ou seja, para ele, a linguagem é tida como um processo de interação social a partir do qual “o Outro desempenha papel fundamental na constituição do significado”, afirma Brandão (2002, p. 10). Sendo a linguagem tida como interação social, torna-se evidente que esta não pode ser considerada neutra ou apolítica, uma vez que é inevitavelmente composta também por ideologias. Para Orlandi (2013, p. 09) “não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos”. De acordo com o que diz Brandão (2002, p. 10) a linguagem, portanto, “retrata as diferentes formas de significar a realidade, segundo vozes, pontos de vista daqueles que a empregam”. Logo, a linguagem contribui fundamentalmente para a formulação e reprodução de representações e práticas sociais. Desta maneira, conforme afirma Teixeira (2015) não somos donos de nossos discursos, mas estamos inseridos em ambientes que fazem com que nos posicionemos de uma ou outra maneira. Diante disso, Alvesson e Deetz (1998, p. 249) afirmam que

[...] os discursos disponíveis posicionam o indivíduo no mundo de modo particular, antes do indivíduo ter qualquer possibilidade de escolha. Visto que os discursos estruturam o mundo, eles ao mesmo tempo estruturam a subjetividade da pessoa, provendo-a com uma identidade social particular e um modo de ser no mundo.

No mesmo sentido, Orlandi (2013, p. 20) diz que “as palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram e que, no entanto, significam em nós e para nós”. Há, porém, uma falsa sensação de autonomia que nos toma quando proferimos os nossos discursos. É como se as nossas práticas, as nossas crenças e, por consequência, o nosso discurso, não estivessem envoltos em narrativas maiores socialmente estabelecidas e disseminadas. Para Alvesson e Deetz (1998, p. 250) “a sensação de autonomia serviu para encobrir a subserviência e dar ao conflito uma conotação negativa”.

Desta maneira, no discurso amplamente disseminado aqueles que questionam as posições hegemônicas são tidos como movidos por ideologias, enquanto que aqueles que reproduzem os discursos socialmente aceitos são tidos como pacifistas ou apolíticos. Isto porque “[...] fundamentos e narrativas legitimadoras sempre foram um

logro. Eles têm sido usados (geralmente sem conhecimento) para apoiar uma visão dominante do mundo e sua ordem” (ALVESSON E DEETZ, 1998, p. 253). No entanto, é preciso que tomemos consciência de que ambas as posturas são posicionamentos ancorados em ideologias e, portanto, não são neutros.

Desta forma, não podemos escapar à ideologia impregnada nos discursos, seja qual for a nossa posição. A partir disso, afirma Brandão (2002, p. 12)

Estudiosos passam a buscar uma compreensão do fenômeno da linguagem não mais centrado apenas na língua, sistema ideologicamente neutro, mas num nível situado fora desse polo da dicotomia saussureana. E essa instância da linguagem é a do discurso. [...] O ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos linguísticos é, portanto, o discurso. [...] A linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento; a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente (na medida em que está engajada numa intencionalidade) e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia.

Diante do exposto pode-se apreender que diferente dos estudos tradicionais da linguagem, quando a partir das ideias propostas por Saussure os sujeitos eram vistos como “donos” de suas falas e, portanto, os seus posicionamentos poderiam ser definidos de maneira individual, os estudos acerca do discurso apresentam outra percepção. Os discursos emitidos vão além de uma compreensão meramente linguística, mas levam em conta também o contexto da enunciação. Esta ideia foi inicialmente apresentada por Bakhtin. Conforme salienta Brandão (2002) o autor parte do pressuposto de que o discurso é formado por uma parte verbal (matéria linguística) e outra não-verbal que corresponde ao contexto da enunciação.

Quando se trata de discursos, portanto, busca-se ir além do estudo da língua e da linguagem. É preciso que se apreenda os sentidos que são produzidos a partir das enunciações “esses sentidos têm a ver com o que é dito ali mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi”, afirma Orlandi (2013, p. 30). Assim sendo, o objetivo passa a ser identificar de que maneira esta linguagem interfere no dia a dia dos sujeitos e quais as ideologias presentes naquilo que é dito. Desta maneira, “a análise de discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social” (ORLANDI, 2013, p. 15). É possível perceber, portanto, que a partir desta ótica, não são as pessoas que criam os seus próprios discursos – apesar de acreditarem que sim –, elas são imersas no discurso já disseminado e reproduzido no meio social em que vivem.

Nesse sentido, os mecanismos discursivos atuam não apenas como formas de representar o mundo, mas também no sentido de dar significado a ele, afirma Fairclough (2001). É esta dinâmica do significado que produz a arquitetura social. Em municípios como este, no qual este estudo se realizou, a predominância para a produção de tal arquitetura é a questão étnica. Desta forma, toda a estrutura do lugar tem a etnia como pressuposto formador, assim como os mecanismos de convivência social. É possível perceber, assim, que os discursos estão atrelados a tais aspectos e que os sujeitos se veem, inevitavelmente, envolvidos neles.

Morar em um município de tradição germânica implica, portanto, em se ver envolto a esta etnia nos mais diversos espaços sociais, quer o sujeito queira ou não. A partir disso a arquitetura social imaginária se fundamenta, uma vez que todos os aspectos de referida sociedade se compõem a partir da etnia. Logo, nos espaços sociais se tem referência à cultura germânica, através da manutenção da língua, dos prédios públicos, da forma como as coisas se organizam. Ao ingressar na escola, por exemplo, uma criança independentemente de sua origem étnica é apresentada a um espaço construído em estilo germânico, o que já lhe mostra o que é valorizado naquele local. Logo a formação discursiva dos sujeitos já os posiciona e, invariavelmente, estes continuarão reproduzindo tais aspectos e, desta forma, mantendo tais formações, muitas vezes sem sequer se darem conta disso.

Esta formação da arquitetura social imaginária é transposta também ao ambiente do trabalho, no qual os sujeitos também veem representada majoritariamente a cultura dominante. Assim sendo veem como possibilidades para si espaços menos valorizados, sem perceber que se trata de representações construídas acerca do lugar e da hegemonia que estão conduzindo a forma como estes se veem no contexto do trabalho. Desta maneira, “[...] os discursos disponíveis posicionam o indivíduo no mundo de modo particular, antes do indivíduo ter qualquer possibilidade de escolha” (ALVESSON e DEETZ, 1998, p. 249). Isto não significa dizer que todos os sujeitos de uma localidade ou região terão os mesmos discursos, uma vez que “discursos diferentes sempre são possíveis – embora eles possam ser mais ou menos poderosos ou marginais”, afirmam Alvesson e Deetz (1998, p. 249). Se temos, neste mecanismo, discursos classificados como poderosos ou marginais, é possível dizer que, conforme afirma Foucault (1979) os discursos, quaisquer sejam, estão vinculados a relações de poder que, em certa medida, determinam quais serão aqueles tidos como poderosos ou como marginais.

Neste sentido, pode-se perceber como os discursos hegemônicos podem influenciar práticas sociais, transformando em marginais todas as possibilidades discursivas que escapam àquilo que é hegemonicamente estabelecido. Em uma sociedade como a brasileira, que, como visto, é estruturada a partir das relações raciais construídas historicamente a manutenção de narrativas hegemônicas é ponto de apoio para a manutenção de relações de poder que são, via de regra, estabelecidas discursivamente pelos chamados grupos dominantes.

É, portanto, a partir das relações de poder que os discursos são produzidos, reproduzidos e mantidos. Assim, como afirmam Hardy e Phillips (2004), é a dinâmica dos sistemas de poder que determinam como os sujeitos, inseridos em determinadas realidades, transformam, modificam ou reforçam discursos. Importante salientar aqui, ainda, que falar de relações raciais leva, inevitavelmente a falar de relações de poder.

Há, portanto, uma relação estrita entre os sistemas de poder e as manifestações discursivas socialmente aceitas em determinados contextos. No entanto, a ideia de poder que defendo, parte da proposta de Foucault (1979), que afirma que o poder não é algo estático, mas presente nas relações sociais. Nas palavras do autor:

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão (FOUCAULT, 1979, p. 183).

Para Foucault (1979), portanto, as relações de poder que compõem a sociedade, além de determinarem os discursos aceitos criam uma organização de práticas que são legitimadas socialmente como saber, ou seja, estes passam a ser tidos como verdades quase que inquestionáveis. Nesta abordagem o poder é visto a partir de uma perspectiva fluida. Assim, ele pressupõe liberdade e não se restringe àqueles que o detêm formalmente, através da ocupação de cargos superiores em determinada hierarquia, ou a partir de outra forma de dominação. Para Foucault (1979), portanto, o poder é exercido a partir das relações e assim pressupõe que, através da resistência, aqueles tidos como “fracos” ou “sem voz” também o exerçam em alguma medida. Para ele, portanto, exercer poder não é o mesmo que coagir ou violentar, pois, neste caso há um grupo à disposição de outro. Para o autor a relação de poder só se dá à medida em que há possibilidade de resistência e de contrapoder. Desta maneira, continua o autor, há

possibilidade de os sujeitos modificarem o domínio do poder em determinadas condições (FOUCAULT, 1999).

Assim como Foucault, para Fairclough (2001) os discursos estão intrinsecamente ligados a relações de poder. Para ele “o discurso como prática política, estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas. [...] O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94). Desta maneira,

ao produzirem o seu mundo, as práticas dos membros são moldadas, de forma inconsciente, por estruturas sociais, relações de poder e pela natureza da prática social em que estão envolvidos [...] a prática dos membros tem resultados e efeitos sobre as estruturas sociais, as relações sociais e as lutas sociais, dos quais outra vez eles geralmente não tem consciência (FAIRCLOUGH, 2001, p. 100).

Assim passa a ser fundamental a compreensão de que enquanto sujeitos, via de regra, reproduzimos o que está formalmente estabelecido. Tal pressuposto pode levar-nos a viver a alienação da vida cotidiana, no momento em que se aceita passivamente os discursos estabelecidos. Na concepção de autores como Heller (2000) e Lefebvre (1991), esta ideia é fortemente estabelecida. Para eles, os sujeitos vivem alienados com breves momentos de lucidez. Em contrapartida Certeau (2000) apresenta a possibilidade de sujeitos que podem construir a sua história através de estratégias e táticas que os permitem escapar ao formalmente estabelecido. Esta perspectiva poderia fazê-los questionar e se desvencilhar das imposições daqueles que fazem parte de grupos hegemônicos e que, por isso, possuem maior força quando colocados em relação com outros sujeitos.

Por vezes esse questionamento do que é imposto socialmente é realizado de maneira sutil, como por exemplo, quando alguém se posiciona como negro em um ambiente no qual o que se admite é ter pessoas “morenas”. Claudia, fez isso e reafirma cotidianamente a sua negritude quando confrontada com situações na qual outra identificação é estabelecida socialmente para ela, como ocorreu quando foi conhecer os pais de seu então namorado:

quando ele foi me levar, pra conhecer os pais dele, eu falei assim: avisa a sua mãe antes que eu sou negra... aí ele: “sim, eu vou falar que você é morena”... eu disse, não! Que eu sou negra! Sempre aquela velha história... morena... você é morena... quando eu fui lá... você vê né, quando a pessoa... ela tentou disfarçar que ela não gostou, de mim (Claudia, 22 anos, Vendedora, Negra, grifos meus).

Neste fragmento discursivo é possível identificar como as relações de poder são fluidas e como os sujeitos podem, ainda que por vezes em breves momentos, se posicionar de forma a deterem esse poder. Ao exigir ser apresentada como negra à família da pessoa com quem se relacionava, Claudia faz esse movimento, que é fundamental para o questionamento do que está amplamente disseminado socialmente quando se fala de relações raciais no Brasil. Assim, ao utilizar a expressão “negra” termo estereotipado como sujeito inferior em nosso país, esse deslocamento fica evidente e, fica subentendido no discurso que a enunciadora não mais aceitará a posição de “morena”. Esta posição poderia garantir a ela um lugar mais confortável, em termos sociais.

Desta forma, é fundamental compreender que as relações de poder são constituídas pelo discurso, mas também por resistências (HARDY E PHILLIPS, 2004), uma vez que a partir do proposto por Foucault (1979) o poder está em toda parte. Não há, portanto, como desconsiderar que as micropráticas cotidianas possam estremecer sistemas discursivos estabelecidos. Se assim não fosse, teríamos que esperar passivamente por alguma mudança, ou nos conformarmos com a realidade da maneira como se apresenta e não faria o menor sentido falar de estratégias de resistência.

Estas possibilidades de mudança – ainda que estas sejam sutis – a partir das micropráticas tanto é possível que, diante desta abordagem apresentada por Certeau (2000), se pode perceber que cada vez mais se estabelecem tentativas de neutralização desses sujeitos que ocorrem através de práticas sociais e discursos amplamente disseminados que tornam difícil que as amarras que prendem os sujeitos sejam totalmente desfeitas. Isso não significa impossibilidade de os sujeitos construírem a sua história, uma vez que, conforme salienta Ciampa (2005), até mesmo esse jogo que estrutura as relações sociais é mantido pelas atividades individuais. Assim, para este autor, as identidades refletem a estrutura social, mas também reagem sobre ela. Esta reação pode ser para a conservação ou transformação da realidade (CIAMPA, 2005; FAIRCLOUGH, 2001).

A partir desta perspectiva, através da qual as microações do dia-a-dia são tidas também como importantes elementos discursivos, as grandes narrativas são postas em xeque, uma vez que se entende que elas podem não dar conta de narrar a história de um determinado lugar. Assim, é necessário olhar para a pluralidade de vozes envolvidas. Como afirmam Clegg e Hardy (1998, p. 29) “nenhuma grande narrativa marca o desenvolvimento das histórias humanas. São histórias, não história: deve-se atentar para

o local, para as especificidades fragmentadas, para as narrativas das vidas diárias”. No entanto, é preciso salientar que os discursos não são homogêneos, estão relacionados à realidade a partir da qual são construídos. Desta maneira, na análise do discurso não há como entender “[...] a história e a sociedade como se elas fossem independentes do fato de que elas significam”, afirma Orlandi (2013, p. 16). Logo, “cada pessoa nasce dentro de discursos correntes, que têm uma presença continuada e material. A experiência do mundo é estruturada por meio das maneiras como os discursos conduzem a pessoa a assistir o mundo e proveem unidades e divisões particulares”, afirmam Alvesson e Deetz (1998, p. 249).

Não há como ignorar, portanto, a força dos discursos fundadores ou constituintes (ORLANDI, 2001; MAINGUENEAU, 2008), para a determinação de como os sujeitos veem e agem em dado ambiente e realidade social, isto porque, conforme afirma Maingueneau (2008, p. 38) “os discursos constituintes dão sentido aos atos da coletividade”. Sabe-se que historicamente os chamados discursos fundadores têm sido utilizados para legitimar narrativas e práticas sociais e discursivas (ORLANDI, 2001; ALVESSON e DEETZ, 1998). Isto se dá em virtude de que “a pretensão desses discursos [...] é de não reconhecer outra autoridade além da sua própria, de não admitir quaisquer outros discursos acima deles” (MAINGUENEAU, 2008, p. 37). Logo, as histórias contadas a partir da narrativa dos tidos como vencedores têm ocupado, via de regra, todos os espaços, fazendo com que ouvir múltiplas vozes seja classificado como marginal.

Foi possível perceber nitidamente, durante o meu estudo, a força do discurso fundador no município de Quatro Pontes. Não há qualquer questionamento sobre a maneira como a história oficial é contada, uma vez que se entende ser esta a verdade quando se fala ou estuda o tema. Desta forma, qualquer outra versão da história é tida como irreal ou, quando aceita como verdadeira, classificada como irrelevante. Assim sendo, a hegemonia germânica é mantida sem que seja minimamente questionada.

Se assim não fosse, como seria possível, por exemplo, sem o apoio destes mecanismos e práticas, fazer com que em um ambiente de maioria germânica, a manutenção de sua cultura não fosse ameaçada por outras raças que possam coexistir no mesmo espaço? Como demarcar simbolicamente os lugares a serem ocupados e os limites das ações dos sujeitos neste contexto? É preciso pensar essas questões a partir do exposto por Carrieri, Silva e Junquillo (2008) quando afirmam que as práticas dos sujeitos refletem construções sociais que buscam, a todo momento, familiarizar

elementos desconhecidos. Este posicionamento, em diversos momentos, é chancelado por práticas sociais determinadas e reproduzidas pelos sujeitos em seu cotidiano. É possível verificar, diante disto, que os discursos, na perspectiva das práticas sociais, realizam um trabalho ideológico no sentido de moldar as relações dos sujeitos no mundo, de maneiras que nem sempre são evidentes para eles, afirma Mumby (2004).

Diante disso se pode notar que os grupos étnicos também são resultados de tais construções. Neste sentido, Poutignat e Streiff-Fenart (1998), dizem que as histórias de tais grupos podem ser puramente ficcionais, sendo invocadas e articuladas de acordo com as circunstâncias. Logo, “as formas de vida social são parcialmente constituídas pelo conhecimento que os atores têm delas” (GIDDENS, 1991, p. 39). Neste sentido, entendo que os discursos possuem um papel decisivo, uma vez que como apresenta Linstead (1999), discursos são importantes formas de ação social.

É preciso compreender ainda que os discursos não são constituídos apenas de palavras, ou seja, não se compõem apenas da dimensão verbal. Esta é uma concepção que, desde a quebra com a ideia da dicotomia língua-fala, é tida como fundamental para os estudos do discurso, mas que ainda tem causado confusões quando se fala do tema. Pensar o discurso, portanto, não é pensar a fala uma vez que o discurso não se trata apenas da descrição da realidade social, mas é constituído de fenômenos que passam a existir através da maneira como são classificados, afirmam Hardy e Phillips (2004). Logo, até mesmo os silêncios, em determinados contextos, constituem discurso. Como afirma Orlandi (2013, p. 10)

Movimentos dos sentidos, errância dos sujeitos, lugares provisórios de conjugação e dispersão, de unidade e de diversidade, de indistinção, de incerteza, de trajetos, de ancoragem e de vestígios: isto é discurso, isto é o ritual da palavra. Mesmo o das que não se dizem.

Em muitos momentos, nas entrevistas que realizei, apareceu esta ideia de que, no município, não há qualquer forma de discriminação no que diz respeito aos lugares ocupados pelos diferentes grupos no contexto do trabalho. No entanto, ao olhar para as empresas da localidade, esta realidade não se manifesta. Desta forma, foi possível perceber que, apesar de as verbalizações darem conta de que o racismo não é uma realidade, as práticas me disseram outra coisa e me mostraram a realidade silenciada em muitos momentos. Novamente, portanto, as práticas desmentem os discursos articulados para representar uma realidade que existe apenas no imaginário das nossas organizações. Diante disso, torna-se fundamental para a análise do discurso uma

abordagem que permita desvelar o que está por trás das falas dos sujeitos que compõem o ambiente organizacional.

É preciso que levemos em conta, no que diz respeito às relações étnico-raciais, que temos em nosso país conforme afirma Oliveira (2006, p. 11) “o racismo mais eficaz do mundo: aquele que não tem um padrão, não é evidente. Ele é sofrido e praticado todos os dias, mas não pode ser mensurado, porque não é evidente”. Logo, em muitos momentos a realidade se mostra a partir dos silêncios, daquilo que não é dito, fazendo com que, como salienta Ribeiro (1995, p. 220), “a luta mais árdua do negro africano e de seus descendentes brasileiros foi, ainda é, a conquista de um lugar e de um papel de participante legítimo na sociedade nacional”. Isto se dá uma vez que a sociedade brasileira, de forma geral, continua reproduzindo discursos de superioridade e inferioridade, baseados em critérios étnico-raciais. É possível apreender diante disso que os discursos são fundamentais para a estruturação da sociedade tal qual conhecemos. Para Da Matta (1991, p. 76)

Num meio social como o nosso, onde – cada coisa tem seu lugar demarcado e, como corolário, - cada lugar tem sua coisa – os índios e negros têm uma posição demarcada num sistema de relações sociais concretas, sistema que é orientado de modo vertical: para cima e para baixo, nunca para os lados. É um sistema assim que engendra os laços de patronagem, permitindo conciliar num plano profundo posições individuais e pessoais, com uma totalidade francamente dirigida e fortemente hierarquizada.

A partir disso, quando incluímos a etnicidade na análise, é possível perceber como tais relações se explicitam e os lugares, em municípios como Quatro Pontes, no qual a questão étnica é o principal elemento fundador ficam ainda mais determinados e restritos àqueles que não compõem o grupo étnico dominante. Seria, no entanto, conforme afirma Fairclough (2001), um erro afirmar que apenas o discurso molda a sociedade. Ele é elemento constitutivo da estrutura social, sim, mas está vinculado a instituições e práticas que o reificam a todo momento. “A constituição discursiva da sociedade não emana de um livre jogo de ideias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 93). Torna-se, portanto, essencial compreender que a simples elaboração discursiva não levaria a práticas sociais, é a reprodução e manutenção de tais discursos que o fazem.

Para compreender a relação entre discurso e práticas sociais, Fairclough (2001, p. 90) sugere considerar o discurso como sendo “o uso da linguagem como forma de prática social”. Assim, para o autor, as práticas sociais, da mesma forma que o texto, são

elementos que compõem o discurso. Destarte, Bauman (2001, p. 66) afirma que “discursos [...] são metalinguagens que ensinam as pessoas a viver como pessoas”. Assim, torna-se possível compreender o discurso para além da fala, podendo inclusive atuar como mecanismo de dominação.

Neste sentido, Hardy e Phillips (2004), salientam que o discurso não presume a descrição do mundo, mas constitui-se de fenômenos que passam a existir através da articulação discursiva, vinculada a relações de poder. É, portanto, a estrutura social e as ideologias por ela concebidas e reproduzidas como verdadeiras que determinam a realidade. Conforme afirma Foucault (1979, p. 12):

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral de verdade”, isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

Para Foucault, portanto, o discurso é fundante, logo, produz verdades em determinado momento histórico. Para o autor, o discurso é muito mais do que simples expressão de ideias (FOUCAULT, 2007) e deve ser assim pensado como agente que transforma o mundo social e determina o que é considerado verdadeiro, reificando práticas e representações. Logo, na análise de Alvesson e Deetz (1998, p. 254) “o poder reside na própria formação discursiva”. É possível afirmar desta forma que as coisas não preexistem às palavras, ao contrário, são os discursos que as produzem e determinam. Neste sentido pode-se apreender que os discursos são constituídos das verdades que as sociedades julgam adequadas e tomam para si.

Diante disso Foucault (2007) menciona que a verdade é histórica, é produto de sua época. Ela é o resultado do choque de conhecimentos, e assim, cada sociedade produz as suas verdades, pautando-se em seus próprios discursos. Desta forma, Foucault (1979) aponta que tanto elementos verbais ou explicitamente discursivos, quanto aqueles que não aparentam ser discursivos, mas que contêm em si os discursos como gestos e elementos visuais ou imagéticos podem ser considerados (TEIXEIRA, 2015).

No que diz respeito à questão racial no Brasil, a ideia de que o país é livre de preconceito se fortaleceu, conforme afirma Sansone (2003) a partir dos anos de 1930 quando as relações raciais passaram a ser centradas no mito da democracia racial. Estabeleceu-se aí a crença de que por não haver leis segregatórias, brancos e negros poderiam vislumbrar as mesmas possibilidades. Para o autor o mito da democracia

racial foi aceito pela maioria dos brasileiros, não foi, portanto, uma imposição, e passou a ser reproduzido pelos sujeitos nas mais diferentes esferas da vida cotidiana (SANSONE, 2003). Desta maneira, estabeleceu-se no Brasil a ideia de que as desigualdades raciais com as quais nos deparamos não são privilégio de raça, afinal a crença da democracia racial nos faz acreditar que vivemos em uma sociedade igualitária, na qual brancos e negros têm as mesmas oportunidades e possibilidades, afirma Schucman (2012).

Diante disso, tem-se que a manutenção da ideia de que o Brasil seria o “país da democracia racial” que chamou a atenção do mundo todo durante muito tempo foi possível pois discursos fortemente disseminados e reproduzidos se consolidaram como práticas sociais. Sabe-se que várias são as formas de manifestação das práticas sociais que determinam comportamentos. Estas podem ser expressas pela linguagem verbalizada, silenciamento ou expressões culturais mantidas como forma de sustentar a hegemonia de determinado grupo social. É importante, portanto, compreender como os discursos são compostos e articulados e passam, por fim, a compor as práticas sociais dos sujeitos.

É importante notar, portanto, como a construção discursiva acerca das relações raciais no Brasil possui elementos que a diferenciam do que ocorre em outros lugares, especialmente em virtude da crença na harmonia racial. O modelo racial brasileiro não excluiu o negro formalmente dos espaços. No entanto, ele o incluiu na sociedade e, ao mesmo tempo o silenciou e segregou. Em minha concepção, isso gerou resultados ainda mais perversos do que aqueles dos países no qual a segregação foi legalizada, uma vez que mascarou o racismo em nosso país.

Existe, portanto, um componente ideológico que em maior ou menor grau compõe o discurso. Para Brandão (2002, p. 10-11) “a linguagem não pode ser encarada como uma entidade abstrata, mas como o lugar em que a ideologia se manifesta concretamente, em que o ideológico, para se objetivar, precisa de uma materialidade”. A existência de tais ideologias pode ser manifestada verbalmente e até mesmo pelos silenciamentos. Assim, para não colocar em risco aquilo que é determinado ou algo em que o sujeito acredita, ele silencia. Este posicionamento advém de práticas sociais que são socialmente e ideologicamente determinadas e reproduzidas sistematicamente pelos sujeitos em seu cotidiano. Para Lauwe (1983) a imposição de ideologias muitas vezes se dá sem que os sujeitos se deem conta.

Neste contexto, têm-se ainda a linguagem (verbalizada ou não), enquanto determinante de práticas sociais. De acordo com Lane (2012, p. 34), a linguagem pode ser vista como produto de uma coletividade e, desta maneira, reproduz os valores associados às práticas sociais que se cristalizaram. Assim ela reproduz uma visão de mundo que é produto de relações que se desenvolvem para a sobrevivência de determinado grupo social. Neste sentido, entendo que os discursos possuem um papel decisivo, uma vez que como apresenta Linstead (1999), os textos, sejam eles verbais ou escritos, são importantes formas de ação social.

Neste contexto, ao falarmos especificamente da região em que este estudo foi realizado, como poderá ser visto posteriormente, é possível afirmar que, conforme afirma Freitag (2007, p. 45) “a noção de vazio demográfico destaca-se no contexto como poderoso material para a construção dos significados atribuídos ao extremo-oeste paranaense”. É, portanto, a partir do discurso do vazio demográfico que se estabelecem os discursos fundadores da região e, por consequência, a valorização da etnicidade. No caso de Quatro Pontes, a valorização da germanidade. Isto porque, conforme poderá ser observado, o grupo que seria destinado à (re)ocupação da região do extremo-oeste paranaense deveria ter, além de capital financeiro para aquisição das terras, o capital simbólico necessário para que pudesse compor a região, dentre os quais destaco o caráter étnico. Desta forma, conforme afirma Freitag (2007, p. 103)

Atributos como "trabalhadores" e "aventureiros" "marcaram uma linha imaginária que divide trabalhadores advindos do sul e do norte do país. "Brasileiros" e "de origem:" Esse adjetivo ainda hoje é utilizado na identificação de estirpes alemã e italiana. Essas atitudes tornaram-se práticas afirmativas de diferenças e divisões necessárias para a constituição da identidade regional em questão.

O capital simbólico aqui destacado está nitidamente relacionado a questão étnico-racial. É a partir desta construção que se tem o município como símbolo da etnicidade. Sendo a raça um dos pressupostos estruturais da sociedade brasileira (CARNEIRO, 2005) e, estando o referido município incluído nesta sociedade, inevitavelmente as questões que estruturam o Brasil em termos raciais se manifestam também ali, no entanto, possui ainda como ponto fundamental a perspectiva da etnicidade.

São essas construções discursivas que, conforme aponta Fairclough (2001), contribuem para a construção de identidades sociais e o que chama de posições de sujeito, que entendo como os posicionamentos que os sujeitos podem assumir dentro da estrutura social em que estão inseridos. Também, para o autor, o discurso contribui para

a formação de relações sociais entre as pessoas, bem como para a construção de sistemas de conhecimento e crença. Assim, podem os discursos ser determinantes para a construção da realidade social, a partir de uma construção histórica que privilegia um grupo em detrimento de outro, como ocorreu com o processo de diferenciação e posicionamentos de brancos e negros no decorrer da história. Até mesmo o que chamo de arquitetura social pode ser determinada por relações discursivas, como defendo nesta tese.

Fairclough (2001) corrobora este argumento ao afirmar que entende o discurso não como atividade individual, mas como forma de prática social. Assim o discurso não é mais visto a partir da dialética língua-fala como proposto por Saussure, mas a partir da relação dialética entre discurso e estrutura social (FAIRCLOUGH, 2001). Para o autor, portanto

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem. [...] o discurso é uma prática não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

É, portanto, a partir dos discursos que a realidade social vai se moldando no decorrer do tempo. Desta maneira, foi também a partir de discursos que o município de Quatro Pontes se constituiu, representado pela etnicidade germânica e, a partir da reprodução discursiva e das práticas sociais dela decorrentes, ele se mantém como “um pedaço da Europa no oeste paranaense”. Assim sendo, é fundamental compreender como essa construção discursiva se deu, para que seja possível entender como se chegou até a realidade atual e propor possibilidades de mudança desta realidade. Vamos, portanto, conhecer o referido município a partir dos discursos que o fundaram.

3 O MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES E A CONSTRUÇÃO DA GERMANIDADE

Quem chega a Quatro Pontes logo percebe: a cidade foi fundada por descendentes de alemães! (Reportagem televisiva, 08/03/14).

Neste capítulo apresentarei a história do município, contada a partir de diversas vozes, e como a construção desta história – aliada à fortes discursos de cunho étnico – foi influenciada e, ao mesmo tempo, influenciou a construção de uma identidade hegemônica – a germânica – para a localidade. Importante destacar ainda que a construção dessa identidade se pautou também na construção de uma memória simbólica que estabelece quem são os fazedores desta história, apresentando-os, via de regra, como únicos responsáveis pelo desenvolvimento do lugar. Para compreendermos como isto se deu, comecemos então pelo começo, ou suposto começo:

A década de 1950 já estava em andamento quando chegaram ao hoje município de Quatro Pontes [...] os primeiros habitantes, vinda viabilizada pela empresa Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A – Maripá. [...] agricultores do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, especialmente descendentes de alemães e italianos, foram motivados a adquirirem terra na nova colonização, que brotava de forma vigorosa no Oeste do Paraná. A estratégia deu certo e, poucos anos depois foi iniciada a ocupação do solo (SITE DO MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES, 2016, grifos meus).

Assim como nos demais municípios da região, a história oficial de Quatro Pontes dá conta de que este surgiu (a expressão “surgiu” é utilizada no site do município para falar sobre o início do processo de (re)ocupação) em meados da década de cinquenta do século passado, através de colonização organizada pela Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A MARIPÁ. Os primeiros colonos – descendentes de germânicos e de religião Católica – vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina – ditos pioneiros – chegaram à região por volta de 1951. Em entrevista concedida para uma rádio da região, no ano de 1984 (posteriormente publicada em um site que apresenta as chamadas “memórias dos pioneiros”), os dois chamados primeiros moradores da localidade após o processo de (re)ocupação empreendido pela madeireira – que denomino morador 01 e morador 02, tendo em vista manter o anonimato dos entrevistados – falaram sobre como chegaram à localidade e o que ali encontraram:

Repórter: Como foi essa vinda [...] até Quatro Pontes?

Morador 01: Levou seis dias. Saíamos de lá sábado de manhã e chegamos no outro sábado. Foi 8 dias.

Repórter: O senhor construiu/instalou a primeira serraria aqui?

Morador 01: A primeira serraria em Quatro Pontes foi instalada por nós.

Repórter: O que é que existia aqui em Quatro Pontes quando o senhor chegou aqui, o senhor foi o primeiro morador, assim. O que é que havia já alguma coisa em Quatro Pontes? A colonizadora já tinha feito alguma coisa?

Morador 01: Não! Não tinha nada. Unicamente o que existia era um barracão [...]

Repórter: E que tipo de atividade o senhor começou? Foi logo abrindo mato sendo agricultor ou ceramista que hoje é o senhor ou que tipo de atividade o senhor desenvolveu?

Morador 02: Não! Eu trabalhei como simples empregado, empregado no comércio do Empório Toledo Ltda. naquele tempo. A matriz era em Toledo e essa aqui era a filial 2. Nos anos 52 e 53, este comércio trabalhou com 13 filiais naquele tempo (MEMÓRIA RONDONENSE, 2017, grifos meus).

O barracão a que o morador 01 se referia era oriundo de uma ocupação anterior havida na região, qual seja, de empresas inglesas que extraíam erva-mate, as chamadas *obrages* (GREGORY, 2008). No entanto, a história oficial do município silencia completamente acerca de tais atividades.

Desta forma, olhando para a maneira como a história oficial de Quatro Pontes é contada, a impressão que se tem é de que tanto este município quanto a região Oeste do Paraná passaram a existir apenas a partir do momento, em que entra em cena a empresa colonizadora. Não se considera em nenhum momento os povos que habitavam e trabalhavam na região antes dela. Isto se dá, entre outros fatores, em virtude de que, conforme salienta Duarte (2015, p. 34)

Baseada em outras experiências de colonização, a empresa preocupou-se [...] com as vendas de lotes e que fossem realizadas construções de casas, de hotéis e de estradas. Enfim, ofereceu um projeto mais completo de infraestrutura. Tais fatores permitiram que os acionistas residissem no local, trazendo para perto do empreendimento toda uma estrutura administrativa em que cargos importantes eram, além dos próprios acionistas, ocupados por pessoas residentes do local. Essa situação, além de criar “personagens importantes” que ocupavam funções políticas relevantes, deixou também documentos e registros que permitiram que sua trajetória fosse amplamente reconhecida.

Porém, apesar deste silenciamento, tem-se que “[...] a área fronteira encontrava-se pontilhada por estabelecimentos estrangeiros que se destinavam a exploração de erva-mate e madeira, riquezas naturais abundantes naquela área” (FREITAG, 2007, p. 23). Não obstante, se mantém e é disseminado o discurso de que os germânicos, convidados por representantes da indústria madeireira foram os primeiros a ocupar as terras onde hoje fica o município.

No entanto, a história do oeste paranaense não se inicia com a chegada dos imigrantes, tampouco a partir da atividade *obrageira*. Conforme salientam Priori *et al* (2012) no século XVI a região já era conhecida. Os autores afirmam ainda que a ocupação do Oeste se deu em quatro etapas, quais sejam: a primeira refere-se à sua ocupação por povos indígenas; a segunda vincula-se à presença de padres jesuítas na região; na terceira etapa tem-se a ocupação por empresas que visavam a exploração da madeira e da erva-mate e o quarto período refere-se ao momento que é apresentado de maneira geral como sendo o período de colonização da região. Trata-se da atuação das empresas colonizadoras.

A partir disso, é possível perceber que, embora a história oficial aponte a região oeste como desabitada, quando do início da atuação das chamadas colonizadoras, na qual os migrantes puderam adquirir terras, desmatar e fixar sua residência, esta já era habitada por outros povos. Neste sentido Freitag (2007, p. 23-24) afirma que

Muito embora fosse apresentado, ainda no início do século XX, como território vazio e inóspito, aparentemente sem civilização, muitos estrangeiros e migrantes lá se mantinham vivendo de seu trabalho e de sua produção em sua maioria no interior de grandes propriedades denominadas de *obrage*.

Além destes, os indígenas também ocupavam as terras do oeste paranaense neste período. No entanto, conforme salienta Crestani (2016) estes foram marginalizados no processo civilizatório, tendo em vista que os mercedores dos benefícios concedidos para a ocupação das terras eram os colonos de origem europeia. Neste sentido Priori *et al* (2012, p. 76) afirmam que “a exemplo de outras regiões paranaenses, a ocupação de novas terras pelas populações brancas, tanto europeias quanto brasileiras, ocorreu, sobrepondo territórios nativos”.

A ideia de ocupação de um local desabitado – vazio – se destaca, portanto, quando esta é apresentada como uma “nova colonização” e se silencia sobre a existência de quaisquer outras possibilidades. Nas palavras de Freitag (2007, p. 75): “acreditamos que a população que povoou o espaço regional em questão [...] responsabilizou-se em proliferar representações do vazio”. No entanto, ao ouvir outras vozes, novos contornos são dados para esta história. Em 1925, Cezar Pietro Martinez assim descreve a região:

Os sertões do Iguassú constituem uma zona inteiramente diversa, uma espécie de Amazônia, ainda não acabada para a habitação do Homem. O brasileiro desconhece-a como si não fora um pedaço do Brasil. E, na verdade é mais paraguaya e argentina, pois que nem o nosso idioma, nem o nosso dinheiro, ali conseguiram chegar. Os poucos nacionaes que ai aportam, embora de passagem, no desempenho de um mandato oficial, submetem-se ao meio que lhes deita o braço de ferro e os converte, pelo menos aparentemente. Nessa longa faixa de sertões intermináveis, sob um só

ardente e creado, habita em certos pontos, uma onda humana, transitória, que chega e parte, todos os dias, para de novo voltar e de novo partir. (MARTINEZ, 1925, p. 8 citado por FREITAG, 2007, p. 65, grifo meu).

No fragmento ora apresentado, Martinez exhibe uma visão da região Oeste do Paraná que difere daquela propalada oficialmente. São aqui apresentadas as pessoas que trabalhavam na região neste período, que é anterior ao processo de colonização iniciado na década de 1950. Importa destacar que uma característica fundamental da região naquele momento era a transitoriedade dos empresários e trabalhadores que nela atuavam. Não ocorreu, neste período, portanto, um efetivo movimento de ocupação das terras, mas de atividades econômicas, realizadas por empresas estrangeiras que visavam a extração de madeira e erva-mate. Moradora do município, filha de um dos chamados pioneiros, Clara destaca o que sabe sobre a localidade no período anterior ao processo de colonização:

[...] entravam, sabe, pra devastar a erva mate que era colocada com rolos, vendido lá pra Guarapuava, pra lá... e... por isso também as estradas estão, assim, do jeito que são, sabe... passava por Sarandi, Quatro Pontes... tinha postos, tinha locais onde colocavam essa erva mate e vendiam, né! Isso antes de 1950, bem antes, lá por trinta e pouco, né! (CLARA, 66 anos, professora, germânica).

Apesar de ocuparem a região, a historiografia apresenta estes trabalhadores como não brasileiros – em sua maioria – que não tinham a pretensão de fixar residência na área, mas de tê-la como fonte de renda. No entanto, esta ocupação do território nacional por empresas estrangeiras levou a um processo de desnacionalização e abandono da região em meados de 1920, de acordo com o que afirmam Priori *et al* (2012). No mesmo sentido, Freitag (2007, p. 73) salienta que “no extremo-oeste do Paraná, as referidas *obrages* delinearão a estrutura produtiva da região até a década de 1930”. Isto se deu tendo em vista que no período anterior à 1950, quando se iniciou efetivamente a chamada colonização do oeste paranaense, foram efetivadas grandes concessões de terras para a ocupação da região (WACHOWICZ, 1987; FREITAG, 2007; GREGORY, 2008), que, no entanto, não ocorreu.

Conforme citado por Wachowicz (1987, p. 222) os principais destinatários de tais concessões foram “Domingues Barth, Nunez Giboja, Empresa Mate Laranjeiras e Julio Thomas Allica”, que exerciam atividades econômicas em diferentes regiões do estado. Nas terras onde hoje se localiza o município de Quatro Pontes, passava a chamada “picada Allica” que servia de estrada para o fluxo migratório na região. Isto porque a área delimitada como *obrage* 8 pertencia à *Compañia de Terras Del Alto*

Paraná, de Julio Tomás Allica, adquirida posteriormente, em 1946, pela Companhia Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S. A. – MARIPÁ (PFLUCK, 2016).

Em uma expedição à região chefiada pelo Secretário do Estado do Paraná, Pietro Cezar Martinez, e pelo Tenente-coronel José de Lima Figueiredo, os aspectos de relativo abandono e ocupação estrangeira do território foram percebidos. Criou-se, a partir disso, um movimento que visava retomar a região. Para tanto, construiu-se discursivamente uma concepção de vazio demográfico, que deveria ser ocupado pela colonização pioneira, dizem Piori *et al* (2012). Para os autores, ao ignorar as populações que residiam ou atuavam economicamente nesses locais, o discurso oficial perpetuou a visão de que esse movimento colaborou na ocupação de uma região ‘vazia’, ‘isolada’, entregue às *obrages* estrangeiras.

O governo brasileiro, por sua vez, adotou medidas para retomar a região, a fim de colocar em prática a sua ideia de nacionalização do território – como veremos posteriormente – atuando principalmente nas regiões fronteiriças. Conforme salienta Freitag (2007, p. 52) o governo entendia que era necessário “construir uma nação pelo controle completo de suas fronteiras”. A partir deste posicionamento é que se inicia o processo de (re)ocupação e colonização da região.

Foi este movimento do governo brasileiro que levou à chamada Marcha para o Oeste. Esta foi uma ação de ocupação de territórios de fronteira realizada pelo governo de Getúlio Vargas (GREGORY, 2008), a partir da qual o então presidente objetivava ocupar espaços que estavam sob domínio estrangeiro ou ainda desabitados, dentre os quais estava a região Oeste do Paraná. “Para Vargas, o verdadeiro sentimento da brasilidade implicava em contemplar a ocupação do território através da colonização” (GREGORY, 2008, p. 69). Nas palavras do então presidente:

[...] precisamos de novo suprir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender fronteiras econômicas, consolidando, definitivamente os alicerces da Nação. O verdadeiro sentido da brasilidade é a Marcha para Oeste, [...] E lá, teremos que ir buscar: - dos vales férteis e vastos [...]. (VARGAS, 1940, p. 124 citado por FREITAG, 2007, p. 91).

Diante disso, no que concerne à região Oeste do Paraná, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, muitas das empresas estrangeiras que aí atuavam tiveram suas atividades interrompidas, tendo em vista o projeto nacionalista do Estado Brasileiro. No entanto, alguns remanescentes de tais ocupações ali ficaram. Pessoas hoje sem nome ou sobrenome, esquecidas nos relatos que contam as histórias das cidades. Histórias que,

via de regra, iniciam-se a partir do vazio demográfico. Neste sentido salienta BAO (2017, p. 145)

O período entre 1946-1952 é amiúde tido como o tempo da “epopeia” dos “colonizadores pioneiros”. Entretanto, sabe-se que, mesmo com a chegada dos “colonizadores rio-grandenses”, um determinado contingente de população destoante do binômio ítalo-teuto permaneceu como remanescente do local. Embora não haja dados exatos relativos à quantidade de pessoas que permaneceram ali após o encerramento da *obrage* [...].

No mesmo sentido, Duarte (2015, p. 60) afirma que “[...] essas pessoas trabalharam intensamente nas atividades de desmate, de preparação da terra, de construções de casas, de estradas, entre outras obras de infraestrutura básica”. Dona Ilka, matriarca da segunda família enviada pela colonizadora Maripá ao município, ao falar dos primeiros meses na “nova” região, não corrobora o discurso do vazio. Ela fala da existência de funcionários que trabalhavam no desmatamento da região. Nas palavras dela

Sim, tinha gente pra desmatar e pra marcar os lotes, eram funcionários da Maripá. Eles tinham acampamento ali. Eu não sei mais ao certo onde era o acampamento. [...] Eles foram tudo mais pra adiante no mato. Eu sei que quando eles vieram, a maioria veio domingo de manhã pra fazer compra. Eles saíram do mato e vieram pra cá fazer compra (D. Ilka, 89 anos, aposentada, grupo germânico).

No mesmo sentido, João Carlos, comerciante aposentado, componente do grupo germânico me disse:

Realmente, o pessoal que ali naquela época trabalhou na empresa, para abrir estrada, para derrubar mato e tal, eles hoje já não estão mais aí. Mas são pessoas que realmente deram o braço [...] naquela época, a mão de obra na derrubada de mato era simplesmente paraguaia. Inclusive, os paraguaios eram bons de derrubar mato. Ainda não se tinha motosserra naquela época, e normalmente eram paraguaios que fugiam de lá, ou que eram bandidos, que cometeram crimes lá e vieram para cá. Mas aqui eles se comportaram bem direito. Não (tiveram problemas) com os brasileiros. E depois essas pessoas foram embora. Quando vieram as máquinas, a modernidade, aí não fazia mais sentido. Hoje não tem mais (João Carlos, 80 anos, comerciante aposentado, grupo germânico, grifos meus).

É possível perceber a partir do relato dos moradores que para as atividades de desmatamento que garantiria o “desenvolvimento dos planos do empreendimento colonizador” (GREGORY, 2008, p. 160), foi necessária a presença de trabalhadores de diversas origens. No entanto, saliento nos discursos dois aspectos: o anonimato destas pessoas e a transitoriedade. Eram funcionários contratados para auxiliar no desmatamento e demarcação da região, não eram, portanto, considerados moradores do lugar, tanto que, conforme afirma D. Ilka, viviam em acampamentos “no meio do mato”. Fica explícito, desta forma, no relato da chamada pioneira do município que,

apesar de reconhecer que estas pessoas existiram, estes eram tidos apenas como mão-de-obra e não como componentes da comunidade que nascia naquele momento. Após finalizarem as suas atividades, portanto, como diz a moradora, “[...] eles foram tudo mais pra adiante no mato”.

Desta maneira, conforme afirma Freitag (2007, p. 110), no que diz respeito à composição da mão-de-obra para o desmatamento da região, esta era “de baixo custo de tal trabalho, compunha-se de trabalhadores do norte do país e paraguaios, antigos *mensus* trabalhadores das unidades *obrageras*”. No entanto, estes – denominados “outros” – não eram bem quistos na região – uma vez que a constituição étnica era fator preponderante para a empresa colonizadora – e, desta forma, foram completamente invisibilizados nos relatos oficiais acerca da região.

O relato de João Carlos confirma isso. Ao usar a expressão “deram o braço” ele salienta a relevância que essas pessoas tiveram para a realização das atividades na localidade. No entanto, chama a atenção ainda neste fragmento discursivo o vínculo estabelecido entre tais trabalhadores e aspectos negativos, quando, por exemplo, diz que se tratavam de bandidos, que, porém, se comportavam bem por aqui. É bastante comum nos relatos que confirmam a história oficial, indicar que componentes de grupos menos privilegiados, ou minoritários sejam vinculados a aspectos negativos ou silenciados.

Gregory (2008) afirma ainda a este respeito que o fato de muitos núcleos populacionais da região não mais serem mencionados e, tampouco fazerem parte da história oficial dos municípios que a compõem, “é mais um indício de que a área, na medida do possível e sutilmente, foi “limpada” pela Maripá e pelos colonos” (GREGORY, 2008, p. 173). No mesmo sentido, Freitag (2007) considera que a empresa colonizadora teve papel essencial no que diz respeito à construção e reprodução do discurso que deu – e dá até os dias atuais – respaldo à identidade étnica da região. A autora afirma ainda que se justificava o discurso do vazio demográfico amplamente disseminado acerca da região, uma vez que se “negligenciava a presença de nacionais, estrangeiros e indígenas, antigos habitantes daquele espaço” (FREITAG, 2007, p. 98).

Este fato pode ser percebido no relato apresentado a seguir, que aborda a forma como foi estabelecido o que hoje é o município de Marechal Cândido Rondon, no Oeste do Paraná. Localidade esta que é tida como “município mãe” de Quatro Pontes, onde este estudo se ambienta:

[...] Em 1951 foi fundada a Colônia General Rondon, de cujo estabelecimento e desenvolvimento participaram exclusivamente alemães.

Quem hoje visitar General Rondon, mal pode compreender que há três anos apenas imperava nesta região, impenetrável, a mata virgem. Com perseverança tenaz e à custa de muito trabalho, o colono germânico lá mostrou a sua capacidade. O primeiro habitante e fundador de General Rondon é o Sr. Benno Weirich; derrubou a primeira árvore a fim de iniciar a construção da localidade. Durante cinco meses viveu com a mulher e os filhos em meio da selva, completamente isolado de qualquer comunicação (AULICH, 1953, p. 43-44, grifos meus).

Este relato demonstra explicitamente o discurso fundador da região mencionada, que impera ainda hoje. Apenas são citados na história oficial os germânicos – destemidos desbravadores – que trouxeram para a região a sua força de trabalho e a transformaram no que hoje temos. É possível identificar, neste discurso, a imagem do colonizador, do herói. Esta é uma forma muito comum de se referir aos chamados pioneiros na região, como abordarei posteriormente.

Considero importante salientar aqui que, conforme menciona Stein (1999), a ocupação do extremo oeste do Paraná foi feita a partir de um planejamento deliberado – executado pela empresa Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A. - MARIPÁ – que tinha como um de seus pilares que as terras deveriam ser vendidas exclusivamente para descendentes de italianos ou alemães. Assim, foi a colonizadora que, de maneira impositiva, determinou quem seriam os ocupantes daquelas localidades. É possível apreender ainda, diante do exposto que, conforme afirma Seyferth (2000), a distribuição dos espaços a serem ocupados não foi aleatória e proporcionava certo isolamento das colônias, o que permitiu a formulação de identidades étnicas. “Em muitos desses núcleos coloniais, foram conservadas tradições culturais, falando a língua e manifestando costumes e hábitos, denotando em alguns casos uma profunda identificação com o país de onde os imigrantes provinham”, diz Zanelatto (2007, p. 140).

No entanto, esta ideia de um território constituído exclusivamente de população previamente selecionada não era de interesse apenas da empresa colonizadora – organização privada – mas era também de interesse do poder público que assim se procedesse a (re)ocupação do território. Bento Munhoz da Rocha Neto, governador do Estado do Paraná, no período em que se deu a Marcha para o Oeste e os processos denominados de “colonização” da região Oeste do estado, se posicionou de maneira favorável à “limpeza étnica”. Conforme afirma Freitag (2007, p. 92) “selecionar a população que viria povoar as referidas regiões foi dentre as destacadas, uma atitude posta em relevo por parte da administração estadual de Bento Munhoz da Rocha Neto”.

Desta maneira, a ideia de europeizar a região para garantir a sua civilização estava sempre presente (CRESTANI, 2016). Conforme o que afirma Stein (1999), a empresa responsável pela ocupação dos espaços que hoje compõem os municípios da região Oeste do Paraná elaborou, em 1955, um plano de ação no qual estavam determinados o tamanho dos lotes a serem comercializados, a produção que seria a base da economia e quais seriam os grupos que deveriam ocupar a região. O documento explicitava que a escolha não era aleatória e estava fortemente vinculada à perspectiva étnica. “O sucesso da região apenas seria possível a partir da escolha do “elemento humano” apropriado”, diz Stein (1999, p. 131).

A exemplo do que ocorreu no Brasil de forma geral, pode-se notar através da análise dos discursos produzidos à época que, na região supramencionada, também a ideia de civilização estava atrelada aos imigrantes europeus, mais especificamente italianos e alemães. Ondy Hélio Niederauer, responsável por elaborar o plano de ação da madeireira, assim define – em fragmento citado por Stein (1999) – aqueles que eram considerados os povos ideais para ocuparem as terras do Oeste:

[...] Esse agricultor, descendente de imigrantes italianos e alemães, com mais de cem anos de aclimatação no país, conhecedor das nossas matas, dos nossos produtos agrícolas e pastoris, primando pela sua operosidade e pelo seu amor a terra em que trabalha, seria, portanto, o elemento humano predestinado a realizar grande parte desta tarefa [...] (STEIN, 1999, p. 131).

Aí está bem explícito que o elemento humano adequado para a ocupação da região é o imigrante europeu – mais especificamente, alemão e italiano (para o município de Quatro Pontes, especificamente, alemães – Católicos). Reforçava-se, desta maneira, que o desenvolvimento nos viria através da Europa, tendo em vista ser este o modelo que grande parte do mundo considera um padrão adequado quando se fala em progresso. Diversos elementos discursivos – além deste apresentado anteriormente – foram utilizados para reforçar a ideia da necessidade de trazer ao oeste os sujeitos adequados para garantirem o seu desenvolvimento. Para Stein (1999) tais elementos discursivos estão vinculados à construção da imagem do colono, ou seja, aquele que viria ocupar as terras disponíveis para a comercialização. Os discursos giravam em torno da exaltação deste como afeito ao trabalho e apegado à terra. Portanto, uma certa predestinação é inerente aos descendentes de “[...] alemães e italianos como sujeitos “iluminados” que, através de seu caráter “laborioso e ordeiro”, com uma ascensão garantida revelariam, em certa medida, uma “predestinação” ao sucesso”, afirma Stein (1999, p. 132). Esta imagem é, ainda hoje, amplamente difundida e compõe parte das

representações acerca da germanidade que sobressaem nos discursos disseminados na região.

Nossa maior virtude aqui, dos alemães, é um povo trabalhador, né! Um povo que, assim, vai atrás do seu objetivo, procura! Um povo exigente, um povo que cobra! [...] é a cultura do alemão! [...] o povo alemão tem uma diferença, não sei se você já percebeu... ele não deixa pra fazer amanhã! [...] a cultura alemã é isso aí! Ela vai atrás, ela faz acontecer! Então a gente vê a diferença de povo alemão, italiano, polonês, comparando a nossa região com o norte do Brasil, que o povo não é tão, assim, de pegar, de fazer as coisas acontecer, do que a região sul (CARLOS, Gestor Público, grupo germânico, grifos meus).

O fator étnico foi, portanto, preponderante para a política de colonização da região, a partir de meados de 1950, afirma Gregory (2008) e é disseminado e tem os discursos de superioridades reproduzidos ainda em nossos dias, como visto. Em sua fala, Carlos explicita tais aspectos quando diz que ser trabalhador – o que classifica como virtude – faz parte da “cultura do alemão”. Para fazer esta afirmação, Carlos lança mão do interdiscurso, uma vez que a concepção discursiva de que o germânico é afeito ao trabalho e, desta forma, “agente civilizador” do território brasileiro, vem sendo reproduzida desde que os esforços pela imigração passaram a ser realizados. Estes objetivavam trazer o desenvolvimento ao país através do europeu, conforme veremos à frente.

Desta maneira ele estabelece, ainda que de maneira implícita, a diferença dos alemães em relação aos demais integrantes do município de Quatro Pontes. Após ele amplia a sua concepção de “povo trabalhador” e inclui nela italianos e poloneses e explicita em seu discurso, ao comparar a região sul ao norte do país que a descendência europeia é fator preponderante ao desenvolvimento desta. Vê-se, desta maneira, que a imagem do europeu como um grupo diferenciado, disseminada no período da (re)ocupação da região Oeste do estado do Paraná continua sendo reproduzida ainda hoje em discursos como o de Carlos.

Foi também esta crença na superioridade étnica e na necessidade de manter os diferentes grupos em localidades diferentes que fortaleceu a vinda de gaúchos e catarinenses para a região. Além disso, conforme salienta Crestani (2016), eram exaltadas as excelentes condições oferecidas aos imigrantes que desejassem ocupar o solo paranaense. A ocupação do oeste do Paraná, portanto, se deu através da vinda de famílias inteiras, o que de acordo com Stein (1999, p. 132) “contribuiu para a constituição de uma identidade cultural na região”.

Esta identidade cultural, no município de Quatro Pontes esteve vinculada à germanidade desde a chamada colonização e, inicialmente, tanto grupos descendentes

de europeus, porém não germânicos, como os chamados nortistas eram tidos como inferiores. Nas palavras de Stein (1999, p. 133)

[...] essas construções discursivas são elaboradas também com relação ao “outro”, o indesejável. Esses “elementos” não aptos seriam os colonos, também descendentes de europeus, ucranianos e poloneses que habitavam a região sul do Paraná, os indivíduos da frente “nortista” que avançavam do Norte do Paraná com a expansão cafeeira e os denominados caboclos que habitavam o interior do estado.

Desde o início, portanto, os discursos apresentados pelos diferentes movimentos envolvidos no planejamento da colonização do estado não compreendiam os negros, indígenas, os chamados caboclos ou ainda os considerados brancos de “segunda linha” como parte da empreitada de ocupação. A empresa colonizadora buscava, portanto, construir o que considerava ser a identidade ideal para a região através da união e isolamento de grupos de origem étnica e crenças religiosas específicas, afirma Freitag (2007).

Em minhas caminhadas pelo município, em busca das histórias que o constroem, conversei com D. Maria, matriarca de uma das primeiras famílias germânicas que chegaram a Quatro Pontes, na década de cinquenta. Hoje com oitenta e quatro anos, contou-me um pouco do que encontrou por aqui à época:

[...] Ah, a viagem.. não foi “tão bom”. A viagem, “nós fomos” quatorze dias na rua... “tava” frio e chovendo e geou e... de caminhão... a gente tinha pouca mudança... nós “foram pobre”... “foram pobres” quando viemos aqui. [...] nós que “começaram” tudo... tirar mato pra por a igreja e tudo... cemitério... tudo nós... meu marido ajudou fazer... tudo... eu... [...] mas não tinha muitas famílias, eu não sei se tinha dez, eu acho que não. Só pouca gente “foi ali”...tinham derrubado o mato, um pouquinho... um pouco, pra vir as casas. Ali “foram” casas estranhas, mas... casas pra morar dentro... o máximo... simples assim... ranchinhos... vamos falar ranchos assim, simples... Logo nós construímos uma casa, o sogro construiu, então nós moramos junto com o sogro, nos primeiros meses... na cidade, ali na cidade foi isso... depois nós “foram”... “derrubaram o mato” pra por uma casinha lá no mato, “começaram” no mato, tudo mato... uma casinha pequena, pobre nós “construíram” (Maria, 84 anos, aposentada, grupo germânico, grifos meus).

Dona Maria, em seu relato, recobra memórias que envolvem muito saudosismo, apesar de afirmar as dificuldades que ela e sua família tiveram na vinda ao Paraná. Ela também reforça a ideia de que foram os germânicos os únicos responsáveis por desmatar e iniciar a construção da comunidade nascente. Quando ela utiliza o pronome pessoal “nós” na construção de sua fala (nós “começaram” tudo), ignora a presença de outras pessoas na localidade, como por exemplo os funcionários da empresa colonizadora que, como visto, auxiliaram no desenvolvimento dessas atividades. Há, portanto, um evidente enaltecimento do discurso do pioneirismo e a confirmação da

ideia do vazio demográfico que, como visto, foi também utilizado para a construção discursiva da história, de maneira que interessasse e favorecesse a companhia madeireira.

Talvez cause algum estranhamento ao leitor a forma como a descrição de D. Maria se constrói. Esta é outra característica muito comum no município de Quatro Pontes, em virtude do planejamento étnico de sua colonização: em muitos ambientes públicos ou particulares a língua falada é o alemão. Os descendentes de germânicos utilizam o dialeto - *Hunsrückisch*⁴ – e não o *Hochdeutsch*, versão oficial da língua. Isto caracteriza o que foi exposto anteriormente, a respeito da criação de núcleos fortemente identificados etnicamente. Muitos munícipes, principalmente idosos possuem dificuldade na articulação da língua portuguesa. Assim, quando não falam o dialeto alemão, há um carregado sotaque ao falarem o português (como se pode perceber na fala apresentada anteriormente). Esta questão da manutenção da língua como forma de conservar também a cultura germânica será abordada mais detidamente à frente.

Retomando a histórica da (re)ocupação do espaço, encontrei o Sr. Clovis. Filho de um dos chamados pioneiros, ele chegou ao município com os pais, aos três anos de idade. Ele assim construiu o seu relato sobre os primeiros anos do processo de colonização:

Os meus pais vieram em 1952 pra cá, e eu tive três anos de idade. Então, aqui era tudo sertão, mato, né! Tudo, tudo, né! E era difícil pra começar a vida aqui, né! E... aí foi desenvolvendo. Só vinha... nessa época era só germânicos, descendentes alemães, que vinham pra cá. Aqui foi tudo colonizado por alemães, né! E o outro povo já veio mais tarde, né, as outras origens. Um ou outro italiano veio também, né! Mas... aí meus pais trabalhavam na agricultura, tudo braçal! Não tinha máquinas, não tinha nada, né! Tudo com animal, não tinha, assim que nem hoje a tecnologia... e assim foi passando os anos (Clovis, 70 anos, empresário, grupo germânico, grifos meus).

A descrição que faz o Sr. Clovis destaca, novamente, que a colonização do município foi realizada pelos germânicos, como nos conta a história oficial. No entanto, para além disso, considero importante destacar que em seu relato o Sr. Clovis que apenas nomina as origens alemãs e italianas quando fala dos sujeitos que compõem o município. Quando se refere aos demais, ele utiliza a expressão “outro povo”. Em meu entendimento, isso caracteriza e explicita a força do discurso da etnicidade no município

⁴ O Hunsrückisch é uma das chamadas línguas de imigração (ALTENHOFEN, 2007), que foi trazida ao Brasil pelos imigrantes germânicos. A língua é oriunda de Hunrück, uma região da Alemanha, ao lado esquerdo do Rio Reno (Rhein), e ao sul do Rio Mosela (Mosel), de onde veio a maioria dos imigrantes para o Brasil a partir de 1824. O dialeto que falavam foi se modificando e se misturando com o português com o passar do tempo no Brasil.

e também reforça estereótipos e crenças de superioridade e inferioridade racial, presentes não só neste município, mas no Brasil de forma geral.

Esta questão da etnicidade como fator determinante para o estabelecimento de relações entre os sujeitos é característica muito presente nas localidades que tiveram um processo de colonização planejado. O entendimento de que a tradição, a cultura e a continuidade da raça se daria a partir do distanciamento destes em relação às demais culturas é algo que se manifesta no cotidiano da cidade. Representante do grupo germânico, D. Carmem, 79 anos, chegou a Quatro Pontes, com a família em 1959. Ela falou sobre a questão da etnicidade, quando se falava de casamento, em seu núcleo familiar. Em seu relato ela diz: “[...] então, assim, daí a minha mãe falou um dia assim: Ele é católico! Evangélico, não! Brasileiro, português, não! E o que mais? Tinha três coisas... polaco, não! E não italiano e não brasileiro... tem que ser alemão e da nossa religião!”. Vê-se desta maneira que para garantir a manutenção da etnicidade, não bastava ser branco, era necessário ser também descendente de germânicos e, para este grupo familiar, católico! A fala de D. Carmem (79 anos, grupo germânico), explicita a forma como o grupo que povoou o hoje município de Quatro Pontes buscava, de alguma maneira, manter a etnicidade e a religião fortalecidas, através – dentre outros meios – da não aceitação do casamento dos filhos com não germânicos. Ela me disse ainda em nosso encontro: “[...] daí a mãe me falou tudo isso ali: tem que ser esse rapaz! Ele é humilde, tem uma gaita, ele fala alemão e são católicos. Nada de outras religiões”!

É possível perceber, desta maneira, que a questão étnica tem relevância fundamental para a composição do município e que há uma classificação interna entre os próprios sujeitos brancos. Há, portanto, os brancos e os “mais brancos” que Schucman (2012) chama de branquíssimos. Neste caso específico – uma vez que no Brasil tais relações são muito fluidas – os branquíssimos são os germânicos. Para Seyferth (1994a), portanto, o processo de colonização do Oeste do Paraná se tornou símbolo da etnicidade, uma vez que levou em consideração as diferenças étnicas para a constituição dos diferentes lugares para os quais as pessoas eram direcionadas quando da compra das terras. Filha de um dos primeiros moradores da localidade, a professora Clara afirma em relação a este aspecto:

[...] porque a (nome da moradora), que vive ainda, tem uns oitenta e poucos anos, ela conta que pra eles entrar aqui e comprar terras, que era tudo dos católicos e brancos, né! Isso era realidade! Era, sabe, cultura germânica, fechada! Então, quem era evangélico ou protestante, na época eles diziam protestante, isso não entrava! Então ele não conseguiu comprar terras da firma Maripá, o (nome do pai da moradora)... por causa que ele era

evangélico. A minha mãe era evangélica, ela sofreu muita discriminação quando ela veio pra cá. Só que ela casou com meu pai, que era católico, né... e ela... eu me criei, assim, desde pequena, sempre a mãe contando sobre a religião dela [...] então eu, um pouco, fui conduzida na religião evangélica, pela mãe. E esse (nome do pai da moradora) não conseguiu comprar uma colônia na firma Maripá, porque ele era evangélico, não entrava aqui! Isso era pra ir pra Rondon! Marechal era o ninho... era bem delimitado! Eles diziam que era briga... antigamente tinha muito, sabe, preconceito em relação à religião. Aí esse (nome do pai da moradora) comprou de segunda mão, de alguém, que tava vendendo, e ele conseguiu só chácara (CLARA, 66 anos, professora, germânica).

A fala de Clara explicita quem eram os sujeitos apropriados para a ocupação do espaço territorial em que hoje está localizado o município de Quatro Pontes. Ao utilizar os léxicos “fechada” e “delimitado” ela confirma que não havia, em primeiro momento, possibilidade de sujeitos de outras origens se estabelecerem na localidade. Este fato é explicitado quando afirma que uma família evangélica teve que comprar terras “de segunda mão”. É notório, portanto, perceber as relações assimétricas de poder que envolviam os sujeitos no momento da (re)ocupação da localidade. Neste sentido, Dona Ilka também salientou em sua fala que não poderia vir para Quatro Pontes quem desejasse, mas apenas quem era autorizado a comprar terras aqui, ela disse:

Podia vim quem quiser, mas eles sempre pnharam mais os Católico ali pra Quatro Pontes, quando veio a turma de compradores, os Católico ficaram em Quatro Pontes. Os Evangélicos pra Rondon e daí tinha... pra Dez de Maio também era Católico. E lá pra Santa Rosa era... polaco... uma coisa assim. Por causa da religião eles pnharam (D. Ilka, 89 anos, aposentada, grupo germânico).

Em uma conversa que tive com o Sr. João Carlos, 80 anos, de origem germânica, que chegou a Quatro Pontes em 1958, ele me disse que essa restrição religiosa fez com que a localidade ficasse menor. Em suas palavras:

foi uma época que o pessoal, os vendedores de terras, que eram de Serro Largo, que era uma região bastante... só Católicos, né... e eles não vendiam, ou procuraram não vender terras para quem não era Católico, né! E com isso, aqui, parou um pouco o progresso, né... a imigração, né... e o pessoal foi mais pra Rondon, que lá... e aqui a Maripá tinha ideia de... por exemplo... aqui era uma cidade planejada, do centro, e depois ficou parado!

Diante destes relatos é possível verificar que no chamado processo de colonização da região a questão étnica e religiosa era tida como fator de extrema relevância. Neste sentido Bao (2017, p. 147) afirma que “imperava o ideal de se evitar certos grupos sociais”. O autor segue dizendo que “apoiar um projeto colonizador, baseado no modelo da ordem racional e do progresso econômico, em “tipos humanos inapropriados”, era ao que não estavam dispostos capitalistas, estadistas e a opinião da população migrante em geral” (BAO, 2017, p. 147). No mesmo sentido, o autor afirma

que “o inconveniente da “falta da origem” foi sanado com a limitação da venda de lotes coloniais apenas a pessoas “com origem””. Tendo, como visto, o fator da religião também como limitante. Não era proibida a compra, desde que dentro das áreas delimitadas para cada grupo.

É importante salientar que o termo “origem” é carregado de significados para os teuto-brasileiros, fortemente presente desde o período da chamada colonização. Conforme afirma Gregory (2008, p. 153) “[...] o termo tem a ver com o local de nascimento e, neste caso, o local de nascimento deveria ser uma antiga colônia. Isto implicaria numa origem remota europeia, ou seja, a caracterização euro-brasileira”. Ao conversar com uma professora de origem germânica, ela relatou que a ideia de origem foi estabelecida em seu grupo familiar da seguinte maneira:

Sendo de origem germânica a gente... eu vejo assim, que as famílias de origem germânica têm um certo conservadorismo em cultivar a sua tradição e... não mais tanto hoje, mas há alguns anos atrás a gente percebia mais essa diferença assim de... de aceitação dos não germânicos ou de pessoas que não falavam alemão. Então eu cresci assim, vendo que havia essa separação assim... nós somos de origem – literalmente dito assim, nós somos de origem – como se os outros não tivessem aquela origem. [...] aqui no Paraná percebemos mais fortemente essa coisa assim, de separação, de fazer aquele... nós somos de origem germânica, vamos cultivar a nossa tradição! Como se fosse mais importante do que outras tradições. [...] a minha família, por exemplo, teve uma situação da minha irmã mais velha se envolver com um... não de origem germânica, assim, teve oposição dos pais em relação a isso (Clarice, não revelou a idade, professora, grupo germânico, grifos meus).

Para além da questão referente à manutenção da cultura germânica apresentada, quero destacar na fala da professora a ideia de que o germânico possui uma origem. Ser de origem é, portanto, tido como uma forma de distinção em relação a outros grupos étnicos e, neste caso, está muito voltado à maneira como os alemães se veem. É possível identificar, portanto, a presença da representação do chamado espírito germânico, tendo em conta a ideia de “ser de origem” que distingue os alemães dos demais grupos e a busca pela manutenção da cultura. Neste sentido Fausel (1961) destaca que nenhum grupo de imigrantes no Brasil teve tamanha preocupação em repassar sua herança cultural a seus filhos como os alemães. No mesmo sentido, Gregory (2008, p. 161) afirma que “ter origem implicava em ter a paternidade caracterizada em portar valores culturais, em ter bons costumes, em saber idiomas coloniais”.

Dois discursos, a meu ver, foram fundamentais, portanto, para a consolidação da identidade germânica do município de Quatro Pontes, quais sejam, a ideia de vazio demográfico e da terra constituída por pessoas “de origem”. Tais discursos bem como as práticas deles provenientes – como por exemplo a venda de terras da colonizadora

apenas para alemães católicos – contribuíram para a consolidação da ideia de pertencimento étnico.

Falar de gemanidade implica, portanto, também abordar as relações étnicas. Para falar da etnicidade, me aproprio do conceito de *Ethos* apresentado por Geertz (2008) em que o autor a define como sendo os aspectos morais e estéticos de determinada cultura a partir dos quais ela manifesta a sua visão de mundo, os conceitos que tem a respeito de si, da natureza e da sociedade. Estão inseridos neste contexto, portanto, as questões que, de certa forma desvinculadas da cor da pele, diferenciam os sujeitos ou os grupos de pertencimento ao qual fazem parte. Neste sentido, para Barth (2003, p. 22) a etnicidade remete a questões como: de que forma “nós” nos diferenciamos “deles”, trazendo também em sua abordagem a ideia de pertencimento.

Para Seyferth (2002, p.17), “noções de raça, etnia e nação têm sido usadas de maneiras diversas para classificar, ordenar hierarquicamente, indivíduos e grupos socialmente desqualificados”. A autora ainda salienta que

Aqui e em outros lugares, onde diferenças étnicas e raciais têm relevância como fenômenos sociais, persistem os etnocentrismos e os racismos, pois, em geral, as diferenças aceitas são aquelas que podem ser comodamente assumidas como parte da cultura ou do tipo nacional (SEYFERTH, 2002, p. 40).

Esta ideia é corroborada por Poutignat e Streiff-Fenart (1998) quando afirmam que o que se sobrepõe quando falamos da etnicidade, na atualidade, não é o individualismo e a uniformização, mas o nacionalismo étnico e o racismo. Neste sentido as relações étnicas são entendidas pelos autores como um fenômeno essencialmente contemporâneo. Esta ideia sofre algumas críticas, conforme os mesmos autores, em virtude de que se tem uma outra corrente que defende que na verdade o que se descortina hoje é um fenômeno ocultado em períodos anteriores, muito embora estivesse já presente, afirmam Poutignat e Streiff-Fenart (1998). Penso que independentemente da linha a ser adotada é notório que o conceito de etnia está fortemente vinculado à ideia de povo, raça ou nação, ou seja, aponta para a ideia de pertencimento.

Neste sentido Cohen (1978, p. 386) *apud* Seyferth (1994a, p. 23) afirma que “a etnicidade expressa uma mudança para os contextos multiculturais e multiétnicos nos quais a atenção é focalizada numa entidade – grupo étnico – que é marcada por algum grau de comunalidade cultural e social”. Os grupos étnicos, portanto, relacionam pessoas a partir de critérios de inclusão ou exclusão (SEYFERTH, 1994a). “A

etnicidade é, neste contexto, situacional e a interação determina o grau de inclusão empregado na categorização dos membros e não-membros” (SEYFERTH, 1994a, p. 23).

No mesmo sentido, Barth (2003) afirma que grupos étnicos são formas de organização social através das quais os sujeitos são classificados como pertencentes e não pertencentes a determinado grupo. No entanto, o autor salienta ainda que em sua percepção a identidade étnica dos sujeitos está vinculada a tais organizações sociais, não se tratando, portanto, de uma manifestação apenas cultural. Logo, para Barth (2003) o foco está em identificar o que diferencia um grupo de outro. Não que os aspectos culturais não sejam observados, mas não são tidos como os mais relevantes, destaca o autor.

Para Cabecinhas e Amâncio (2003) a perspectiva étnica tem tomado o lugar da racial nos discursos e práticas diárias. No entanto, as autoras enfatizam que ainda que a hierarquização racial tenha sido banida do discurso público, isto não levou ao fim do racismo. No entanto, atentas às novas normas sociais, as pessoas têm o cuidado de velar os seus discursos discriminatórios. Como o argumento da desigualdade e da hierarquização racial é atualmente contra-normativo, enfatizam-se as diferenças culturais, dizem Cabecinhas e Amâncio (2003, p. 06).

Ao ler a respeito das relações étnico-raciais para compor este estudo, verifiquei que a linha que separa a questão étnica da racial é muito tênue. Para Munanga (2004, p. 28), “o conteúdo da raça é morfológico e o da etnia é sociocultural, histórico e psicológico. Um conjunto populacional dito raça branca, negra e amarela pode conter, em seu seio, diversas etnias”. Assim, falar de racialidade ou de etnicidade ou ainda de uma perspectiva conjunta – relações étnico-raciais – em meu entendimento nos levam a uma mesma base de análise, qual seja, a questão histórica da superioridade que os sujeitos “inventaram” para justificar as suas ações. Neste sentido Munanga (2004, p. 29) afirma:

A maioria dos pesquisadores brasileiros que atuam na área das relações raciais e interétnicas recorre com mais frequência ao conceito de raça. [...] Alguns fogem do conceito de raça e substituem pelo conceito de etnia, considerado como um léxico mais cômodo que o de raça, em termos de “fala politicamente correta”. Esta substituição não muda em nada a realidade do racismo, pois não destrói a relação hierarquizada entre culturas diferentes que é um dos componentes do racismo. Ou seja, o racismo hoje praticado nas sociedades contemporâneas não precisa mais do conceito de raça ou da variante biológica, ele se reformula com base nos conceitos de etnia, diferença cultural ou identidade cultural, mas as vítimas de hoje são as mesmas de ontem e as raças de ontem são as etnias de hoje.

É possível perceber, desta forma, que houve substituição de termos, no entanto o sentido continuou sendo o mesmo. Diante do exposto, Guimarães (2011, p. 266) afirma: “suprimia-se o termo raça sem que o processo social de marcação de diferenças e fronteiras entre grupos humanos perdesse o seu caráter reducionista e naturalizador”.

Existe, portanto, uma diferença entre os conceitos de raça e etnia. No entanto, na prática da vida cotidiana eles se entrelaçam e manifestam as mesmas construções sociais, vinculadas à ideia de hierarquização entre diferentes povos. Eu optei por utilizar ambos os conceitos neste estudo, tendo em vista que, como dito, a germanidade estabelece seus vínculos com os outros grupos que vão além do contexto puramente racial. Trago, portanto, o conceito de etnia, a partir da ideia de pertencimento a um grupo e da relação deste com os outros, e o conceito de raça para estabelecer este elo específico entre brancos e negros que abordo. Diante disso, utilizo a nomenclatura “étnico-racial” neste estudo.

Outra imagem fortemente enraizada na comunidade local, que considero importante para a compreensão de como se dá a construção e manutenção das práticas sociais acerca das relações étnico-raciais, além da ideia de pertencimento, é a do pioneiro. Esta imagem, atrelada ao discurso do pioneirismo e do “mito do pioneiro herói” pode ser percebida não apenas no município de Quatro Pontes, mas em toda a região colonizada pela Maripá. O discurso do pioneirismo marca os homens colonizadores – suas mulheres não aparecem nos discursos – como os grandes responsáveis pelo desenvolvimento da região. Para Bao (2017, p. 142)

Tal discurso invisibiliza, na narrativa histórica e no espaço social, outros grupos que já ocupavam os locais de implantação das colônias de imigrantes europeus antes do povoamento racionalista, contribuindo para a instituição de um ethos específico no local voltado para valores como “trabalho” (privado), “progresso” (moderno), “família” (patriarcal) e “religiosidade” (cristã).

O discurso do pioneirismo é, portanto, sustentado pelos pressupostos étnico-raciais, tanto quanto o discurso do pertencimento, da origem, afirma Bao (2017). Assim, contar a história a partir dos tidos como vencedores, construindo imagens de heróis é algo muito comum na narrativa tradicional, na qual outras vozes são sumariamente silenciadas.

Outra questão a ser destacada aqui é que a perspectiva empresarial também esteve vinculada a esta ideia, uma vez que as vendas de terras, pela empresa colonizadora, eram facilitadas pelas intensas propagandas, nas quais se destacava a “limpeza étnica” da região e a presença dos pioneiros desbravadores. Conforme afirma

Duarte (2015, p. 35), “a narrativa construída em torno da ideia de um personagem desbravador afeito ao trabalho, e com espírito empreendedor, emanou de estratégias comerciais adotadas por essas empresas”.

Portanto, para que a ocupação das terras ocorresse conforme planejado, Gregory (2008) salienta, que as empresas colonizadoras elaboravam relatórios periódicos, que tinham por objetivo dar informações aos seus acionistas acerca do andamento das atividades. Nestes era importante destacar que as diferenças étnicas estavam sendo levadas em consideração e que pessoas “sem origem” não tinham possibilidade de comprar terras nas localidades.

Isto era necessário, uma vez que muitos acionistas não acompanhavam o processo de ocupação de maneira próxima, mantendo suas atividades, principalmente nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Também é importante lembrar que os relatórios objetivavam atrair outras pessoas para as regiões que estavam sendo ocupadas naquele momento. Desta forma

Interessava [...] informar que a maioria dos habitantes era de italianos ou de alemães (entenda-se descendentes) e que os outros habitantes eram poucos ou estivessem ausentes. Mencionar os nomes e sobrenomes dos “primeiros moradores” implicava em dar mostras da origem étnica (GREGORY, 2008, p. 98).

Destarte, é possível perceber que não apenas o indígena é apagado dos referidos relatórios e, posteriormente da história, como também tantos outros funcionários das antigas *obrages* e/ou da empresa colonizadora, que estiveram presentes na região e auxiliaram os recém-chegados – hoje chamados pioneiros – a desmatarem a região e estabelecerem nela suas propriedades. Entendo, no entanto, que tal silenciamento não se deu nem se manteve por “esquecimento” daqueles que escreveram o que hoje temos como a história oficial. Desde o início a empresa colonizadora atuou de forma que a região fosse etnicamente “limpa”. A presença desses “outros” impedia que tal proposição pudesse obter êxito. Era preciso, assim, para a criação de uma identidade hegemônica e, até certo ponto, inquestionável atribuir à figura do “pioneiro-herói” todos os louros pelo trabalho realizado no processo de (re)ocupação da região.

Neste sentido, Bao (2017) salienta que o discurso do pioneirismo passou a ser vivido e sentido como algo natural. Para o autor “[...] a sensação gerada por esse discurso é de que o “passado laborioso” dos “pioneiros” é o substrato fundamental do “progresso” da cidade e, devido a isso, deve-se reconhecer a primazia desse projeto” (BAO, 2017, p. 149). Desta forma, para falar do movimento de colonização do extremo-

oeste do Paraná, a história destaca o “herói pioneiro”. Mantém-se vivo, portanto, o discurso amplamente disseminado de que a ocupação do território se deu a partir de frentes pioneiras, sem a presença de outros povos na localidade.

O fundamento que sustenta os andaimes do discurso do pioneirismo, por conseguinte, só pode ser o das “origens comuns”, da etnia e, veladamente, da “raça”. Não porque apenas “descendentes de europeus” podem ser pioneiros [...] mas porque apenas esses eram aceitos como iguais (BAO, 2017, p. 151).

A história do município de Quatro Pontes foi construída, portanto, com bases nestes pilares discursivos e das práticas deles advindas. Todos esses discursos foram disseminados a partir da visão dos considerados vencedores, a iniciar pelos representantes das empresas colonizadoras. Tais posicionamentos não têm sido questionados, ao contrário, são mantidos e reproduzidos cotidianamente no local. Esta reprodução ocorre de maneira tão naturalizada que as pessoas com as quais conversei não manifestaram qualquer resistência ou questionamento em relação a eles. Ainda quando falam da presença de “outros” no município, não o fazem de maneira a valorizar o trabalho destes, apenas confirmam que “eles estavam lá”.

Considero fundamental destacar aqui que não estou falando de construções discursivas individuais, mas de uma estrutura que naturaliza o discurso historicamente disseminado no município. Não é, portanto, uma questão desta ou daquela pessoa, mas a maneira como a estrutura étnico-racial se manifesta naturalmente neste ambiente. Há, portanto, uma forte articulação entre memória individual e coletiva que faz com que a história oficial seja reproduzida como única. Porém ao conversar com as pessoas indo para além das narrativas já sedimentadas, outros aspectos aparecem. Apesar de no imaginário das pessoas a forma dita oficial de contar a história estar presente ainda hoje, foi possível perceber algumas nuances que vão dando outros contornos à história. Dentre esses novos contornos tem-se, por exemplo, a fala de D. Ilka, apresentada anteriormente, na qual ela fala da presença de funcionários da empresa colonizadora.

Se nas memórias dos chamados pioneiros estes “outros” estão presentes, porque não aparecem nos relatos oficiais? Para Freitag (2007, p. 155) os discursos históricos amplamente disseminados, “retêm poder de organizar socialmente essas experiências, estabelecendo verdades e forjando identidades sociais, lugares, papéis e hierarquias na “história regional extremo-oeste paranaense”. Desta forma os então empregados das empresas estrangeiras que desenvolviam atividades na região tornaram-se empecilhos ao desenvolvimento pretendido a partir da limpeza étnica. Nas palavras de Gregory (2008, p. 93):

Para a consecução dos planos de colonização, os trabalhadores remanescentes da região se constituíam em empecilho, pois os euro-brasileiros tinham restrições em participar da colonização de áreas onde havia presença de pessoas “sem origem”. Desta forma, a questão étnica se confundia com interesses econômicos das empresas madeireiras e colonizadoras.

Disseminaram-se, portanto, os discursos de limpeza étnica e deu-se o apagamento dos “outros” que serviam, para os colonizadores, apenas como mão-de-obra em diversas frentes de trabalho na região. Neste sentido, Bao (2017, p. 150) afirma que “essa espécie de elitismo cultural se dá em termos simbólicos. Promove o estabelecimento de um modelo de relações sociais verticalizado, onde o lugar social preponderante cabe aos pioneiros/as”. São eles, portanto, tidos como os responsáveis pelo desenvolvimento dos locais aos quais chegavam, como evidenciado no Hino do Município⁵, do qual destaco os seguintes fragmentos:

[...] Bravos filhos de plagas distantes,
Enfrentaram o sertão agreste,
Nos ofertando esta joia, Quatro Pontes.
Que surgiu em plena mata do Oeste,
Desbravadores com audácia e decisão,
Anteviram um porvir fabuloso,
Enfrentaram com determinação,
Quatro Pontes meu torrão generoso,

[...]O teu lindo perfil esplendente,
E os pioneiros a marcharem triunfantes,
Avultam o valor de sua gente,
E o amor por ti, oh! Quatro Pontes.

Na letra do hino, disponibilizada no Site do Município de Quatro Pontes (2018), os aspectos do pioneirismo e da etnicidade são enaltecidos e assim descritos: “Foi instituído através da lei nº 088/94, de 07 de julho de 1994. O Hino Municipal evoca em seus versos a colonização da região por seus pioneiros, exaltando as características do município”. A figura dos colonizadores-heróis é, portanto, enaltecida das mais diversas formas. Além do hino, a bandeira também faz uma homenagem aos pioneiros, uma vez que “No triângulo, isósceles, de cor vermelha, estará simbolizado a coragem, a luta, o trabalho de nossos desbravadores e pioneiros” (SITE DO MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES, 2018). Muitas ruas, praças e prédios públicos também levam os nomes destes que são considerados os primeiros moradores do lugar.

Continuo a contar a história do município, buscando, através da polifonia, que algumas “verdades” até então inquestionáveis sejam postas à prova. Como visto, quando a empresa colonizadora chegou à região encontrou pessoas e estruturas

⁵ Hino do Município composto pelo Maestro Sebastião Lima e Antônio Sant’ana Ruth (PREFEITURA DE QUATRO PONTES, 2018)

remanescentes das antigas *obrages*. Desta forma, tem-se que os antigos pontos de parada ou armazenamento de produtos passaram a ser utilizados pela colonizadora Maripá como ponto de apoio ou pernoite dos novos ocupantes do território. A filha de D. Ilka, que acompanhava a entrevista que eu fazia com a sua mãe, em alguns momentos tomava a palavra para acrescentar informações. No que diz respeito a esta utilização dos antigos espaços, ela assim contou:

Esse barracão, onde ficava o empório, foi construído pelos Allica. Esse Allica, ele comprou essa área do governo federal, pra colonizar e ele tinha que abrir as estradas, porque ele tinha, na época, era plantação de erva-mate, né? Isso pelos ingleses⁶ e esse barracão onde eles chegaram, ali em baixo, era velho, as paredes tavam tudo preta. Esse barracão foi construído pelos Allica que era a primeira, antes da Maripá. Eles [D. Ilka e o marido] moraram lá em baixo nesse barracão, de agosto até dezembro, quando eles subiram, vieram aqui onde hoje é a cidade.

Com o passar do tempo, instituições como igreja e escola, pontos comerciais e casas foram sendo incorporados à pequena localidade, como pode ser visto a partir do relato destes que são considerados os primeiros moradores de Quatro Pontes:

Repórter: Parece que Quatro Pontes [...] como é que cresceu Quatro Pontes depois ... em 1951 os senhores chegaram, 1952 e dali em diante como foi?
Morador 01: Ah! Começou a crescer logo em seguida. A Maripá logo desmatou a vila e construiu umas dez casas e um hotel. E dali logo em seguida nós já construímos uma igreja, entre 17 famílias [...].

É possível verificar neste fragmento discursivo que quando se fala do trabalho de desmatamento da região, construção de casas ou outras atividades, é utilizado o nome da empresa, como se a referência fosse a uma pessoa. Certamente esses foram serviços realizados pelos “outros”, os sem origem e, desta forma estes são invisibilizados e retirados da história do município.

Outro fator de destaque, mas não de estranhamento na fala, é a evidência que se dá à construção da primeira igreja no município. Isto porque a presença da religião é outra marca característica dos municípios colonizados nos anos 1950 na região oeste do Paraná, sendo que em Quatro Pontes predomina a religião Católica. Os ritos relativos a essa religião, portanto, passaram a fazer parte da comunidade desde a sua constituição. Neste sentido, D. Maria (84 anos, aposentada, grupo germânico, grifos meus) me disse:

[...] veio um padre ali, fez uma missa, nas casas assim... nas casas ele fez a missa. Logo depois quando nós foram, cada domingo nós tinha um rosário, rezamos... [...] nos domingos, sempre... fiz um culto e então todo mundo... quem foi católico rezava junto. Não que se queixou, eu não vou, eu não vou... mas todo mundo, domingo, sempre foram junto. Mas não foi muito tempo até que chegou um padre, acho que uns dois ou três anos. O padre Aloísio

⁶ Conforme exposto anteriormente, a região era ocupada por empresas de origem inglesa que trabalhavam com a comercialização da erva-mate.

foi... primeiro foi um outro, foi um gringo assim, um italiano. Ele não ficou muito tempo não... toda gente tava alemão... então o padre Aloísio depois veio, ele falava alemão...

Fica nítida ainda na fala de D. Maria a necessidade de que o padre também fosse de origem germânica. Ao utilizar o léxico “gringo” para se referir ao padre italiano e lembrar – apesar de tantos anos passados – o nome do padre de origem germânica, fica explícita a conotação étnica. Ainda que branco, o padre de origem italiana não se manteve na comunidade. Há, porém, um silenciamento acerca de uma possível rejeição ao “gringo”, que fica subentendido quando a entrevistada salienta que este não permaneceu na localidade, pois ali “toda gente tava alemão”.

A imagem que segue retrata esta presença da igreja na localidade. E corrobora a ideia já exposta de que houve um processo de planejamento na ocupação do local. Neste sentido, Gregory (2008, p. 53), afirma “[...] o europeu e o euro-brasileiro se tornaram migrantes, cujos movimentos foram geralmente direcionados em função dos interesses dos grupos hegemônicos”. Nos diversos municípios da região é possível perceber esta mesma configuração, qual seja, no centro da localidade encontra-se uma praça e a igreja frequentada majoritariamente pelos chamados pioneiros. Desta forma, em Quatro Pontes, sendo a comunidade de maioria Católica, foi esta denominação religiosa que construiu o seu local de celebração em frente à praça central, conforme pode ser visto na figura 01.

Figura 01: A presença da Igreja Católica desde a constituição da comunidade



Fonte: Assessoria de imprensa da Prefeitura de Quatro Pontes

No entanto, a construção deste templo não se deu de forma imediata na então colônia de Quatro Pontes. Conforme afirma Freitag (2007), nos locais colonizados majoritariamente por germânicos a prioridade era a construção da escola, antes dos templos religiosos. A autora destaca que esta característica diferencia germânicos de italianos, uma vez que para estes a prioridade era o fortalecimento da estrutura religiosa. Neste sentido, D. Ilka destaca que, inicialmente, os ritos religiosos eram realizados em sua casa, posteriormente na escola e só depois foi construído o templo religioso. Nas palavras dela:

Eu sei [que] a primeira... as primeiras missas, sete meses, primeira missa era na minha casa. Aí veio o Antonio Patuí, de Toledo, veio rezar a missa, uma vez por mês. A oitava missa era na escola. Tinha a escola ali onde o (nome do atual morador) mora. Ali tinha uma escola... de um lado era a escola, o outro lado era moradia. Aí, dia 16 de setembro, em 52, era a primeira missa lá. Daí começaram a rezar a missa lá. Depois começaram... tinha... depois começaram a igreja [..] (D. Ilka, 89 anos, aposentada, grupo germânico).

Figura. 02 Imagem da praça Cristo Rei em meados da década de 1950



Fonte: Assessoria de imprensa da Prefeitura de Quatro Pontes

A religião também influenciava os relacionamentos afetivos, principalmente nos anos posteriores ao início da colonização, quando, através de compras de terras que não eram mais centralizadas pela Maripá, os evangélicos começaram a chegar à localidade

Os meus pais não queriam o casamento da minha irmã, por conta da religião... isso era um... antigamente era muito, assim, quando tu ainda vê “as vez” um filme ou outro assim, né... o pai e a mãe queriam escolher o companheiro da gente, né! A minha mãe... eu apanhei da minha mãe, porque ela queria que eu namorasse um outro rapaz (D. Carmem, comerciante, 79 anos, grupo germânico, grifo meu).

É possível verificar, desta maneira, que além da questão étnico-racial fortemente presente no município, os germânicos buscavam também manter a sua hegemonia religiosa. Desta maneira procuravam fazer com que os casamentos se realizassem entre alemães e católicos. Como me contou D. Carmem, a sua irmã se casou com um rapaz de outra religião, que não a Católica, isso gerou muitos atritos em seu núcleo familiar.

Nas entrevistas que realizei, outro fator que se destacou, especialmente na fala das entrevistadas que chegaram ao município ainda na década de 1950 foi o da ajuda mútua que, de acordo com os depoimentos ocorria nos primeiros anos da localidade.

Antigamente era mais bonito, porque o povo tinha amor ao próximo e hoje em dia isso não existe mais! Um ajudava o outro... porque, quando o (nome de um dos primeiros moradores) ele tinha... tava ali com gripe ou... [...] e eu sempre fui ajudar ela de manhã, porque naquele tempo você tinha que escolher o arroz e escolher o feijão, descascar mandioca, isso eu sempre fui ajudar ela, porque não tinha nada que fazer! [...] O povo era muito mais animado, unido do que hoje. Se um faltava uma coisa, o outro ia ajudar ele! E hoje não é mais isso! Se você precisa um que vai, meia hora, eles querem pago... e naquele tempo não era isso! (D. Ilka, 89 anos, aposentada, grupo germânico, grifos meus).

A gente tudo achou irmão aqui, assim, sabe! Porque tudo o que as pessoas falavam, um aprendia com o outro, né! Como é que era... como é que era com cobra, como é que era com inseto, tudo, né! Tudo a gente, assim, fazia muitas pergunta! Era muito bom! Olha, o pessoal que vinha antes de nós, nossa! Todo mundo se ajudava! Eu achei, assim, todo mundo era mais irmão. (D. Carmem, comerciante, 79 anos, grupo germânico, grifos meus).

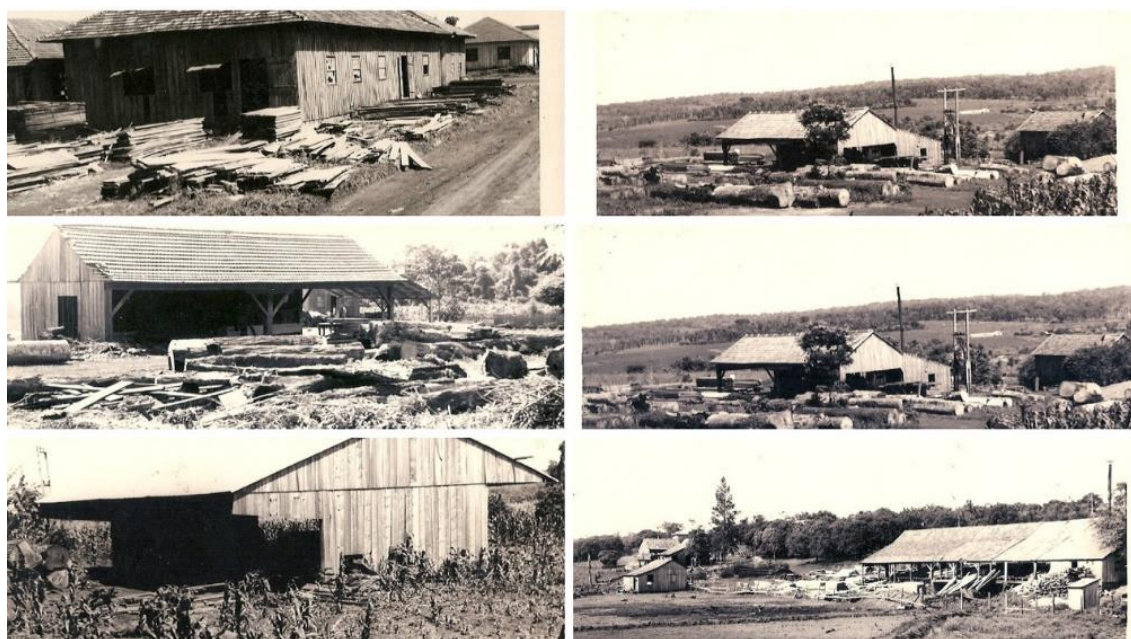
Mas naquele tempo a gente tava mais alegre, quando se encontrava, tava muito alegre, a gente... as pessoas se ajudavam... [...] os vizinhos... cada vizinho foi bom, sempre tinha amigos e tudo... cada vizinho gostava um do outro. Os primeiros que vieram... nós “tava” alegre quando vinha um perto... a gente ficava sozinho, no mato... aí um ajudava o outro... (Maria, 84 anos, aposentada, grupo germânico, grifos meus).

É possível perceber nas falas das três entrevistadas um forte sentimento de saudosismo em relação a como as coisas eram realizadas nos primeiros anos na localidade. Esta é também característica predominante nas colônias étnicas, tendo em vista a necessidade de se manterem, de certa forma, isolados dos demais e da vontade de manterem fortemente estabelecidas as suas características culturais. As falas remetem, portanto, ao passado e as memórias que se apresentam afirmam um passado de solidariedade e ajuda mútua. Este foi um ponto que percebi em muitas entrevistas, há uma maior facilidade de olhar e reproduzir, através de palavras, como foi o passado do que falar sobre o presente. No entanto, é preciso, obviamente, levar em consideração a nostalgia em relação ao passado presente nas falas, especialmente de pessoas idosas, como neste caso.

No que diz respeito às atividades econômicas desenvolvidas na localidade, logo após o início da (re)ocupação, em virtude da necessidade, tanto para a chamada colonização, quanto para atender a outros mercados dentro e fora do Brasil, a atividade de extração de madeira foi preponderante. De acordo com Gregory (2008, p. 92), tal atividade favoreceu o desenvolvimento econômico da região, pois havia “[...] necessidade de madeira para atender à construção civil para a já significativa urbanização brasileira e para a reconstrução da Europa, destruída pela guerra”. O site do município assim se refere ao período:

A extração madeireira foi uma das primeiras atividades comercial importante [sic], que permeou a ocupação da região e favoreceu o surgimento de indústrias de beneficiamento de madeira, fomentando o comércio, atraindo os habitantes das áreas adjacentes até este pequeno núcleo de desenvolvimento, que posteriormente se solidificou como polo de um comércio forte, consubstanciando-se como o futuro Município de Quatro Pontes (SITE DO MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES, 2018).

Figura 03: Diversas serrarias localizadas no município de Quatro Pontes na década de 1950



Fonte: Assessoria de imprensa da Prefeitura de Quatro Pontes

O desenvolvimento econômico do hoje município se deu, inicialmente, portanto, pela implantação de serrarias. Após, a plantação de café foi outra aposta, seguida de outros produtos de subsistência (SITE DO MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES, 2016).

Num primeiro momento eles plantaram a plantação de café, aí deu em 55 aquela geada que matou tudo! Até o chão, a raiz, matou! Aí eles tinham que fazer outra... outro sistema pra sobreviver, que eles sobreviviam de palmito, tirado do mato, caça, farinha de milho eles traziam de Toledo, mudas de

ramas de mandioca também, de Toledo, em cima das costas, que não tinha nada, né! (CLARA, 66 anos, professora, germânica)

A empresa colonizadora mantinha também na localidade, conforme destacado na entrevista da D. Ilka, um horto experimental com o intuito de analisar e identificar quais as culturas que mais se adaptavam à região. A partir disso direcionava as atividades dos agricultores que se estabeleciam, gradativamente, no município. Hoje Quatro Pontes se destaca pela plantação de *commodities* como soja e milho, atividades agropecuárias, entre outras. Apesar da presença de algumas indústrias e comércio, a agricultura é, ainda hoje, o que se destaca em termos econômicos no município.

Seguindo ainda a história, tem-se que o hoje município de Quatro Pontes, foi emancipado de Marechal Cândido Rondon em 1993 pela Lei Estadual 9.368, de 01 de janeiro de 1993. Logo, estamos falando de uma localidade muito jovem, do ponto de vista de sua “independência”. A partir da emancipação, o município passou a se organizar de maneira autônoma e chama a atenção a forma como isso aconteceu. À medida que Quatro Pontes foi se estruturando, passou a manifestar mais fortemente os traços da cultura germânica. Exemplo disso são os prédios que abrigam as instituições públicas no município, em sua maioria construídos em estilo enxaimel, muito utilizado em construções na Alemanha, sobretudo antes da Segunda Guerra Mundial. Os gestores municipais, de maneira geral, apontam para a importância da manutenção de tal tradição. Senão vejamos:

A cultura germânica, nós temos que preservar, né! Por que a nossa tradição é essa, né! Então muitos, que nem nós, falamos o alemão, falamos português... hoje o comércio aqui, lógico, a geração mais nova não fala tanto o alemão, né! Mas, eu digo, de trinta anos pra cá, mudou muito! Mas esta cultura germânica nós, administradores, nós temos que manter (CARLOS, Gestor Público, grupo germânico, grifos meus).

O relato de Carlos explicita que a cultura germânica é considerada a cultura do povo deste município, como se compusesse a identidade da totalidade dos munícipes, sem qualquer questionamento. Isso fica explícito quando ele diz que “nossa tradição é essa”, uma vez que o léxico “nossa” coloca a todos no lugar de um sujeito coletivo. Ele ainda salienta que os administradores públicos devem manter esta cultura quando diz utiliza a palavra “temos”, ou seja, não é uma possibilidade, mas uma necessidade a manutenção deste conjunto cultural vinculado à germanidade. No entanto, isto não é consenso, quando conversei, por exemplo com Rita, ela me falou:

É, é uma Alemanha... e eles falam com tanto orgulho! Isso me incomoda um pouco! Por que é tanto orgulho que a nossa cidade seja uma Alemanha... e nossa cidade não é uma Alemanha. Eu sou brasileira, né! É, me incomoda! Por que... acho bonito, né... acho bonito... os prédios são bonitos... mas não é

uma Alemanha aqui! Isso me deixa desconfortável! Por que é tudo... tudo é estilo germânico. Tudo, tudo... e eles têm o maior orgulho de falar na rádio, nossa, vamos cantar em alemão, vamos rezar em alemão, por que o nosso povo alemão! Mas eles esquecem que não é só alemães aqui! Eu não gosto disso! Pra te falar bem a verdade... eu não gosto! (RITA, FUNCIONÁRIA PÚBLICA, grupo negro, grifos meus).

Neste fragmento discursivo foi possível notar que a questão da germanidade não é consenso no município. Pude perceber o deslocamento que os não germânicos podem sentir no município. Como escrevi em meu diário de campo, trata-se de um sentimento de não-pertencimento que eu venho sentindo no decorrer dos anos e que agora percebo que não é apenas meu. Este sentimento é, portanto, compartilhado por outros moradores, como é o caso de Rita. Ao se referir às tradições germânicas e ao orgulho por mantê-las ela utiliza o pronome “eles”, ou seja, deixa subentendido que não se sente incluída neste grupo, o que contrapõe o “nós” utilizado pelo gestor público. Ela também explicita isso quando diz “nossa cidade não é uma Alemanha. Eu sou brasileira”. Destaco a ênfase que ela deu em sua fala quando disse ser brasileira, bem como, a mudança no tom de voz quando falou do incômodo que sente com esta exaltação de apenas uma cultura. Logo, pude apreender que apesar de os representantes do poder público verem a questão da germanidade como unanimidade, uma breve conversa com integrantes de outros grupos demonstra que há, sim, um incômodo em relação a isso. No entanto, na mesma fala Rita me disse:

De repente posso até ter sido fraca em não bater de frente com isso. Ainda não me senti preparada pra isso, né! Mas, aqui pra você eu posso falar, eu tenho essa liberdade de falar [...] Mas eu posso falar pra ti que... que... é uma grande polêmica, né! Por que eles não aceitam, não aceitam de jeito nenhum. Mas isso me incomoda sim, porque eu não sou germânica! (RITA, FUNCIONÁRIA PÚBLICA, grupo negro, grifos meus).

Há um evidente incômodo por parte da enunciadora no que diz respeito à exaltação de uma cultura única no município. No entanto, apesar disso, o que prevalece é o silenciamento sobre o tema. No caso de Rita o silêncio é acompanhado por um sentimento de fraqueza por não ter tido coragem de se manifestar a respeito, o que é compreensível tendo em vista tratar-se de um grupo minoritário e estereotipado como inferior em relação à ampla maioria da população para quem a manutenção de tal cultura é de extrema relevância. Destaco aqui a fala desta entrevistada, uma vez que ela já foi eleita vereadora no município por duas vezes, chegando inclusive à presidência da câmara. Ela teria, portanto, possibilidade de abrir um debate público acerca do assunto, no entanto, não o fez e diz “posso até ter sido fraca”.

Sabe-se, no entanto, que as estratégias de resistência não se dão apenas quando se aborda um assunto publicamente, mas também quando, de maneira sutil, através de micropráticas (CERTTEAU, 2000) se tem ações e posicionamentos que se contrapõem ao considerado “normal”. Neste sentido, entendo que o fato de, sendo mulher auto-classificada negra, chegar à presidência da câmara em um município no qual a presença de negros é quase nula em espaços de poder, já demonstra força e exige reflexão. Em outros momentos da entrevista, como destacarei posteriormente Rita me falou sobre os desafios que enfrentou nesta função, quando tinha, inclusive, a sua competência questionada ou quando era de alguma maneira silenciada em virtude de seu pertencimento racial.

Importante frisar ainda que, apesar de considerar esteticamente bonitos os prédios públicos em estilo enxaimel, o incômodo de Rita é novamente destacado quando ela reafirma “eu não sou germânica”. É possível perceber, desta maneira, que o ponto fundamental para a análise não é o caso de termos a cultura germânica presente no município, mas desta ser a única possibilidade, ou seja, de outras culturas serem totalmente silenciadas, apesar de terem seus representantes na cidade.

É preciso destacar ainda, em meu entendimento, a dimensão discursiva que envolve a construção dos prédios públicos de forma a lembrar a cultura étnica dominante no município. Esta manifestação não se dá pela verbalização, mas por elementos arquitetônicos que objetivam demarcar explicitamente a cultura predominante e, a partir disso, inevitavelmente, se tem a manifestação de práticas sociais. Isto porque, de acordo com Misoczky (2005, p. 129) “como um meio para a construção social dos significados, o discurso nunca é somente linguístico. Ele opera em conjunto com elementos vocais e visuais, no contexto de espaços arquitetônicos plenos de significados, além da música e outros sinais extralinguísticos”.

Figura 04 Principais prédios públicos do município



Fonte: Site do Município de Quatro Pontes (2016)

No entanto, como visto, esta preocupação com a manutenção da cultura é um ponto que pode ser percebido ainda hoje e, muito embora as entrevistas manifestem uma certa preocupação em relação à continuidade da tradição germânica, o poder público mantém práticas que objetivam a sua continuidade, como os grupos infantis de dança alemã, por exemplo. As crianças aprendem desde cedo a que cultura pertencem. Para Vanusa (31 anos, vendedora, grupo germânico) isto é importante, ela diz: “Na prefeitura tem assim... a dança alemã... eles incentivam a tradição alemã, por ter a dança alemã...eles incentivam assim, no que eles podem, digamos assim... pra é... continuar, digamos assim...”. Lembro que este grupo já existia na minha infância – minha irmã fez parte dele durante algum tempo – lembro-me que tentei integrá-lo, mas me sentia desconfortável com as roupas e com as danças. Minha permanência, portanto, foi curta.

Hoje o grupo de dança alemã mantido no município se chama “Die kleine Tänzer” (os pequenos dançarinos em tradução livre) e, como me disse Vanusa, tem por objetivo vincular as crianças de alguma maneira à cultura germânica. Ocorre que não só descendentes de alemães fazem parte deste grupo. Como eu disse, tanto eu quanto minha irmã, mesmo sendo construídas socialmente por muitos como negras, o frequentamos e ainda hoje é possível ver – ainda que sejam ampla minoria – crianças pertencentes a outros grupos étnicos participando das atividades da dança alemã. Novamente destaco que o fato de crianças pertencentes a outros grupos participarem da

dança alemã não é um problema. No entanto, o fato de esta cultura ser disseminada como a única possível e a única responsável pelo desenvolvimento do município, ainda que de maneira implícita, torna-se um problema, especialmente para as crianças. Isto porque elas crescem entendendo que o seu grupo social não possui uma cultura capaz de ser admirada ou disseminada, o que não é real.

Logo, não é a disseminação cultural germânica que deve ser questionada, mas os discursos que a apresentam como unanimidade, sem que outras possibilidades sejam sequer disponibilizadas munícipes.

Figura 05: Grupo infantil de dança alemã



Fonte: Assessoria de imprensa da Prefeitura de Quatro Pontes

O município de Quatro Pontes destaca-se também por seus resultados em medidas como qualidade de vida, Índice de Desenvolvimento Humano, entre outras. A cidade chama a atenção de quem chega, por sua organização e calma. Por diversas vezes ouvi de pessoas que a visitam que não parece se tratar de uma cidade, mas de um condomínio. Isto porque muitas casas não têm cercas e, quando têm, estas têm uma função que é mais de decoração do que, efetivamente, de segurança. Não raro se ouve relatos de pessoas que dizem não se preocupar em, por exemplo, dormir com portas e janelas abertas. Em uma reportagem feita sobre o município esta questão foi destacada:

Lá, os moradores podem até dormir com as portas de casa abertas, a educação é de alta qualidade, há emprego e a expectativa de vida da população ultrapassa a média brasileira. Formada por descendentes de alemães, a cidade não esconde a herança da colonização: detalhes na arquitetura de prédios públicos revelam o traço típico das construções alemães, com as vigas expostas nas fachadas (MEU PARANÁ, RPCTV, 08/03/14, grifos meus).

No entanto, não raro, também, é possível ouvir afirmações tais como: não vamos alardear os níveis de qualidade de vida de nosso município, a fim de não atrair “gente de fora” ou “aventureiros”, afirmações estas ditas inclusive por pessoas que ocupam cargos eletivos no município. Ou seja, as mesmas referências são ainda utilizadas para garantir a hegemonia germânica no município. Logo, é possível perceber que temos, ainda hoje, o grupo dos escolhidos (Stein, 1999) e aqueles que são “o outro” e que não devem fazer parte deste grupo.

Chamo a atenção, neste sentido, ao fato de que mesmo falando de um assunto que não está relacionado à questão étnica, esta é abordada e a cultura teutônica exaltada. Na história do município contada até aqui, a presença de outras etnias permanece praticamente silenciada. Isto não foi um recurso utilizado por mim para a escrita deste trabalho, se trata da realidade do município, na qual a história é contada com vistas a dar total protagonismo aos germânicos. Para compreender esta prática discursiva que silencia sobre outros grupos e dá total destaque a outros, procurei entender os motivos e manifestações vinculados ao processo de imigração dos alemães para o Brasil. Penso que através desta compreensão muitas questões presentes ainda hoje no município poderão ser explicitadas.

3.1 A imigração alemã no Brasil: De um lado a pretensão de melhores condições de vida, de outro, a ideia de que o desenvolvimento brasileiro viria através dos Europeus

Para compreendermos a maneira como o município de Quatro Pontes foi constituído e o que o levou a ser reconhecido como uma cidade de tradição germânica é, em meu entendimento, fundamental conhecer como se deu a construção da germanidade. Para tanto, é preciso que compreendamos antes como se deram as políticas de imigração de europeus ao Brasil, especialmente à região sul. Estas políticas deram suporte à forma como as relações raciais foram sendo produzidas e reproduzidas

em nosso país no decorrer do tempo. Vou me deter à imigração alemã por motivos óbvios.

Sabe-se que no período pré e pós-abolição no Brasil, havia uma preocupação recorrente sobre o desenvolvimento do país. Isto se dava uma vez que as elites brasileiras não acreditavam que negros, até então escravizados, e que representavam cerca de sessenta por cento da população brasileira em 1890 (REIS, 2000), poderiam dar conta de fazer o país chegar ao desenvolvimento almejado por elas. Assim, surgiu uma forte corrente de pensamento imigrantista no país, para os quais “apenas a vinda de europeus impediria a derrocada nacional” (SANTOS, 2002, p. 100). Conforme diz Maringoni (2011) a importação da força de trabalho europeia foi uma forma de compensação, especialmente aos cafeicultores, que perdiam a sua principal mão-de-obra, que eram os negros escravizados. Houve, de acordo com o autor, subsidio estatal a fim de garantir a vinda destes, especialmente para as regiões sul e sudeste. A partir disso, chegou ao Brasil um contingente imigratório europeu estimado em cinco milhões de pessoas, afirma Ribeiro (1995). O autor ainda salienta que

Apesar de numericamente pouco ponderável, o papel do imigrante foi muito importante como formador de certos conglomerados regionais nas áreas sulinas em que mais se concentrou, criando paisagens caracteristicamente europeias e populações dominadoramente brancas (RIBEIRO, 1995, p. 242).

Não há, porém, como abordar a imigração europeia sem tratar ainda das relações raciais. Isto porque havia uma questão racial também envolvida neste processo de povoamento que ocorreu em nosso país. Seyferth (2002, p. 30) afirma que “o processo de imigração europeu se deu em virtude de pressupostos civilizatórios vinculados à ideia de raça”. Bento (2002) por sua vez, vai mais longe e revela as intenções que havia por detrás do incentivo à vinda dos imigrantes. Para a autora o medo “do outro” e a ideia de que a civilização do Brasil só seria possível se o Brasil fosse majoritariamente europeu foi, evidentemente o que impulsionou o discurso imigrantista e todas as ações que dele decorreram. Nas palavras de Bento (2002, p. 31):

O ideal do branqueamento nasce do medo, constituindo-se na forma encontrada pela elite branca brasileira do final do século passado para resolver o problema de um país ameaçador, majoritariamente não-branco. Esse medo do negro que compunha o contingente populacional majoritário no país gerou uma política de imigração europeia por parte do Estado brasileiro, cuja consequência foi trazer para o Brasil 3,99 milhões de imigrantes europeus, em trinta anos, um número equivalente ao de africanos (4 milhões) que haviam sido trazidos ao longo de três séculos.

Entre tais imigrantes estavam os alemães que se organizaram em colônias. Além das famílias, vieram também nas viagens a cultura, a língua e as tradições do país de

origem que, no caso dos germânicos, foram e ainda são fortemente defendidas. Os imigrantes europeus passaram por diversas situações de privação no Brasil, tendo em vista que grande parte deles era pobre e vinha em busca de melhores condições de vida. No entanto o imigrante europeu detinha uma vantagem em relação ao negro, além da possibilidade de escolher imigrar ou não, que nas palavras de Santos (2002, p. 91) assim se apresenta: “a imigração somente era mais vantajosa do que a abolição porque oferecia o que os escravos e ex-escravos jamais poderiam oferecer: o verniz branco europeu e industrial pelo qual o país tanto almejava”.

O progresso do país, portanto, estava obviamente atrelado à vinda de europeus. Para os imigrantistas, era preciso europeizar o Brasil (SANTOS, 2002), uma vez que os negros não teriam habilidades para executar atividades que exigissem mais do que força física. Assim, “a imigração era tida como uma tábua de salvação para um Brasil povoado por uma raça inferior”, afirma Santos (2002, p. 107). Além disso, também havia o medo da perda de espaço ou do privilégio branco, uma vez que naquele momento os negros eram maioria no Brasil. Neste sentido, Azevedo (1987, p. 36) apresenta o texto de Burlamaque (1837), quando ao discutir o fim da escravidão, assim escreveu:

Convirá que fique no país uma tão grande população de libertos, de raça absolutamente diversa da que a dominou? Não haverá grandes perigos a temer para o futuro, se as antigas tiranias forem recordadas, se os libertos preferirem a gente de sua raça a qualquer outra, como é natural? Poderá prosperar e mesmo existir uma nação composta de raças estranhas e que de nenhuma sorte podem ter ligação?

Os questionamentos feitos por Burlamaque, em 1837, demonstram qual era o pensamento das elites brasileiras naquele período. Sendo os negros maioria da população do país, havia um constante receio de que estes tomassem para si o domínio do território. Ainda que ele confirmasse as arbitrariedades a que foram submetidos os escravizados, e que, por isso, haveria possibilidade de estes se unirem contra aqueles que os maltrataram, o que prevalecia era a ideia de que uma nação não poderia prosperar sendo conduzida pelos ditos seres inferiores. Era natural, portanto, que se buscasse comprovar que estes não seriam aptos a realizar qualquer atividade, o que incluía atividades assalariadas ou do campo.

Neste sentido, Seyferth (2002, p. 30) salienta que “existia um entendimento de que os negros ou mestiços brasileiros não se adequariam ao modelo liberal que buscavam incutir no Brasil naquele período, assim acreditava-se que as terras públicas deveriam ser ocupadas por imigrantes europeus”. A autora complementa dizendo que na

perspectiva então estabelecida – qualificada por ela como evidentemente racista – “negros, mestiços e índios poderiam ser escravos, servos ou coadjuvantes no processo de desenvolvimento do Brasil. No entanto, não se adequavam ao trabalho livre na condição de pequenos proprietários” (SEYFERTH, 2002, p. 31).

Esta forma de pensamento foi ponto fundamental para a manutenção da ideia que dava conta que os negros devem se submeter indistintamente àqueles que tem condições de serem proprietários. Saliento que a definição do que seja ter condições foi estabelecida por aqueles que acreditavam ser os detentores destas. Este discurso foi amplamente disseminado e compõe o imaginário e as práticas coletivas ainda hoje, quando se fala em relações étnico-raciais no Brasil. Não por acaso, ainda em nossos dias, há uma evidente clivagem no contexto do trabalho, no qual brancos e negros ocupam posições distintas, sendo esta prática naturalizada e tida como normal, como poderá ser visto de maneira mais detida à frente.

Outro argumento utilizado na época para justificar o incentivo ao processo de imigração era que os brasileiros que já se encontravam no Brasil, não teriam condições de chegar ao objetivo estabelecido de levar o país ao desenvolvimento. Isto se dava em virtude de que, como salienta Seyferth (2000), estes apareciam nos discursos imigrantistas como racialmente inferiores e incapazes de garantir a produtividade das terras.

No mesmo sentido Magalhães (1993, p. 47) afirma que “[..] ao fim e ao cabo, eles eram brancos, disciplinados e trabalhadores, características que se harmonizavam com a política eugenista da época”. É possível perceber, portanto, que para os imigrantes europeus a vinda ao Brasil também foi determinada por perspectivas políticas e ideológicas. Para Seyferth (2000), a maneira como esses imigrantes foram organizados no Brasil favoreceu a constituição de forte identidade étnica. O contato com outros que não faziam parte dos grupos estabelecidos era, desta forma, reduzido. Assim, além de expressar os modos de vida diferenciados, as expressões “colônia alemã” ou “colônia italiana”, por exemplo, também demonstram este distanciamento uma vez que “o contato com a sociedade nacional abrangente era intermitente e muitas vezes restrito à parcela da população envolvida na atividade comercial ou residente nos núcleos urbanos” (SEYFERTH, 2000, p. 147).

Dentre os imigrantes europeus que chegaram ao Brasil nos períodos mencionados, têm-se os germânicos que sob a promessa de uma vida melhor deixaram o seu país de origem para receberem e cultivarem terras no Brasil. Como salienta

Magalhães (1993), fez-se uma intensa propaganda para atrair os germânicos ao nosso país, uma vez que era necessário incrementar a produção e suprir a força de trabalho vista como necessária, em virtude do discurso disseminado de que apenas os europeus poderiam trazer a civilização ao território. Gregory (2008, p. 46) afirma neste sentido que “a força de repulsão populacional era incontrolável quando o *slogan* “a terra sem homens para os homens sem terra” era irresistível”. O incentivo à vinda dos germânicos foi tão intenso que conforme afirma Santana (2009, p. 3) “fez com que o Brasil abrigasse o segundo maior contingente de imigrantes alemães nas Américas, atrás apenas dos Estados Unidos”.

A vinda maciça de imigrantes para o Brasil, no período supramencionado, tinha por objetivo garantir o gradativo embranquecimento da população. Neste sentido Leite (1996, p. 38) afirma: “o branqueamento desejado concretizou-se através da instalação de amplas medidas legais para uma imigração maciça de europeus em grandes proporções e de várias procedências entre a segunda metade do século passado e a primeira deste”. Neste sentido Ianni (2004a, p. 156) afirma

[...] as ‘elites’ brasileiras decidiram priorizar a imigração de ‘europeus’, ‘brancos’, ‘ocidentais’, membros da civilização ‘ocidental-cristã’. Foi uma política imigratória de cunho ‘arianista’, inspirada no ‘darwinismo social’ do evolucionismo do pensamento europeu em apogeu na época.

Quanto à vinda dos alemães ao Brasil, Santana (2009) afirma que é possível dividi-la em três grandes períodos: o primeiro se deu em meados de 1824, quando vieram famílias de agricultores e camponeses. Seyferth (2000) aponta que neste ano foi fundada uma das primeiras colônias germânicas em nosso país, no município de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. A autora destaca ainda que “é significativo que a primeira colônia [...] surgisse em terras de uma antiga feitoria para cultivo de cânhamo (um empreendimento experimental oficial); terras consideradas públicas ou devolutas” (SEYFERTH, 2000, p. 144). Este aspecto chama a atenção por explicitar o caráter político do incentivo à imigração europeia ao país, tendo em vista que conforme afirma Seyferth (2000) este mesmo projeto de ocupação de terras excluía os nacionais. Desta forma, as terras, ainda que públicas eram destinadas exclusivamente à imigrantes.

Desde 1824 até meados de 1830, quatro colônias germânicas foram fundadas no sul. Estas, conforme salienta Oberacker Jr. (1968), tinham prioridade, em virtude da influência da imperatriz brasileira D. Leopoldina, que era austríaca. A partir daí a imigração alemã se intensificou no sul do país chegando também aos estados de Santa Catarina e, posteriormente, ao Paraná.

O segundo período é em meados do século XX, em virtude dos fracassos das revoluções de 1848 e 1849⁷. No terceiro período, por sua vez, chegaram ao Brasil artesãos e operários que sofriam com o desemprego causado pelas crises do início do século na Alemanha. Como afirma Magalhães (1993, p. 16), “muitos europeus deixaram seu país de origem em busca de novas e melhores condições de vida [...] no caso de muitos imigrantes alemães, o deslocamento se constituía numa estratégia de resistência à proletarização”.

As colônias europeias que se formaram no Brasil tinham como principal característica a uniformidade. Os imigrantes germânicos formavam colônias e, conforme salienta Magalhães (1993) maninham-se relativamente isolados nelas. Isto se dava em virtude da dificuldade com a língua portuguesa, bem como, em virtude da localização destas, geralmente estabelecidas em locais afastados das cidades já constituídas no Brasil. Os primeiros imigrantes europeus eram deliberadamente assentados em locais que os isolassem das famílias brasileiras já estabelecidas por aqui e, conforme afirma Santos (2002), eram submetidos a uma educação que os tornassem úteis e produtivos. No Paraná os germânicos foram responsáveis pela criação de treze colônias desde a virada do século até meados de 1953 (MAGALHÃES, 1993).

Neste sentido, Ribeiro (1995, p. 437) afirma que “as [uniformidades] culturais provêm da segregação em que viveram nas primeiras décadas, como quistos implantados numa sociedade profundamente diferente, com a qual não mantinham convívio”. Assim se estabeleceram as primeiras colônias, nas quais se mantinham as tradições do país de origem, consideradas pelos governantes como a salvação para um país decadente, em virtude da negritude de seu povo.

No Brasil, portanto, os germânicos eram vistos – assim como os demais imigrantes europeus – como aqueles que poderiam trazer o progresso, tendo em vista que os nacionais eram vistos como “[...] racialmente inferiores e incapazes de produzir efetivamente, na condição de proprietários, numa economia capitalista” (SEYFERTH, 2000, p. 145). Já em seu país de origem eles eram vistos como traidores. Neste sentido, Otto von Bismarck, chanceler alemão à época, afirmou: “Para mim, um alemão que abandona o seu país, como um velho casaco, não é mais um alemão, e eu não tenho mais interesse nele como um homem de minha terra” (MAGALHÃES, 1993, p. 13).

⁷ A chamada Primavera dos Povos foi uma grande onda de revoluções que eclodiram por toda Europa, incluindo a Alemanha. Tinha por objetivo, neste país, a reunificação, bem como, a ampliação de direitos dos operários e camponeses. No entanto, poucos resultados foram alcançados a partir dela.

Para os imigrantes germânicos, por sua vez, o sentimento de pertencimento à sua terra de origem foi sempre muito forte, levando-os a buscar manter a lembrança da terra que deixaram. Desta maneira buscavam reproduzir no Brasil práticas culturais que os remetessem à Alemanha. Esta característica dos imigrantes foi transmitida também a seus descendentes, assim, os locais de colonização germânica têm uma forte presença, ainda hoje, da tradição, cultura e língua alemã. O isolamento das colônias europeias influenciou de maneira decisiva nesse processo.

Neste sentido Seyferth (2000, p. 147) afirma que “o relativo isolamento proporcionado por tal delimitação, bem como a formação de instituições comunitárias específicas em cada caso, deram posterior respaldo à formulação das identidades étnicas”. Muitas décadas se passaram desde que tais práticas foram estabelecidas, no entanto, essas tradições continuam presentes nos locais de forte influência cultural europeia. Em Quatro Pontes, este é também um fator fortemente destacado. Os descendentes de germânicos sentem orgulho de dizer que preservam a cultura do local de onde vieram os seus antepassados, ainda que nunca tenham conhecido a Alemanha. Neste sentido, Luiza, uma de minhas entrevistadas, afirma:

Mas a cultura, assim, eu acho que ainda é bastante forte, o pessoal ainda... agora “começam” a se misturar as pessoas e tudo, mas eu acho que cada um tenta ainda cultivar a sua tradição, a sua origem, porque isso é uma coisa muito forte, a gente tem orgulho! [...] Então, eu acho, que cada um que tem uma origem, nós temos que valorizar essa origem. É muito importante... e dar continuidade... a gente tem filhos, né, e você tenta sempre manter isso, repassando, né... [...] Vai ficando... e hoje, a gente sabe que muitas pessoas estão escrevendo livros, pra manter essa tradição, então, ela continua... talvez não tão forte quanto antes, porque hoje, como a gente falou, já houve essa mistura, já houve essa globalização, mas eu acho que ainda dá pra gente pensar que se mantém (Luiza, 53anos, empresária, grupo germânico, grifos meus).

Neste fragmento discursivo a entrevistada Luiza explicita a necessidade de se manter as tradições e cultura germânica no município. Ela fala da importância que tem, para ela, que cada um o faça, de acordo com as suas origens e que a mistura que vem acontecendo, de certa maneira, faz com que isso se perca. Esta formação discursiva, que destaca que a mistura racial faz com que a cultura se perca, deixa subentendida a ideia de que o ideal é a manutenção das constituições familiares nas quais não haja tal mistura. Fica implícito, portanto, que o que os descendentes ainda esperam é que as uniões familiares mantenham a homogeneidade racial. Outra entrevistada, Vanusa, também destaca a questão da tradição germânica, ainda que se coloque como exterior ao grupo, ao dizer:

Vejo sim! Eles têm orgulho de ser alemão, sim. De repente por ter sido eles que colonizaram primeiramente né, o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Paraná... mas também, né, eles... na verdade a gente sabe que não foram eles os que tavam primeiro... mas por se achar então que eles que foram os primeiros colonizadores... Por que daí deu poder pra eles, né... eles são reconhecidos... a História coloca como se fossem eles que colonizaram. Então eu acho que eles têm orgulho por isso. Se de repente tivessem... digamos assim, se nossos professores tivessem colocado diferente, né... não, foi o negro primeiro, de repente... já vem lá de trás, né? Se nós tivéssemos sido ensinados logo que tanto o negro como o branco têm as mesmas condições, os mesmos deveres e obrigações... (Vanusa, 31anos, vendedora, grupo germânico, grifos meus).

A utilização do pronome “eles” posiciona a entrevistada fora do grupo sobre o qual fala, ainda que ela se classifique como germânica. Ela aponta a necessidade de questionamento da história oficial e a importância de tais questões serem abordadas nas escolas. Outro ponto de destaque neste fragmento discursivo é quando Vanusa diz que a maneira como a história oficial foi contada e reproduzida no decorrer dos anos “deu poder pra eles”. Neste sentido, pode-se perceber a força dos discursos na formação identitária de uma localidade.

Sabe-se, no entanto, que muitas das chamadas tradições e culturas disseminadas no Brasil como germânicas ou europeias, de maneira geral, são fruto daquilo que os imigrantes idealizavam em relação ao país de origem. Para compreender tal idealização, busquei respostas na obra “Os Alemães” de Norbert Elias, na qual o autor analisou o período que compreende os anos de 1870 a 1945, justamente o momento em que ocorreu, de maneira mais acentuada a imigração de alemães para o Brasil.

O processo de desenvolvimento da Alemanha enquanto nação, conforme aponta Elias (1997), é diferente do que ocorreu em outros países da Europa. A Alemanha teve um movimento tardio de unificação, não apenas enquanto país, mas havia uma evidente separação entre nobreza e burguesia (ELIAS,1997). O processo de unificação alemão se deu, portanto, não a partir da vontade destes, mas de um conflito com os franceses. No entanto, a separação interna dos alemães é explicitada quando Elias (1997, p. 26) afirma que “a vitória dos exércitos alemães sobre a França foi ao mesmo tempo uma vitória da nobreza alemã sobre a burguesia alemã”.

Outro fator determinante para a forma como as práticas sociais foram sendo elaboradas e reproduzidas na Alemanha, foi a influência do militarismo. Isto fez com que a Alemanha, após a unificação, tomasse para si o conjunto de hábitos dos guerreiros, como denominados, e os utilizasse como base de sua cultura nacional. Há, portanto, na Alemanha analisada por Elias uma naturalização da violência e a ideia de

inadequação da democracia para a solução de seus problemas. Foi a partir daí também, conforme afirma o autor, que os germânicos possibilitaram a ascensão do movimento nazista, uma vez que viam neste uma forma de, finalmente, terem códigos de conduta e orientações que fossem comuns a todos.

Ao analisar o modo de vida dos alemães, o autor aponta um fator determinante para que o nazismo prevalecesse, mas também, a meu ver, para que as colônias ao redor do mundo se estabelecessem e mantivessem da maneira como o fizeram. Este fator, de acordo com Elias (1997), é que os germânicos eram inflexíveis e rígidos, tendo como referência a obediência total e não admitindo fraquezas em sua conduta. Nas palavras do autor:

Era aí, na força irresistível de uma crença exclusiva, de uma incondicional crença nacional e social, que momentaneamente dava a seus seguidores um sentimento de onipotência e que tinha de ser obedecida a qualquer preço, que residia o perigo – um perigo que veio mais tarde a adquirir uma expressão de extraordinária virulência no movimento nazista (ELIAS, 1997, p. 292-293).

A partir desta cultura, com base no militarismo, é construída também a crença de que existem hierarquias sociais inatas e que devem ser preservadas. Há, portanto, no imaginário alemão, nas palavras de Elias (1997, p. 30), “modelos sancionados socialmente de violência e de desigualdade”. É preciso salientar que é justamente no período analisado por Elias (1997) que se dão os movimentos de imigração dos alemães para o Brasil. Portanto, são essas as crenças que os imigrantes trazem com eles.

Neste sentido, para o autor supramencionado, não há características naturais ou aleatórias entre as fronteiras nacionais ou os sentimentos que os sujeitos nutrem por seus países. Há, isso sim, uma construção discursiva que faz com que os sujeitos se identifiquem, em maior ou menor grau, com a cultura e as idealizações de determinados lugares. As identidades sociais são, portanto, criadas e recriadas a partir de tais construções. Elias (1997) destaca, em relação aos alemães que havia uma forte identificação com a figura do opressor. Para ele

Quando, portanto, numa nação, ou alguns de seus poderosos setores, as formas de crença, consciência e ideais – em suma, os níveis de controle dentro da própria personalidade – são tradicionalmente rigorosas e autoritárias em extremo, como era o caso da Alemanha, as pessoas, com toda a probabilidade, voltar-se-ão para líderes com características semelhantes (ELIAS, 1997, p. 305-306)

Não é difícil compreender, a partir disso, que os imigrantes e seus descendentes tenham tão facilmente aceito a ideia da inferioridade negra, mesmo não tendo participado diretamente da escravização destes e que utilizem, ainda hoje, este

subterfúgio para justificar o fato de os negros ocuparem as piores posições no mercado de trabalho, como veremos posteriormente. Neste sentido, afirma Elias (1997, p. 30), “os destinos de uma nação ao longo dos séculos vêm a ficar sedimentados no *habitus* de seus membros individuais”. Logo, ao criarem uma falsa ideia de raça e de superioridade racial, disseminada pelos nazistas, o povo alemão a atrelou a seu modo de vida.

No entanto, deslocamentos de crenças ou relações de poder ocorrem a partir de transformação da consciência dos sujeitos que fazem parte de determinadas culturas, afirma Elias (1997). E já é possível saber que estas transformações levam tempo para serem estabelecidas e sedimentadas.

Na obra de Elias (1997), é possível perceber que, assim como afirma Foucault (1979) o poder não é algo que fica sob a posse de um ou outro grupo, mas algo que circula entre os sujeitos, no que o autor denomina lutas de poder (ELIAS, 1997), que remete ao conjunto das relações sociais de determinados grupos. Ao olhar para a sociedade alemã, buscando identificar as micropráticas que a conduziram ao contexto em que se encontra, Elias (1997) demonstra também a importância de “descer do prédio” e olhar para as micro ações dos sujeitos, como também proponho neste estudo. É, pois, a partir da análise das micro ações que se chega à compreensão do macroambiente.

Diante do contexto ora apresentado, acerca do povo alemão e a formação da ideia de superioridade é possível compreender porque, conforme destaca Seyferth (2000, p. 148), as colônias alemãs eram “irredutíveis à brasilidade”. Esta característica pode ser percebida de forma explícita ao conversar, ainda hoje, com imigrantes de diferentes gerações. Considero importante destacar ainda que muitos dos descendentes mantêm a ideia de pertencimento se autodenominando alemães antes mesmo de se dizerem brasileiros. Ao serem questionados sobre o significado de ser alemão, uma das descendentes assim respondeu:

[...] é a minha origem, né! Os meus antepassados vieram da Alemanha. Então é a origem da gente e a gente acaba adotando essa como sendo a tua... a tua língua, a tua origem, e a gente tem orgulho dela! Eu acho que cada um tem que ter orgulho da sua origem, a gente tem que buscar os valores. Cada origem tem o seu valor e a nossa cultura, ela é muito forte (Luiza, 53anos, empresária, grupo germânico, grifos meus).

Porém, convém salientar que este chamado “espírito germânico” tão presente nos imigrantes e em seus descendentes foi também construído através de práticas sociais e discursivas. Em termos de relações raciais, Amaro (2015, p. 25) afirma que “na

Alemanha, várias características diferentes conformaram o pensamento racista. Inicialmente, a ideia de unificação dos povos de língua alemã em nome de uma origem étnica comum era unicamente nacionalista”.

Conforme salienta Magalhães (1994) a ideia de superioridade alemã é desenvolvida no Brasil, entre outros aspectos, em virtude de os imigrantes se sentirem discriminados pelas elites brasileiras e se sentirem sem espaço na história do país... “[...] para compensarem este déficit de status, tais indivíduos acercam-se do pangermanismo, um sentimento de identidade que era nutrido, em boa medida, pelas doutrinas raciais então existentes” (MAGALHÃES, 1994, p. 166). A mesma autora apresenta um fragmento de texto disseminado entre os germânicos, no qual se lê:

Somos milhões de alemães no Brasil. Somos um exército sem soldados, uma Igreja sem torre, aceitai o desafio agora... – Vós fostes chamados para serem líderes deste povo, pois sois o povo, mais inteligente desta terra” (Kalender für die Deutschen in Brasilien, 1933 apud MAGALHÃES, 1994, p. 175).

Segundo a autora, houve um investimento maciço dos alemães – pertencentes a um grupo que defendia a expansão do território alemão em países nos quais os imigrantes eram recebidos – em propagandas disseminadas entre os imigrantes. Em materiais como calendários, almanaques, livros, cadernos, que eram enviados aos imigrantes, estava descrito o *slogan* “*Gedenke dass du ein Deutscher bist* – Lembra-te que tu és um alemão”, afirma Magalhães (1994, p. 169). Ocorria, portanto, de acordo com a autora,

o investimento maciço de materiais de propaganda sobre a superioridade do povo alemão, sua cultura, raça e economia, impressos que eram veiculados exclusivamente entre os imigrantes e seus descendentes desta origem; em médio prazo, estes entusiastas nacionalistas sonhavam em criar nas regiões de colonização alemã do cone sul uma república teuta, separada institucional ou culturalmente dos países em que se situavam, e diretamente vinculada aos interesses da nação alemã (MAGALHÃES, 1994, p. 166-167).

Tais ideias não foram apoiadas pelo governo alemão, liderado naquele período por Bismark. No entanto continuaram a ser disseminadas e inseridas, posteriormente, ao movimento nazista. As colônias germânicas, portanto, adotaram este discurso nacionalista – não vinculadas ao Brasil, mas à Alemanha – que atrelado à ideia de identidade étnica os diferenciava dos outros grupos. Esta ideia foi reforçada principalmente no período posterior à Proclamação da República, quando se manifestou nos imigrantes como principal característica a defesa e a preservação da sua identidade étnica, afirma Magalhães (1993). Neste contexto Seyferth (2000, p. 166) observa que a ideia do espírito germânico empregada nos meios de comunicação teuto-brasileiros dava

conta de que “[...] a nacionalidade alemã é herdada através do sangue e perpetuada, em qualquer parte do mundo, pela cultura, língua e costumes alemães”. Desta forma, Silva (2012, p. 351) destaca o que é levado em conta para a construção do que chamo aqui de espírito germânico

É o caso do *Deutschtum* (germanismo), relacionado à conservação da cultura dos indivíduos germânicos ou descendentes. O termo *Volkstum* (nacionalidade) se relaciona à etnia e à raça e não ao *jus solis*, ou seja, ao local de nascimento. É a ascendência (sangue), à cultura e à língua de um indivíduo. *Deutschtum* engloba a língua, a cultura, o *Geist* (espírito) alemão, a lealdade à Alemanha, enfim, tudo que está relacionado com ela, mas como nação e não como Estado [...]. O *Geist* representa a solidariedade cultural e racial do povo alemão [...], traduzido na comunidade étnica, ou na *Heimat* (lar).

O chamado espírito germânico passou, portanto, a constituir a identidade étnica das colônias, uma vez que os imigrantes reproduziam nelas o modelo de vida alemão ou, pelo menos, aquilo que imaginavam ou que tinham lembrança em relação à sua terra natal. Isto era possível pois, conforme afirma Magalhães (1993), o território ocupado pelos germânicos era muito maior do que o seu país de origem. No entanto, para os brasileiros tratava-se apenas de uma irrelevante região de fronteira. Desta forma “não seria absurdo imaginá-la como sua, e estruturá-la segundo seus próprios valores, costumes e formas de ordenação da vida material”, diz Magalhães (1993, p. 49). Este aspecto é salientado na Enciclopédia Riograndense I, na qual se destaca que “nenhum grupo de imigrantes no Brasil fêz (sic) tantos esforços e sacrifícios para transmitir aos filhos sua modesta herança cultural como os alemães” (FAUSEL, 1961, p. 95). Seyferth (2000, p. 163) corrobora a ideia do sentimento de pertencimento ao país de origem dos imigrantes ao afirmar que “[...] a *etnia* dá conta de uma dimensão bem precisa e compatível com a cidadania: cada indivíduo é alemão, italiano ou polonês no Brasil”.

A política nacionalista de Getúlio Vargas, por sua vez, fez com que “o sonho de viver em pequenas ilhas arianas” (MAGALHÃES, 1994) sofresse alterações. Em se falando dos imigrantes germânicos, esta discriminação se deu com maior força no período da Primeira Guerra Mundial, conforme afirma Magalhães (1993, p. 04):

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, o anti-germanismo revelar-se-á de maneira contundente; naqueles anos de guerra, em nome da defesa da pátria, depredaram-se lojas, associações e entidades teutas, quebraram os retratos de seus heróis nacionais, rasgaram suas bandeiras, impediram a circulação de seus periódicos. Nos jornais de consumo difundido, notícias de toda ordem justificavam e estimulavam tais represálias: os teuto-brasileiros eram condenados como espiões, traidores, perversos e inimigos de todos os povos.

Já no período que sucedeu a Segunda Guerra Mundial os germânicos foram proibidos de falarem a sua língua e de disseminarem a sua cultura no Brasil. Na memória dos descendentes, este período aparece com frequência e foi assim apresentado:

[...] daí aquela vez, tu não podia falar alemão! Então nós vivia escondido de baixo... nós tinha uma casa alta, em baixo tinha um porão bem alto, assim, né.. hoje não fazem mais as casas assim... e nós se escondia lá. O dia inteiro nós brincava debaixo daquela casa, lá... se escondia e tinha que... quando nós subia, assim, no pátio, meu pai dizia: “Não fala alemão! Nós vamo preso!” [...] eu sei que uma época não tinha nem aula por causa disso ali. (D. Carmem, comerciante, 79 anos, grupo germânico, grifos meus).

Quando o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial, o Getulio Vargas ordenou... foi proibido a língua alemã e também, por menos, assim, o italiano, né! Mas principalmente era o alemão, por causa do sul, porque tinha bastante alemão naquela época e até hoje ainda tem... é... e eles, as vezes até a gente não sabia disso na época, mas eles formaram aí uns núcleos, os alemães, que eram contra a adesão do Brasil para o Eixo na época. E aí eles começaram a ter uma boa... uma retração bastante... do regime... bem forte, né! Foram feito bastante atrocidades naquela época, inclusive na nossa região. Eu me lembro que eu tinha uns seis ou sete anos, quando eu falei pra mãe: o que essas pessoas tão fazendo ali, né! Vieram revirar a casa e tal... olharam debaixo da casa, nós tinha um porão assim, aberto na casa. Aí ela falou: “não... fica quieto...” (João Carlos, 80 anos, comerciante aposentado, germânico, grifos meus).

Ouvindo tais relatos, me recorro das histórias que também ouvi de minha avó, relativas a este período. Em sua memória, a lembrança do medo que sentia, pois não sabia se comunicar em português. Ela me disse que quando iam para a igreja, não conversavam na rua e desviavam o caminho sempre que viam um policial, com medo de que este lhes pedisse que falassem qualquer coisa. Para Seyferth (2000, p. 151) este período “se caracterizou pelo cerceamento da cidadania em nome do princípio assimilacionista do nacionalismo [...] indivíduos étnicos não podiam ser considerados brasileiros – estigmatizados como cidadãos ilegítimos porque não eram nacionais”. Este período ficou marcado nas lembranças destes que, em muitos momentos, relembram o período como tendo sido de grande dificuldade, uma vez que muitos deles sequer falavam o português e não poderiam mais se comunicar na língua que conheciam, qual seja, o alemão. Neste sentido, afirma Magalhães (1994, p. 175):

[...] prenderam-se ou baniram-se líderes do NSDAP⁸, pangermanistas e mesmo descendentes de alemães que não participaram de tal movimento. Simultaneamente, proibiu-se a existência de associações e impressos, bem como o emprego do idioma alemão. Pesaria ainda contra esse grupo, a imagem de nazistas, quinta-colunas e assassinos, o que se verifica, em muitos casos, até os dias atuais.

⁸ Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães

A ideia foi disseminada a tal ponto que, mesmo crianças, passaram a sofrer as consequências dessas ações. D. Carmem, hoje com 79 anos, assim se refere ao período: “Que eles chamavam a gente de quinta-coluna, né! Quinta coluna, o que que é isso ali? [...] e nós não tinha como se defender! Vocês são quinta coluna! Quinta coluna eles chamavam nós”. D. Carmem até hoje não sabe o que significa ter sido chamada de “quinta-coluna” mas a expressão permanece viva em sua memória. A partir disso foi sendo criada, com maior intensidade, a imagem do alemão como superior, que pode ser identificada ainda hoje nas falas dos descendentes. Por vezes esse discurso, da superioridade germânica, se apresenta de maneira implícita. Isto devido às intensas mudanças ocorridas no período que sucedeu à segunda guerra mundial. Neste sentido Magalhães (1994, p. 176) afirma

No que se refere ao Paraná e Santa Catarina, por exemplo, encontraremos algumas alterações nas auto-nomeações de alguns destes descendentes, que nos parece muito significativas: ao invés de teuto-brasileiros ou germânicos, “filho de colono alemão”. Ao invés de branco, “loiro de olhos claros”. Ao invés de apreciarem a cultura alemã, fala-se em “festas folclóricas”. Ao invés de raça superior, “trabalhadores e ordeiros”.

Vê-se, desta maneira que o período em que se presava pelo nacionalismo foi marcante para os descendentes de alemães que viviam no Brasil. No entanto, ao se pensar esta situação não se pode deixar de salientar que, como afirma Bento (2002), havia o privilégio da brancura. Logo, esta situação foi pontual e não os marcou como são estigmatizados os negros até hoje.

O movimento nacionalista despertou nos germânicos, além dos fatores já mencionados, o receio de verem se perder aspectos de sua cultura e tradição. Esta característica é perceptível nas colônias germânicas espalhadas pelo país ainda hoje, entre as quais está o município no qual este estudo foi realizado. A perda de qualquer característica cultural é tida pelos descendentes germânicos como um fator negativo, senão vejamos:

Por que, claro, Quatro Pontes cresceu, houve agora essa mistura de raças, nós temos mais raças na cidade e tal... mas assim, eu acho que as pessoas de origem alemã ainda tentam manter essa tradição. O que deixou e deixa a desejar bastante é o nosso dialeto – o alemão – que quase não está mais sendo falado. Isso a gente tá perdendo e pra resgatar vai ser muito difícil, porque a língua alemã, claro tem outras também... são difíceis, né... então a língua alemã, você não vê mais hoje criança falando alemão (Luiza, 53anos, empresária, grupo germânico, grifos meus).

Neste sentido tenho uma vivência muito peculiar, uma vez que os meus avós maternos mantêm ainda hoje o hábito da utilização da língua alemã. Isto porque a minha avó apenas aprendeu a língua portuguesa aos trinta e três anos de idade, a fim de

conseguir se comunicar com uma vizinha negra, que não entendia a língua alemã. Esta experiência faz com que eu compreenda bem o dialeto que é falado na cidade, muito embora dificilmente me arrisque a verbalizar algo nesta língua, o que em muitos momentos causou estranhamento em alguns dos moradores da cidade. O olhar de espanto quando ouvem que meus avós falam em alemão e eu respondo a eles. Em outros momentos percebo a insegurança destes que ficam sem saber se eu estou compreendendo ou se há necessidade de “tradução simultânea”.

Muitos são os relatos no município daqueles que tiveram o alemão como primeira língua em suas casas. Para os hoje idosos do município, aprender a língua portuguesa foi um desafio individual, que se deu em virtude da necessidade de comunicação à medida em que as colônias passavam a receber moradores não germânicos. Neste sentido, D. Maria, integrante de uma das primeiras famílias que chegou à localidade afirma:

Não... eles vieram assim... quase todo mundo foi... que falava alemão veio aqui em Quatro Pontes. Eles queriam ir “tudo” aqui, por causa dos “alemãos”. Pra poder se entender... [...] todo mundo falou... aprendeu... falar português... eu “falei” português, meu marido também... nós “podia” falar um pouquinho. Eu falava assim... quando eu encontrei uma... eu falava. Como eu podia... “aprendeu” sempre mais (D. Maria, 84 anos, aposentada, grupo germânico, grifo meu).

Mesmo muitos dos mais jovens, filhos ou até netos dos pioneiros tiveram a experiência de ter o alemão como sua primeira língua. O conhecimento da língua portuguesa vinha depois, quando começavam a frequentar a escola, senão vejamos

Meus pais só falavam alemão em casa, meus irmãos - somos uma família entre doze irmãos – todos só aprenderam a falar o português indo pra escola, com sete ou oito anos (Clarice, não revelou a idade, professora, grupo germânico, grifo meu).

Eu, quando eu tinha dez anos, eu só sabia falar alemão. Eu ia na aula, a gente tinha muita dificuldade, sabe... a gente... eu morava com os meus avós e em casa a gente só falava alemão, a minha primeira língua foi o alemão. Eu lembro tão bem que um dia eu pedi pra minha vó, eu falei: vovó, como se fala essa palavra em português? (Luiza, 53anos, empresária, grupo germânico, grifo meu).

Esta era uma realidade muito presente em Quatro Pontes. Em virtude da dificuldade dos pais com a língua portuguesa, ensinavam a seus filhos a língua alemã, cabia à escola, por sua vez, ensinar o português, o que também poderia se tornar uma grande dificuldade quando alguma professora não sabia se comunicar em alemão. Neste sentido a professora Clara me relatou a seguinte situação:

E quando eu fui pra escola, com sete anos, eu não sabia falar uma palavra em português. Eu fiquei de castigo na primeira semana na sala de aula, olhando naquela janela quadrada, assim, aquelas que a gente levanta, tem uma

borboletinha ali... assim era a primeira escola, olha como marca, né! Eu fiquei, na hora do recreio, sem poder comer meu lanche, que a gente levava. A professora não sabia falar alemão e eu não sabia falar português! Eu não me entendia com a professora, nem ela comigo! [...] Aí eu fiquei de castigo, eu não podia comer o lanche, nada, né! Aí no final da aula eu pedi pra minha colega: escuta, por que que eu fiquei na sala de aula? Eu não sabia por que! Eu não sabia, eu não entendia ela! Tu sabe, quando você é jogado no meio de alguém... falar uma língua e você falar outra... eu não sabia falar nada! Nada, nada em português! Lá em casa era só alemão! Aí... e depois eu descobri, daí a minha coleguinha, que um ano ela já estava indo (na escola) [...] ela me falou: Clara, você não fez a tarefa! Falei: mas como eu vou fazer a tarefa? Eu não sei fazer! Eu não sabia! Olha, casos assim, até de dar risada hoje, mas... imagina... eu lembro, eu ia no fundo da sala, que a professora foi lá fora lanchar com a turma, eu no fundo da sala, olhando naquelas janelas, que tava fechada... olhando pra fora... nos primeiros dias... não sabia... (CLARA, 66 anos, professora, germânica, grifos meus).

Vanuza também falou sobre o tema:

a primeira língua que o pai e a mãe ensinaram, então, foi o alemão, né... dialeto é o hunsrück, e... com seis anos de idade, quando eu comecei então a ir para a escolinha, né, nós só sabíamos falar o alemão, eu e os meus priminhos e irmãos, né? E todos na escola falavam já o português. Então nós tivemos assim a primeira dificuldade de socialização, né! [...] Aí a gente falava com a professora e ela traduzia então, pros aluninhos, mas assim, normal, né? Foi uma pequena dificuldade digamos assim, né? Por que eles tinham esse costume os pais da gente, de ensinar primeiro o alemão, né... que depois o português seria ensinado, então, na escola. (VANUSA, 31 anos, vendedora – Germânica, grifos meus)

Penso, no entanto, que além da questão da dificuldade – que não pode ser negada – a manutenção da língua alemã está evidentemente atrelada também à perspectiva étnica de consolidação da ideia de pertencimento a um grupo a partir de traços que o distinguem dos demais (BARTH, 2003). Talvez seja esse o motivo da preocupação dos pertencentes a este grupo com o fato de que as crianças e adolescentes, hoje, não mais mantêm esta tradição. Poucos são os que falam o alemão, ainda que seus pais façam uso desta língua em casa.

Esta concepção negativa da “perda das origens” ou dos símbolos que denotam esta origem, como a língua, por exemplo, pode ser analisada a partir do conceito de comunidade étnica na qual “[...] a nacionalidade é herdada através do sangue e perpetuada, longe da pátria original, pela preservação da língua e da cultura germânica – isto é, embora localizada em território brasileiro, a colônia assim representada faz parte da nação alemã”, afirma Seyferth (2000, p. 155).

Desta maneira, ainda se levando em conta o estabelecido a partir do chamado espírito germânico, construiu-se também a imagem do germânico como o colonizador responsável pelo progresso dos locais nos quais se estabelecia. Sem ele, o

desenvolvimento, certamente, não teria ocorrido. Nas palavras de Seyferth (1994a, p. 23):

O processo de colonização se tornou símbolo da etnicidade e modelo contrastante em relação à sociedade brasileira mais ampla. A imagem do imigrante alemão que dignifica o trabalho remete a uma apropriação simbólica da história da colonização – uma imagem construída por oposição a brasileiros estereotipados, num contexto de identidades contrastivas.

Diante disso tornam-se muito comuns – como visto anteriormente – os discursos que defendem que os imigrantes europeus são os grandes responsáveis pelo desenvolvimento das regiões em que se instalaram. Não pretendo aqui tirar o mérito dos imigrantes, ou dos chamados pioneiros, muito embora entenda que para compreender como se deu tal desenvolvimento é imprescindível conhecer as razões e as construções históricas que levaram a tal realidade. Assim, conforme afirma Seyferth (1994b) criou-se no Brasil uma contraposição na qual de um lado estão os pioneiros, os colonizadores vinculados a uma ideia de eficiência e trabalho e de outro os “brasileiros” entendidos como preguiçosos e incapazes de trazer o desenvolvimento. Diante desta perspectiva

A imagem que emerge nos discursos sobre o pioneirismo, então, é a da conquista pelo *trabalho*: a colônia, como espaço construído, onde a floresta vai sendo paulatinamente substituída por plantações, comércio, escolas, cooperativas, associações, igrejas e, finalmente, pelas cidades e indústrias, no curso do processo histórico de colonização visualizado pela ótica do progresso (SEYFERTH, 2000, p. 162).

É possível perceber que os discursos acerca do pioneirismo que são enunciados pelos moradores do município de Quatro Pontes estão em consonância com aqueles apresentados em outras regiões de mesma colonização. Da mesma forma a ideia do chamado brasileiro, desqualificado por um conjunto de características desabonadoras que lhe são impostas, baseadas em uma ideia de inferioridade racial. Esta visão acerca do outro se estabeleceu no período posterior à abolição da escravidão no Brasil e se mantém até os nossos dias, quando se exalta a figura do colonizador e se “esquece” de todos aqueles “outros”.

Desta forma é possível perceber que, em nosso país, a chegada de imigrantes germânicos esteve permeada de decisões políticas e vislumbra colonização de áreas do Rio Grande do Sul⁹, em virtude de disputas territoriais que o Brasil tinha com os países vizinhos. Como afirma Seyferth (2000, p. 144),

A decisão do governo imperial de implantar no sul um sistema de colonização com imigrantes agricultores, a partir de 1824, tinha motivação geopolítica – povoar uma região problemática do território nacional, ainda

9 De acordo com Santana (2009) o estado do Rio Grande do Sul abrigou mais de 50% dos imigrantes germânicos que vieram ao Brasil em diferentes períodos.

sujeita a disputas fronteiriças com países vizinhos – e um propósito de diversificação econômica, objetivando estimular o progresso com a vinda de camponeses e artífices europeus.

Como visto é possível identificar, portanto, de maneira muito explícita neste município de tradição germânica o que Seyferth (2000, p 168) afirma:

A formulação das etnicidades, assim, tem discernimento sobre a especificidade cultural, embora cada discurso étnico subjetivamente recorra a imponderáveis critérios de unidade biológica (ascendência) e moral. Nesse sentido a língua é o instrumento diferenciador por excelência, mas o exercício da distintividade também contempla outros elementos do cotidiano: a origem comum percebida através da culinária, da música, das festas, da arquitetura, da organização social do campesinato, da distribuição espacial no interior das casas e nas propriedades [...] distinguem os identificados como alemães, italianos e poloneses entre si e em relação aos brasileiros.

Desta maneira, o município de Quatro Pontes mantém vivas as tradições próprias da germanidade e se propõe a ser este “pedaço da Alemanha” em solo brasileiro. Importante salientar ainda que ao se contar a história do município, além da ênfase dada aos germânicos, também são citados os italianos. Não há qualquer menção a outros sujeitos que pudessem fazer parte ou ter auxiliado nem mesmo nas atividades de desmatamento da região. Os fragmentos apresentados, corroboram a perspectiva apresentada por Poutignat e Streiff-Fenart (1998) de que as histórias que nos são contadas podem ser invocadas e articuladas de acordo com circunstâncias e interesses específicos.

Neste sentido, em minhas leituras para a constituição desse estudo, tive contato com o trabalho de Kanaan (2008) o qual analisa os processos de imigração, a partir da comunidade italiana. Me impressionou, neste sentido, a proximidade entre os discursos ao se pensar a perspectiva étnica. A autora salienta que os descendentes dos primeiros italianos – que chegaram na condição de estrangeiros – hoje se veem como naturais do lugar em que se estabeleceram. Constituíram, portanto, uma superioridade vinculada ao “ser italiano”, a partir da qual os demais são vistos, hoje na condição de estrangeiros.

Segundo eles, foram os atributos inerentes à sua identidade étnica, como o trabalho, a religião e a família que possibilitaram a construção deste “pedaço da Europa” em solo brasileiro. Os imigrantes que chegaram mais recentemente, procedentes de outras regiões do próprio estado, gaúchos, são vistos como pessoas “de fora” e passaram a ser considerados, pelos mais antigos, que se consideram “italianos”, como estrangeiros (KANNAAN, 2008, p. 33).

É possível identificar, a partir deste fragmento, um forte discurso étnico disseminado entre os descendentes de italianos no Rio Grande do Sul, muito próximo ao discurso disseminado entre os germânicos nas diferentes regiões por eles ocupadas.

A partir do exposto, pude perceber que os imigrantes, apesar de terem sido submetidos a um forte discurso nacionalista no Brasil, como visto, conseguiram manter vivas as bases de sua cultura em colônias espalhadas por todo o país, principalmente nos estados do sul. Entendo que, em grande medida, isso foi possível pois, conforme afirma Diwan (2007, p. 117) “os imigrantes europeus não carregavam o estigma preconceituoso de que eram preguiçosos, sujos e indisciplinados tal como os negros e mulatos”.

Para compreender como os aspectos anteriormente citados foram construídos no decorrer do tempo, penso que seja interessante a perspectiva apresentada por Orlandi (2001) quando propõe o conceito de discurso formador. Para autora é a partir do discurso fundador que a comunidade se reconhece como tal e passa a produzir sentidos. “É possível definir um discurso como fundador quando se está criando uma nova tradição, resignificando o que veio antes e instituindo uma nova memória” (ORLANDI, 2001, p. 13). O discurso fundador, no contexto deste estudo criou a tradição de uma hegemonia étnica que, vinculada à ideia de superioridade racial, passa a delimitar as ações dos sujeitos. Freitag (2007, p. 19) salienta ainda que “os discursos fundadores criam referenciais de pertencimento e tradições no interior do grupo que os recebem”. Assim, os sujeitos, de certa forma influenciados por este discurso fundador criam e recriam o seu contexto, no entanto, mantém como base aquilo que, em sua visão, os diferencia.

Neste sentido é possível perceber que existe uma relação entre as representações e discursos disseminados com o que poderíamos chamar de uma raça ideal ou de um grupo ideal que deve – de acordo com os padrões previamente estabelecidos – trazer e manter o desenvolvimento desta região, conforme pensamento disseminado ainda antes do período da (re)ocupação da região. Estes discursos e representações, a meu ver, interferem diretamente na maneira como as relações de trabalho são estabelecidas, uma vez que o privilégio de raça também atua na composição de tais relações.

Diante do exposto no capítulo foi possível perceber que há na região em que o estudo se desenvolveu e, mais especificamente no município ao qual voltei a minha atenção, uma naturalização explícita do papel social dos indivíduos, a partir de seu pertencimento étnico-racial. É possível perceber, diante do exposto, que a construção da germanidade se deu a partir dos diversos discursos e práticas disseminados tanto pelos imigrantes, quanto pelo poder político que via na europeização das fronteiras uma

possibilidade de garantir o seu desenvolvimento e proteção. Esta construção é mantida através da reprodução de tais discursos e práticas sociais no município ainda hoje.

No entanto, importa neste estudo mostrar que os germânicos não foram os únicos responsáveis pela escrita desta história. Como visto, desde o início do processo de (re)ocupação, estiveram presentes pessoas das mais diversas matrizes étnicas, porém, silenciadas e apagadas da história oficial. No entanto, interessa aqui, o encontro entre estes diferentes grupos e a forma como as relações entre eles foi construída e mantida. É neste encontro que meu objeto de estudos se constrói, na maneira como os “outros” interagem com a cultura dita hegemônica e como os germânicos lidam com esta necessidade de interação. É necessário compreender, portanto, como se dão as representações de ambos os grupos, acerca do outro e de si. Assim, a presença deste “outro” – não germânico, negro – no município é o que abordarei no próximo capítulo, a partir do estudo de como foram construídas as relações étnico-raciais no Brasil, uma vez que foi esta a base para a construção das práticas sociais e discursivas no referido município.

4 BRASIL, O PAÍS DA DIVERSIDADE? A FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO COMO BASE DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO OESTE DO PARANÁ

No capítulo anterior vimos que o município de Quatro Pontes é conhecido e se produz e reproduz pela manutenção da tradição germânica, ainda que os alemães não sejam os únicos ocupantes daquela localidade, desde a sua fundação até os dias atuais. O município foi construído a partir de ações planejadas através das quais se estabeleceu um *apartheid* cultural e étnico-racial em relação às demais localidades da região (WACHOWICZ, 1987). Esta separação, no entanto, se estendeu de tal forma que gerou o que chamo de arquitetura social imaginária, determinando espaços a serem ocupados pelos diferentes grupos e discursos aceitos, naturalizados e reproduzidos no cotidiano da cidade. Sabe-se, no entanto, que a questão racial, como fator determinante, não é uma característica exclusiva de regiões ou municípios nos quais se estabeleceram colônias de imigrantes nos períodos pré e pós-abolição. É, sim, fruto de uma construção social e discursiva que perpassa o Brasil como um todo.

Neste capítulo me proponho, portanto, a fazer uma contextualização histórica da formação do pensamento étnico-racial no Brasil, a fim de, a partir daí compreender como tais relações se estabeleceram na região sul e, posteriormente no município que é foco deste estudo. Para tanto, inicio abordando como se desenvolveu o pensamento racial brasileiro – através de processos de dor, dominação, luta e resistência – e como o nosso país se apropriou deste pensamento, bem como, de que maneira a etnicidade e a construção social da branquitude está entrelaçada a ele.

Falar sobre a construção social da negritude e da branquitude, leva a um inevitável retorno à construção social do conceito de raça. Em 1950 a UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura – divulgou a sua primeira declaração sobre raça, na qual afirmou que “[...] a “raça” é menos um fenômeno biológico do que um mito social. Esse mito tem feito um mal enorme no plano social e moral; ainda há pouco, custou inúmeras vidas e causou sofrimentos incalculáveis” (UNESCO, 1950). Desde então, muito se tem questionado a continuidade da utilização do termo nos mais diversos estudos. Esta continuidade é vista por muitos como uma insistência que leva ao acirramento das relações raciais. Sabe-se, no entanto,

que os argumentos científicos, que comprovam a inexistência de diferentes raças humanas, não fizeram sucumbir a crença em raças superiores e inferiores, estabelecida no imaginário social no decorrer dos anos.

Diante deste contexto, continua sendo imprescindível, em meu entendimento, que os estudos que levam em conta a categoria raça continuem sendo realizados, apontando que em termos sociais esta abordagem continua válida, causando ainda os mesmos efeitos. “Podemos dizer que as “raças” são efeitos de discursos; fazem parte desses discursos sobre origem” (WADE, 1997 *apud* GUIMARAES, 2003, p. 96). No Brasil, a ideia de raça faz parte de sua constituição enquanto nação. Neste sentido Guimaraes (2003) salienta que a raça em nosso país sempre foi nativamente importante para dar sentido à vida das pessoas, uma vez que as alocava em posições sociais diferenciadas. Para o autor, “as raças foram, de fato, um conceito nativo no Brasil, e foram durante muito tempo uma categoria de posição social” (GUIMARAES, 2003, p. 99).

Em se falando da realidade brasileira, portanto, o contexto racial se mostra, na maioria das vezes, de maneira sutil, não explícita. Diante disto, me chamou a atenção o questionamento de Vieira (2015, p. 62): “Que racismo é esse, tão peculiar, que nega publicamente a sua existência, mas se manifesta na dimensão privada?” É fundamental, portanto, compreender como esta construção se deu. Considero isso fundamental para este estudo, tendo em vista que isto interfere diretamente no contexto do trabalho e das organizações, como desenvolverei à frente.

Sei que muitos foram os estudos nas diferentes áreas do conhecimento que apresentaram o diagnóstico da realidade brasileira no que diz respeito à temática. No entanto, optei por retomar este diagnóstico – o contexto histórico e sociológico das relações raciais no país – a fim de, a partir dele, falar das relações de trabalho. Isto porque entendo que a causa fundamental da realidade que se apresenta no contexto das organizações é fruto de nossas construções práticas e discursivas em torno da questão racial. Para avançarmos é preciso, portanto, conhecer profundamente esta realidade.

O Brasil tem sido construído historicamente como um país miscigenado e, portanto, livre de preconceitos. A ideia de democracia racial brasileira¹⁰ ancorou esta visão durante muito tempo, fazendo com que o desenvolvimento do país se desse de

¹⁰ O conceito de Democracia Racial que deu origem ao chamado Mito da Democracia Racial no Brasil será apresentado e discutido à frente.

maneira que as questões raciais não fossem vistas como um problema que merecesse grande preocupação. Conforme afirma Ianni (2004b, p. 25)

[...] essa expressão dissimula uma sofisticada forma de racismo patriarcal, patrimonial, elaborada desde o alpendre da casa-grande. Mais do que isso, pode ser uma cruel mistificação da desigualdade, da intolerância, do preconceito, do etnicismo ou do racismo, como “argamassas” da ordem social vigente, da lei e da ordem.

Desta maneira, um olhar mais detido para a realidade que nos cerca permite-nos perceber que o colorido harmônico, aparente na superfície, não se sustenta quando confrontado com uma análise mais profunda. Se por alguns anos o Brasil conseguiu apresentar ao mundo a ideia de um país no qual todas as pessoas viviam em condição de igualdade, a persistência de nossas mazelas – fortemente envoltas pela hierarquia racial aqui disseminada – fizeram ruir esta imagem. Passou-se a perceber, portanto, que a formação do país exibida de maneira harmoniosa para o exterior, exercia-se de maneira brutal no interior de nosso território, ancorada na formação de nosso pensamento racial. Nas palavras de Guerreiro Ramos,

Nas condições iniciais da formação do nosso país, a desvalorização estética da cor negra, ou melhor, a associação desta cor ao feio e ao degradante afigurava-se normal, na medida em que não havia, praticamente, pessoas pigmentadas senão em posições inferiores (RAMOS, 1995, p. 219).

Alberto Guerreiro Ramos, importante intelectual negro brasileiro, afirma, portanto, que a construção do pensamento racial no Brasil se deu a partir da naturalização da ideia de existência de raças superiores e raças inferiores. Inicialmente, esta consideração pode nos remeter às posições ocupadas pelos negros na formação do país, no período pós-abolição, justificada pela chamada herança escravocrata. No entanto, ao atribuir apenas à herança deste regime todo o processo de inferiorização de negras e negros no Brasil, de certa forma, a sociedade se coloca em uma posição confortável, tendo em vista que não se sente corresponsável pela realidade que ora se apresenta. É preciso salientar, portanto, que não só a escravização, mas todo o processo de naturalização da inferioridade e de reprodução de discursos nos quais tais lugares – explícita ou implicitamente – foram e são demarcados, contribuem para a nossa formação enquanto nação, no que diz respeito à questão racial. É preciso tomar consciência de que novas formas de racismo são produzidas sistematicamente em nossa sociedade e contribuem para a manutenção de práticas seculares. Assim não se trata apenas de herança, mas de recriação constante de práticas.

Torna-se, portanto, fundamental compreender como se deu a formação do povo brasileiro, elemento chave para o contexto das relações raciais em nosso país. Ribeiro

(1995) destaca que a formação étnica do Brasil tem em sua base quatro elementos principais que o autor apresenta como sendo: as populações autóctones, que aqui viviam, antes da chegada dos portugueses ao país; os europeus que chegaram ao Brasil durante o período colonial; os negros africanos trazidos na condição de escravos – estes apresentados por Moura (1992) como os grandes povoadores do Brasil, ainda que em condições muito desfavoráveis – e os imigrantes europeus e asiáticos que encontraram no país uma possibilidade para que pudessem conduzir as suas vidas de maneira que lhes parecia mais digna. Esta formação possibilitou a miscigenação da população brasileira. Neste sentido, Munanga (2013, p. 22) afirma que

O Brasil oferece o melhor exemplo de um país que nasceu do encontro das diversidades: os povos indígenas de diversas origens étnicas, os europeus de diversas origens étnicas, os africanos escravizados de diversas origens étnicas ou culturais, todos sem exceção deram suas notáveis contribuições na formação do povo brasileiro, na construção de sua cultura e de sua identidade plural.

Este movimento é tão explicitamente percebido que “em finais do século XIX o Brasil era apontado como um caso único e singular de extrema miscigenação racial”, afirma Schwarcz (1993, p. 15). Foi esta característica particular do Brasil que, de certa forma, impediu um processo segregatório como o que ocorreu nos Estados Unidos, ou na África do Sul, por exemplo. Isto porque o país era “há demasiado tempo uma sociedade multirracial para que uma segregação estrita, em linhas birraciais, pudesse ser praticável”, afirma Skidmore (1976, p. 45). Apontada por alguns como motivo de orgulho para a nação e por outros como causa primeira de nosso subdesenvolvimento, não posso deixar de dizer que a miscigenação ocorreu, inicialmente, à custa de violência extrema. Conforme afirma Barros (2014, p. 105) desde o momento da compra de escravas esta violência – por vezes simbólica – estava presente

[...] é um sintoma importante o fato de que se destacava como critério extremamente importante, a orientar a própria escolha de escravos que vinham para o Brasil, a beleza física, notadamente no caso das mulheres. A fealdade depreciava o preço da escrava, porque quando o colonizador a comprava, já não pensava apenas na sua capacidade de trabalho.

Me refiro neste estudo especificamente à condição de negras e negros – tendo em vista o objetivo que me propus a alcançar. No entanto, considero importante lembrar aqui que os indígenas foram violentados e dizimados em nosso país e que esta é também uma discussão em aberto ainda nos estudos organizacionais – entendo, portanto, ser de fundamental importância retomar aqui aspectos históricos que, inevitavelmente, fazem parte desta construção social e discursiva da miscigenação brasileira.

A vinda de negros na condição de escravizados para as Américas é tida como uma das maiores diásporas humanas ocorridas no mundo, através da qual cerca de doze milhões de negros foram trazidos para o trabalho forçado em nosso continente. Grande parte deste contingente desembarcou no Brasil¹¹, onde, inicialmente, conforme afirma Moura (1992), era permitido que cada colono importasse até cento e vinte africanos. De acordo com o autor, muitos desses colonos consideravam esta quantidade insuficiente para suprir as suas necessidades de mão-de-obra e, posteriormente puderam ampliar o número de trabalhadores escravizados em suas fazendas.

O Brasil foi, nas Américas, o país que mais recebeu negros na condição de escravizados, durante o período de tráfico. Moura (1992, p. 10), afirma que “[...] o certo é que quase 40% do total de africanos retirados do Continente Negro durante a existência do tráfico foram desembarcados no Brasil”. Ou seja, a cada dez escravizados trazidos às Américas, quatro desembarcavam em nosso país. Conforme salienta o intelectual negro Abdias do Nascimento, “[...] em 1535 o comércio escravo para o Brasil estava regularmente constituído e organizado, e rapidamente aumentaria em proporções enormes” (NASCIMENTO, 1978, p. 48). Desta maneira, o Brasil ia, gradativamente, se tornando um país negro. Levantamentos feitos à época confirmam tal afirmação, senão vejamos: em meados de 1586, o Brasil tinha uma população de aproximadamente cinquenta e sete mil habitantes (25.000 brancos; 18.000 índios e 14.000 negros). Já em 1798 a população contava com 3.250.000 habitantes, dentre os quais 1.582.000 escravos e 406.000 negros libertos. Apesar das tentativas de naturalização da maneira como se deu o processo de escravização de negras e negros no Brasil, é preciso falar de toda a violência com que se deu o processo. A narrativa apresentada por Ribeiro (1995, p. 119) assim o descreve:

Apresado aos quinze anos em sua terra, como se fosse uma caça apanhada numa armadilha, ele era arrastado pelo pombeiro – mercador africano de escravos – para a praia, onde seria resgatado em troca de tabaco, aguardente e bugigangas. Dali partiam em comboios, pescoço atado a pescoço com outros negros, numa corda puxada até o porto e o tumbeiro. Metido no navio, era deitado no meio de cem outros para ocupar, por meios e meio, o exíguo espaço do seu tamanho, mal comendo, mal cagando ali mesmo, no meio da fedentina mais hedionda. Escapando vivo à travessia, caía no outro mercado, no lado de cá, onde era examinado como um cavalo magro. Avaliado pelos dentes, pela grossura do tornozelo e dos punhos, era arrematado. Outro comboio, agora de correntes, o levava à terra adentro, ao senhor das minas ou dos açúcares, para viver o destino que lhe havia prescrito a civilização: trabalhar dezoito horas por dia, todos os dias do ano. No domingo, podia

¹¹ De acordo com os registros oficiais, a primeira embarcação com africanos escravizados chegou ao Brasil em meados de 1549. No entanto, há historiadores que afirmam que por volta de 1511 já haviam entrado negros no país (MOURA, 1992).

cultivar uma rocinha, devorar faminto a parca e porca ração de bicho com que restaurava sua capacidade de trabalhar no dia seguinte até a exaustão.

Esta prática, como sabemos, existiu durante séculos e o Brasil foi assim tendo a sua necessidade de mão-de-obra suprida, à custa da escravização negra. O século XVIII é tido como o período no qual chegou ao Brasil a maior quantidade de escravizados, estima-se em cinquenta e cinco mil por ano, o número de africanos que por aqui desembarcou (MOURA, 1992). Sabe-se que existem contradições em termos numéricos, quando se fala da entrada de africanos no Brasil. Conforme afirma Nascimento (1978, p. 49)

É quase impossível estimar o número de escravos entrados no país. Isto não só por causa da ausência de estatísticas merecedoras de crédito, mas, principalmente, consequência da lamentável Circular Nº 29, de 13 de maio de 1891, assinada pelo Ministro das Finanças, Rui Barbosa, a qual ordenou a destruição pelo fogo de todos os documentos históricos e arquivos relacionados com o comércio de escravos e a escravidão em geral.

É fato, porém, que à medida em que se passavam os anos, crescia a representatividade demográfica dos negros no país. Tal representatividade se deu de maneira tão forte e explícita que temos o Brasil, hoje, como o país de maior população negra fora da África. Considero importante destacar ainda que a presença e o trabalho realizado pelas mãos dos escravizados se deu em todo o território do país (NASCIMENTO, 1978; MOURA, 1992), ainda que, por vezes, a presença negra seja silenciada e invisibilizada, como ocorre, por exemplo, na região Sul. Pelas estatísticas de Veloso de Oliveira, conforme afirma Moura (1992), nos estados do Sul, em 1819, os percentuais de escravizados negros eram assim apresentados: Rio Grande do Sul (30,7%); Santa Catarina (21,9%); Paraná (17,2%).

Outro fator relevante e que não pode ser esquecido, é que conforme afirma Moura (1992) os negros – trazidos ao Brasil na condição de escravizados – contribuíram com o seu desenvolvimento nos mais diversos sentidos. No entanto, foram excluídos na divisão das riquezas deste mesmo país. Neste sentido, Moura (1992, p. 13) afirma: “[...] a grande população negra escrava não participava da divisão dessa riqueza, sendo considerada igual aos animais e assim tratada”.

Diferente do que ocorreu nos processos de imigração europeia e asiática – para além do fato de que estes vinham ao Brasil por vontade própria – os negros foram etnicamente separados quando de sua captura e posterior vinda ao país. Esta separação se dava a fim de evitar a organização e revoltas dos negros escravizados e criar uma

ideia de homogeneização, desconsiderando as diferenças étnicas. Neste sentido, afirma Ribeiro (1995, p. 115)

A diversidade linguística e cultural dos contingentes negros introduzidos no Brasil, somada a essas hostilidades recíprocas que eles traziam da África e à política de evitar a concentração de escravos oriundos de uma mesma etnia, nas mesmas propriedades, e até nos mesmos navios negreiros, impediu a formação de núcleos solidários que retivessem o patrimônio cultural africano.

Desta forma, afirma Santos (2002, p. 55) “os povos da África eram, portanto, vistos todos da mesma forma: todos são negros”. Diante disto, não se levava em consideração, para fins de manutenção cultural, as diferenças entre eles, dentre as quais destaque aquelas ditadas pela sua forma de organização social. Isto porque o padrão de comparação utilizado era a forma de organização europeia, tida como ideal. A partir de tal prática, afirma Barros (2014, p. 91), “os filhos de escravos, ao longo de um lento processo que se arrasta por três séculos, verão gradualmente se perder no horizonte a noção de que são *jejes, ambacas, quissamas, rebolos, mbundos, mbwelas, tekes, nsundis*, ou tantas outras etnias que poderiam ter sido afirmadas como diferenças culturais”.

Neste sentido, Munanga (2013, p 26) afirma que “se fala de identidade italiana, gaúcha, espanhola, lusófona, judia, árabe, etc. e não de identidade branca”. Por outro lado, apresenta-se a identidade negra, como se não fosse essa também heterogênea, como a branca. Assim sendo, afirma Schucman (2012, p. 40), “o racismo é um fenômeno que, além de unificar reativamente os negros, também os apresenta e os caracteriza como um coletivo homogêneo, longe de refletir a realidade do universo das inúmeras diferenças entre os indivíduos negros.”

Esta busca pela homogeneização da população negra não se aplicava, no entanto, quando se falava do contexto do trabalho, tendo em vista que os operadores do tráfico sabiam a que tipo de atividade direcionar cada um dos grupos de escravizados que chegavam ao Brasil. Este direcionamento se dava a partir dos conhecimentos que traziam de seus locais de origem. Para Barros (2014, p. 66) a empresa do tráfico atuava de forma a

conservar as “diferenças negras” (étnicas e intertribais) na ponta africana do tráfico, e dissolver estas mesmas diferenças na “unidade negra” que ia sendo construída na ponta colonial do tráfico, esta última já nas terras das três Américas (mas na verdade já nos porões dos navios negreiros).

Destarte, esta homogeneização apenas interessava a partir do momento em que os negros escravizados chegavam às Américas. Isto porque para o tráfico negreiro as lutas entre grupos étnicos rivais na África eram fundamentais para o arrebatamento de

novos escravos que, invariavelmente, faziam parte dos grupos dos vencidos nas guerras travadas entre eles, conforme salienta Barros (2014). Nas palavras do autor: “as diferenças étnicas, deste modo, interessavam aos traficantes que tinham de lidar na própria África com as operações de negociação, compra e exportação de escravos” (BARROS, 2014, p. 67). É possível perceber assim, que esta forma de ação envolvia interesses econômicos.

Há, portanto, neste processo o que Santos (2002) chama de pasteurização das múltiplas etnias, no qual todas passaram a fazer parte de uma única raça negra. A diversidade existente na África, bem como as suas referências culturais e identitárias foram desconsideradas por completo. Neste sentido Freyre (2006, p. 398) afirma: “o africano foi muitas vezes obrigado a despir sua camisola de malê para vir de tanga, nos negreiros imundos, da África para o Brasil”. A partir disso, Barros (2014, p. 45-46) aponta que

[...] a desconstrução da diversidade de etnias negras e das realidades culturais africanas, mergulhando-as dentro de uma grande raça localizada em um espaço geográfico único e imaginariamente homogêneo – e a simultânea visão desta parte da humanidade como “inferior”, ao mesmo tempo em que se encarava o continente africano como lugar exterior à “civilização” – tudo isto, juntamente com uma nova noção de “escravo”, constituiu o fundo ideológico da montagem do sistema escravista no Brasil. Desigualdade e diferenças várias, neste caso construídas historicamente, entrelaçaram-se para dar apoio a um dos mais cruéis sistemas de dominação que a história conheceu.

Desta forma, como afirma Ribeiro (1995, p. 115), “impediu-se a formação de núcleos solidários que retivessem o patrimônio cultural africano” e minimizava-se a possibilidade de resistência ou revoltas dos escravizados. Ainda conforme o autor, esta ação fez com que os negros fossem compelidos a incorporar-se de maneira passiva no universo cultural já estabelecido no Brasil. Para ele, “à medida que eram desgastados para produzir o que não consumiam, iam sendo radicalmente desculturados pela erradicação de sua cultura africana” (RIBEIRO, 1995, p. 115-116). No entanto, sabe-se que “várias Áfricas” chegaram ao Brasil no referido período e, mesmo tendo a sua cultura silenciada e sendo expostos a aspectos culturais, sociais e religiosos que não faziam parte de sua realidade em seus territórios de origem, os então escravizados buscavam maneiras de manter as suas práticas, das mais diversas formas.

Logo, não se pode falar, em meu entendimento, de uma aceitação e aculturação passiva, como afirma Ribeiro (1995), pois esta afirmação sugere a ideia de que não houve resistência. Se não houve resistência, o que fez com que a cultura negra, ainda que incorporando aspectos da cultura brasileira, tenha resistido? É a partir da resistência

negra, portanto (da qual falarei de maneira mais detida posteriormente), que surge o que hoje chamamos de cultura afro-brasileira. Esta traz em seu bojo características da cultura africana, marcada por traços da cultura a que aqui tais povos foram expostos.

Neste sentido, Gonzalez (1982, p. 18) afirma: “[...] nós negros, não constituímos um bloco monolítico, de características rígidas e imutáveis. Os diferentes valores culturais trazidos pelos povos africanos que para cá vieram [...] apesar da redução à “igualdade”, imposta pela escravidão, já nos levam a pensar em diversidade”. Vê-se, desta forma que, ainda que o mercado do tráfico e, posteriormente, os interesses econômicos tenham tentado homogeneizar a herança e cultura negra, a resistência, que neste caso aparece no sentido de olharmos para a diversidade, esteve sempre presente.

Se por um lado houve o silenciamento de aspectos culturais, de outro, determinadas práticas advindas do território africano eram permitidas no Brasil. Estas práticas eram aquelas que, de acordo com o entendimento do governo da época, pudessem acirrar as relações de hostilidade entre diferentes grupos étnicos. Com a lembrança da rivalidade, a elite brasileira entendia que não haveria organização de negras e negros para eventuais revoltas. Dentre tais práticas, está, por exemplo o batuque, autorizado na Bahia e visto por representantes do governo como prática que visava ampliar e reascender as relações de conflito étnico entre os africanos. Conforme escreveu Bastide (1972) *apud* Nascimento (1978, p. 54)

[...] Para o governo, porém, o *batuque* é um ato que, uma vez por semana, força todos os negros – automaticamente e sem conhecimento consciente – a renovar aqueles sentimentos de aversão mútua que eles têm por concedido desde o nascimento, mas que, tendem gradualmente a desaparecer na atmosfera geral de degradação que é sua carga em comum. Esses sentimentos de hostilidade mútua podem ser vistos como a mais poderosa garantia que as maiores cidades do Brasil desfrutam. Suponha que um dia as várias nações africanas esquecessem sua tradição de ódio, inculcado de uma para outra. Suponha que os daomeanos e os nagôs, os gegês (ewes) e os haussas, os tapas e os congos, se tornassem amigos e irmãos: o resultado seria uma espantosa e inelutável ameaça ao Brasil, que terminaria com a desolação do país inteiro.

Fica explicitado na fala de Roger Bastide o medo que se tinha de uma organização dos negros para se rebelarem contra o regime que os submetia. A prática discursiva implicitamente utilizada para evitar o esquecimento das relações hostis era, portanto, que mantivessem atividades que as rememorasse cotidianamente. Sabe-se que sendo ampla maioria da população, uma organização que contasse com um grande contingente de escravizados poderia simbolizar um risco iminente ao regime, deveria

ser, portanto, no entendimento das elites da época evitado. Apesar disso, porém, muitas foram as revoltas ocorridas no Brasil na luta pela liberdade.

Ainda assim, o regime se sobressaía e Moura (1992, p. 48) diz que a sociedade brasileira, quer no Brasil-Colônia, quer no Império, “ao defender o direito de propriedade de um ser humano sobre outro, automaticamente excluía a classe escrava do direito à cidadania”. É evidente que estando expostos às mais cruéis condições de vida, por vezes, restava pouca esperança aos então escravizados. Neste sentido, Barros (2014, p. 99) destaca:

Para os negros, em meio aos intensos castigos, ao trabalho interminável e ao infernal calor das fornalhas da fábrica de açúcar ou à mais desesperançada escuridão das minas de ouro e diamante, a América Portuguesa não podia significar outra coisa que não a danação na própria vida.

Após quase quatro séculos de escravização, iniciam-se os debates para pôr fim a este regime no Brasil. As motivações que levaram a tal necessidade foram as mais variadas. No entanto, fatores como interesses econômicos mundiais – especialmente dos ingleses –, bem como, intensos movimentos de resistência ao regime, foram primordiais para o seu fim. Todavia, era também grande a objeção em relação ao tema, as opiniões eram, portanto, diversas.

Conforme afirma Santos (2002), os escravistas viam a escravidão a partir do ponto de vista do lucro e do crescimento econômico, tendo em vista que de acordo com o que salienta Ribeiro (1995, p. 161) “a caçada de negros na África, sua travessia e a venda aqui passam a constituir o grande negócio dos europeus, em que imensos capitais foram investidos e que absorveria, no futuro, pelo menos metade do valor do açúcar e, depois, do ouro”. Desta maneira, em detrimento dos interesses econômicos, os seres humanos escravizados foram reduzidos à condição de mercadoria. No início do século XIX a população brasileira constituía-se de 28% de brancos, 27,8% de negros e dos chamados mulatos livres, 38,5% de negros e mulatos escravizados e 5,7% de índios, conforme salienta Marcílio (2004). É possível perceber que, apesar de ainda haver um grande percentual de escravizados, o número de negros e mestiços livres já se igualava à população branca do Brasil, o que poderia ser utilizado como argumento para determinar o fim do sistema escravocrata.

No entanto, para justificar a manutenção do regime e a possibilidade de posse de outros seres humanos, os escravistas defendiam veementemente que a condição de “escravo” ao negro estava vinculada à sua inata inferioridade. Para Couty (1881) *apud* Santos (2002, p. 93), “o trabalho escravo é inferior não por obra e graça do processo

escravista, mas pela inabilidade do próprio escravo. É este, e não a escravidão, que deve ser suprimido”. Desta forma é possível verificar que o racismo foi o fator primordial para justificar e manter a escravização de negras e negros no Brasil. Neste sentido, afirma Hasenbalg (1982, p. 69) “o racismo, cuja essência reside na negação total ou parcial da humanidade do negro e outros não brancos, constituiu a justificativa para exercitar o domínio sobre os povos de cor”.

Até chegarmos a abolição oficial da escravidão no Brasil, portanto, percorreu-se um longo caminho. Em 1810 foi assinado o chamado Tratado de Amizade e Aliança com a Grã-Bretanha (ARAÚJO, 2018; SILVA, 2018). No referido tratado, em seu artigo X, aparece explicitamente a ideia de inferioridade negra, quando se lê que

o regente dizia-se “plenamente convencido da Injustiça e má Política do Comércio de Escravos, e da grande desvantagem que nasce[ia] da necessidade de introduzir, e continuamente renovar uma Estranha, e Factícia População para entreter o Trabalho e Indústria dos Seus Domínios do Sul da América”. Por mostrar-se convencido dessa “desvantagem” é que a proposta era de “cooperação” com a “Causa da Humanidade e Justiça” britânica (ARAÚJO, 2018, p. 230).

No entanto, em virtude de pressões internas e externas, era possível perceber que o regime não se manteria por muito tempo. Desta forma, sabendo da importância econômica do sistema para a sua colônia, salienta Araújo (2018), D. João propôs uma gradual abolição e o que ocorreu foi que na prática este tratado não trouxe qualquer resultado efetivo. Várias negociações entre Brasil e Inglaterra seguiram a partir daí, principalmente após a independência deste. Em 1831 foi aprovada a chamada Lei Feijó, que “proibia o tráfico de escravos e fazia todo africano que tivesse entrado no Brasil a partir daquela data um homem livre”, afirma Silva (2018, p. 223). No entanto, tem-se que de 1831 a 1845 “[...] estimativas contabilizam a entrada de cerca de 470 mil africanos, via tráfico ilegal” (ARAÚJO, 2018, p. 232). Para Silva (2018) esta pode ser considerada a primeira de tantas leis aprovadas no Brasil e que não foram postas em prática, as chamadas “leis que não pegam”.

O tráfico negreiro foi extinto oficialmente em 1850, através da Lei 581 de 04 de setembro (MOURA, 1992; ARAÚJO, 2018). No entanto, sabe-se que ainda por muitos anos a vinda de escravizados – novamente de maneira ilegal – se manteve. Conforme afirma Mendonça (2018) a partir da década de 1850 esta questão foi sendo solucionada e as atenções se voltaram para a supressão da escravidão. Em 1869 entrou em vigor o decreto 1695 que proibia: a venda de escravos em leilões públicos; a separação de casais em caso de venda; e que menores de quinze anos fossem afastados dos pais

(MENDONÇA, 2018). A partir disso, após longo período de debates, foram promulgadas aquelas tidas como as leis de maior relevância no período, quais sejam, a Lei do Ventre Livre (1871) e do Sexagenário (1885).

Tem-se, no entanto, que tais leis davam preferência ao direito dos senhores em detrimento dos então escravizados. Neste sentido, salienta Moura (1992, p. 57), “[...] são mecanismos que protegem mais a propriedade do senhor do que a pessoa do negro escravo”. Isto porque ao tomarem consciência da proposta de lei a partir da qual os negros nascidos no Brasil, após a sua aprovação, estariam livres, os senhores de escravos entenderam que deveriam ser indenizados. Tendo em vista a impossibilidade do estado de indenizar a todos, a Lei do Ventre Livre possibilitava a estes escolherem entre a indenização financeira ou a exigência da prestação de serviços do “escravo livre” até os vinte e um anos. De igual maneira a Lei do Sexagenário previa que à título de indenização ao seu senhor, os escravos sexagenários deveriam prestar serviços por mais três anos, para, enfim, serem alforriados, entre outras exigências, aponta Mendonça (2018).

Os abolicionistas, por sua vez, compartilhavam a ideia de que a liberdade era o bem mais precioso de um homem e que a escravidão traria à longo prazo prejuízos à nação. Santos (2002) traz os argumentos que o abolicionista José Bonifácio utilizava para defender a liberdade dos escravizados, entre os quais, aqueles que abordavam a questão econômica, ele assim defende a sua ideia:

A lavoura do Brasil, feita por escravos boçais e preguiçosos, não dá os lucros com que homens ignorantes e fanáticos se iludem. Se calcularmos o custo atual da aquisição do terreno, os capitais empregados nos escravos que o devem cultivar, o valor dos instrumentos rurais com que deve trabalhar cada um destes escravos, sustento e vestuário, moléstias reais e afetadas, e de seu curativo, as mortes numerosas, filhas do mau tratamento e da desesperação, as repetidas fugidas aos matos, a quilombos, claro fica que o lucro da lavoura deve ser mui pequeno no Brasil, ainda apesar da prodigiosa fertilidade de suas terras, como mostra a experiência. (...) Eu desejaria, para bem seu, que os possuidores de grandes escravaturas conhecessem que a proibição do tráfico de carne humana os fará mais ricos; porque seus escravos atuais virão a ter então maior valor, e serão por interesse seu mais bem tratados; os senhores promoverão então os casamentos, e estes a população. Os forros aumentados, para ganharem a vida, aforarão pequenas porções de terras descobertas ou taperas, que hoje nada valem. Os bens rurais serão estáveis, e a renda da terra não se confundirá com a do trabalho e indústria individual (BONIFÁCIO, 1823, p. 36-37, *apud* SANTOS, 2002, p. 69-70).

É possível identificar neste relato que, novamente, a questão econômica se sobrepõe e, conforme afirma Santos (2002) apesar de lutarem pelo fim da escravidão, os abolicionistas mantêm um posicionamento que não garante aos escravos libertos plena participação na sociedade. Assim, afirma a autora, a abolição não deveria ferir os

interesses do equilíbrio social. “O que se propunha, portanto, era a melhoria no trato dos escravos, a gradual emancipação, a instrução religiosa dos escravos” (SANTOS, 2002, p. 80). Isto se dava em virtude da tradição iluminista – a partir da qual os abolicionistas teciam as suas ideias – que defendia a diferença e a hierarquização entre as raças.

Diante do exposto, é possível perceber que apesar de lutar pela liberdade dos então escravizados, os abolicionistas pretendiam que se instaurasse um ambiente no qual os negros não visassem lutar por cidadania, apenas se sentissem extremamente gratos àqueles que os haviam tirado da escravidão.

Finda a escravidão, o negro, em grande quantidade no país, poderia querer alçar voo em direção aos lugares dos brancos, poderia acreditar em sua cidadania e exigir direitos iguais, poderia crer que, de fato, era livre. Toda a construção do movimento abolicionista e da própria abolição como um movimento de brancos em favor dos negros que deveriam ser-lhes gratos, prova o interesse de que o negro fosse sempre submisso aos desejos da elite e se adequasse às suas exigências. Se a imagem do negro pacífico e passivo serviu em um dado momento à manutenção da ordem, agora fazia-se mister inverter esse quadro, demonstrando o quanto ele era nocivo e prejudicial a um país que se lançava ao desenvolvimento (SANTOS, 2002, p. 130).

No entanto, todo este processo iniciado a partir da proibição do tráfico – apesar de gerar muitas críticas, tanto de abolicionistas quanto de escravocratas – em virtude das condições determinadas para a liberdade dos escravizados, gerou um movimento intenso de resistência por parte destes. Assim,

[...] em 1887, a escravidão já era uma instituição condenada. Os cativos deixavam em massa as propriedades agrícolas, e as autoridades pareciam ter perdido o controle da situação. [...] e, por meio de uma tramitação extremamente rápida, em maio de 1888 estava, pela lei, abolida a escravidão no país (MENDONÇA, 2018, p. 283).

Em 13 de maio de 1888, portanto, ocorre a abolição oficial da escravidão no Brasil. Considero importante salientar aqui que após anos de enfraquecimento gradual do regime escravista, no momento em que a Lei Áurea é assinada, de acordo com o que afirma Bento (2006, p. 72) “[...] menos de 20% dos negros encontrava-se na condição de escravos, pois a maioria já estava liberta”. Desta forma, a autora salienta que a referida lei apenas reconhecia o que na prática já estava posto. No entanto, durante este processo, como visto, muitos discursos foram sendo propalados a fim de que o negro se visse como inferior e se mantivesse submisso.

Destarte, a liberdade, agora formalizada, não significou melhores condições de vida. Ao contrário representou apenas a libertação dos escravizados em relação a seus senhores, uma vez que esta não foi plena. Os então libertos não receberam do Estado, ou outra instituição, qualquer apoio a fim de que pudessem ser dignamente inseridos na

sociedade. Conforme salienta Fernandes (1978, p. 20), “a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões”. Já Nascimento (1978, p. 65) vai ainda mais fundo na questão e chama a abolição de um “assassinato em massa”. Isto porque negras e negros viram-se livres das correntes da escravidão, no entanto, continuaram presos pelas práticas de exclusão que a sociedade lhes impunha, passando a viver à margem desta sociedade. Santos (2002, p. 119) afirma que “se durante a escravidão os negros já eram desprezados, por serem considerados inferiores, após a abolição esse desprezo só aumentou”.

De acordo com Moura (1992) o dia 14 de maio de 1888 foi de festa para muitos negros, agora libertos, pois, conforme o autor, acreditavam em uma liberdade efetiva e em equiparação de direitos em relação aos demais brasileiros. Fraga (2018, p. 355) apresenta a fala de um ex-escravizado baiano de nome Argeu, que em 1933 assim recordou o 13 de maio:

Foi uma cousa terrive. Seu Mata Pinto [dono do engenho] ajuntou tudo, uns cem, para um samba, mandou abrir vinho, cachaça, melaço com tapioca, bestou, e de madrugada diche que tudo tava livre. Foi o diacho. A gente já sabia e fuguete pipocou a noite toda. [...] No outro dia não tinha ninguém mais no terreiro.

No entanto, hoje sabemos que os anseios e esperanças, que surgiram juntamente com a lei, nunca foram totalmente alcançados. É comum, portanto, ouvir que o dia posterior à abolição – 14 de maio de 1888 – seria o dia mais longo da história, por não ter acabado. Isto porque ainda hoje muitos negros e negras brasileiros sonham com a igualdade de direitos e, principalmente igualdade de condições. Para Moura (1992, p. 64), portanto,

A áspera estrada do negro pela conquista da cidadania começava. Julgando-se cidadão, pensando poder invocar os seus direitos, o egresso das senzalas teve uma grande decepção. A sua cidadania nada mais era do que um símbolo habilmente elaborado pelas classes dominantes para que os mecanismos repressivos tivessem possibilidades de elaborar uma estratégia capaz de colocá-lo emparedado num imobilismo social que dura até os nossos dias.

Quanto à elite brasileira, o olhar não estava voltado para a massa de libertos relegados à própria sorte. A abolição trouxe uma nova preocupação: como trazer o desenvolvimento à nação se esta é composta em sua maioria por negros? A solução foi buscar embranquecer a sociedade de alguma maneira. Desta forma, o fim do regime escravista levou a elite brasileira a buscar mecanismos para manter os cidadãos negros distantes no contexto do trabalho e do desenvolvimento do país. Isto porque havia a

crença na inferioridade racial, ou seja, a liberdade não significou igualdade, acreditava-se que os sujeitos não poderiam ser iguais, uma vez que a sua natureza era distinta. As teorias raciais disseminadas no país davam conta disto. Muitos cientistas brasileiros, ancorando-se em pesquisas realizadas na Europa, buscaram a partir de então comprovar a inferioridade do negro cientificamente. Tal busca levou, inicialmente, ao chamado racismo científico no Brasil, seguido do mito da democracia racial e teses de embranquecimento, ações estas que auxiliaram na construção do que é ser negro ou da negritude em nosso país.

4.1 A construção social do ser negro no Brasil

A construção do ser negro ou da negritude, como já foi dito, está intimamente relacionada à construção discursiva do conceito de raça. Isto porque este conceito foi estabelecido tendo por base a premissa de que há uma hierarquia racial, a partir da qual o branco é tido como representante da normalidade, enquanto os demais grupos são tidos como desviantes. Desta maneira, os brancos, via de regra, não assumem uma identidade racializada. Neste sentido Garner (2007, p. 34) afirma que na sociedade, “se o branco equivale a humano, então tudo o mais requer qualificação: tudo se torna desviante”. A identidade racial branca, portanto, não é marcada da mesma forma que ocorre com a negra (RAMOS, 1995; GARNER, 2007).

Neste sentido saliente que falar de negritude ou identidade negra não se resume a falar sobre a cor da pele, ocorre da mesma forma ao falar da identidade branca. Estas questões não são essencialmente de ordem biológica. Assim, não se trata apenas de tomar consciência da diferente pigmentação da pele, mas se refere à história e cultura dos grupos humanos que, o mundo ocidental branco, reuniu sob o nome de negros, afirma Munanga (2009). Trata-se, portanto, afirma o mesmo autor, de grupos que tiveram suas culturas objetificadas, destruídas e apagadas. Logo a negritude faz parte da luta de descendentes de africanos de resgatarem sua identidade coletiva e reconstruí-la positivamente. Isto porque, conforme salienta Munanga (2009) os negros foram classificados pelos europeus, inicialmente como não humanos e, posteriormente como inferiores. O autor aponta os efeitos de tal classificação para os sujeitos negros:

Negro torna-se, então, sinônimo de ser primitivo, inferior, dotado de uma mentalidade pré-lógica. [...] A opinião ocidental cristalizara-se e admitia de antemão a verdade revelada negro = humanidade inferior. À colonização apresentada como um dever, invocando a missão civilizadora do Ocidente, competia a responsabilidade de levar o africano ao nível dos outros homens. [...] Tal clima de alienação atingirá profundamente o negro, em particular o instruído, que tem, assim, a oportunidade de perceber a ideia que o mundo ocidental fazia dele e de seu povo. Na sequência, perde a confiança em suas possibilidades e nas de sua raça, e assume os preconceitos criados contra ele (MUNANGA, 2009, p. 24).

Esta visão do negro como racialmente inferior, não ficou restrita ao período escravista, mas continua a ser reproduzida em nossa sociedade. Desta maneira, conforme salienta Schucman (2014, p. 84) “poucos trabalhos foram feitos com o intuito de descrever e compreender a experiência e construção cotidianas do próprio sujeito branco como pessoa racializada”. Isto por que, afirma Eisenberg (1987, p. 13), na sociedade brasileira “somente um grupo subordinado, como “o negro” ou “o índio”, foi pensado como categoria social distinta e problemática: ninguém perguntava “o que fazer com o branco?””. Por outro lado, a heterogeneidade da identidade branca é mantida, enquanto a identidade negra é homogeneizada, em termos sociais.

É, portanto, essencial que se leve esta construção do que é ser negro em consideração, pois está aí, em meu ponto de vista, um dos pilares – a identidade racial branca não marcada – para a construção do pensamento racial e do ser negro que, em grande medida, foi estabelecido pelo branco. O sentido atual de ser negro no Brasil advém, portanto, do que chamamos de construção social, materializada através de práticas, representações e discursos. No entanto, entendo que isto apenas foi possível tendo em vista uma característica fundamental da chamada escravidão moderna, que consiste no fato de que esta difere dos conceitos de escravidão na Grécia Antiga, por exemplo. O seu elemento diferenciador diz respeito ao fato de que “não seriam certos indivíduos de natureza humana deficiente, como propunha Aristóteles, que deveriam estar destinados à escravidão, mas sim um grupo humano específico, que traria na cor da pele os sinais de uma inferioridade da alma”, afirma Barros (2014, p. 38).

Diante deste contexto, Barros (2014) afirma que há no ser humano a tendência de transformar diferenças em desigualdade. Os negros passaram, portanto, por um processo a partir do qual as suas diferenças internas foram apagadas e, diante dos ditos civilizados, passaram a ser vistos a partir da ótica da desigualdade. Ou seja, a evidente diferença – natural – foi utilizada para a hierarquização racial, construiu-se a imagem do negro como sujeito inferior. Barros (2014, p. 40) destaca, neste sentido, que esta não foi

uma ocorrência repentina, mas um processo gradual “[...] de quatro séculos que envolveu a implantação, realização e superação do escravismo”.

No que diz respeito às relações raciais, especialmente no Brasil, isto ocorreu de maneira muito evidente, levando a um perverso processo de hierarquização. Neste sentido Ianni (2004b) afirma que a hierarquização racial promove, inevitavelmente, uma classificação entre positivo ou negativo, ruim e bom, entre outras. Desta maneira, “ser negro [...] é hoje uma diferença marcante nas sociedades modernas [...] “negro” foi de algum modo uma construção “branca”” (BARROS, 2014, p. 39). Para Munanga (2013), o que ocorre em nosso país é que não há o reconhecimento oficial e público da diversidade que o compõe, desta forma, os tidos como diferentes – se comparados a um padrão socialmente aceito – são tratados de maneira desigual. Assim, apesar deste processo de formação no qual se deu uma ampla miscigenação de raças e cores em nosso país, a perspectiva dominante continuou sendo a de que o branco seria superior aos demais, especialmente ao negro ou mestiço.

Esta construção discursiva se deu de maneira gradativa e ganhou força no período imediatamente anterior e posterior a abolição da escravidão, tendo em vista, primeiro a necessidade de justificar e tentar mantê-la e, depois, a necessidade de justificar o incentivo à vinda de imigrantes europeus ao país, a fim de “garantir o seu desenvolvimento”. Isto porque, de acordo com a ideia estabelecida naquele momento, o desenvolvimento não poderia advir a partir de mãos pretas. Desta forma, “demonstrada ‘cientificamente’ a desigualdade racial, estavam justificadas a desigualdade social e a inexistência de cidadania para os recém-libertos” (VIEIRA, 2015, p.62).

Muitos foram os fatores que auxiliaram para esta construção da ideia de inferioridade racial negra em nosso país, no entanto, quero aqui destacar duas visões que foram fundamentais, quais sejam, a religiosa e a científica. Estes posicionamentos tinham por objetivo, como dito, legitimar a prática do regime escravocrata, como afirma Barros (2014, p. 38), “[...] se a escravidão não era natural, como propunha Aristóteles (o que seria mais difícil de sustentar a partir da ideia de igualdade humana aos olhos de Deus, proposta pelo Cristianismo), ao menos seria legítima”. O autor afirma ainda que para as elites brasileiras “[...] os africanos seriam portadores de uma “doença moral” que os inclinava a contaminar a sociedade brasileira” (BARROS, 2014, p. 100). Desta maneira, se tinha a ideia de que quanto mais se africanizasse a população, afirma o autor, maior seria a distância do Brasil rumo à civilização e ao progresso.

Diversos são os relatos datados do final do século XIX e início do século XX, nos quais se pode identificar a crença na inferioridade dos negros. Procuo falar aqui, como os discursos de natureza religiosa fundamentaram e deram sustentação à esta crença de inferioridade. Apesar de, como disse anteriormente, estes discursos terem ganhado força no período em que se discutia a abolição, eles estavam ancorados em posicionamentos anteriores, senão vejamos.

Historicamente, segundo afirma Hofbauer (2006), a partir da premissa religiosa, a ideia de classificação dos sujeitos estava presente. Até o fim da Idade Média, porém, os critérios utilizados para incluir ou excluir os indivíduos não estavam baseados na cor da sua pele, mas vinculados à fé cristã. No entanto, a cor preta era já tida como aquela que remetia a aspectos negativos, enquanto a brancura estava vinculada à bondade e pureza. Desta maneira, “ao se identificar um sujeito como sendo pecador se utilizava a cor negra” (Hofbauer, 2006, p. 97).

A partir disto, muitas foram as especulações que rondaram o imaginário humano em relação à origem dos negros, todas manifestadas por conotação negativa. No entanto, de acordo com Hofbauer (2006), o que possibilitou atribuir aos sujeitos de cor negra essa característica de manifestar a condição de pecador ocorreu tendo em vista que, a partir de uma interpretação do Antigo Testamento bíblico, construiu-se uma ligação entre imoralidade, culpa, escravidão e a cor negra. Foram desenvolvidas diversas justificativas para tal. De acordo com Santos (2002), uma dessas formas de justificação se fundamentou na ideia de que o negro seria descendente de Caim, representado no cenário bíblico com uma visão negativa, uma vez que teria este matado o seu irmão. Logo, dizia-se que Deus o teria enegrecido como castigo pelo seu ato. Todos os negros seriam, portanto, descendentes de Caim e assim, inferiores.

Outra corrente de pensamento defendia que os negros eram descendentes de brancos, que em virtude do clima da África haviam enegrecido. Existia, portanto, entre os sujeitos de cor branca a esperança de que os negros poderiam embranquecer no decorrer do tempo e assim poderiam alcançar a civilização europeia (Santos, 2002). Essa possibilidade foi desconsiderada, uma vez que se passou a ponderar que, se havia ocorrido o escurecimento ao longo do tempo, seria impossível que o mesmo fosse revertido. Assim, “a negrura atestava sua inferioridade inata, hereditária e inelutável” (Santos, 2002, p. 56). Os discursos difundidos neste período, portanto, atestavam esta suposta inferioridade negra. Freyre (2006, p. 397) apresenta parte do discurso de D. Frei

José Fialho, datado do ano de 1738, arquivado na catedral de Olinda, no qual ele afirma que “há decerto, e abundam os documentos que nos mostram no negro um tipo antropológicamente inferior, não raro próximo do antropeide, e bem pouco digno do nome homem”.

Esta imagem de inferioridade a partir do âmbito religioso – que moldava e ainda molda, em grande medida, os posicionamentos de muitos no Brasil – era materializada ainda através de histórias ou discursos nos quais os negros eram apresentados como a representação do mal. A chamada “Lenda da Criação do Preto” publicada no jornal “A província do Espírito Santo” em setembro de 1887, dava conta do momento da criação do homem negro. A partir da visão religiosa, cristã, fortemente disseminada no Brasil, foram feitas adaptações a partir das quais o homem negro é apresentado como criação de Satanás, senão vejamos:

No tempo da criação do mundo, Satanás vendo o Padre Eterno criar Adão, de um pedaço de barro, quis também fazer o mesmo. [...] Pegou num pedaço de argila, deu-lhe as mesmas voltas que vira dar-lhe Deus, e depois insuflou-lhe a vida num sopro. Mas com grande espanto e com grande raiva sua, esse bocado de barro, como tudo o mais que ele tocava, ficou negro: – o seu homem era um homem preto. [...] Ali ao pé corria límpido e transparente o branco rio Jordão. Satanás teve uma ideia, lavar o seu homem para lhe tirar a negrura. [...] E pegou nele pela cintura como se pega num cachorro e mergulhou-o no rio. Mas as águas do Jordão afastaram-se imediatamente, enojadas com aquela negrura, e o homem de Satã, o primeiro negro, apenas mergulhou os pés e as mãos no lodo. E por isso só as palmas das mãos e dos pés ficaram brancos. [...] Furioso com o seu desastre, Satanás perdeu a cabeça, e pespegou um famoso murro na cara do seu negro que lhe achatou o nariz e lhe fez inchar os lábios. [...] O desgraçado preto pediu misericórdia, e Satanás, passado o primeiro momento de fúria, compreendendo que no fim de contas o negro não tinha nenhuma culpa de ser assim, teve dó dele, arrependeu-se de repente do seu gênio e acariciou, passando-lhe a mão pela cabeça. Mas a mão do diabo queima tudo em que toca: crestou o cabelo do negro como se os seus dedos fossem ferro de frisar. E foi daí que o preto ficou com carapinha (JORNAL A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTOS, 1887, *apud* SILVA, 2018, p. 187-189)

O referido texto explicita a ideia de inferioridade negra já amplamente disseminada no Brasil. Conforme salienta Silva (2018, p. 188) em um momento muito próximo à abolição da escravidão no Brasil – período no qual, como vimos, os debates acerca do assunto eram muito intensos – “um jornal não se constrangia em fazer dos negros obra do demônio”. Como afirmei anteriormente, era preciso garantir e disseminar as justificativas para a manutenção do regime escravista. Se isso não fosse possível, de acordo com o cenário que se desenhava, já haveria um discurso fundamentado e materializado a fim de comprovar a inferioridade racial dos negros. E que justificativa poderia ser mais adequada do que apresentar este indivíduo preto como

criatura de Satanás, em uma sociedade em que a religião era um dos pilares mais fortes? Como afirma Silva (2018, p. 189) ao ler este relato “pode-se imaginar o riso dos leitores! Pode-se imaginar a dor dos negros. Pode-se imaginar a indignação dos que combatiam o racismo”.

Esta ideia de inferioridade vinculada ao discurso religioso permaneceu no imaginário dos brasileiros durante anos. Virginia Leone Bicudo, intelectual negra que, já em 1945, em sua dissertação de mestrado, abordava a questão racial no Brasil na obra “Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo”, apresentou relatos neste sentido, dentre os quais destaco:

O sataná negro prendia o meu olhar. Aos 7 anos, mais ou menos, ganhei um livro, onde uma figura representava os anjos bons e os maus. Havia me despertado a atenção o fato de os anjos escurecerem à medida que se tornavam maus. Com tristeza, eu identifiquei a cor preta ao mal (BICUDO, 2010, p. 80).

Não se pode deixar de mencionar que, apesar de tais relatos não serem mais explicitamente disseminados, as imagens religiosas continuam apresentando a brancura como sinônimo de pureza e a negrura como sinônimo de pecado. E muitos negros continuam reproduzindo o mesmo sentimento de tristeza exposto por Bicudo (2010) ao verem a sua cor vinculada à maldade e pecado.

A visão religiosa, no entanto, não foi a única a ressoar no sentido de apresentar e “comprovar” a inferioridade de negras e negros. A ciência também apareceu para dar o seu parecer a respeito do tema. Isto porque, conforme salienta Munanga (2009, p. 28) “o fato de ser branco foi assumido como condição humana normativa, e o de ser negro necessitava de uma explicação científica”. Assim, diante das discussões que já permeavam a Europa, a Biologia passou a manifestar interesse no estudo das raças, indicando serem estas as determinantes das diferenças entre os seres humanos (Santos, 2002).

Chama a atenção, neste sentido, o fato de a Biologia entrar em cena após os discursos de inferioridade da raça negra já estarem devidamente constituídos. Destarte salienta Santos (2002, p. 57), “não foi difícil argumentar que diferenças físicas entre as raças produzissem diferenças intelectuais e morais”. Desta maneira, conforme afirma Barros (2014, p. 51) “desconstruída a escravidão pelo posterior processo abolicionista, a percepção de uma diferenciação “racial” entre negros e brancos continuou, contudo, a fazer parte das percepções sociais mais significativas”.

Assim, para comprovar a superioridade dos brancos em relação aos demais, foram aceitos em nosso país os resultados de estudos biológicos que supostamente comprovavam tal hierarquização. Estes estudos, de acordo com Schwarcz (1993) traziam em seu cerne reflexões advindas do chamado século das luzes – sem retomar estas ideias, de acordo com Schwarcz (1993), a compreensão da evolução das teorias raciais ficaria incompleta – no qual se tinham duas perspectivas de análise para a formação da humanidade. Por um lado, conforme salienta a autora, Rousseau trazia a ideia de uma humanidade una, proveniente de uma mesma raiz de formação. Esta abordagem foi posteriormente conhecida como teoria monogenista. De outro ponto de vista, as teorias de Buffon e De Pauw, justificavam as diferenças humanas a partir de uma abordagem poligenista, ou seja, a ideia de que havia diversas bases de criação do ser humano e por isso as diferenças eram justificadas.

Tanto a abordagem monogenista quanto a poligenista auxiliaram na construção posterior das teorias raciais, no entanto “a partir do século XIX, será a segunda postura a mais influente, estabelecendo-se correlações rígidas entre patrimônio genético, aptidões intelectuais e inclinações morais” afirma Schwarcz (1993, p. 62). No entanto, é necessário salientar que ambas as abordagens unificavam as suas perspectivas ao decretar a superioridade da raça branca em relação às demais.

As abordagens iluministas foram, portanto, apropriadas pelos estudos biológicos realizados nos séculos XVIII e XIX, visando determinar o que diferenciava os distintos grupos humanos. O termo raça, conforme afirma Schwarcz (1993) é introduzido por Georges Cuvier no início do século XIX, como variante do debate sobre a cidadania, uma vez que o interesse dos debates estava em compreender os sujeitos a partir das determinações de seu grupo biológico. Neste sentido Munanga (2002, p. 10) afirma que

A chave de seus argumentos encontra-se na utilização do conceito de raça transportado da zoologia e da botânica para a nascente ciência do homem, o que lhes permitiu classificar a humanidade em três grandes raças hierarquizadas dentro de uma escala de valores na qual a sua própria raça ocuparia uma posição superior.

A ideia de diferença entre raças, desta forma, adquire tal força que conforme afirmam Cabecinhas e Amâncio (2003), mesmo após a publicação de Darwin que dava conta da origem das espécies, muitos cientistas relutavam em aceitar que pudesse ter havido uma origem comum para o ser humano. Assim, para as autoras

O termo ‘raça’ foi sendo utilizado no sentido ‘espécie’, para designar grupos humanos distintos na sua constituição física e nas suas capacidades mentais e, de certa forma esta ideia subsistiu até hoje, passando a constituir o núcleo

duro das doutrinas designadas de ‘racismo científico’ (CABECINHAS E AMÂNCIO, 2003, p. 04).

É possível perceber que se tratou de um período no qual se buscava comprovar que existiam diferenças naturais entre os sujeitos de diferentes raças, que explicavam as representações de superioridade e inferioridade de uns em relação aos outros. Para Santos (2002), neste momento a ideia de evolução torna-se o paradigma incontestável para toda investigação científica – tanto a partir da visão mono quanto poligenista – já não se aceitam tolerantemente, portanto, as diferenças entre os homens. Para os evolucionistas, haveria uma raça pura, mais forte e sábia que eliminaria as mais fracas e menos sábias e, a partir disto, se desenvolveria a eugenia, afirma a autora.

Foi, portanto, em meados do século XIX que, conforme afirma Schwarcz (1993), chegou-se à conclusão de que as diversidades humanas observáveis eram um produto direto das diferenças na estrutura racial. Os estudos que tomavam por base a análise do crânio dos sujeitos foram essenciais neste período a fim de comprovar o pressuposto de hierarquização racial. A ideia defendida na época, de acordo com Santos (2002, p. 59) era a de que

Se o cérebro é o órgão mais importante do homem, seu formato determina as qualidades inatas de cada um. E se pelo formato do crânio podia-se descobrir a forma do cérebro, bastava medi-lo para saber a capacidade de cada raça. Daí as avaliações das cabeças de negros, brancos e índios para se constatar que as dos africanos possuíam dimensões menores que as dos europeus e por isso eram inferiores intelectualmente.

Estes estudos, portanto, davam conta de que os brancos eram, inquestionavelmente superiores uma vez que possuíam um crânio maior. Havia ainda uma ideia de evolução atrelada a este argumento de superioridade, que pode ser apreendida a partir da afirmação de Charles Hamilton Smith que em 1848 disse: “O cérebro humano assume sucessivamente a forma dos negros, mulatos, dos malaios, dos americanos e dos mongóis, antes de atingir a forma caucasóide” (SANTOS, 2002, p. 53). É possível verificar, portanto, a ideia da evolução, a partir da qual se tem o branco como sendo o ápice do processo. Desta maneira foi possível, aos simpatizantes das teorias evolucionistas, confirmarem a superioridade deste grupo. Assim, Santos (2002, p. 52) afirma,

Ao que tudo indica o racismo foi inaugurado no século XIX, mas seus fundamentos lançados no século XVIII. No século XIX, a teoria da distinção racial pautada na biologia, fortalecida, deu o estatuto final à teoria de que a natureza forja alguns indivíduos ao comando e outros à obediência. Obediência identificada com a raça negra.

Esta utilização dos estudos da Biologia para determinar a hierarquização racial ficou conhecida como racismo científico e teve também adeptos no Brasil. Ao ser explicada a partir de pressupostos científicos, a categoria raça e a ideia de hierarquização construída a partir dela, ganharam força e legitimidade em diferentes espaços sociais. Dentre os primeiros estudos realizados neste sentido, no país, estão os desenvolvidos por Raimundo Nina Rodrigues e Silvio Romero, que buscavam demonstrar a inferioridade dos negros, a partir de análises classificadas por eles como científicas. Nina Rodrigues, como ficou conhecido, afirmou que “a raça negra no Brasil há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo” (NASCIMENTO, 1978, p. 67).

Para Silvio Romero o Brasil – um país mestiço – poderia se renovar e chegar ao desenvolvimento a partir do papel desempenhado pelos “homens brancos”. Portanto, ele não aceitava o fim do regime escravista no país, ao contrário, para Romero, nas palavras de Azevedo (1987, p. 70)

“o negro é um ponto de vista vencido na escala etnográfica”, e por isso, por ser ele incapaz, não-civilizado, sem noção de liberdade, a escravidão deveria continuar até que tivesse sucumbido no terreno econômico pela concorrência do trabalho livre personificado pelo imigrante europeu.

Para ele, conforme afirma Skidmore (1976) negros e índios eram seres derrotados e decaídos. Desta maneira o atraso brasileiro enquanto nação passou a ser explicado pelo seu alto percentual de miscigenação. No mesmo sentido também Nina Rodrigues apontava a mestiçagem como fator primordial para o atraso do Brasil. Para ele, conforme afirma Diwan (2007, p. 91) “a miscigenação era impedimento para o desenvolvimento do país. A mistura proporcionava a loucura, a criminalidade e a doença”.

O médico brasileiro Luis Pereira Barreto, influenciado pelas ideias positivistas de Augusto Comte, também entendia a presença negra no Brasil como algo que degradava o país (AZEVEDO, 1987). Para ele, “a escravidão deveria ser condenada não tanto pelo mal infligido aos negros, mas principalmente pelos males sociais resultantes da presença daquela raça inferior entre “nós””, afirma Azevedo (1987, p. 68). Para Barreto os negros eram os responsáveis pelo atraso civilizatório do Brasil e o país só poderia se desenvolver através da presença dos imigrantes europeus. No entanto, para que estes aceitassem vir, na visão do referido médico, eram necessárias algumas medidas. Azevedo (1987, p. 69-70), assim expõe a visão de Pereira Barreto acerca do assunto:

Numa palavra, a raça inferior negra, embora escravizada, teria determinado a má evolução ou a não-evolução dos brasileiros brancos. E assim despidido da imagem de vítima, que estava então sendo construída pelos abolicionistas, o negro passava a incorporar a de opressor de toda uma sociedade. Finalizando, Pereira Barreto propunha políticas para assegurar condições favoráveis à imigração europeia, tais como a separação da religião do Estado, a grande naturalização, o casamento civil, a secularização dos cemitérios, a elegibilidade dos não-católicos. Sem isso e mais um severo controle social sobre os negros, não se conseguiria garantir as simpatias da Europa e atrair uma grande corrente imigratória.

Desta maneira, era preciso “limpar o país” e, para tanto, outra prática que utilizou – ainda que de maneira equivocada, como hoje sabemos – dos estudos da Biologia, para buscar manter a sociedade composta apenas por sujeitos de raças chamadas superiores, foi a eugenia. Esta, conforme afirma Diwan (2007, p. 10) “com status de disciplina científica, objetivou implantar um método de seleção humana baseada em premissas biológicas”. Neste sentido Torres (2008, p. 03) diz:

Os defensores da eugenia encontraram suporte nas teorias raciais de meados do século XIX: para o racismo científico, os brancos europeus representavam a superioridade biológica, negros e amarelos eram considerados inferiores e a miscigenação era criticada por causar supostos danos irreversíveis na descendência. O movimento eugênico rapidamente se transforma em campanha nacionalista agressiva contra negros e imigrantes.

Para Diwan (2007) abordar o tema da eugenia traz grande desconforto, uma vez que, para tanto, é necessário falar de desprezo, segregação e manutenção de controle de um grupo sobre outro. No entanto, é um assunto fundamental, tendo em vista que “conhecer essa história é ter a possibilidade de refletir sobre um tema ainda pouco divulgado no Brasil e de grande importância para se entender o presente” (DIWAN, 2007, p. 09).

Embora o conceito de eugenia tenha sido elaborado por cientistas ingleses, a sua prática se deu, inicialmente na Alemanha e Estados Unidos, no início do século XX, afirma Torres (2008). A partir da concepção de que era necessária a limpeza racial, as práticas eugênicas foram classificadas em positivas ou negativas. Eram consideradas ações positivas: incentivos a casamentos tidos como favoráveis; programas de reprodução planejada; concursos para descoberta de famílias ou indivíduos talentosos. Já a chamada eugenia negativa se dava através de esterilização; eutanásia; segregação e restrição à imigração (TORRES, 2008).

Considerado o pai da eugenia no Brasil, Renato Kehl, em seu livro *Lições de Eugenia*, escrito em 1929, afirma: “a nacionalidade brasileira só embranquecerá à custa de muito sabão de coco ariano” (KEHL, 1929 *apud* DIWAN, 2007, p. 87). A ideia de limpeza não se tratava de mera figura de linguagem, mas era a prática defendida pelos

eugenistas que deveriam agir de modo a branquear os corpos. Este branqueamento, de acordo com o defendido pelos eugenistas, poderia se dar de diferentes maneiras “o branqueamento pelo cruzamento, o controle de imigração, a regulação dos casamentos, o segregacionismo e a esterilização. [...] a eugenia abraçou todas essas correntes”, afirma Diwan (2007, p. 92). Considero importante ressaltar aqui que me deterei a falar da eugenia como fator de embranquecimento, em virtude do objetivo proposto neste estudo. No entanto, tais práticas se deram também com outros sujeitos, dentre os quais as pessoas com deficiência e portadores de doenças infecto-contagiosas, por exemplo.

Os eugenistas atuavam também no governo brasileiro visando a elaboração de políticas públicas que elevassem a raça no país, como salienta Diwan (2007, p. 119) “o desenvolvimento de políticas públicas que controlassem a composição racial brasileira espelhava o empenho dos eugenistas e dos representantes do governo interessados na “elevação da pátria””.

No Brasil, os estudos e práticas eugênicas perduraram por mais de quarenta anos. Apenas após a utilização destas mesmas práticas pelo regime nazista é que estas passam a ser vistas como “ciência a serviço da intolerância e de violência contra a humanidade” (DIWAN, 2007, p. 88). Desta maneira, afirma Torres (2008, p. 06) “após o término da Segunda Guerra Mundial, a eugenia foi desacreditada como ciência e condenada como postura política”. Antes disto, em nome de uma nação dita civilizada, tais práticas eram disseminadas sem qualquer restrição no país. Muitos integrantes do movimento eugenista, conforme afirma Diwan (2007) buscaram desvincular os seus nomes deste e, por muitos anos, tal prática e aqueles que a incentivavam ficaram esquecidos em nossa história.

Movimentos como o eugenista, tinham por pressuposto a aceitação da hierarquização racial como verdadeira. Desta maneira era necessário pensar em práticas que pudessem reduzir a inferioridade do Brasil enquanto nação, em virtude do grande contingente de negros que aqui habitavam. A partir disto, duas correntes de pensamento foram estabelecidas, quais sejam, a segregação ou a extinção dos sujeitos inferiores (HOFBAUER, 2006). A primeira linha, de acordo com Rosa (2014) defendia que a miscigenação era uma ameaça que poderia degenerar o povo brasileiro, impedindo a sua constituição enquanto nação, sendo, portanto, ideal a estrita segregação racial. Neste sentido Schwarcz (1993, p. 56) afirma:

Os mestiços exemplificavam [...] a diferença fundamental entre as raças e personificavam a “degeneração” que poderia advir do cruzamento entre “espécies diversas”. Com respeito a essa noção, conviviam, inclusive,

argumentos variados. Enquanto Broca defendia a ideia de que o mestiço, à semelhança da mula, não era fértil, teóricos deterministas como Gobineau e Le Bon advogavam interpretações opostas, lastimando a extrema fertilidade dessas populações que herdavam sempre as características mais negativas das raças em cruzamento. O certo, porém, é que a miscigenação, com a sua novidade, parecia fortalecer a tese poligenista, revelando novos desdobramentos da reflexão. As raças humanas, enquanto "espécies diversas", deveriam ver na hibridação um fenômeno a ser evitado.

Sabe-se, porém, que a ideia de superioridade do branco e da necessidade de embranquecimento da população brasileira é pensamento constante em nosso país, principiado a partir do momento em que se iniciam as pressões pelo fim da escravidão. No entanto, Seyferth (2002) afirma que a partir de 1850 esta ideia foi reforçada, após a publicação da tese determinista racial do conde de Gobineau. Esta tese tinha por pressuposto que o destino de uma civilização depende do grau de miscigenação do seu povo. Quanto mais miscigenado, ou seja, mais diluído o sangue branco, maior a sua decadência.

Para Arthur de Gobineau, portanto, conforme afirma Skidmore (1976) a mestiçagem brasileira demonstrava a incapacidade do país de ser em algum momento evoluído ou civilizado. Para ele a miscigenação causava “uma degeneração do tipo mais deprimente tanto nas classes baixas como nas superiores”, afirma Skidmore (1976, p. 46). Em virtude desta ideia de degeneração do mestiço fortemente presente em nossa sociedade, bem como à ideia de hierarquia racial, os casamentos inter-raciais não eram bem-vistos na sociedade brasileira. De acordo com Seyferth (2000, p. 166)

Desde as primeiras manifestações das etnicidades aqui focalizadas, o casamento interétnico tem sido condenado através de um elenco de estereótipos que estigmatizam os brasileiros pelo epíteto desqualificados da preguiça e da indolência, supondo inferioridade racial.

No mesmo sentido, Schwarcz (1993) aponta que foi também estabelecido neste período o conceito de degeneração, vinculado à perspectiva da miscigenação. Sob esta ótica, de acordo com a autora, os mestiços exemplificavam “[...] a diferença fundamental entre as raças e personificavam a degeneração que poderia vir do cruzamento de espécies diversas” (SCHWARCZ, 1993, p. 56). Apesar da dita necessidade de embranquecimento da população, este não deveria advir do processo de miscigenação.

Diante do exposto, Seyferth (2002, p. 36-37) nos apresenta a ideia de que para sanar a dificuldade que se tinha de embranquecer o Brasil com a população que aqui existia, passou-se a incentivar e defender que a melhor alternativa seria a imigração europeia.

Cabia aos brancos europeus depurar o fenótipo do povo dos efeitos da fusão das três raças desiguais; e a massa de inferiores, chamada por Vianna (1938) de “caos étnico revoltoso e confuso”, tinha a missão de abrigar-los. Esse ideário racial afirmava o irremediável rebaixamento de grande parcela da população nacional à condição de subumanidade, mas imaginava que ela poderia transformar em brasileiros todos os brancos “superiores” encarregados do seu sumiço num crisol de raças.

A tese do branqueamento, portanto, afirmava a inferioridade de negros e indígenas e da maioria dos mestiços, mas esperava que mecanismos seletivos pudessem clarear o fenótipo no espaço de três gerações (SCHWARCZ, 1993). Isto se dava tendo em vista que o grande número de imigrantes que chegavam ao Brasil e as altas taxas de mortalidade de negros e mestiços no país inverteram a pirâmide demográfica, até então de maioria negra e mestiça, diz Schwarcz (1993). A autora ainda complementa: “de fato, esperava-se a assimilação cultural e física dos europeus e o desaparecimento dos negros e mestiços mais escuros” (SCHWARCZ, 1993, p. 36).

Esta perspectiva de pensamento, portanto, tinha por pressuposto que era preciso embranquecer a raça. “[...] Embranquecer a raça, salvar a raça, mas não no sentido que poderíamos supor: não para preservar a “originalidade da porção do mundo onde elas cresceram”, mas para assegurar sua brancura” (FANON, 2008, p. 57). Como a ideia de segregação estrita não era tida como possível, em virtude de o Brasil já possuir um grande contingente de sujeitos miscigenados, optou-se pela “hierarquização das raças e a segregação racial para impedir a hibridização entre tipos humanos diferentes, a fim de evitar a degeneração” (DIWAN, 2007, p. 90).

Outra linha de pensamento que visava garantir o embranquecimento do país, defendia a ideia do branqueamento, com a possibilidade de extinção paulatina de negros e mestiços de pele escura, afirma Rosa (2014). Neste período apresentava-se o país como sendo mestiço, no entanto, com forte perspectiva de branqueamento. Como salienta Schwarcz (1993, p. 16),

O país era descrito como uma nação composta por raças miscigenadas, porém em transição. Essas, passando por um processo acelerado de cruzamento, e depuradas mediante uma seleção natural (ou quiçá milagrosa), levariam a supor que o Brasil seria, algum dia, branco.

Pretendia-se, portanto, regenerar o povo brasileiro a partir de um processo de embranquecimento gradual, que será apresentado de maneira mais detida à frente. A partir daí o chamado mulato, antes símbolo de degeneração, passa a ser visto como símbolo da democracia racial brasileira e como aquele que seria “o primeiro degrau na escada da branquificação sistemática do povo brasileiro, ele é o marco que assinala o

início da liquidação da raça negra no Brasil”, diz Nascimento (1978, p. 69). Neste momento, vendo que ser denominado e visto socialmente como mulato, poderia trazer benefícios sociais e, para fugir do peso do racismo, inicia-se a busca por embranquecimento, que se mantém no decorrer do tempo no Brasil. Barros (2014, p. 103) assim a descreve:

Muitos se vestiam de um outro modo, afastavam-se dos marcadores étnicos que poderiam lembrar as etnias e nações africanas [...] e não raro mostravam um considerável ímpeto para galgar os degraus que lhe fossem franqueados na sociedade colonial.

É preciso compreender que os discursos de hierarquia racial atingem a todos. Desta forma muitos negros, a fim de minimizarem, de alguma maneira, a distância que os separava dos brancos, passaram a acreditar que quanto mais branca fosse a sua pele, ou quanto mais as suas feições se parecessem às dos brancos, mais nobres seriam. A partir disso, afirma Hofbauer (2006), passa a ocorrer um processo de naturalização da inferioridade do negro. Nesse sentido, Fanon (2008, p. 133), afirma que “[...] para o preto, há um mito a ser enfrentado. Um mito solidamente enraizado. O preto o ignora enquanto sua existência se desenvolve no meio dos seus; mas ao primeiro olhar branco, ele sente o peso da melanina”. Neste contexto, para Santos (2002, p. 59), “a cor deixa de ser um qualitativo e ganha um caráter essencial, passando a revelar o ser de uma pessoa”.

Como afirma Goffman (1988) os próprios alvos do racismo interiorizam a hierarquia que lhes é transmitida, o que funciona como estigma. Diante disso, Schucman (2012, p. 13) salienta que o pensamento racial está arraigado na estrutura social e cultural e na constituição dos sujeitos em nossa sociedade. Assim, ainda hoje é possível verificar que muitos negros, de pele clara ou escura, buscam o embranquecimento, de alguma maneira. Porém, ter a pele menos retinta, em nosso país, confere algumas vantagens sociais. Para Carneiro (2011, p. 64) “vem dos tempos da escravidão a manipulação da identidade do negro de pele clara como paradigma de um estágio mais avançado de ideal estético humano; acreditava-se que todo negro de pele escura deveria perseguir diferentes mecanismos de embranquecimento”. Desta maneira, como não se viam representados em muitos espaços sociais, entendiam o embranquecimento como uma alternativa viável. Este mecanismo continua atuando na sociedade ainda hoje, fazendo com que estigmas advindos do passado escravocrata do país continuem sendo reproduzidos.

Percebi isto no contato com os que classifiquei como negros, com os quais conversei para esta pesquisa. Havia uma certa restrição em utilizar a expressão negro na auto-classificação. Não quero tecer aqui julgamentos sobre estarem certos ou não, uma vez que como afirma Carneiro (2011, p. 63) “a identidade étnica e racial é um fenômeno historicamente construído ou destruído”. Mas é importante destacar como a ideia de pertencimento racial ainda é complexa em nosso país. Complexidade no sentido de fazer com que grande parte dos brancos não reconheçam os seus privilégios e que muitos sujeitos negros e negras não reconheçam o seu pertencimento. É possível observar que em um país no qual os sujeitos são julgados pelo seu fenótipo, a cor da pele passa a ser patrimônio e, portanto, ser branco propicia privilégios e vantagens nas diversas disputas travadas entre os sujeitos em seu dia-a-dia.

Diante disso pude ver que muitos negros procuram minimizar o “ser negro” através de termos como moreno, escurinho, entre outros. Esta é uma prática que não ocorre apenas em regiões em que os negros são minoria quantitativa. Em um estudo realizado em Salvador, Sansone (1996) constatou trinta e seis termos diferentes para a auto-classificação dos sujeitos, utilizados no sentido de “amenizar” a negrura. Ou seja, os sujeitos buscam artifícios para não se identificarem como negros. Não nascemos no Brasil para sermos negros, mas para sermos “outra coisa”. O ideal do embranquecimento está fortemente presente no “país da miscigenação”.

Desta maneira, outra prática que marca o ser negro em nossa sociedade é a utilização de sinônimos dos mais diversos para definir a cor ou raça de uma pessoa negra. Entendo que, até nisso, podem ser percebidas práticas sociais imbricadas. Ou seja, a partir do interesse do indivíduo, determina-se como o sujeito será nominado. Um questionamento apresentado por Hofbauer (2006, p. 15), delinea esta perspectiva:

Como explicar o fato de uma única pessoa poder ser registrada como “pardo” na certidão de nascimento, ser xingada de “preto” na rua, ser chamada carinhosamente de “moreninho” pelos colegas de trabalho e ainda, talvez, sentir-se “negro” no meio de militantes? Como entender este descompasso entre auto identificação e atribuições alheias?

Entendo que a utilização de adjetivos diferenciados para se referir ao negro em situações diversas demonstra a forma como o posicionamento da sociedade está estabelecido. Ou seja, via de regra, são utilizados outros adjetivos para se referir ao negro, como se fosse demérito vincular alguém a esta denominação. Neste sentido, Silva (2009, p. 21) afirma que “as práticas e os discursos cotidianos tentam ocultar uma realidade em que as diferenças étnico-raciais são compreendidas com base em um

sistema avaliativo-classificatório”. Tais práticas sociais determinaram e, ainda hoje determinam a maneira como julgamos os sujeitos de raça negra. A mesma autora salienta ainda que “discursos e práticas sociais secularmente naturalizados e reificados sustentaram o consenso de que nossas relações étnico-raciais não são problema, por isso sequer merecem discussão” (SILVA, 2009, p. 19).

Em minha pesquisa essa busca por adjetivos ou por amenizar a negrura também aconteceu. Larissa, construída por mim como negra, se assumiu parda: procurando deixar claro que, de alguma forma, faz parte do grupo considerado dominante: “Eu sou parda! Eu sou parda! Mas assim, eu sou uma mistura [...] Sou essa cor assim porque eu pego muito sol, mas eu sou bem mais clara, então... sou neta de alemão e de vó que chegava a ser azul... então eu sou uma mistura”. Também Sofia e Lurdes se posicionaram neste sentido:

eu gosto de ser morena... minha mãe é branca do cabelo loiro... meu pai era negro... só tinha os olhos e a palma da mão branca, o resto era preto! Eu me dou bem com “os preto”, não tenho preconceito... então, eu gosto da minha cor.. até eu... minha filha é bem moreninha, né? (Sofia, 39 anos, Zeladora, grupo negro, grifos meus).

Eu me classifico parda! Por que tem... como é que eu vou te dizer... tem gente que é um pouco mais clara do que eu, né... tem os alemão, né... que são brancos, daí vem é... eu acho que eu to logo depois do... dessa cor aí, do alemão, daí vem o moreno e vem o mais ainda...que tá vindo pra cá morar, né... que a gente...os lá da Bahia, esse povo, que são mais morenos que a gente. Daí eu me classifico ali, cor parda, sabe! Depois logo do branco! (Lurdes, funcionária pública, grupo negro, grifos meus)

Há, nos fragmentos discursivos que retirei dos relatos de Sofia e Lurdes uma evidente tentativa de vinculação com o branco, ainda que a cor da pele de ambas seja escura, apreendi que, para eles, isto é importante. Lurdes, por exemplo, sequer cita a palavra negro ou preto em sua descrição e faz questão – ela foi muito enfática ao dizer – de se posicionar logo depois do branco. Me chamou a atenção ainda em sua fala que a sua classificação é feita a partir do alemão, ou seja, a partir de um “branquíssimo” (usando a classificação de Schucman (2012)). O seu ponto de referência, portanto, para me dizer o que ela é, é o grupo hegemônico. É possível perceber através de tais fragmentos discursivos que a ideia de que o pertencimento a um grupo “quase branco” é tido como um fator de diferenciação. Assim a concepção da branquitude como norma reflete a condição de produção desses discursos. Em meu entendimento, isso demonstra o quanto a ideia de superioridade e a imagem positiva que se formou em relação aos germânicos afeta aos negros e negras no município.

Também Sofia mantém o seu discurso neste sentido – de minimizar a sua negritude – quando diz que “gosta de ser morena” e que se dá bem com os pretos. É importante notar que ela se coloca fora deste grupo, inclusive dizendo que não tem preconceito e aponta uma distinção entre “morenos” e “pretos”. Neste sentido, Silva (2006, p. 104 e 105) afirma que “ao contrário da suposta democracia racial no Brasil, o racismo existente aqui é tão perverso que leva o próprio negro à auto rejeição e à rejeição de seus próximos” (SILVA, 2006, p. 104 e 105).

No mesmo sentido, Munanga (2009) afirma que, a partir da identificação do negro com o ideal branco, ou seja, a crença de que o branco é o “normal”, há o ódio de negros e negras em relação às suas características físicas, ou seja, “um complexo de sentimentos que vão da vergonha ao ódio de si mesmo” (MUNANGA, 2009, p. 38). Este ódio advém da forma como a construção social e discursiva do que é ser negro foi produzida em nosso país. Desta maneira, afirma Sansone (1996, p. 168-169) “a forma com a qual as pessoas classificam e se auto classificam racialmente, não são óbvias, não obstante haver geralmente uma preferência somática pelo branco, mesmo entre os pobres”. É evidente que a forma como se deu a classificação racial das entrevistadas que citei acima, em um primeiro momento, me deixou incomodada. Eu fui para as entrevistas com uma ingênua expectativa de que estas se classificariam negras, tendo em vista a pele retinta.

No entanto, após refletir a respeito do assunto, me dei conta de que eu estava exigindo de meus entrevistados uma consciência racial que para mim é também muito recente e advinda do estudo das relações raciais. Antes disso, eu também me classificava “morena” e me posicionava como não integrante do grupo dos negros, tendo em vista o sentimento de inferioridade que nos toma, em virtude da construção social e discursiva produzida e reproduzida no país.

Tal sentimento levou negros e negras à inevitável tentativa de embranquecer, o que se deu, “principalmente pela assimilação dos valores culturais do branco”, afirma Munanga (2009, p. 38). No mesmo sentido, Bento (2006, p. 45) diz:

o que podemos perceber é que convivendo numa sociedade que os discrimina, que os associa sempre a uma imagem negativa, muitos negros internalizam uma imagem ruim sobre seu povo e sobre si próprios. Podem negar sua cor, criticar outros negros e se esforçar para parecerem brancos. Podem sentir-se inferiores e perderem a autoconfiança. Esses são efeitos dos mais perversos do racismo.

Desta maneira, engana-se quem pensa que a nossa construção social apenas afetou aos brancos, no sentido de formação social. Os negros também foram fortemente

afetados, à medida em que foram convencidos simbólica e materialmente de que deveriam se manter em espaços desprivilegiados. A negação da cor, a busca pelo embranquecimento, fazem parte deste “pacote” construído prática e discursivamente no Brasil. A construção do negro como hierarquicamente inferior produz um efeito alienante que faz com que tais sujeitos queiram se identificar com os brancos. Diante disso agem no sentido de se verem ajustados “às expectativas sociais dominantes, [que] o submete a rituais sociais desidentificatórios e de “branqueamento”, afastando-o de sua verdade e inteireza étnica” (AMARO, 2015, p. 129). Neste sentido, afirma Nascimento (2018, p. 44) “a “cor social” (relativa às condições materiais e estilo de vida da pessoa), portanto, torna-se preponderante numa sociedade na qual se declarar como pardo ou preto implica um status negativo, visto que consiste numa denominação depreciativa do indivíduo”.

Em meu entendimento esta realidade poderá ser alterada à medida em que acontecer uma mudança discursiva em nossa sociedade, a partir da qual o negro possa se ver representado nos mais diversos espaços e compreenda que a suposta posição de inferioridade foi construída em nosso país. Falo isso pois a minha identificação como negra demandou desta desconstrução de estereótipos e conhecimento das construções discursivas que os construíram. A partir disso será possível falar, efetivamente, de empoderamento (BERTH, 2018), conceito que compreende o processo de conhecimento e não apenas fatos isolados como, por exemplo, assumir o cabelo crespo ou se dizer negro ou negra.

A desconstrução e reconstrução da identidade negra é importante tendo em vista que esta busca pelo embranquecimento é outro fruto dos discursos e práticas que, historicamente, tem permeado as relações raciais no país. Conforme afirma Barros (2014), os classificados como mulatos na sociedade colonial detinham certos privilégios, tendo em vista que “[...] a sociedade colonial em construção sempre ofertava e abria as necessárias brechas para uma vida que nem seria tanto de tediosas purgações nem de infernais sofrimentos” (BARROS, 2014, p. 100). Até nossos dias esta realidade se apresenta, em que pese que nos classificamos racialmente através do fenótipo, aqueles com menor teor de melanina na pele tendem a ser tratados de maneira diferente daqueles que são mais retintos e que, portanto, sentem mais fortemente o peso do racismo. Isto não significa dizer, no entanto, que ter a pele mais clara ou ter o fenótipo “amenizado” no que tange a características relacionadas à negritude impedem que tais sujeitos sofram com o racismo presente na sociedade.

Para Nascimento (1978, p. 69) a ideia de embranquecimento gradual da população brasileira “[...] retrata um fenômeno de puro e simples genocídio”. Para garantir o embranquecimento do país, foram viabilizadas políticas de saneamento, higienismo e eugenismo. No entanto, como veremos posteriormente, a resistência negra também aparecia durante este processo da busca pelo embranquecimento. Entendendo que detinham determinadas vantagens sociais, em virtude de serem classificados mulatos, muitos deles utilizaram-se destas e engajaram-se na luta pela liberdade.

Houve, portanto, no Brasil um intenso processo de construção simbólica no que diz respeito a raça. Desta forma, conforme afirma Eisenberg (1987) o racismo foi uma construção ideológica a partir da qual os interesses da elite brasileira deram sustentação para a posterior vinda dos imigrantes europeus e inferiorização da maioria dos brasileiros. Schwarcz (1993) corrobora esta ideia e salienta que esta construção foi moldada pelas elites intelectuais do início do século XX, que acomodavam modelos diversos em suas composições, utilizando o que combinava com o discurso que deveria ser aceito e descartando o que era considerado problemático para a construção de um argumento sobre as questões raciais no país. A autora salienta ainda que as notícias veiculadas nos meios de comunicação da época também disseminavam a ideia da inferioridade do negro e auxiliavam a reprodução das teorias racistas.

Em um dos fragmentos destacados por Schwarcz (1987, p. 113) se lê: “O negro só sabia ser sensual, idiota, sem a menor ideia de religião, de outra vida moral e nem sequer de justiça humana. Dançar no domingo, embriagar-se, era a sua única atividade... (Correio Paulistano, 19/07/1892)”. Conforme afirma Santos (2002), havia um intuito claro, neste período, de colocar o cidadão negro à margem da sociedade, devendo este resignar-se à sua condição de estranho à civilidade. Desta forma é possível afirmar que a diferença entre negros e brancos, hoje naturalizada, advém de uma construção histórica e social, que atendia aos interesses específicos do período em que foi constituída.

Autoridades brasileiras como Dante Laytano e Clarival do Prado Valladares, por exemplo, já em meados de 1960, conforme afirma Nascimento (1978), acreditavam que os negros eram seres inferiores e, de certa forma, culpados pelo processo de escravização que sofreram. Ainda de acordo com o autor “[...] fingem ignorar a muralha de silêncio erguida pelos opressores em torno da história africana para que pudessem manipular sua própria e conveniente versão do continente “escuro, misterioso e selvagem”” (NASCIMENTO, 1978, p. 51).

Diante deste cenário é possível perceber, portanto, que a aceitação da ideia de que existiam raças biológicas vigorou por longo período e era utilizada, no Brasil, para justificar a escravidão. No entanto, conforme afirma Hasenbalg (1982, p. 70) a ideia defendida pelo racismo científico passa a ser questionada pelo antropólogo Franz Boas que

pode ser destacado como um dos pioneiros no ataque sistemático às interpretações biológicas da história e um dos principais responsáveis pela mudança que levou a desenfatizar fatores biológicos e hereditários em favor de fatores puramente culturais na explicação da dinâmica social.

A concepção de raças biológicas passou a ser vista com ressalvas, portanto, a partir do século XX, uma vez que novos estudos comprovaram que não havia diferenças genéticas significativas entre os sujeitos, fossem eles brancos ou negros. Neste sentido Munanga (2004, p. 20) destaca que

[...] O cruzamento de todos os critérios possíveis (o critério da cor da pele, os critérios morfológicos e químicos) deu origem a dezenas de raças, sub-raças e sub-sub-raças. As pesquisas comparativas levaram também à conclusão de que os patrimônios genéticos de dois indivíduos pertencentes a uma mesma raça podem ser mais distantes que os pertencentes a raças diferentes. [...] Combinando todos esses desencontros com os progressos realizados na própria ciência biológica, os estudiosos desse campo de conhecimento chegaram à conclusão de que a raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito [...] para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estanques. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem.

No entanto, apesar de sua crueldade é possível afirmar que a crença na existência de raças biológicas apresentou um ponto positivo, tendo em vista que provou de maneira definitiva a humanidade dos negros africanos, salienta Santos (2002). Ainda que, como visto, já em 1950 a UNESCO tenha recomendado o abandono do uso da palavra raça, uma vez que o conceito biológico foi derrubado, o conceito de raça e inferioridade não foi desconstruído no imaginário das pessoas. Como afirmam Cabecinha e Amâncio (2003) a ideia de raça é uma representação social fortemente disseminada no conhecimento popular. Nas palavras das autoras “o senso comum, bom aluno, reproduz hoje alguns dos elementos fundamentais das teorizações racialistas clássicas” (CABECINHA e AMÂNCIO, 2003, p. 05).

É importante salientar que conforme apresentado por Hall (2001), os estudos acerca da hierarquização racial tinham a intenção de comprovar cientificamente um argumento que no âmbito discursivo já era tido como verdadeiro. Logo, de acordo com o mesmo autor, o conceito de hierarquização racial é constituído a partir de sistemas de representação e práticas sociais que determinam que as diferenças físicas são marcas

simbólicas que diferenciam socialmente um grupo de outro. No mesmo sentido, Barros (2014, p. 209) destaca:

[...] a ideia de que existem indivíduos pertencentes a diferentes “raças”, definidas por critérios de presença de maior ou menor pigmentação da pele, é simultaneamente uma construção social e uma construção histórica. Ou melhor, um entremeado de muitas construções sociais e históricas, um verdadeiro novelo de lutas.

Neste sentido, Lévi-Strauss (1976) também discorre sobre a raça a partir da abordagem cultural e social, uma vez que afirma que a ideia de humanidade surge tardiamente e não é totalmente compreendida. Muitas vezes, diz o autor, ela termina nas fronteiras dos grupos dos quais fazemos parte. Diante disso, para Lévi-Strauss (1976), o que convence o ser humano de que existem diferentes raças não está vinculado à sua constituição biológica, mas a evidência imediata dos seus sentidos, quando vê, juntos, sujeitos advindos de diferentes locais e que, portanto, possuem características físicas diversas.

O que deve ser questionado neste sentido acerca da diferença – inerente aos seres humanos – é se esta é utilizada como meio de afirmar a diversidade, ou um mecanismo que possibilita a continuidade de práticas excludentes e discriminatórias, afirma Brah (2006). O que se tem visto, via de regra é, justamente, a segunda opção, a partir da qual tais relações de diferença acabam por gerar relações de desigualdade entre os sujeitos. Ou como diz Ianni (2004b, p. 23) “[...] a “marca” transfigura-se em “estigma””.

Neste sentido é possível afirmar que, para além do conceito de inferioridade racial, também o racismo enquanto sistema de opressão se mantém vivo, ainda que, o conceito científico de raça já tenha sido destituído. Diante deste contexto, as palavras de Barros (2014, p. 211), são elucidativas, senão vejamos: “O racismo se constrói junto com a noção de raça. Mas, pior, o racismo pode sobreviver à dissolução científica da noção de raça. Este é um dos paradoxos das sociedades contemporâneas”. É possível perceber, portanto, a partir do que foi dito até aqui, que o conceito de raça atendeu aos interesses da época e consolidou demarcações de espaços a serem ocupados pelos diferentes grupos. Para Seyferth (2002, p. 26), “as abordagens desenvolvidas foram úteis aos seus ideólogos para impor a dominação política e econômica aos povos colonizados”. A mesma autora salienta também:

Os negros eram considerados “o problema” – razão do atraso brasileiro (o que acentuou o aspecto racial da questão da escravidão) – pois, também no Brasil, a desigualdade social era interpretada como expressão das leis

universais da natureza, com suas implicações de inferioridade inata a não brancos (SEYFERTH, 2002, p. 335).

Esta condição fez com que se firmasse a imagem de que os negros eram seres inferiores da sociedade brasileira. O que se percebe atualmente é que, apesar de se tentar mascarar esta realidade, é assim que os negros continuam sendo vistos, por muitos, em nosso país.

Esta construção do conceito de raça também afetou as relações pessoais no Brasil e ainda hoje influencia a maneira como estas são construídas. Isto pode ser verificado, neste estudo, a partir do dito por duas moradoras do município de Quatro Pontes a respeito desta construção:

[...] E a gente, de a gente ser essa questão de diferenciar isso, do negro pro branco, Josi, é o que eu te falei, é o que veio junto com nós, entende? Assim, a gente veio, assim, daquela cultura de... isso que eu te falei, né... de... o negro... é por causa da época da escravidão. Daí you foi aprendendo e ouvindo isso... e nós não tivemos essa... Quatro Pontes era só alemão, né! Então quando vinham, nossa! Você via ele [o negro] como aquilo que eu te falei, né... como aquele trabalhador... e você acabava... ele se discriminava e a gente discriminava! Porque a gente achava que eles eram diferentes... mas eles não são diferentes! Hoje, com as informações que a gente tem, o conhecimento, você sabe que hoje ele é igual a todo mundo! Mas tem gente que ainda pensa assim, mas eu acho que não deveria ter isso (LUIZA, 53 anos, empresária – Germânicos, grifos meus).

[...] quando a gente era criança, a gente não tinha relação com o negro. Então toda vez... nós não fomos ensinados assim... “quando você ver um negro não se admire, isso é gente como a gente! Eles não são diferentes, só é a cor que muda o resto é tudo igual. Eles são pessoas.” Não foi ensinado pra nós, assim, né! Eles são diferentes, e o que é diferente, foi ensinado, é anormal, digamos assim, né... acho... foi ensinada essa diferença, porque a gente não tinha... não tinha relação com o negro, né! E nós não fomos ensinados, né... assim, o negro é gente como a gente... acho que a gente ouviu muito: negro é sinônimo de serviço mal feito, esses... acho que a gente cresceu muito com isso... (VANUSA, 31 anos, vendedora – Germânica, grifos meus)

A partir desses fragmentos de entrevistas é possível apreender que as relações raciais no Brasil advêm de uma construção discursiva que permeia as nossas práticas desde o período colonial. Esta construção parte da premissa que, conforme afirma Schucman (2010, p. 53), “confere a um dos grupos a capacidade para estabelecer os parâmetros do que é considerado normal”. Os fragmentos discursivos ora expostos confirmam essa ideia, uma vez que apontam o negro como o diferente, como aquele que não está de acordo com o que é considerado normal.

A expressão utilizada por Luiza “então quando vinha... nossa!” demonstra, inclusive um certo espanto com o diferente, nos primeiros contatos que teve com pessoas negras no município de Quatro Pontes. O estranhamento inicial levou também à construção de pressupostos de superioridade e inferioridade. Ela admite que o racismo

era evidenciado, quando diz: “ele se discriminava e a gente discriminava!”. No entanto, no mesmo movimento em que assume a discriminação racial existente, que confirma continuar existindo, mas, em sua concepção, com menor intensidade, Luiza coloca o negro na posição de também culpado pela situação. Isto se dá quando ela diz que ele também se discriminava, no entanto, ela não quis evidenciar, em nossa conversa, como se dava essa auto-discriminação.

A fala de Vanusa também explicita a construção das relações raciais, especialmente no que diz respeito a colônias étnicas. Isto se dá através dos percursos semânticos utilizados por ela para tratar do assunto, tendo em vista afirmar que na infância não teve contato com pessoas negras e que não foi ensinada que o negro “é gente como a gente”. Assim, ela utiliza os léxicos “diferente” e “anormal” para retratar a forma como negros e negras eram classificados. Desta forma, fica explicitada a pretensa normalidade da branquitude.

Neste contexto Ianni (2004b, p. 23) afirma que “na medida em que o indivíduo em causa [...] está em relação com outros, aos poucos é identificado, classificado, hierarquizado, priorizado ou subalternizado”. Trata-se, portanto, de processos, de relações sociais. Levando em conta que a hierarquização racial presente na sociedade brasileira, na qual o negro é posicionado na base, se mantém até os nossos dias, é preciso questionar a ideia de que nossas relações raciais advêm apenas de nossa herança escravocrata. Se assim fosse, este posicionamento não teria força para se manter válido por tanto tempo. Desta maneira, afirma Hasenbalg (1982, p. 90)

o poder explicativo da escravidão com relação à posição social do negro diminui com o passar do tempo [...] quanto mais afastados estamos no tempo do final do sistema escravista, menos se pode invocar a escravidão como uma causa da atual subordinação social do negro. Inversamente, a ênfase deve ser colocada nas relações estruturais e no intercâmbio desigual entre brancos e negros no presente.

Assim sendo, é possível perceber que, ao vincular a posição social de negras e negros apenas à herança do regime escravista, todo o contexto que se seguiu, a partir do qual se construiu a imagem de inferioridade do negro, como o racismo científico, a eugenia, as políticas de embranquecimento, entre outras práticas, determinantes para a estrutura social que hoje vemos, é desconsiderado. Desta maneira, torna-se urgente a busca pelo desenvolvimento de uma consciência racial de brancos e não brancos em nosso país, a partir de uma nova construção discursiva, que deve se dar a partir do amplo conhecimento da história do país, no que diz respeito à questão racial, atrelada a práticas de inclusão de negras e negros nos diversos ambientes sociais. Entendo que a

possibilidade de representatividade é fundamental para esta mudança, uma vez que os avanços que já obtivemos se deram a partir dela e, claro, da incansável luta dos movimentos sociais. Neste sentido, entendo que as organizações possuem um papel fundamental à medida em que integrarem negros e negras em seus quadros, nos diversos níveis.

Tais aspectos são importantes pois, como salienta Munanga (2013, p. 26), “a identidade negra não surge simplesmente da tomada de consciência de uma diferença de pigmentação ou de uma diferença biológica entre populações negra, branca e amarela. Ela resulta desse longo processo histórico”. Este é, em minha concepção, um ponto fundamental para que surjam alternativas ao vivido no contexto racial brasileiro. A tomada de consciência racial é primordial para que possamos pensar uma nova possibilidade de atuação, consciência esta que deve ser desenvolvida por brancos e negros. No entanto, esta consciência não será possível enquanto negarmos e/ou naturalizarmos os efeitos da escravização e posterior construção da hierarquia racial em nosso país.

Diferente de alguns discursos propalados no sentido de dizer que os problemas raciais estão resolvidos no Brasil, ou de que tudo já foi dito a respeito do tema, os fragmentos de entrevistas já vistos e outros, que destacarei posteriormente, demonstram o contrário. Há ainda um longo caminho a ser traçado no que se refere às questões raciais. Como afirma Ianni (2004b) no século XXI continuam sendo realizadas operações de limpeza étnica e de sobreposição de uns em relação a outros, do que é considerado bom ou ruim, ou seja, a hierarquização racial está ainda presente em nossas relações. Esta hierarquização é demonstrada no dia-a-dia, quando a ideia de embranquecer para conseguir acessar determinados espaços é tida como ideal.

Embora, em meu entendimento, já tenhamos evoluído no que diz respeito a pessoas assumirem a identidade negra, há muito para avançar em termos de representatividade. Ainda vemos sobressair o fenótipo considerado adequado, aquele que mais se aproxima do ideal de civilização e desenvolvimento historicamente disseminado no Brasil, qual seja, o branco.

4.2 No país da miscigenação quanto mais distante de traços negros, melhor

O conceito de raça, que hoje determina as ações dos sujeitos, foi construído, como visto, a partir de interesses particulares, assim como muitos dos discursos que aceitamos e, por vezes, disseminamos em nosso cotidiano. Isto porque como salienta Fanon (2008, p. 28) “a sociedade, ao contrário dos processos bioquímicos, não escapa à influência humana. É pelo homem que a sociedade chega ao ser”. Há um longo caminho a ser trilhado na sociedade brasileira a fim de alcançarmos a almejada igualdade racial. No país em que o fenótipo é utilizado para classificar os sujeitos, quase que de maneira independente à sua constituição genética, ter traços físicos que lembrem o ideal de branqueamento acabam por determinar posições de privilégio. Conforme afirma Guimarães (1995, p. 39) “[...] “embranquecimento” era uma constatação feita através de pesquisas empíricas, um caminho de mobilidade preferencial encontrado entre os negros”.

No contexto das relações raciais, os resultados advindos desta forma de perceber o mundo se manifestam ainda com mais força, uma vez que visam justificar e legitimar a ideia de superioridade de um determinado grupo sobre outro, diz Bento (2002). Esta forma de organização, possibilita a manutenção de privilégios e, via de regra, é tomada como discurso para justificar as diferentes posições ocupadas por brancos e negros em nossa sociedade.

Assim, a partir das abordagens que determinavam discursivamente qual a raça que seria “adequada” para trazer o desenvolvimento ao Brasil, foi sendo criada por aqui uma ideia de que seria possível embranquecer de alguma maneira a população do país. Diante disto, a estrutura das relações raciais no Brasil, conforme salienta Souza (1983) é sustentada por três bases, quais sejam, o *continuum* da cor, ideologia do embranquecimento e democracia racial. O *continuum* da cor se dá, nas palavras da autora, pelo fato de que branco e negro representavam apenas os extremos de uma linha ininterrupta, a partir da qual, quanto maior a brancura, maiores as chances de sucesso e aceitação. Por outro lado, o hoje chamado mito da democracia racial que, durante muito tempo, sustentou a ideia da inexistência de segregação ou discriminação racial em nosso país, aliado à ideologia do embranquecimento, faz o negro perceber o seu grupo de pertencimento de forma negativa. É, portanto, “lugar de onde teria que escapar para realizar, individualmente, as expectativas de mobilidade vertical ascendente” (SOUZA,

1983, p. 22). São também estes, portanto, os pressupostos que determinam a superioridade do branco. Isto porque trato aqui de dois polos de uma mesma relação discursiva.

O *continuum* da cor, que aponto neste estudo como uma das bases da estrutura racial brasileira, está intimamente atrelado à ideia de embranquecimento e não é uma abordagem recente. Como dito anteriormente, os chamados mulatos, já durante o período em que vigorava o regime escravocrata no Brasil, eram vistos de maneira diferente na sociedade. Isto não os livrava do racismo, no entanto, lhes permitia ter vantagens sociais em relação àqueles que eram africanos ou seus descendentes e que apresentavam mais explicitamente características que os faziam ser classificados como negros. Logo os africanos, ainda que tendo a cor da pele mais clara – por vezes até mais clara do que os mulatos (BARROS, 2014) – em virtude de processos de mestiçagem anteriores à sua vinda ao Brasil, eram considerados negros, afirma Barros (2014). Ainda nas palavras do autor “ser escravo escurecia inevitavelmente a pele dos africanos [...] da mesma forma que “ser livre” contribuía para a percepção social do clareamento, no caso mais específico dos mulatos nascidos na terra” (BARROS, 2014, p. 108). De acordo com Guimarães (1995, p. 37) o sangue branco – presente, portanto, nos chamados mulatos – “[...] purificava, diluía e exterminava o negro, abrindo assim a possibilidade para que os mestiços se elevassem ao estágio civilizado”.

No entanto, o conceito de cor no Brasil é mais amplo do que a simples classificação a partir da maior ou menor pigmentação da pele. Como afirma Guimarães (2011, p. 266) “cor, no Brasil, é mais que cor de pele: na nossa classificação, a textura do cabelo e o formato de nariz e lábios, além de traços culturais, são elementos importantes na definição de cor”. É interessante perceber que em nosso país é necessário “parecer” negro ou branco. Este parecer está intimamente ligado aos traços fenotípicos e culturais dos sujeitos. Desta maneira “o nosso sistema de classificação de cor se origina da intrincada teoria de embranquecimento que a nossa geração naturalista moldou a partir das diversas teorias raciais então vigentes” (GUIMARÃES, 2011, p. 267).

Diante deste contexto, para falar de cor, é necessário partir de uma abordagem que vai além da pigmentação da pele, mas que perpassa também o fenótipo dos sujeitos. Há, portanto, um ideal fenotípico a ser atingido a fim de os sujeitos poderem adentrar a determinados espaços sociais e profissionais. Assim, “cor é apenas um, o principal certamente, dos traços físicos – junto com o cabelo, nariz e lábios – que atrelados a

traços culturais – “boas maneiras”, domínio da cultura europeia, formavam um gradiente evolutivo de embranquecimento” (GUIMARÃES, 2011, p. 267). Levando em conta, portanto, que no imaginário brasileiro os indivíduos podem embranquecer à medida em que ascendem socialmente ou adquirem cultura, o *continuum* da cor age de maneira até cruel, eu diria.

Desta maneira, afirma Guimarães (1995, p. 39) “a marca de cor torna-se indelével não porque sinalize uma ancestralidade inferior, mas porque “explica” a posição inferior atual dessa pessoa”. Embranquecer, portanto, não garantiu e não garante posicionamentos diferentes para os negros em nossa sociedade, uma vez que, conforme afirma Munanga (2009, p. 41), “o caminho da desumanização do negro escolhido pelo colonizador não poderia integrá-lo”.

Para Nogueira (2006), esta particularidade faz com que o preconceito brasileiro apresente características que o diferenciam das manifestações racistas que podem ser percebidas em outros lugares do mundo. O autor chama as práticas exercidas no Brasil de preconceito de marca, uma vez que são as características fenotípicas os determinantes para definir se o sujeito é branco ou negro. Diferente, segundo Nogueira (2006), do preconceito que pode ser identificado nos Estados Unidos, por exemplo, no qual o que se leva em conta é a constituição do genótipo. Portanto, conforme salienta o autor

Considera-se como *preconceito racial* uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é *de marca*; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é *de origem* (NOGUEIRA, 2006, p. 292).

A maneira, portanto, como o preconceito é exercido no Brasil torna-o mais flexível, uma vez que diversos aspectos são determinantes para tal. Nos Estados Unidos – utilizo aqui o exemplo apresentado por Nogueira (2006) – a classificação dos sujeitos como negros e não negros se dá pela ascendência. Logo uma gota de sangue negro posiciona o sujeito como tal, ainda que seu fenótipo não o manifeste. No Brasil, no entanto, a classificação é realizada a partir de pressupostos que sobrepõem o genótipo. Isto possibilita a utilização de diferentes adjetivos para se referir ao negro ou mesmo para a sua autoclassificação.

Também para Nascimento, Oliveira, Teixeira e Carrieri (2015, p. 05) “os mecanismos de funcionamento das relações raciais no Brasil se exprimem muito mais via preconceito racial de marca do que preconceito racial de origem.” No mesmo sentido Teixeira (2015) afirma que o preconceito de marca, desenvolvido no Brasil, se refere às características fenotípicas, podendo variar de acordo com a gradação de cores. Logo, diferente do que acontece quando se desenvolve o preconceito de origem, no qual de acordo com Rosa (2014), são levadas em consideração as origens étnicas, com pouca ênfase à aparência ou gradação de cor, o preconceito de marca se vale de aspectos como posição social ocupada pelo sujeito, salienta Teixeira (2015). “Podem ser chamados de moreno um branco com cabelo escuro, um mestiço, um negro não muito escuro e até uma pessoa muito escura e negroide. Depende da situação” (SANSONE, 1996, p. 180).

Neste sentido, é necessário que tenhamos consciência de que, conforme afirma o intelectual negro Abdias do Nascimento (1978, p. 42) “[...] no Brasil a marca é determinada pelo fator étnico e/ou racial”. Ainda no mesmo sentido Ribeiro (1995, p. 225) diz

A característica distintiva do racismo brasileiro é que ele não incide sobre a origem racial das pessoas, mas sobre a cor de sua pele. Nessa escala, negro é o negro retinto, o mulato já é o pardo e como tal meio branco, e se a pele é um pouco mais clara, já passa a incorporar a comunidade branca. Acresce que aqui se registra, também, uma branquização puramente social ou cultural.

É possível perceber que as diferentes posições ocupadas pelos sujeitos, vinculadas ao *continuum* da cor, fez com que a sociedade brasileira passasse a valorizar ou privilegiar, de alguma maneira, aqueles negros que possuem o tom da pele mais claro. Várias denominações surgem daí, dentre as quais uma oficialmente utilizada pelo IBGE, que é o termo “pardo”. Para Barros (2014, p. 92)

definir como pardo – categoria que o indivíduo não raro ostentava com certo orgulho para distanciar-se mais da ideia de escravidão associada aos negros – implica reintroduzir mais uma vez na diferença a “desigualdade”, agora já através de um meio caminho do branco, embora sem chegar lá, implicando-se esta proposição que ser “branco” é uma posição superior no reino das diferenças.

Novamente é possível identificar aqui como a construção do pensamento racial brasileiro interferiu em nossas relações sociais. Brancos e negros viram no *continuum* da cor uma maneira de se posicionarem. Como disse no início deste trabalho, muitas vezes ouvi que não deveria me preocupar, pois não era preta, mas morena. Neste sentido, conforme salienta Octavio Ianni em um trabalho no qual discute a dialética das relações raciais, é a ideologia racial que faz com que os sujeitos naturalizem,

justifiquem ou racionalizem desigualdades ou conflitos raciais. Para o autor, tais manifestações promovem a “metamorfose da marca em estigma” (IANNI, 2004b, p. 24).

Apesar de abordar a temática Guimaraes (2011) defende que atualmente este “parecer” já não mais determina o ser negro ou o ser branco no Brasil, uma vez que, na perspectiva do autor, o ideal de embranquecimento está perdendo o sentido. No entanto, o que percebo é que, apesar de um importante aumento na representatividade negra – ainda que tímido – e da exaltação da beleza negra em diferentes espaços, a falta de consciência racial do brasileiro ainda apresenta o ideal branco como a norma e como ponto a ser alcançado. Isto ocorre em grande medida, pois

No Brasil, somente aqueles com pele realmente escura sofrem inteiramente a discriminação e o preconceito antes reservados ao negro africano. Aqueles que apresentam graus variados de mestiçagem podem usufruir, de acordo com seu grau de brancura (tanto cromática quanto cultural, dado que “branco” é um símbolo de “europeidade”), alguns dos privilégios reservados aos brancos (GUIMARÃES, 1995, p. 36).

Neste sentido, Nogueira (2006) afirma que no Brasil o ser negro está vinculado a características fenotípicas e o *continuum* da cor passa a ser referência no sentido de identificar socialmente aqueles que podem, ou não, ocupar determinados espaços. Para Guimarães (1995, p. 34) “a “cor” passou a ser uma marca de origem, um código cifrado para a “raça””. Neste sentido, a cor apenas é importante em nossa sociedade em virtude de nossas construções acerca das questões raciais. Nas palavras de Guimarães (1995, p. 34), “[...] alguém só pode ter cor e ser classificado num grupo de cor se existe uma ideologia na qual a cor das pessoas tem algum significado. Isto é, as pessoas têm cor apenas no interior de ideologias raciais”. Sabe-se que o preconceito racial brasileiro é influenciado pela posição social do indivíduo, bem como, por aspectos comuns do cotidiano, como o lugar em que se está e quais os usos que se faz do mesmo (TEIXEIRA, 2015). Isto de acordo com a autora “não só gera diferentes matizes de comportamento diante dos negros, como também dificulta o reconhecimento do preconceito” (TEIXEIRA, 2015, p. 67). Tais pressupostos facilitam assim a disseminação da ideia de que o Brasil é um país no qual o racismo é inexistente e fortalecem a ideologia da democracia racial.

O conceito de democracia racial povoou o imaginário dos brasileiros durante muito tempo e, porque não dizer, em alguma medida ainda hoje se mantém implícito nas ações diárias às quais somos submetidos. A ideia de harmonia racial, no Brasil, surge em consonância com o movimento abolicionista. Pensava-se uma maneira de

construir uma imagem positiva para o negro (SANTOS, 2002). A miscigenação do povo, assim, minimizava a ideia de que havia racismo no Brasil. Criou-se então um pensamento de harmonia entre os povos, com o seguinte questionamento: “como poderia haver racismo num país marcado pela mistura entre as raças?” (SANTOS, 2002, p. 126). Assim, uniu-se dois discursos: aquele que afirmava que a chegada do imigrante era indispensável para o progresso do país e aquele em que se buscava a valorização do negro, muito embora esta se desse apenas a partir da perspectiva da miscigenação.

A ideologia da democracia racial, portanto, se estabeleceu e pode ser mantida a partir desses pressupostos discursivamente moldados e estabelecidos. Tais discursos atendiam aos interesses daqueles que defendiam a continuidade da escravidão ou um processo gradativo de liberdade aos negros escravos. Estas ideias eram ancoradas em um discurso que amenizava a escravidão no Brasil, senão vejamos:

[...] o negro aqui é tratado, bem alimentado, cuidado se está doente, conservado se está velho, tem seu descanso assegurado. É verdade, ele pode ser submetido a castigos corporais, mas os que tanto têm insistido nesse ponto, estão seguros de que estas violências, com tudo isso raras, são mais penosas nas condições onde elas se produzem do que os outros castigos também injustos, outras misérias físicas e morais tão frequentes em nossos países civilizados? Demais, sempre. No Brasil, o negro escravo tem os meios de sair, ele mesmo, de sua condição (COUTY, 1881, p. 8-9 *apud*, SANTOS, 2002, p. 82).

Assim, afirma Santos (2002), propagava-se a ideia de que os negros não sofriam violência e que era necessário criar um ambiente propício para que após a abolição pudessem se transformar em trabalhadores livres. Diante desta perspectiva, afirma a autora, disseminava-se a ideia de que no Brasil, os negros, bem tratados, poderiam aguardar um pouco mais sua emancipação (SANTOS, 2002, p. 89). O fragmento a seguir, escrito em um momento anterior à abolição da escravidão, confirma esta concepção, senão vejamos:

A questão não se coloca mais sob o terreno humanitário, ou sobre este terreno ela já foi totalmente resolvida em condições tão favoráveis ao negro que nenhuma outra nação pode realizar algo semelhante. Não há aqui mais nenhuma emancipação a se fazer nos costumes, hábito ou nos preconceitos sociais, e o Brasil tem cumprido isto que outros povos ditos mais avançados ainda nem puderam pensar: igualou-se o negro e outros homens livres, ele uniu-se e misturou-se aos elementos brancos para procurar formar um povo homogêneo e bem unido (COUTY, 1881, P. 32-33 *apud*, SANTOS, 2002, p. 89).

No entanto, foi a partir de 1930, com a obra *Casa Grande e Senzala* que o conceito da democracia racial brasileira se consolidou. Os pressupostos defendidos por Gilberto Freyre nesta obra, apontavam para um país composto de diversas raças que conviviam harmoniosamente. Isto, aliado à construção já estabelecida de uma sociedade

mestiça e multiétnica, em que todos conviviam em igualdade de condições, foi terreno propício para que a crença na democracia racial se intensificasse. Para Freyre (2006, p. 115) a formação da sociedade brasileira se deu nas seguintes circunstâncias:

de não se ter processado no puro sentido da europeização. Em vez de dura e seca, rangendo do esforço de adaptar-se a condições inteiramente estranhas, a cultura europeia se pôs em contato com a indígena, amaciada pelo óleo da mediação africana.

Para Freyre, portanto, o encontro das diferentes culturas, na condição em que ocorreu, não causou qualquer conflito o que, de acordo com Guimarães (1995, p. 26) “reafirmou (e tranquilizou) tanto aos brasileiros quanto ao resto do mundo o caráter relativamente harmônico de nosso padrão de relações raciais”. Na concepção de Freyre (2006), a maneira como se deu a colonização do Brasil, seguida do processo de escravização foi necessária. Nas palavras do autor: “para o Brasil a importação de africanos fez-se atendendo-se a outras necessidades e interesses. À falta de mulheres brancas; às necessidades de técnicos em trabalhos de metal, ao surgirem as minas. Duas poderosas forças de seleção” (FREYRE, 2006, p. 389). Outro ponto destacado pelo referido autor, diz respeito à relevância dos trabalhadores escravizados para o processo de desenvolvimento do país:

Os escravos vindos das áreas de cultura negra mais adiantada foram um elemento ativo, criador, e quase que se pode acrescentar nobre na colonização do Brasil; degradados apenas pela sua condição de escravos. Longe de terem sido apenas animais de tração e operários de enxada, a serviço da agricultura, desempenharam uma função civilizadora. Foram a mão direita da formação agrária brasileira, os índios, e sob certo ponto de vista, os portugueses, a mão esquerda (FREYRE, 2006, p. 390).

Não há, portanto, qualquer questionamento acerca das condições a que os escravizados eram submetidos no Brasil. Ao contrário, outro ponto que chama a atenção na obra de Gilberto Freyre é a construção da imagem do bom senhor de escravos. Ao falar dos portugueses que “colonizaram” o Brasil, o autor destaca os descendentes de moçárabes que, de acordo com ele, tendo por base o dito por *Debbané* se destacavam a partir de alguns aspectos, dentre os quais apresentou: “a doçura no tratamento dos escravos que, na verdade, foram entre os brasileiros, tanto quanto entre os mouros, mais gente de casa do que besta de trabalho” (FREYRE, 2006, p. 298-299). Desta maneira, conforme salienta Moura (1988, p. 18) a imagem disseminada foi a de “[...] nossa escravidão como composta de senhores bondosos e escravos submissos, empaticamente harmônicos, desfazendo, com isto, a possibilidade de se ver o período no qual perdurou o escravismo entre nós como cheio de contradições agudas”. A imagem do bom senhor,

de acordo com Moura (1988, p. 20), foi “uma tentativa sistemática e deliberadamente montada para interpretar as contradições estruturais do escravismo como simples episódio sem importância”.

Em relação aos negros, por sua vez, são apontados por Freyre (2006) como inferiores, em virtude das condições pelas quais foram tirados de suas terras e trazidos ao Brasil. É possível perceber que apesar de o autor apontar os reflexos da escravidão, diferente do que faz quando fala dos portugueses, ele posiciona o negro como inevitavelmente imoral, senão vejamos:

A escravidão desenraizou o negro do seu meio social e de família, soltando-o entre gente estranha e muitas vezes hostil. Dentro de tal ambiente, no contato de forças tão dissolventes, seria absurdo esperar do escravo outro comportamento senão o imoral, de que tanto o acusam (FREYRE, 2006, p. 398).

Por outro lado, Freyre (2006) destaca o processo de abasileiramento dos africanos que, conforme afirma, teria ocorrido no interior das senzalas. De acordo com o autor: “O método de desafricanização do negro “novo”, aqui seguido, foi o de misturá-lo com a massa de “ladinos”, ou veteranos; de modo que as senzalas foram uma escola prática de abasileiramento (FREYRE, 2006, p. 440).

Na constituição de um nacionalismo racializado no Brasil, conforma salienta Seyferth (2002) não havia espaço para negros nem mesmo para indígenas e mestiços. No entanto, para Gilberto Freyre não havia qualquer sentimento de superioridade racial de um grupo em relação a outros, no Brasil. Em suas palavras:

Na falta de sentimento ou da consciência da superioridade da raça, tão salientes nos colonizadores ingleses, o colonizador do Brasil apoiou-se no critério da pureza da fé. Em vez de ser o sangue foi a fé que se defendeu a todo transe da infecção ou contaminação com os hereges. Fez-se da ortodoxia uma condição de unidade política. Mas não se deve confundir esse critério de profilaxia e de seleção tão legítimo à luz das ideias do tempo como o eugênico dos povos modernos, com a pura xenofobia (FREYRE, 2006, p. 272).

Isto porque embora a ideia de democracia racial levasse a crer em uma convivência racial harmônica no Brasil, a ideia de embranquecimento da população não desapareceu, afirma Guimarães (1995). Freyre (2006) para manter a sua ideia de que a sociedade brasileira se estruturava de maneira harmoniosa, afirma que as atitudes de discriminação verificadas no país - entre as quais cita muitos padres e juizes que se negavam a realizar o casamento entre brancos e negros - eram esporádicas, vejamos: “[...] fora da tendência genuinamente portuguesa e brasileira, que foi sempre no sentido de favorecer o mais possível a ascensão social do negro” (FREYRE, 2006, p. 503).

Para Santos (2002, p. 161) “o caráter da democracia racial brasileira está ancorado à seguinte noção: raça e cor não são abertamente mencionadas (é um assunto de alcova) desde que cada qual obedeça aos limites estabelecidos pelo caráter de sua cultura, de sua origem étnica, de sua cor”. Por outro lado, o discurso ideológico disseminado pelo conceito de democracia racial enxerga o negro que não consegue ascender socialmente como um desqualificado, do ponto de vista individual (SOUZA, 1983). Assim, constitui-se e mantém-se a ideia de que a sociedade não tem qualquer responsabilidade pelas condições desiguais, afinal, o resultado deve ser alcançado individualmente. Quem consegue ascender, portanto, torna-se exceção e como exceção, perde a cor: “deixa de ser preto ou mulato para muitos efeitos sociais, sendo encarado como uma figura importante, ou um grande homem” (SOUZA, 1983, p. 23).

Em meados de 1950 o Projeto Unesco (MAIO, 1997) constatou, através de diversas pesquisas, que a ideia de democracia racial que o Brasil “vendia” como verdadeira para o restante do mundo, não passava de um mito. No entanto, olhando para os nossos dias, é possível perceber que este mito da democracia racial continua presente, ancorado pela ideia de que no Brasil não houve regulamentação que explicitasse a segregação e, por isso, esta não ocorreu. Como salientam Santos e Scopinho (2015, p. 169) “buscou-se estrategicamente agregar ao imaginário social brasileiro a noção de que em terras tupiniquins era vigente uma ampla democracia racial”. O discurso da convivência pacífica entre os grupos, portanto, “permitiu a construção de sentidos que vincularam a experiência de proximidade à ideia de harmonia entre as raças”, afirmam Santos e Scopinho (2015, p. 170). Desta forma consegue-se manter o Brasil na cômoda posição de país onde impera a harmônica convivência entre os diferentes.

Para Nogueira (2006) isso se dá tendo em vista que para muitos observadores e estudiosos, tanto brasileiros, quanto estrangeiros, é difícil perceber o preconceito no Brasil, em virtude da maneira como o mesmo se manifesta, senão vejamos:

De um modo geral, tomando-se a literatura referente à “situação racial” brasileira, produzida por estudiosos ou simples observadores brasileiros e norte-americanos, nota-se que os primeiros, influenciados pela ideologia de relações raciais característica do Brasil, tendem a negar ou a subestimar o preconceito aqui existente, enquanto os últimos, afeitos ao preconceito, tal como se apresenta este em seu país, não o conseguem “ver”, na modalidade que aqui se encontra. Dir-se-ia que o preconceito, tal como existe no Brasil, cai abaixo do limiar de percepção de quem formou sua personalidade na atmosfera cultural dos Estados Unidos (NOGUEIRA, 2006, p. 291).

Neste contexto, a denúncia do racismo no Brasil é tida como vitimização de quem o sofre, uma vez que no imaginário de muitos ele não existe em nosso país. Neste sentido Seyferth (2002) afirma que as ocorrências de discriminação racial são vistas como causais e logo se traz a perspectiva da necessidade de punir o racista. Esta punição não advém de um repúdio à sua atitude, mas porque o ato praticado coloca em descrédito o mito da democracia racial. Portanto, temos de um lado um belo discurso, no qual a harmonia é salientada e de outro uma realidade na qual o abismo entre brancos e negros é visível. Então, que harmonia racial é esta?

Para Ianni (2004b, p. 25) “[...]essa ideologia racial é transmitida por gerações e gerações, através dos meios de comunicação, da indústria cultural, envolvendo também sistema de ensino, instituições religiosas e partidos políticos; e tem sido, continuando a ser, um componente nuclear da cultura da modernidade burguesa”. É possível verificar, portanto que a sociedade brasileira como um todo se constitui a partir da naturalização da ideia de democracia racial de alguma forma. No entanto, para os sujeitos negros o efeito disso se dá através do sentimento de desajuste e de práticas que, de alguma maneira os segregam de determinados espaços. Para os sujeitos brancos, por sua vez, esta mesma ideologia é materializada através de um ambiente de privilégios materiais e/ou simbólicos.

No entanto, em meu entendimento, um dos maiores efeitos que o mito da democracia racial produziu no país foi nos tirar a possibilidade de desenvolvimento de uma sólida consciência racial. Não raro, vemos relatos de negras e negros, que, assim como eu, há pouco se identificam como tal. Da mesma maneira brancas e brancos que apenas agora se veem como sujeitos racializados ou conseguem perceber os seus privilégios em uma sociedade desigual, na qual são tidos como superiores. Porém, estes grupos ainda são minoria. É preciso destacar que já avançamos, mas temos ainda um longo caminho à frente, no sentido de que esta consciência seja estabelecida no Brasil.

Outro fator tido como determinante da identidade racial brasileira, como dito anteriormente, a ideologia do embranquecimento, determina os rótulos de beleza e aceitação, e faz com que os sujeitos queiram – de maneira consciente ou não – fazer parte do grupo hegemônico e ter as características apresentadas por ele. Certamente esta ideia também foi articulada e ganhou força no decorrer do tempo. Mesmo porque a busca pelo embranquecimento do país foi incentivada pelo Estado brasileiro. Desta maneira, como afirma Guimarães (2011, p. 265)

Longe de ser simples especulação de intelectuais, a mestiçagem e o embranquecimento, como processos que dotariam a jovem nação brasileira de uma base demográfica homogênea, se firmaram como verdadeiras políticas públicas (Park, 1942), mesmo quando o conceito de raça e as teorias que a utilizavam caíram em total descrédito no mundo científico e intelectual.

No mesmo sentido, Conceição (2013) afirma que as ideias que conceberam o pensamento racial brasileiro não ficaram apenas na perspectiva teórica, mas influenciaram também ações governamentais,

[...] levando, em determinado momento, o governo brasileiro a agir em favor do embranquecimento do país”. Thomas Skidmore (1976) salienta que ao final da década de 1880 o ideal do branqueamento aglutinou-se de tal modo ao liberalismo político e econômico que os reformadores liberais se juntavam em torno da ideia de que “um país mais branco seria campo mais propício para o liberalismo”. O autor ainda argumenta que “o elemento do *laissez-faire*, da ideologia liberal, fornecia [ao governo] uma justificativa para o abandono das massas, que incluíam a maior parte dos não-brancos”. Para o autor, a atitude do Estado em relação à imigração dava evidências de que havia “um compromisso engenhoso entre a teoria racista e as realidades da vida social” (SKIDMORE, 1976, p. 154-155) [...] O que Skidmore sugere é que nesse período de transição, que se deu a partir de 1850 ou, mais estritamente, entre os anos de 1871 (ano de publicação da Lei do *Ventre Libre*) e 1930, o ideal do branqueamento tenha balizado uma série de ações (e não-ações) governamentais (CONCEIÇÃO, 2013, p. 33).

Em termos estéticos, conforme afirma Fanon (2008) a noção da necessidade de branqueamento não foi aceita apenas pelos brancos. Para o autor os negros também adotaram este objetivo e passaram a, em alguma medida, não mais se aceitarem, tomando atitudes que pudessem embranquece-los de alguma maneira. Me identifico fortemente neste sentido, pois durante aproximadamente vinte anos busquei este ideal estético branco, através do alisamento do cabelo. Transformar o “cabelo ruim” em um cabelo “bom” e aceito socialmente fazia parte das minhas atividades rotineiras. Assim tomo as palavras de Bell Hooks, uma vez que, em minha percepção representam o sentimento da mulher negra ao buscar o embranquecimento. Ela diz:

O alisamento era claramente um processo no qual as mulheres negras estavam mudando a sua aparência para imitar a aparência dos brancos. Essa necessidade de ter a aparência mais parecida possível à dos brancos, de ter um visual inócuo, está relacionada com um desejo de triunfar no mundo branco (HOOKS, 2005, s.p.).

Inevitavelmente este foi também um ponto abordado em minhas conversas com as mulheres negras e o depoimento de Claudia me chamou a atenção, ela assim relatou a sua experiência em relação ao cabelo:

Hoje em dia eu gasto com alisamento, porque assim, eu... talvez um dia... que nem eu falei... pra mudar esse pensamento talvez eu vou ter que pegar uma psicóloga, sei lá... porque foi... sabe? Você deve ter passado por situações parecidas...quando eu fui pra quinta série, aí tinha.. daí... eu era a chacota da sala, sabe? eles me colocavam apelido... igual eu falei... eu era aleatória ali, a

negrinha da sala... eu era a única da sala. [...] aí assim, era cachopa, era cabelo... nossa, “N” apelidos, sabe? meu... e aquilo... meu Deus, né... Eu tinha uma raiva daquilo lá... Não foi uma nem duas vezes que eu cheguei chorando em casa, aí eu não queria sair, por causa do meu cabelo... daí eu brigava com a minha mãe... falava assim: por que você me fez com esse cabelo? [...] Aí teve uma vez... porque todo mundo falava: por que você não faz uma chapinha? Aí eu fui numa cabeleireira, não vou citar o nome...aí ela falou que não dava “de” fazer chapinha no meu cabelo...aí ela falou: “porque... se eu quisesse fazer, porque eu não mandava minha mãe me fazer com um cabelo mais fácil!” Imagina! Eu era uma criança, imagina você falar isso pra uma criança! [...] aí na oitava série, de tanto eu “encher o saco” da minha mãe, minha mãe comprou uma chapinha pra mim... aí eu fritava o meu cabelo todo dia! Aí quando eu ganhei a chapinha, daí eu comecei a sofrer menos com o meu cabelo, sabe? [...] eu tenho que ter o cabelo liso, né? Liso! Porque isso era aceitável no colégio... aí foi... porque eu tive muito...aí hoje minha mãe fala pra eu deixar o meu cabelo natural... mas eu digo que pra isso eu vou ter que ir numa psicóloga, pra me libertar desse trauma que eu tenho, sabe? Porque eu fui traumatizada! Eu sofri... nossa! Daí chegava... nossa! Eu era a chacota da sala...imagina todo mundo dando risada, te apontando...colocando apelido (Claudia, 22 anos, Vendedora, Negra, grifos meus).

Diante do exposto é possível perceber quão cruel é o racismo e como os padrões de beleza socialmente aceitos interferem na formação da subjetividade dos sujeitos. A voz embargada de Claudia, enquanto me relatava essa história, está marcada em mim, tendo em vista que a cada palavra dela, eu também me via representada. O fato de ser “a negrinha da sala” tornou Claudia motivo de piada e estas faziam com que ela se revoltasse com a sua estética. Isto se dá, uma vez que a formação do pensamento racial no Brasil, via de regra, posiciona o negro em um lugar de resignação e não de empoderamento. Desta maneira, busca-se a adequação aos padrões sociais em detrimento do aumento da autoestima. Ao utilizar elementos discursivos que explicitam as situações de racismo que sofreu, Claudia nos coloca frente à realidade que cotidianamente atinge a tantos negros e negras em nossa sociedade e vai minando as suas possibilidades de empoderamento.

Sei que além do alisamento muitas outras atitudes foram e continuam sendo tomadas, não apenas pelas mulheres negras, mas pelos negros de maneira geral, para atender aos padrões socialmente determinados e buscar o embranquecimento. Fanon (2008) afirma que neste processo os negros constroem máscaras brancas, que possibilitam que o mesmo se sinta inserido na sociedade da qual visa fazer parte.

Invariavelmente ouve-se a expressão “negro de alma branca”. Para Fanon (2008) ela se origina do hábito de dizer que o branco que não presta tem alma de preto. A expressão ora apresentada demonstra como as palavras ou frases podem dar materialidade a discursos. Neste caso assegurar o privilégio e a superioridade do branco.

Assim a expressão se inverte ao se referir ao branco: “a cor não é nada, nem mesmo a vejo, só reconheço uma coisa, a pureza da minha consciência e a brancura da minha alma” (FANON, 2008, p. 163). Tais ações e discursos atendem aos interesses de grupos tidos como dominantes, uma vez que não geram movimentos de mudança, ao contrário, contribuem para que as coisas se mantenham como estão.

No Brasil, o branco além de se entender como superior aos demais, conforme afirma Schucman (2012), tende a enaltecer a cultura e o pensamento europeu, do qual não faz parte inteiramente. Isto porque a miscigenação do povo brasileiro não nos permite afirmar que haja aqui alguém que não tenha qualquer vínculo genético ou cultural com o povo africano.

Para Teixeira (2015), portanto, a escravidão e o colonialismo são elementos fundamentais para se analisar como se dão as relações raciais no Brasil. De acordo com a autora, isso se dá em virtude de que foi a partir deles que se deu início a distinção entre os povos em nosso país. Considero importante mencionar diante do exposto que “o problema da cor” no Brasil aparece no período após a abolição da escravidão, quando passou a existir a necessidade de inserção dos negros na sociedade. Conforme afirma Sansone (2003) até então o *status* do escravo importava mais do que a sua aparência física. É a partir da abolição, portanto, que a cor da pele passa a ser determinante para a classificação racial no Brasil, período no qual os estudos biológicos que visavam atestar a inferioridade do negro foram também desenvolvidos em nosso país.

Era, portanto, necessária a criação de uma nova “raça” brasileira, na qual “os traços africanos tinham que ser eliminados da vida das ruas e do mercado. As cidades brasileiras tinham que parecer europeias”, afirma Sansone (2003, p. 95).

Se, por um lado, a mestiçagem era vista como degeneração racial, de outro era apontada como possibilidade de regeneração, uma vez que auxiliava no processo de embranquecimento da população e enfraquecia o argumento da existência de racismo no Brasil. Como poderia existir preconceito racial em um país no qual as pessoas possuem até mesmo dificuldade de se classificarem racialmente, tamanha a sua miscigenação? Amplamente utilizada pelo discurso racial brasileiro, esta ideia visa enfraquecer os argumentos daqueles que defendem que o Brasil sofre, historicamente, com práticas sociais que materializaram a inferioridade dos negros. Nas palavras de Carneiro (2011, p. 64) “temos sido ensinados a usar a miscigenação ou a mestiçagem como carta de alforria do estigma da negritude”. Ter qualquer característica física que possa fazer com

que o negro se autodeclare ou seja declarado pardo ou branco, segundo a autora faz com que seja promovido socialmente. “E o acordo tácito é que todos façam de conta que acreditam”, diz Carneiro (2011, p. 64).

Desta maneira, tem-se que o racismo no Brasil é, via de regra, sutilmente manifestado. Conforme afirma Nascimento (1978), o mito da democracia racial fez com que, cada vez mais se buscasse maneiras sutis de manifestar o racismo na sociedade brasileira. Sabemos que no Brasil não houve modelos legais de segregação, porém, indiretamente ela sempre existiu em nosso país. No entanto, nos últimos anos temos acompanhado formas menos sutis de manifestações racistas no país. Ainda assim, na maioria dos casos, os autores dessas manifestações não se identificam. Buscam se esconder por detrás de perfis falsos em redes sociais, ou ainda deixam mensagens anônimas em ambientes públicos. Diante disso é possível perceber que, ainda que as formas de discriminação tenham se alterado no país, não é possível dizer que estas são, agora, totalmente explícitas e que não se pode mais falar que o preconceito no país é velado, pois em grande medida, é de maneira sutil que ele continua se manifestando em nossos ambientes. Em nossa conversa, Claudia relatou um fato que demonstra como o racismo se manifesta sutilmente e é percebido apenas por “quem tem olhos para ver”, ou seja, por quem está atento à suas manifestações:

Mas agora, voltando a falar... hoje em dia, eu vejo, aqui em Quatro Pontes... igual... esses dias... lá na loja mesmo... não vou citar nomes... mas tinha umas clientes conversando... alemoas... aí chegou uma negra... ela não é daqui, acho que veio morar há pouco tempo pra cá. Mas as mulheres, elas pararam de conversar... sabe, foi uma cena... eu me senti mal... sabe quando você se sente mal? (CLAUDIA, 22 anos, Vendedora, Negra, grifos meus).

Temos, portanto, o chamado racismo à brasileira, no qual não houve segregação oficial ou leis que impediam que sujeitos negros adentrassem determinados espaços. Porém, em termos simbólicos, temos lugares bem demarcados em nossa sociedade.

Destarte, Gonzalez (1982, p. 54) afirma que “[...] é justamente por aí, por essa articulação entre o mito e a ideologia, que se deve entender o caráter disfarçado do racismo à brasileira”. Neste sentido, Nascimento (1978) classifica a ideia de democracia racial brasileira como um processo muito semelhante ao *apartheid* na África do Sul. Nas palavras do autor: “[...] o *apartheid* é uma política que é separada, mas, igual à “democracia racial” no Brasil. Separadas na geografia e nos respectivos métodos, porém iguais em seus efeitos funestos” (NASCIMENTO, 1978, p. 87).

No entanto, há momentos em que o racismo é explicitado, senão vejamos:

eu lembro que um senhorzinho um dia falou assim, pra mim: “ah, o prefeito não precisa gastar em bombril com você, aqui na prefeitura, no município”, eu falei, o senhor acha? “sim, é só tirar um pouco do seu cabelo!” sabe? Aí eu falei pra ele: o senhor sabia que isso é racismo? Aí ele falou: “vai querer dizer que vai me processar agora? Que mania de preto”, ele falou “quer tirar dinheiro dos outros?” “quer tirar meu dinheiro?” eu falei: dinheiro não, mas o senhor pode pegar até cadeia por isso! Aí ele ficou, assim, meio sem graça e foi embora (LURDES, funcionária pública, grupo negro, grifos meus).

Nesta fala de Lurdes é possível identificar as condições de produção a partir das quais o discurso se sustenta. Há um evidente jogo de saber, poder e resistência, no qual o sujeito que profere a ofensa se percebe como detentor do poder, tendo em vista estar falando a uma mulher negra – atravessada, portanto, por duas situações de opressão: ser mulher e ser negra – em um município fortemente marcado etnicamente. O discurso é permeado por recursos de imagens formadas a partir das falas dos sujeitos. Tem-se, a partir de tais imagens, o sujeito construído como superior que se vê em condições de agredir verbalmente àquela que considera inferior. A partir da ideia de uma relação de poder que é fluida e que transita entre aqueles que o detêm, há a figura da pessoa que foi agredida, mas que se posiciona e lembra que há legislação que trata o racismo como crime. Esta postura fica subentendida quando Lurdes lembra ao sujeito que a agride que pode processá-lo, ou seja, mesmo não tendo total identificação racial (ela se classifica “quase branca”, como visto), ela sabe que possui direitos que a protegem em situações como essas.

É importante destacar ainda que nesta manifestação explícita de racismo são reforçados estereótipos amplamente disseminados acerca do negro na sociedade brasileira. O primeiro está relacionado ao cabelo que, comparado a esponja de aço reforça a imagem do “cabelo ruim” que tanto acompanha negros e negras no decorrer da vida. Também pude apreender que a pessoa que teve a atitude racista não demonstrou qualquer pudor ao abordar a funcionária da prefeitura nesses termos. Novamente é possível identificar que, travestida de piada, a ideia de superioridade é manifestada através dessa prática. Ao falar de manifestações explícitas de racismo que tem se manifestado na sociedade brasileira com maior intensidade nos últimos anos, Ianni (2004b, p. 23) afirma que “a raça, a racialização e o racismo são produzidos na dinâmica das relações sociais, compreendendo as suas implicações políticas, econômicas, culturais”. Logo, à medida em que cresce a representatividade negra, crescem também as reações a ela. É possível apreender, portanto, que à medida em que os sujeitos negros deixam as margens do município e passam a frequentar o centro, seja

para atividades de consumo, cultura ou laborais, como neste caso, sua presença passa a incomodar. Desta maneira, as reações são também verificadas.

Como visto, esta construção do ser negro está presente em toda a sociedade brasileira. No entanto, nos estados do sul do país, algumas particularidades apontam diferenças substanciais em relação ao restante do país.

4.3 A Construção do Pensamento étnico-racial no Sul do Brasil

Ao tratarmos da questão do negro, e das relações étnico-raciais é necessário que façamos um recorte no que tange a região sul do Brasil. Apesar de o discurso hegemônico garantir a sobrevivência da imagem do “sul dos imigrantes” (COSTA, 2001) sabe-se que a presença negra não foi irrelevante para a região, no decorrer da história do país. Neste sentido, é hora de analisarmos de maneira honesta e coerente certos “esquecimentos” e silêncios a respeito da questão racial na referida região.

Inicialmente, há uma questão importante a ser resolvida, uma vez que a construção histórica da região se deu a partir da negação do “outro”, afirma Costa (2001). Isto porque está introjetada a ideia da insignificância ou inexistência do negro, intimamente vinculada à ideologia do embranquecimento, conforme afirma Nascimento (2018). Neste sentido, a região sul do país é vista como composta de população unicamente branca e de descendentes europeus. Ser um pedaço da Europa no Brasil é um discurso que orgulha grande parte dos moradores da região.

Temos, desta forma, uma região formada majoritariamente de imigrantes. De um lado os negros, que fizeram parte do maior processo de imigração forçada da história e, de outro, os europeus e demais grupos, que foram incentivados a vir ao país através de diferentes medidas e, acima de tudo, que puderam escolher estar aqui. Ter em mente esta realidade e a maneira como se dá a construção histórica e discursiva da região é, portanto, fundamental para compreender também a forma como a sociedade se organiza hoje neste espaço.

Destarte, faz-se necessário compreender que a presença negra, desde o período escravocrata até os nossos dias não é irrelevante, apesar de modelos de produção e organização diferenciados daqueles que são identificados nas demais regiões do país.

No Rio Grande do Sul, por exemplo – diferentemente do que ocorreu na região Nordeste e Centro-Oeste – a presença de escravos negros se deu a partir do início do século XVIII e se acentuou ao final deste mesmo século (OLIVEN, 1996). Conforme salientam Vargas e Moreira (2018, p. 149-150) “foi após o ano de 1808 que o tráfico atlântico se intensificou, atingindo uma média de 1300 cativos por ano – quase três vezes maior que no período de 1790 a 1808”. De acordo com o que afirma Maestri (2002), em meados de 1874 a então província do Rio Grande do Sul era considerada a terceira província brasileira em termos de números de escravizados.

A historiografia, de maneira geral, no entanto não apresenta o referido estado como tendo sido também escravocrata. Assumpção (2015, p. 50) afirma que no Rio Grande do Sul “criou-se o mito da democracia pastoril com uma vida livre e sem opressão, baseada na mão de obra livre, na qual o “gaúcho” trabalhava pelo prazer e pelos laços de amizade que o ligava ao seu estancieiro”. Outros sociólogos brasileiros, como Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, também falam da região sul do Brasil como livre das atrocidades do regime escravista, afirma Assumpção (2015). No entanto, salienta o autor, “as estâncias nunca foram um exemplo de liberdade [...] muito antes pelo contrário, a servidão e a coerção sempre estiveram presentes dentro desses estabelecimentos” (ASSUMPÇÃO, 2015, p. 50).

Muito embora a mão-de-obra de escravizados fosse utilizada nos diversos setores econômicos, inclusive nas áreas urbanas (VARGAS e MOREIRA, 2018), era nas charqueadas e nas zonas pecuárias próximas delas que a presença de escravizados negros mais se acentuava (OLIVEN, 1996; VARGAS e MOREIRA, 2018). Nestes locais, inclusive, o tratamento dispensado aos trabalhadores era caracterizado pela extrema desumanidade, afirma Oliven (1996). A falta de dados acerca do trabalho de cativos na região – assim como ocorre nos demais estados do sul – dificulta sobremaneira a análise de como as atividades foram desenvolvidas. No entanto, conforme salientam Vargas e Moreira (2018, p. 150-151) “os inventários *post mortem* ainda são as melhores fontes para termos acesso ao perfil dos escravos que trabalhavam nesses locais”. Alguns dados disponíveis, portanto, dão conta de que

As maiores escravarias ficavam entre 150 e 180 cativos, mas poucos charqueadores as atingiam. Dos mais de setenta inventários encontrados, podemos perceber que a média das escravarias tendeu a diminuir ao longo do tempo. Nos anos 1840, por exemplo, essa média era de 65 escravos. Na década de 1850, chegava a 51 cativos. E, já entre 1881 e 1885, a média apresentada foi de 42 escravos – a menor de todo o período (VARGAS e MOREIRA, 2018, p. 151).

Os negros também formaram cerca de um terço do exército na Revolução Farroupilha. No entanto, as narrativas que envolvem tal questão dão conta de que na referida região houve uma presença quase inexpressiva de escravos negros, em virtude do seu modelo econômico e que as relações entre estes e seus senhores eram mais democráticas e igualitárias, afirma Leite (1996).

Diante disto, Oliven (1996, p. 26), salienta que “[...] a historiografia gaúcha tradicional, apesar de reconhecer a existência generalizada do escravo no Estado, insistiu na sua pouca importância no processo de trabalho”. Entendo que tais argumentos objetivam justificar a invisibilidade da história e das contribuições dos negros nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, sobre a qual há pouco material disponível, sendo, portanto, uma lacuna importante a ser preenchida no ambiente acadêmico.

Em se falando do estado de Santa Catarina, este é também constantemente citado como tendo, historicamente, um percentual baixo de população negra, afirma Leite (1996). Para a autora

Este quadro assegurou para Santa Catarina, no cenário nacional, a imagem não apenas de um “Estado branco”, mas de “uma Europa incrustada no Brasil”, de “superioridade racial”, de “desenvolvimento e progresso”. A estas imagens soma-se, também, uma de particular importância, que é a de Santa Catarina como o “locus” de concretização do projeto imigrantista implantado desde meados do século XIX, visando principalmente o “branqueamento” do país (LEITE, 1996, p. 38).

Assim como na historiografia do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, na representação histórica do estado do Paraná, também a presença negra é invisibilizada e silenciada. “A identidade regional do Paraná se constituiu a partir de narrativas históricas que, produzidas desde século XIX, tenderam a obscurecer – se não a negar – a relevância e a importância da presença de africanos e seus descendentes na população local”, afirma Mendonça (2015, p. 01). Se de um lado, portanto, a presença negra é silenciada, de outro a presença europeia é destacada

Desde meados do século XIX, quando a porção meridional de São Paulo – a sua 5ª Comarca – foi emancipada constituindo a província do Paraná, a importância da presença europeia na formação da população local vem sendo ressaltada, primeiramente como parte de um projeto de povoamento, ocupação e “civilização” da região. Àquele tempo, autoridades públicas provinciais consideravam que a introdução de imigrantes seria a solução para o preenchimento do que consideravam fossem “vazios demográficos”, vistos como empecilho dos mais importantes para o desenvolvimento da província (MENDONÇA, 2015, p. 5-6).

A partir desta perspectiva, importantes intelectuais que se dedicavam à história regional, buscavam demonstrar que no Paraná, diferente dos demais estados da

federação, não havia ocorrido o encontro entre indígenas, portugueses e negros, mas apenas entre imigrantes de origem europeia. Ou seja, a presença negra e indígena era silenciada, salienta Mendonça (2015). Na obra *O Brasil Diferente* Wilson Martins, intelectual que se destacou no estado em virtude de sua atuação acadêmica, ambicionou escrever sobre o Paraná assim como Gilberto Freyre havia feito, referindo-se ao país. Para ele a formação étnica do estado estava vinculada apenas aos europeus não portugueses.

Para Wilson Martins dois dos “elementos perturbadores” que compunham a historiografia do restante do país não estavam presentes na história do Paraná. Conforme afirma Oliveira (2005, p. 217)

Martins assinala dois (absolutamente centrais na história do Brasil) que, na história e na formação social do povo paranaense, não teriam sido sociologicamente “ponderáveis”: o português e o negro (em suas palavras, “ausência do português e a inexistência da escravatura”).

Neste sentido, para Martins, o contexto de formação histórica dos estados do Sul do Brasil, estariam totalmente desvinculados do restante do país, tendo em vista que, para ele, esta região teria sido colonizada apenas pelos imigrantes europeus (MENDONÇA, 2015; OLIVEIRA, 2005). Conforme afirma Oliveira (2005, p. 217), “Martins pretendia compreender os processos de aculturação dos elementos europeus não-portugueses em terras do Sul”.

Desta maneira, constrói-se “a mitologia de um estado “branco”, fruto da colonização europeia, sem elementos negros ou portugueses”, afirma Oliveira (2005, p. 218). Assim sendo, é possível perceber que a presença negra nos estados do Sul e, especificamente no estado do Paraná, é silenciada. Neste sentido, para Oliveira (2018, p. 108) “havia – e ainda há – uma ação deliberada de invisibilização da população negra na história oficial do estado”. Esta maneira de contar a história do Paraná esconde uma intencionalidade, vinculada à ideia de embranquecimento do país e, por consequência, do Estado. Diante disso, Oliveira (2018, p. 113-114) afirma que “tal posicionamento é estratégico para a política de embranquecimento do estado já que opera para promover o apagamento de fatos e personalidades negras importantes e é ideológico no sentido que utilizamos, pois atua para estabelecer diferentes espaços de poder”.

Entretanto, conforme afirma Gutierrez (2006), há registro da presença negra no estado do Paraná desde de 1648, data que coincide com a fundação de Paranaguá (GUTIERREZ, 2006). Ademais é importante considerar que mesmo após a proibição do tráfico de escravizados no Brasil, o estado continuou a recebe-los, ainda que de maneira

ilegal. Paranaguá, conforme afirma Oliveira (2018) era a principal porta de entrada de negras e negros escravizados no estado, ainda que não fosse a única.

Este fato, afirma Oliveira (2005) fez com que a obra de Wilson Martins sofresse diversas críticas, uma vez que nela o estado do Paraná era descrito como se tivesse sido formado apenas por imigrantes europeus. Foi, portanto, omitido o fato de que até 1888 tratava-se de uma sociedade escravocrata e que em 1955 a população preta e parda, no estado, representava cerca 35% do total (OLIVEIRA, 2005). O silenciamento acerca da presença negra no Paraná não se limitou à obra de Martins, mas faz parte da historiografia do estado

Martins não teria sido o único a defender tal tese, que secundarizava a importância da cultura africana, inclusive dos cultos afro-brasileiros na formação social do Paraná. Também Wachowicz (1988) incorreria no mesmo erro. Tanto em Martins quanto em Wachowicz, enquanto que aos imigrantes europeus é dado importante destaque, a escravidão e a presença do negro são secundarizadas, quando não omitidas (OLIVEIRA, 2005, p. 220).

Apesar das críticas quanto ao silenciamento, a presença negra no estado é pouco enfatizada em sua historiografia. É importante notar que, conforme afirma Ianni (1966, p. 04) “os mitos dominantes de uma sociedade são sempre os mitos convenientes à preservação da estrutura presente de interesses [sic] materiais e conveniências sociais”.

Em uma referência à existência de escravizados, o *site* da prefeitura de Curitiba traz a seguinte informação:

[...] Mas, apesar dos poucos documentos existentes, a escravatura existiu no Paraná, ao longo dos ciclos econômicos e na construção de obras gigantescas como, por exemplo, a Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba, entre 1880-85, ligando o Litoral ao Primeiro Planalto e com a engenharia dos irmãos Antônio e André Rebouças, ambos mulatos (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA – Imigração *apud* MENDONÇA, 2015, p. 12-13).

Diante do exposto, Mendonça (2015) afirma que o texto apresenta falhas no que diz respeito à presença negra no Paraná, entre as quais a minimização ou silenciamento acerca da importância desses trabalhadores para o desenvolvimento do estado. Neste contexto, a autora afirma:

A despeito de uma vasta produção acadêmica ter apresentado a importância da escravidão para a História do Paraná, nos textos de ampla divulgação e no senso comum ainda prevalece a ideia que a escravidão é irrelevante na história da cidade – e do Estado - e que a imigração europeia é o aspecto definidor da especificidade local (MENDONÇA, 2015, p. 13).

Apesar de, em virtude de diversos fatores, não haver números conclusivos acerca da escravização negra no estado do Paraná, esta não parece ter sido irrelevante como, via de regra faz parecer a nossa historiografia. Isto porque, conforme afirma Duarte (2015), foram identificadas no estado oitenta e seis comunidades de afrodescendentes,

dentre as quais trinta e seis são consideradas comunidades remanescentes de quilombos. No entanto, Crestani (2016, p. 54) afirma que a colonização do estado "[...] tinha como meta solucionar o problema do Brasil no que tange ao desenvolvimento e à negritude da nação, incentivando a colonização da região Sul do país por imigrantes europeus".

No entanto, assim como ocorreu na Revolução Farroupilha, a Guerra do Contestado também teve importante presença de lideranças negras, afirma Machado (2004). Para o autor a referida guerra foi um “movimento rebelde [que] identificou, desde o início, a marginalização crescente dos caboclos e “gente de cor”, ao passo que cresciam os privilégios e estímulos à europeização do território” (MACHADO, 2004, p. 34-35).

É importante salientar, desta maneira, que a invisibilidade dos negros no Sul não faz com que tal população não seja vista, mas vista como inexistente, afirma Leite (1996), ou seja, tida como pouco importante para o desenvolvimento da região e, portanto, seria desnecessário olhar para ela a fim de contar a história do estado. Está aí, portanto, uma das principais formas do racismo que aqui se manifesta: através do relativo silenciamento acerca dos negros e negras na história oficial do estado. É possível perceber que as histórias destes sujeitos pouco – ou nada – contracenam com as histórias dos colonizadores pioneiros, afirma Bao (2017). Isto se dá tendo em vista que, como visto anteriormente, a ideia de origem é muito persistente na região, determinando as presenças “agradáveis” ou não. Desta forma, criou-se mecanismos para “justificar a negação do outro, do sem origem, que implicava em evitar a sua vinda e, se estivesse presente, caracterizá-lo como intruso, inconveniente e não adequado, que mereceria um tratamento especial”, afirma Gregory (2008, p. 154).

Desta maneira, através de tais discursos, continua vigente e fortalecida em nosso país a ideia da branquitude como norma à qual os demais devem se ajustar. Conforme afirma Oliveira (2017, p. 51) “o grupo racial branco continua ocupando um lugar de referência e a branquitude tratada como algo dado, natural e que raramente é problematizada”. No entanto, pretendo trazer aqui que o ideal de branquitude como norma é também, assim como a ideia da negritude inferiorizada, uma construção socio-discursiva que deve ser posta em debate.

4.4 Faz diferença ser branco no Brasil?

Como dito anteriormente, ser branco no Brasil – historicamente – significa representar a dita normalidade, no que diz respeito à questão racial, o que fez com que no decorrer dos séculos os estudos acerca da temática abordavam apenas a questão do negro. Para Schucman (2012) foi este olhar detido para os sujeitos negros no decorrer da história, que fez com que o branco se tornasse a referência de normalidade. Na maioria das vezes tais estudos eram conduzidos por pesquisadores brancos, que tinham o negro como tema de pesquisa, ou seja, o negro, via de regra, não falava por si. Foi o que Ramos (1995) chamou de negro-tema. Nas palavras do autor:

Há o tema do negro e há a vida do negro. Como tema, o negro tem sido, entre nós, objeto de escalpelação perpetrada por literatos e pelos chamados “antropólogos” e “sociólogos”. Como vida ou realidade efetiva, o negro vem assumindo o seu destino, vem se fazendo a si próprio, segundo lhe têm permitido as condições particulares da sociedade brasileira. Mas uma coisa é o negro tema; outra coisa é o negro vida (RAMOS, 1995, p.215).

Os sujeitos que compõem o grupo classificado como branco, portanto, por terem a sua raça considerada como o ideal a ser alcançado, ou a norma a ser seguida, olham para o outro a partir de cima e, neste olhar, posicionam o outro – racializado – como algo a ser estudado, analisado. Diante disso, Oliveira (2017) salienta que a construção da identidade branca seguiu no mesmo movimento da construção da categoria negro, no entanto, a partir de uma estratégia de dominação. Para Sovik (2009, p. 18) “a supervalorização do branco é um fenômeno mundial, com particular vigência em lugares que foram colonizados por europeus que implantaram a escravidão”. A partir disso é possível verificar que a questão vai além das análises de como cada pessoa se comporta individualmente, é a estrutura racial que deve ser posta em questionamento.

Diante disso, é preciso analisar como a questão racial foi, historicamente, abordada no Brasil, tendo em vista que pensar a branquitude em nosso país não é como pensá-la em outros pontos do mundo. Existem peculiaridades importantes que marcam o que significa ser branco e desfrutar dos privilégios que este fator proporciona no contexto brasileiro.

No Brasil, conforme afirma Bento (2006), três gerações de pesquisadores se propuseram a estudar a questão racial. Na primeira, que tem como principal nome Gilberto Freyre, a ideia de harmonia racial é defendida e a escravidão é apresentada como um processo suave, ameno. Nesta visão os então escravizados eram apontados

como sujeitos dóceis e passivos (BENTO, 2006). A segunda geração de estudiosos olha para as relações raciais brasileiras e admite que existe um problema aí. No entanto, para explicar essa desigualdade aponta que “os negros estariam em desvantagem pelo fato de terem sido escravos, o que os deixou despreparados para agirem como trabalhadores livres e ingressarem na indústria nascente após o fim do escravismo” (BENTO, 2006, p. 69-70). Assim, a culpabilização do negro pelo seu posicionamento na sociedade é reforçada. Além do mais, em nenhum momento estes autores se propuseram a falar sobre como o fato de terem levado à cabo um movimento tão perverso teria influenciado a personalidade dos sujeitos brancos. Uma vez que, conforme salienta a autora, acreditava-se neste momento que o escravismo teria deformado apenas a personalidade do negro.

A terceira geração, momento em que pode-se identificar – além de pesquisadores brancos – que cientistas negros passam a pesquisar a temática, aponta que “[...] a situação de desigualdade do povo negro deve-se à discriminação racial no cotidiano e não exclusivamente ao fato de o negro ter sido escravo e o branco escravizador” (BENTO, 2006, p. 70). A partir disso, portanto, a questão da branquitude passa a ser posta em análise.

É importante salientar, portanto, que falar sobre a branquitude não é apontar para os sujeitos de maneira individual, conforme afirma Schucman (2012, p. 23) “pensar o poder da identidade racial branca [...] também tem o intuito de retirar o olhar que aponta o racismo para cada sujeito em particular e recoloca-lo para o entendimento de estruturas de poder sociais com particularidades de cada sociedade em questão”. É fundamental, portanto olhar para as questões raciais de maneira estrutural e não individual, uma vez que é a forma como tais relações foram socialmente construídas que nos traz à realidade que hoje conhecemos acerca do tema. Precisamos, portanto, abordar como a estrutura social faz com que estes se beneficiem da brancura. Para Schucman (2012, p. 27)

não necessariamente os sujeitos brancos se sentem superiores aos não brancos, trata-se de uma crítica direcionada à significação da branquitude como lugar racial de superioridade. Assim, os brancos obtêm privilégios simbólicos em razão dessa pertença, mesmo que seja involuntariamente.

Como visto, a temática das relações raciais não era tida, inicialmente, como algo que afetasse diretamente os brancos. Para Munanga (2017), no Brasil, houve silêncio durante anos acerca da branquitude e suas vantagens, enquanto os discursos sobre a negritude e a identidade negra eram construídos. Neste sentido Cardoso (2008, p. 173)

aponta que “as teorias produzidas sobre o racismo não questionam o impacto do preconceito racial e do racismo para o grupo classificado como branco e, por sua vez, acabam por não indagar também os privilégios e poder que o branco possui”. Destarte, para Sovik (2009, p. 38) “a exclusão racial no Brasil fala em duas vozes: uma, no privado, sobre o valor da branquitude e outra, pronunciada em alto e bom som, sobre a noção de que cor e raça são de importância relativa já que a população é mestiça”.

É a partir disso que se tecem as relações raciais no Brasil: silenciamento acerca do privilégio branco e, no mesmo movimento, silenciamento acerca do racismo que afetam negros e negras em nossa sociedade. Ficamos com a relativização da questão, dada a partir da ideia de democracia racial. Os estudos que colocam o branco em pauta, no contexto das relações raciais são intensificados no Brasil, portanto, apenas a partir dos anos 2000, muito embora já estivessem sendo realizados em países como os Estados Unidos, por exemplo, desde o início do século XX (CARDOSO, 2008; SCHUCMAN, 2012; MOREIRA, 2014).

Os brancos, conforme afirma Schucman (2014, p. 14), “intencionalmente ou não, têm um papel importante na manutenção e legitimação das desigualdades raciais”. No entanto, existe um evidente silenciamento a respeito dos sujeitos brancos, principalmente no sentido de considera-los, também como racializados. Este silêncio faz com que a pessoa branca “seja vista e tratada como modelo de humanidade já que apenas os não brancos são racializados” (OLIVEIRA, 2017, p. 52). A partir da mesma concepção Dyer (1997, p. 1, tradução minha) afirma que

O direito ao poder é o direito a falar por toda a humanidade. Pessoas racializadas não podem fazê-lo – podem apenas falar pela sua raça. Mas pessoas não racializadas podem fazê-lo, porque elas não representam o interesse de uma raça. Atribuir aos brancos uma raça é deslocar-nos da posição de poder, com todas suas desigualdades, opressão, privilégios e sofrimentos; desloca-los / deslocar-nos é cortar pela raiz a autoridade com a qual eles falam e agem/nós falamos e agimos no mundo e sobre ele.

É necessário, porém, como afirma Frankenberg (2004), que um cuidado seja tomado nos estudos acerca da racialidade branca, no sentido de não voltarmos a centralizá-la, mantendo o *status* de norma. Isto porque, apesar de não ser racialmente marcado – por ser considerado o grupo ideal – os sujeitos brancos são também racializados. Por este motivo é fundamental um engajamento crítico nos estudos acerca do tema, salienta a autora.

No entanto, a necessidade de olhar para os brancos não está vinculada a serem estes minoria racial ou étnica, mas é preciso partir da concepção de que o estudo da

identidade branca é também pertinente ao estudo da formação racial, salienta Frankenberg (2004, p. 327). O sujeito branco, portanto, pode talvez não ter consciência de sua racialidade, mas é inevitável que ele se beneficie dos privilégios de ser branco em uma sociedade hierarquizada como a que vivemos. Diante disso, afirma Schucman (2012, p. 103), tomando como referência o trabalho de France Winddance Twine, “[...] para que haja uma real desconstrução do racismo nas identidades raciais brancas é preciso que os sujeitos brancos se percebam racializados”.

É preciso compreender, portanto, conforme diz Frankenberg (2004, p. 327), que a identidade racial branca “existe, tem alguma coisa a ver com a raça e está particularmente ligada ao privilégio racial”. Desta maneira, posicionar os sujeitos brancos também como “objetos de estudo” é uma forma de demonstrar a eles o quanto a sua posição racial os possibilita atuar nos mais variados espaços sociais de maneira diferente dos demais grupos raciais.

Não há, porém, como falar de identidade racial branca sem a consciência de que a construção social da branquitude não se deu a partir de um olhar para si, mas a partir de um olhar para o outro. Também é necessário salientar que, neste estudo, não busco pensar a partir de uma possível eliminação das diferenças ou das identidades raciais sejam elas brancas ou negras. O que pretendo é colocar em pauta a questão, a fim de que a hierarquização étnico-racial possa ser debatida, com vistas – embora pareça utópico – à sua supressão. Isto porque, falar de relações raciais nos leva, conforme salienta Frankenberg (2004), a um ponto que é fundamental para a compreensão dos seus efeitos sociais, pois falamos de algo irreal – a raça em sentido estrito, biológico não existe – mas com efeitos sumamente reais.

É preciso compreender também que o privilégio da branquitude se manifesta a partir de falas, de ações e também através dos silenciamentos, do não dito, assim como muitos discursos disseminados em nossa sociedade. Sovik (2009) aponta a necessidade de análise da articulação silenciosa da hegemonia branca. Para a autora é fundamental que se questione:

Como o valor da branquitude se impõe em discursos que aparentemente não falam de identidades raciais ou valorizam identidades negras? Sinais aparecem em discursos banais, do senso comum, que reafirmam o privilégio branco inercialmente, falando do afeto que une desiguais (SOVIK, 2009, p. 40).

Desta maneira, para Schucman (2012) falar sobre branquitude nos dá a possibilidade de preencher uma lacuna existente nos estudos sobre relações raciais que

por muito tempo ajudou a naturalizar a ideia de que quem tem raça é apenas o negro. No mesmo sentido Cardoso (2008, p. 30) afirma que “geralmente ocorre a redução da temática racial ao “problema do negro”, ou seja, não se pensa o branco enquanto tema de pesquisa”.

Outro fator relevante no estudo da branquitude é a possibilidade de colocar este “ideal a ser alcançado” em xeque e propor uma reflexão acerca dele. Isto por que, como afirma Carneiro (2005, p. 29) “a sustentabilidade do ideário racista depende de sua capacidade de naturalizar a sua concepção sobre o outro”. Assim, colocar em questão esta naturalização pode mexer com a estrutura posta. A partir desta concepção teço as minhas reflexões acerca da branquitude com um questionamento: por que, para muitas pessoas, ser ou parecer branco é visto como fator de distinção? Destarte, entendo que compreender como se deu o processo de construção social da branquitude permite que cheguemos, se não à resposta para a questão, pelo menos próximo a ela.

Sei que definir o que é ser branco no Brasil, assim como o que é ser negro, não é tarefa simples, uma vez que a nossa construção racial é fluida e, por vezes, gera conflitos, principalmente quando se leva em consideração o colorismo. No entanto, é preciso destacar que a construção do ser branco e os posteriores privilégios da branquitude fazem parte de um construto ideológico, desenvolvido a partir do projeto de colonização europeu, afirma Schucman (2012). O que temos hoje, portanto, é resultado deste projeto, a partir do qual se deu a hierarquização racial. Logo, quando se fala em branquitude, é preciso explicitar que se trata de um lugar de vantagem estrutural em sociedades nas quais há dominação racial e que, apesar de os brancos ocuparem este lugar de vantagem, esta não possui significados intrínsecos, mas socialmente construídos, afirma Frankenberg (2004). Para Schucman (2012, p. 26)

a maioria dos brancos tem vantagens tanto com a opressão racial quanto com o racismo, pois são os mecanismos racistas que fazem com que a população branca tenha vantagem no preenchimento das posições da estrutura de classes que comportam privilégios materiais e simbólicos mais desejados. Além disso, os brancos têm privilégios menos concretos, mas que são fundamentais no que se refere ao sentimento e à constituição da identidade dos indivíduos, tais como honra, *status*, dignidade e direito à autodeterminação.

A partir desta abordagem da construção social e discursiva da branquitude vemos o branco – que não vê sua identidade racial marcada – olhando para o outro, aqui falarei especificamente do negro, este sim racializado e inferior e, a partir deste olhar, o sujeito branco constrói o seu lugar e a sua imagem. Neste contexto, Seyferth (2002, p. 26) afirma que “a discussão sobre o lugar do homem na natureza, uma vez racializada,

passou a ser uma discussão sobre a humanidade dos outros, aqueles que as tipologias não incluíam no tronco caucasóide (branco)”. Destarte, o branco não foi apenas historicamente favorecido na estrutura racializada do Brasil, mas é também produtor ativo dessa estrutura, afirma Schucman (2014). Diante deste contexto, Bento (2002, p. 30) afirma que

É flagrante observar que alguns estudos das primeiras décadas do século XX focalizaram o branco, não para compreender seu papel nas relações entre negros e brancos, mas para garantir sua isenção no processo de escravização da parcela negra da população brasileira.

A branquitude, portanto, começa a ser ideologicamente construída a partir do processo de colonização do chamado Novo Mundo, quando a utilização dos negros na condição de escravos passou a direcionar o pensamento dos brancos para uma posição de superioridade (SCHUCMAN, 2012). Trago para este trabalho, portanto, novamente a figura de Arthur Gobineau, autor de diversos estudos que auxiliaram na efetivação das teorias do chamado racismo científico e que foram utilizadas no Brasil. Para ele, conforme afirma Cardoso (2008) a raça ideal é a branca e, no mesmo sentido, teria no outro extremo a negra, sendo esta a mais inferiorizada. Dentre os representantes da raça branca, no entanto, Gobineau apresenta os germânicos e nórdicos como o branco ideal, uma vez que eram “descendentes da “raça dos deuses” e, por conseguinte, o ideal de ser humano” (CARDOSO, 2008, p. 38). Esta ideia de raças superiores e inferiores vigorou de maneira efetiva em todo o mundo, sendo postas em xeque apenas após a derrota da Alemanha na Segunda Guerra Mundial, diz Cardoso (2008).

Assim, afirma Schucman (2012), é possível perceber que as identidades brancas e não brancas foram sendo criadas e recriadas significadas e ressignificadas no decorrer do tempo. Há, portanto, nesta construção, múltiplos discursos a partir dos quais o branco é tido, ora como a raça superior, ora como não racializado, no entanto, sempre ocupando o espaço de poder e privilégio e é este, em minha concepção, o ponto fundamental de análise no que diz respeito à identidade branca. Isto porque “a identidade racial branca recria-se ao longo do tempo, incorpora novas ações e mantém inquestionados seu poder e prestígio durante as gerações ao se revestir como invisível”, afirma Cardoso (2008, p. 183).

Diante disso, não surpreende saber que os estudos acerca da branquitude não foram propostos – inicialmente – por pesquisadores brancos. A pauta surge a partir da percepção dos privilégios dos brancos, pelos sujeitos negros. Desta maneira, os precursores dos estudos acerca do tema, tanto no Brasil, quanto fora dele, são

pesquisadores negros, entre os quais cito W. E. B. Du Bois nos Estados Unidos e Alberto Guerreiro Ramos e Maria Aparecida da Silva Bento no Brasil (SCHUCMAN, 2012; CARDOSO, 2008). Neste sentido, afirma Cardoso (2008, p. 85-86): “se, por um lado, Guerreiro Ramos foi pioneiro em propor o branco enquanto tema, por outro, Maria Aparecida da Silva Bento foi pioneira ao defender a primeira tese de doutorado acerca desse assunto”. Foi, portanto, a partir dos anos 2000 que o tema ganhou maior notoriedade na academia brasileira, conforme salienta Cardoso (2008), especialmente a partir da tese defendida por Maria Aparecida da Silva Bento, em 2002.

Para grande parte dos brancos, por sua vez, esta constatação de que eram também racializados e que deveriam, assim como os demais, discutir a sua identidade e os privilégios dela advindos foi um choque, tendo em vista que a questão não era posta em pauta, pois a branquitude era a norma. Piza (2002, p. 61-62) apresenta uma metáfora que, em meu entendimento explicita o que tenho dito, ela diz:

Talvez uma metáfora possa resumir o que comecei a perceber: bater contra uma porta de vidro aparentemente inexistente é um impacto fortíssimo e, depois do susto e da dor, a surpresa de não ter percebido o contorno do vidro, a fechadura, os gonzos de metal que mantinham a porta de vidro. Isto resume, em parte, descobrir-se racializado [...] Porém, à medida que vai se buscando os sinais dessa suposta “invisibilidade”, vai-se também descobrindo os vãos da porta. Toda porta de vidro tem vãos. Nunca estão totalmente encaixadas na moldura.

É claro que esta invisibilidade racial branca foi construída socialmente e ano após ano, a nação brasileira foi sendo constituída a partir deste ideal. Os sujeitos, portanto, puderam se apropriar desta naturalização e construir suas identidades a partir desta concepção. Logo, ao se defrontarem com a ideia da racialidade branca e de como esta lhes proporcionou privilégios durante toda a vida, os sujeitos, por vezes, podem se sentir em choque e buscarem a negação, o que, via de regra, vemos acontecer nos diferentes espaços sociais.

Desta forma, a branquitude, o ideal de que ser branco, por si só, já reserva melhores condições sociais aos sujeitos, é também fruto do processo de construção social e discursiva das questões raciais. Como salienta Ramos (1995, p. 220)

para garantir a espoliação, a minoria dominante de origem europeia recorria não somente à força, à violência, mas a um sistema de pseudojustificações, de estereótipos, ou a processos de domesticação psicológica. A afirmação dogmática da excelência da brancura ou a degradação estética da cor negra era um dos suportes psicológicos da espoliação.

No mesmo sentido, Bento (2002) ao falar da construção da branquitude afirma que o simples fato de ter a pele branca garante vantagens estruturais, concretas ou

simbólicas. Tais vantagens moldam práticas de brancos e negros em nossa sociedade. Destarte, para Sovik (2004, p. 384)

O interesse em analisar a branquitude não é de traçar o perfil de um grupo populacional até então ignorado, mas de entender como, há tanto tempo, não se prestou atenção aos valores que o definem. O estudo da branquitude pode esclarecer as formas de suavizar os contornos de categorias raciais enquanto se mantém as portas fechadas para afrodescendentes.

Para falar sobre identidade branca, portanto, considero ser fundamental definir, assim como afirma Schucman (2012), o que é a branquitude e quem são os sujeitos que ocupam os seus espaços. Para ela, este é “o nó conceitual que está no bojo dos estudos contemporâneos sobre identidade racial branca (SCHUCMAN, 2014, p. 84). Para Bento (2002, p. 29) a branquitude pode ser definida como “traços da identidade racial do branco brasileiro a partir das ideias sobre branqueamento.” Neste sentido, Sovik (2004, p. 366) aponta algumas características do ser branco no Brasil, senão vejamos:

Ser branco exige pele clara, feições europeias, cabelo liso; ser branco no Brasil é uma função social e implica desempenhar um papel que carrega em si uma certa autoridade ou respeito automático, permitindo trânsito, eliminando barreiras. Ser branco não exclui ter sangue negro.

Nas pesquisas sobre o tema desenvolvidas no Brasil, o termo branquitude tem sido o mais empregado. Isto se dá em virtude da utilização deste termo na tese defendida por Maria Aparecida da Silva Bento, em 2002, afirma Cardoso (2017). Anteriormente, salienta o autor, usava-se o termo brancura, a partir das reflexões propostas por Alberto Guerreiro Ramos. Desta forma, Cardoso (2017) diz que o termo branquitude é a atualização do termo brancura. No entanto, a partir de traduções e teorizações internacionais, mais especificamente desenvolvidas nos Estados Unidos, o termo branquitude também passou a aparecer nos textos publicados no Brasil. Inicialmente tinha-se este como sinônimo de branquitude. Isto explica, por exemplo, o fato de que na citação apresentada anteriormente do texto de Liv Sovik (2004) tenha sido utilizado o termo branquitude.

Conforme afirma Cardoso (2017) foi a partir de Edith Piza, em 2005, que foi proposta a diferenciação entre branquitude e branquidade. A branquitude, portanto, está vinculada ao sujeito branco que questiona os seus privilégios raciais, enquanto branquidade diz respeito a identidade racial branca que não questiona a sua posição de privilégios na sociedade (CARDOSO, 2017). Cardoso (2008), por sua vez, propõe os conceitos de branquitude crítica e branquitude acrítica. Ele diz:

Denominarei “branquitude crítica” àquela pertencente ao indivíduo ou ao grupo de brancos que desaprova publicamente o racismo. Em contraposição a essa perspectiva, nomearei “branquitude acrítica” a identidade branca

individual ou coletiva que argumenta a favor da superioridade racial (CARDOSO, 2008, p.178).

Para Cardoso (2008) os sujeitos pertencentes ao grupo da branquitude acrítica podem sequer perceber o racismo ou se considerarem racistas – mesmo ao praticarem atos de tal natureza – uma vez que, para estes, a superioridade dos brancos é aceita e tida como inquestionável. Já os sujeitos que compõem o grupo da branquitude crítica, podem, apesar de seu posicionamento antirracista, manifestar ações racistas em seu dia-a-dia, tendo em vista a construção prática e discursiva construída no decorrer dos anos. Esta faz com que, por vezes, sujeitos engajados no combate à discriminação utilizem expressões ou tenham ações contrárias àquilo que defendem.

Destarte, é possível perceber que não importa, neste primeiro momento, o conceito a ser utilizado, uma vez que enquanto se mantêm discursos que defendem a hierarquia racial, na qual os sujeitos brancos são entendidos como superiores, mesmo que sejam antirracistas, estes continuarão se beneficiando dos privilégios do ser branco. Neste sentido Cardoso (2017) diz que tanto o branco com branquitude quanto o branco com branquidade terão benefícios sociais, em virtude de serem brancos. No entanto, um questionará este privilégio e outro não. Porém o mesmo se estende, a meu ver, aos conceitos de branquitude crítica e branquitude acrítica propostos pelo autor.

Seria, portanto, irrelevante a diferenciação entre tais grupos. Não pretendo aqui dizer que de nada adianta que os brancos ajam de maneira a assumir o seu privilégio, o que defendo é a necessidade de uma mudança discursiva que poderá levar à alteração estrutural e cultural. Esta mudança só poderá ocorrer a partir do reconhecimento do privilégio e, claro, de ações que o coloquem em pauta. É necessário, portanto, e neste ponto concordo com Cardoso (2017) um constante processo de desaprender o racismo, ou seja, desconstrução do que está posto e reconstrução a partir de um novo olhar.

Diante disso, admitir e compreender o privilégio que a branquitude confere é essencial. Conforme afirma Bento (2002, p. 28), “mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da brancura, o que não é pouca coisa”. É importante salientar, que ao falar do privilégio dos brancos não se pretende dizer que estes se sentem superiores em relação aos não brancos, mas que possuem benefícios simbólicos em virtude dessa pertença ainda que involuntariamente, conforme salienta Schucman (2012). Para a autora, cabe questionar: de que forma agem os sujeitos a fim de que os privilégios de sua branquitude sejam mantidos e perpetuados? Ou ainda: como muitos sujeitos desfrutam desses privilégios sem que sequer se deem conta disso?

Bento (2002) apresenta uma ideia que, a meu ver, poder ser considerada para responder tais questionamentos. Para a autora os grupos se unem a partir do que chama de indignação narcísica, na qual há um sentimento de indignação com a violação dos direitos. No entanto, essa apenas se manifesta quando afeta o grupo de pertencimento dos sujeitos. Tem-se assim uma revolta seletiva, na qual os problemas dos outros não nos afetam, apenas tomamos conhecimento e nos manifestamos quando as questões se vinculam aos nossos grupos. Os chamados grupos minoritários, por outro lado, por vezes também compram a ideia da superioridade branca e são posicionados e se posicionam em uma percepção de inferioridade. De acordo com o que afirma Hasenbalg (1982, p. 105)

No registro que o Brasil tem de si mesmo o negro tende à condição de invisibilidade. Alguns exemplos servem para ilustrar as manifestações sintomáticas desta tendência: o lugar irrisório que a historiografia destina à experiência e contribuição do negro na formação desta sociedade; a queima dos documentos relativos ao tráfico de escravos e ao regime escravista; a retirada do quesito sobre a cor da população nos censos demográficos de 1900, 1920 e 1970, e a negação obstinada de discutir a existência de qualquer problema de índole racial.

Na obra de Hasenbalg (1982) a análise se concentra na posição ocupada por negros e negras na publicidade. Tem-se nesta análise que o negro é posicionado em lugares específicos no contexto publicitário, o que para o autor, conforma a sua identidade. No município de Quatro Pontes, não há sequer essas representações. Os sujeitos negros são totalmente invisibilizados nos diferentes espaços, tanto públicos quanto privados, assim como na publicidade. Que tipo, então, de identidade se cria a partir disso? É possível a criação de uma identidade a partir da total invisibilidade, ou ocorre a conformação à identidade hegemônica? A branquitude, portanto, tem no município o privilégio simbólico da cor da pele e da etnicidade. É preciso destacar, desta maneira, que pensar a branquitude no sul do Brasil apresenta aspectos muito peculiares, uma vez que nesta região os aspectos étnicos se sobrepõem sobremaneira à “simples” distinção brancos e negros. Há no sul – e o mesmo imaginário está presente no oeste do Paraná e, por consequência no município de Quatro Pontes – um forte discurso de superioridade étnica que compõe os discursos e as representações acerca do que se considera adequado, belo, passível de reconhecimento enquanto sujeitos e enquanto trabalhadores.

No entanto, apesar desta construção histórica e discursiva da inferioridade negra, a história brasileira é marcada pela resistência de negras e negros na busca, inicialmente, por liberdade e, após, por igualdade de direitos e de condições. Por vezes,

até mesmo tais lutas são invisibilizadas ou apresentadas com conotação negativa, no sentido de transformar atos de resistência em atos criminosos. Destarte, é preciso que cada vez mais se fale que os sujeitos negros, ao contrário das representações hegemônicas, não aceitaram o processo de escravização de maneira passiva, tampouco assim se posicionou no pós-abolição. É este o ponto que apresento a seguir.

4.5 Os movimentos de resistência negra no decorrer da história

Até aqui tenho demonstrado o quanto o cruel modelo escravagista modelou o pensamento racial do brasileiro e o quanto as teorias desenvolvidas no pós-abolição foram fundamentais para a manutenção e reprodução da ideia de inferioridade do negro nas diferentes regiões do país. As teorias raciais e a construção social das identidades negras e brancas ainda dão o tom no que diz respeito às relações entre brancos e não brancos no país. No entanto, engana-se quem considera que os negros, frente à realidade em que viviam no passado se mantinham sujeitos passivos à espera de alguém que pudesse retirá-los de tal condição. Embora silenciados em nossa historiografia, uma vez que grande parte das narrativas e teorias que tratam da negritude falam dos negros como sujeitos passivos – Bento (2006, p. 72) destaca que “a história da resistência negra, com todos os seus detalhes, ainda está para ser contada. Só muito recentemente a história oficial tem se ocupado em resgatá-la” – muitos homens e mulheres lutaram, inicialmente por liberdade e, depois, por igualdade.

Conforme afirma Ianni (2004b, p. 25) “[...] o discriminado, o segregado, o estigmatizado, definido como “estranho”, “desconhecido”, “não confiável” elabora a sua *contra-ideologia*, ideologia de protesto, indignação, reivindicação, emancipação”. É preciso, portanto, olhar também para os inúmeros atos de resistência que compuseram a história de negras e negros no Brasil.

É possível afirmar que durante todo o período da escravização de negros em nosso país, após a assinatura da Lei Áurea, e, até os dias atuais, negros e negras seguem lutando por liberdade e igualdade de direitos e de oportunidades. Neste sentido, Ribeiro (1995, p. 173) afirma

Desde a chegada do primeiro negro, até hoje, eles estão na luta para fugir da inferioridade que lhes foi imposta originalmente, e que é mantida através de

toda a sorte de opressões, dificultando extremamente sua integração na condição de trabalhadores comuns, iguais aos outros, ou de cidadãos com os mesmos direitos.

Moura (1992, p. 34), por sua vez destaca que “o negro transformou [...] todos os padrões de suas culturas em uma cultura de resistência social”. Logo, no decorrer da história de nosso país, foram muitas as formas de resistência negra em busca de liberdade e igualdade. Neste sentido, afirma Barros (2014, p. 183), “[...] nada, ou muito pouco, seria possível se o próprio africano ou afrodescendente escravo não tivesse se feito ator principal de sua própria história de luta pela liberdade”. No entanto, o que hoje é visto como a luta dos negros por melhores condições foi, historicamente, apontado de maneira negativa. Gonzalez (1982, p. 18) apresenta alguns exemplos destes movimentos de resistência que ocorreram na vigência do regime escravocrata:

[...] os quilombos, enquanto formações sociais alternativas, o movimento revolucionário dos malês, as irmandades (tipo N.S. do Rosário e S. Benedito dos Homens Pretos), as sociedades de ajuda (como a Sociedade dos Desvalidos de Salvador), o candomblé, a participação em movimentos populares etc., constituíram-se em diferentes respostas ao regime escravista.

Neste sentido, Nascimento (1978, p. 59) afirma que “as insurreições negras se espalharam por todo o território do país desde o começo da colonização, e permaneceram até às vésperas da Abolição em 1888”. Dentre os movimentos de resistência ocorridos durante a vigência do regime escravocrata, tem-se os quilombos, apresentados por Moura (1992) como movimentos de mudança social que forçaram desgastes significativos ao sistema escravista, influenciando poderosamente para a sua crise e posterior substituição pelo trabalho livre.

Data de 1575 a primeira formação identificada inicialmente como mocambo e após como quilombo – que é a nomenclatura que hoje conhecemos. Este primeiro mocambo foi formado na Bahia, afirma Gomes (2018). No entanto, apenas em 1740 o termo quilombo foi formalizado e passou a fazer parte da legislação da colônia, sendo assim conceituado: “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (GOMES, 2018, p. 367-368).

É preciso salientar que “a quilombagem é um movimento emancipacionista que antecede, em muito, o movimento liberal abolicionista” nos diz Moura (1992, p. 22). Foi, portanto, segundo este autor, um dos módulos de resistência mais representativos, quer pela quantidade, quer por sua continuidade histórica. É importante destacar, neste sentido, que os quilombos são parte integrante do movimento da quilombagem, definido

por Moura (1992, p. 23) como sendo “[...] uma constelação de movimentos de protesto do escravo, tendo como centro organizacional o quilombo, do qual partiam ou para ele convergiam e se aliavam as demais formas de rebeldia”. Os movimentos de quilombagem, no entanto, foram discursivamente construídos no Brasil, a partir da ideia de que os quilombos eram locais de abrigo de bandidos e pessoas não aceitas na sociedade. Foram, portanto, movimentos não compreendidos como resistência, mas vistos de maneira pejorativa. Em virtude desta deturpação, Moura (1992, p. 32) afirma, sobre os quilombos:

[...] até hoje estudado como um elemento secundário, esporádico ou mesmo irrelevante durante a escravidão –, à medida que os cientistas sociais avançam nas suas pesquisas, demonstra ter sido um elemento dos mais importantes no desgaste permanente, quer social, econômico e militar, no processo de substituir-se o trabalho escravo pelo assalariado.

No entanto, ainda em nossos dias é possível perceber a luta de comunidades quilombolas por direitos e pela posse de suas terras. Esta luta é inclusive pelo direito de existir enquanto cidadãos brasileiros. De acordo com o que foi publicado na página oficial do governo brasileiro, a partir do ano de 2020 as comunidades quilombolas – até então mantidas à margem – passarão a constar no Censo Demográfico realizado a cada dez anos pelo IBGE (GOVERNO DO BRASIL, 2018). Ou seja, até há pouco tempo os moradores de comunidades quilombolas eram tidos como inexistentes em nosso país. Isso demonstra o quanto temos ainda que avançar no sentido de garantir dignidade a todos os brasileiros.

Outras ações de resistência ocorreram ao longo da história, muitas delas de maneira sutil, nos locais em que os escravizados se encontravam, quando, por exemplo, conversavam entre si em um idioma que os senhores não conseguiam compreender. Conforme afirma Barros (2014, p. 79), “[...] tratava-se de um “idioma de mediação” que estava a ser utilizado pelos escravos da região de Vila Rica por volta de 1730, e que era baseado principalmente em um combinado linguístico dos falares dos *ewes* (*minas-jejes*) e *fons*”. Esta prática de resistência forçou a elaboração do Vocabulário Geral da Língua Mina, em 1741. De acordo com Barros (2014, p. 79) “a prática dos escravos mineiros de se comunicarem através deste idioma de mediação, aliás, mostra uma estratégia de resistência que procurava deixar os senhores e brancos aventureiros à parte de suas interações verbais”.

Além das línguas de mediação criaram-se também, como forma de resistência, culturas de mediação. Tais culturas são chamadas por Barros (2014) de culturas da

diáspora ou culturas transatlânticas, tendo em vista terem sido desenvolvidas pelos escravizados a partir da necessidade de união em torno de algo comum. Os nagôs, conforme salienta o autor, são um exemplo de tal cultura de mediação. Por vezes, afirma Barros (2014), até a inadaptação de muitos escravizados pode ser vista como uma forma de resistência.

Pereira (2012) também aponta para a importância dos movimentos sutis de resistência, que conforme afirma Certeau (2000), podem ser tidas como as microrresistências cotidianas a partir das quais os sujeitos, ainda que de maneira velada, subvertem o formalmente estabelecido. Para o autor

As possibilidades de resistência negra no Brasil iam além das figuras tidas como ícones nesse processo. Se de um lado, portanto, temos a figura de Zumbi, de outro se apresentam formas mais sutis de resistência como “[...] a busca pela alforria, a construção de uma vida familiar, a possibilidade de cultivar uma roça alimentar complementar, a autonomia religiosa e a prática de festas próprias, entre outras” (PEREIRA, 2012, p. 34).

Ao perceberem, no entanto, a capacidade de resistência de negros e negras em nosso país, muitas vezes estes foram usados como massa de manobra, auxiliando em lutas e revoluções – inclusive pela independência do Brasil – que, no entanto, não possibilitaram a sua liberdade. Isto porque, como dito anteriormente, o regime escravocrata era muito lucrativo e, portanto, os interesses econômicos se sobressaíam. Não quero dizer aqui que os negros eram ingênuos e usados passivamente, ao contrário, sua força era usada, por vezes, em virtude de sua ânsia por liberdade. Muitos, ao perceberem que determinadas ações não fariam com que alcançassem a sua liberdade, fugiam para os quilombos a fim de reforçarem esta forma de organização.

No contexto político, de igual maneira a resistência negra foi contundente.

Nas lutas pela expulsão dos holandeses, nas lutas pela Independência e a sua consolidação, na Revolução Farroupilha, nos movimentos radicais da plebe rebelde, como a Cabanagem, no Pará, no Movimento Cabano, em Alagoas, ele esteve presente. Também na Inconfidência Mineira, na Inconfidência Baiana, para lembrarmos mais alguns, a sua presença é incontestável como elemento majoritário ou como participante menor. Após o fim da escravidão e do Império, o negro se incorporará aos movimentos da plebe, como em Canudos, na comunidade do Beato Lourenço, e, mais destacadamente, na revolta de João Cândido (MOURA, 1992, p. 39-40).

Os movimentos de resistência, portanto, não findaram após o término formal do período escravagista. Como afirma Moura (1992, p. 38) “após a escravidão, os grupos negros que se organizaram como específicos, na sociedade de capitalismo dependente que a substituiu, também aproveitaram os valores culturais afro-brasileiros como instrumentos de resistência.” Após a abolição da escravatura no Brasil, em 13 de maio

de 1888, houve, conforme afirma Moura (1992) um período de celebração entre os negros, que acreditavam terem sido verdadeiramente libertos pela Princesa Isabel e que teriam, a partir de então, melhores condições de vida. No entanto, não demorou para que se percebesse quão ilusória era esta perspectiva. A partir de então, vários foram os movimentos de resistência negra criados visando igualdade de acesso e direitos.

Em termos de movimentos negros organizados no pós- abolição, Gonzáles (1982) cita a Frente Negra Brasileira (FNB) como “o primeiro grande movimento ideológico pós-abolição” (GONZÁLES, 1982, p. 22) que perdurou entre os anos de 1931 e 1938. A FNB, conforme afirma Cardoso (2008) teve papel relevante no que diz respeito à luta da comunidade negra para sua integração como cidadãos no Brasil. No entanto, o autor salienta que estes desvinculavam a população negra brasileira do contexto da diáspora africana. Isto porque, para muitos, a cultura negra era considerada atrasada e, desta forma, a integração viria à medida em que os negros pudessem ser inseridos ao sistema já estabelecido pelos brancos. Desta maneira a FNB “[...] se opôs ao racismo com a intenção de integrar a sociedade brasileira, sem reivindicar a sua diferença (racial) ou o seu espaço próprio, tentando desligar a sua atuação de qualquer estereótipo oriundo da história do tráfico africano transatlântico” (CARDOSO, 2008, p. 68).

No contexto da informação e cultura, o jornal O Clarim da Alvorada – que teve a sua primeira edição publicada em 1924 (FRANCISCO, 2017) passou a ser tido como o mais importante órgão da imprensa negra. Além dele, no entanto, jornais como o Progresso e A Voz da Raça manifestavam também, de maneira explícita, as questões políticas envolvendo a população negra, afirma Francisco (2017).

Além dos veículos de comunicação impressos, o Teatro Experimental do Negro (TEN) era expoente desta intensa agitação intelectual e política, afirma Gonzáles (1982), que se afirmava enquanto movimento de resistência negra em nosso país. Fundado em 1944 e tendo como principais nomes Abdias do Nascimento e Alberto Guerreiro Ramos o TEN tinha por objetivo tornar negros e negras protagonistas no teatro nacional, o que até então não acontecia. De acordo com palavras de seu fundador, a ideia da criação do TEN se deu quando, estando em Lima, assistiu a uma peça de teatro na qual todos os atores eram brancos, inclusive aqueles que interpretavam personagens negros. Ele assim se questionou: “Por que um branco brochado de negro? Pela inexistência de um intérprete dessa raça?” (NASCIMENTO, 2004, p. 209) e, a partir de tal questionamento, fez a sua proposição, a qual traduziu com as seguintes

palavras: “no meu regresso ao Brasil, criaria um organismo teatral aberto ao protagonismo do negro, onde ele ascendesse da condição adjetiva e folclórica para a de sujeito e herói das histórias que representasse” (NASCIMENTO, 2004, p. 210).

O TEN é, desta forma, até hoje reconhecido como um dos mais importantes movimentos de resistência negra do país, ainda que seja necessário reconhecer que atualmente negras e negros continuam lutando por espaços na mídia e nas artes.

Também as escolas de samba, em seu início, estavam investidas desta postura de resistência, como aponta Gonzalez (1982, p. 27) “[...] sua produção não deixava de expressar a resposta crítica da comunidade negra em face dos dominadores”.

Os debates acerca de questões raciais no ambiente universitário também se apresentam como forma de resistência negra. Neste sentido Gonzalez (1982) aponta, por exemplo, que em 1975 aconteceu a primeira Semana de Estudos Sobre o Negro na Formação Social Brasileira, na Universidade Federal Fluminense, organizada pelo Grupo de Trabalho André Rebouças. É possível perceber, portanto, que nas mais diversas frentes a resistência de negras e negros se manifestou na busca por igualdade de oportunidades e direitos.

Outro grupo importante para a resistência negra no Brasil foi o chamado Movimento Negro Unificado (MNU), inicialmente denominado Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial. O MNU surge, em 1978, durante o processo de luta pela redemocratização do país e “simboliza o marco do movimento negro contemporâneo”, afirma Cardoso (2008, p. 72). Diferente do pensamento estabelecido pela FNB, o Movimento Negro Unificado buscou entender a identidade negra a partir da ideia de tomada de consciência e de sua valorização, confrontando o mito da democracia racial (CARDOSO, 2008). Apesar de sua diversidade, o MNU foi fundamental para o início da formação de uma consciência racial no país.

Na região sul do país esses atos de resistência também ocorreram, uma vez que, mesmo apagados na história original, os negros tiveram participação decisiva na Revolução Farroupilha. Neste sentido, afirma Moura (1992, p. 51-52), “todos os depoimentos da época afirmam que o negro foi um aliado dos mais importantes da República de Piratini”. Conforme salienta Moura (1992) os estados do Sul não receberam a mesma quantidade de escravos de outros estados do país. No entanto, conforme diz o autor este número é maior do que aquele que nos faz supor a história dita oficial. No período da Revolução Farroupilha os escravizados da região foram

alforriados, assim como eram considerados também livres todos os negros e negras que chegassem à região (MOURA, 1992).

A Revolução Farroupilha, diferente de outras revoltas ocorridas no Brasil, com participação direta dos negros, tinha uma visão antiescravagista, afirma Moura (1992). No entanto, após dez anos, ainda que em seu tratado de rendição os farroupilhas estabelecessem uma cláusula, segundo a qual “deveriam ser livres, e como tais reconhecidos, os cativos que serviram na revolução” (MOURA, 1992, p. 53), o Império voltou a estabelecer o regime escravista em toda a extensão do país, inclusive nos estados do Sul.

Ressalto também que, apesar de ser um estado com percentual de população negra menor do que os outros estados, o Rio Grande do Sul tem se destacado historicamente no que diz respeito à busca pela igualdade de direitos. Foi de lá, por exemplo, que surgiu através do Grupo Palmares a ideia de ter o dia vinte de novembro como marco para se pensar as relações raciais no Brasil. Conforme palavras de Gonzalez (1982, p. 31) foi daí que surgiu “[...] o alerta geral do Grupo Palmares, do Rio Grande do Sul, para o deslocamento das comemorações do treze de maio para o vinte de novembro”. A autora afirma também que após a deliberação acerca do assunto pelo então nascente Movimento Negro Unificado (MNU)

[...] o 20 de novembro transformou-se num ato político de afirmação da história do povo negro, justamente naquilo em que ele demonstrou sua capacidade de organização e de proposta de uma sociedade alternativa; na verdade, Palmares foi o autêntico berço da nacionalidade brasileira, ao se constituir como efetiva democracia racial e Zumbi, o símbolo vivo da luta contra todas as formas de exploração (GONZALEZ, 1982, p. 57).

Desta maneira, no dia 04 de novembro de 1978 o MNU divulgou uma carta denominada “Manifesto Nacional do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, A Zumbi” na qual legitima o dia 20 de novembro como sendo o Dia Nacional da Consciência Negra. No entanto, este dia não ficou restrito ao MNU ou ao Grupo Palmares, mas “tornou-se um discurso consensual entre as diversas organizações negras que ressurgiram, ou surgiram no período da redemocratização brasileira” (CARDOSO, 2008, p. 74).

Aproximando ainda mais o olhar, vemos políticas públicas que visam a igualdade racial, criadas a partir da luta incansável dos movimentos sociais. Como exemplo de tais políticas, temos o Grupo de Trabalho para Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação – ligado ao Ministério do Trabalho – criado em 1996, no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso (governo no

qual, pela primeira vez, o Estado admite que a democracia racial é um mito e a existência de racismo no país); a criação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, em 2003; a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, em 2010, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva; bem como a aprovação do sistema de cotas raciais, no ano de 2011 e a Lei 12.990 que destina um percentual das vagas de concursos públicos para pretos e pardos, quando o país estava sob o comando da presidenta Dilma Rousseff.

Trazendo este debate para mais perto, foi possível identificar, também no município de Quatro Pontes, manifestações, por vezes silenciosas, de resistência negra. A segunda mulher negra a ocupar um cargo eletivo na história do município, assim falou de parte de sua trajetória:

eu tive que lutar muito na questão política, porque é muito difícil você convencer a... as pessoas numa cidade que tem preconceito, sim, não adianta a gente falar que não tem, porque tem! É um preconceito bem discreto, mas existe! Então pra você provar, não! Pra você mostrar pra eles que você é uma pessoa igual qualquer outra, que você tem capacidade, que você pode, né! E... e consegui, né! Eu consegui me eleger muito bem! [...] cheguei, assim, a ser presidente da câmara, o que daí foi um... na verdade, marcou a história de Quatro Pontes, né! As vezes as pessoas da comunidade não têm muita consciência disso... eu digo a nossa comunidade, né! A nossa comunidade negra, até regional, talvez não deram assim, a importância que eu acho que foi uma conquista muito grande... fui a segunda mulher da história, e ainda mulher negra, né! (RITA, funcionária pública, grupo negro, grifos meus).

Aí tinha uns jogos, eu jogava bola... aí eu tava indo pra Foz, uma conhecida minha de Nova Santa Rosa... a gente conversando, aí... naquele tempo era o Orkut, né? aí ela falou bem assim pra mim: “meu Deus, um nego de Quatro Pontes me adicionou!” eu olhei pra ela... falei não... não entendi o comentário... desculpa, não entendi teu comentário... “meu, um nego de Quatro Pontes me adicionou!” Ah, eu não aceitei... eu falei: ah, você é preconceituosa? Você é racista? “Sim! Eu não gosto de nego!” Falei, não desculpa... mas porque você é minha amiga? Não to entendendo... Aí ela falou assim: “ah, mas você não é negra, você é morena...”. aí eu falei assim: não, calma...não, eu sou negra! [...] Aí eu falei, a partir de agora... eu queria ser sua amiga, mas agora eu não quero... vamos cortar nossa relação... Já que você não gosta de negro, não tem porque nós sermos amigas, né? Essa foi uma situação que marcou bem... Esse ainda era conhecido meu, era amigo meu, sabe? Uma pessoa boa... Eu falei pra ela: mas você chegou a conhecer ele? Você tem um conceito da pessoa, você nem sabe como a pessoa é! Sabe... porque é negro não presta, é bandido? Ainda hoje em dia quando eu vejo ela, me vem isso na cabeça, sabe? Me vem aquela cena.. igual eu falei, eu tinha uns quinze anos... me vem aquela cena, daquele comentário ridículo dela, desnecessário... (CLAUDIA, 22 anos, Vendedora, Negra, grifos meus).

[...] Um dia ela [a senhora de quem cuida] me disse assim... eu “tava” cozinhando e aí sempre pra filha dela, ela elogiava a minha comida, mas pra mim, ela reclamava. Daí foi indo, foi indo, foi indo, naquele dia, tantas situações acontecendo, acontecendo e de repente ela começou a gritar comigo: “Ah sua nega, porque você não cozinha direito!”... eu simplesmente desliguei o fogo, né, olhei pra ela... eu “tava” a ponto de explodir. Daí eu parei e falei assim: “olha, se você me chamar de nega mais uma vez, eu vou embora!” Aí ela viu que eu “tava” brava, porque quando eu fico brava, eu

choro, né... Daí ela viu que eu “tava” brava, daí ela falou pra mim: “então tá bom, a partir de hoje eu vou gostar de você por você ser preta, então” (Larissa, cuidadora de idosos, grupo negro, grifos meus).

Nos fragmentos ora apresentados, é possível perceber manifestações explícitas de microrresistências cotidianas (CERTEAU, 2000). Na fala de Rita destaco a importância de uma mulher negra ser eleita para um cargo público – vereadora – e, posteriormente, assumir a presidência da casa de leis. Ela manifesta ainda que angariar os votos não foi tarefa fácil e explícita que isto se deu em virtude do preconceito existente no município. No entanto, em outro trecho de sua entrevista, ela me disse que ter se casado com alguém de família influente no município fez diferença para que a sua eleição fosse possível. Ela me falou: “Eu casei com uma pessoa que tinha esse sobrenome, que... eu não vou negar que isso ajudou! Se chegasse, na época aqui [me falou seu nome de solteira], eu acho que teria bem mais dificuldade do que a [sobrenome de casada], né?”. Desta forma, é possível perceber que a ocupação de lugares de destaque, por negros, no referido município, ainda está condicionada ao pertencimento às chamadas famílias tradicionais.

Outro fator que Rita destaca em sua fala é que por vezes a própria comunidade negra do município e região não se dá conta do quão importante é o fato de uma mulher negra chegar a ocupar cargos de poder nesta localidade. Isto, em meu entendimento, está também vinculado ao fato de que para muitos a identificação com a raça negra não é relevante, sendo inclusive negada algumas vezes. Como visto anteriormente, a construção do pensamento racial brasileiro nos leva a tal realidade, na qual o ideal da branquidão acaba se tornando mais relevante do que o fortalecimento da identidade negra.

O fragmento discursivo que destaquei do relato de Cláudia, por sua vez, explicita também como se manifesta o racismo, desta vez de maneira explícita, mas também é possível identificar aspectos importantes de resistência. Cláudia, desde o início de sua entrevista, fez questão de dizer que se classifica racialmente como negra e que, apesar de ainda manter o alisamento do cabelo – como visto anteriormente – se orgulha de fazer parte de tal grupo social. Ao se deparar com uma manifestação de racismo ela se posicionou e se colocou como integrante do grupo com o qual se identifica. É preciso salientar que a entrevistada destaca que o fato ocorreu quando a rede social mais utilizada era o “Orkut” e, tendo ela hoje vinte e dois anos de idade, estava naquele período na adolescência. Sabe-se que nesta fase da vida, por vezes há maior dificuldade de posicionamento em relação a temas como esse. No entanto a forma

como ela se manifestou diante do ocorrido demonstra como se dão as microrresistências cotidianas (CERTEAU, 2000).

Cabe destacar deste fragmento discursivo que, ao ser questionada acerca de seu posicionamento racista a pessoa com quem Claudia conversava afirmou que realmente não gostava de pessoas negras. Diante disso buscou amenizar a situação dizendo que, na verdade, Claudia era morena e não negra. Este recurso discursivo, como visto, é muito comum no contexto das relações raciais no Brasil (SANSONE, 1996) e fez com que a enunciadora imediatamente se posicionasse dizendo ser negra. Me chamou a atenção que, conforme exposto em fragmento discursivo anterior, Claudia dizia sofrer muito e até brigar com sua mãe, em virtude de seu pertencimento racial e de suas características físicas. No entanto, ao se deparar com tal situação, teve forças para se posicionar de maneira contrária, o que, em meu entendimento, sedimentou e fortaleceu o seu posicionamento diante de seu pertencimento racial. Neste momento, pode-se perceber o deslocamento do poder (FOUCAULT, 1979) que passou da pessoa que se manifestou de maneira racista, para Claudia, a partir de uma manifestação de resistência frente ao estabelecido.

Larissa também demonstrou sua resistência ao não mais tolerar comentários racistas da senhora de quem toma conta. Conforme pode ser visto no fragmento discursivo destacado, ela se posicionou a respeito, fazendo com que as relações com a patroa ficassem mais amenas, como ela me relatou na sequência: “Eu me imponho! Muitos hoje aqui me respeitam porque eu me impus.”. Desta forma é importante destacar que as microrresistência, embora pareçam atitudes banais, para aqueles que não as percebem como formas de escapar ao que é socialmente estabelecido (CERTEAU, 2000), são fundamentais para que se possa pensar na possibilidade de mudança social.

Outro exemplo que considero importante destacar, foi relatado a mim por Lurdes. Ela, através deste relato, demonstra que, apesar das pressões sociais, busca construir a sua vida a partir daquilo que acredita. Para ela a estabilidade no emprego – Lurdes é funcionária pública e atualmente trabalha como zeladora na escola municipal de Quatro Pontes – alcançada através de aprovação em concurso público é uma grande vitória. Ela acredita que se não tivesse chegado a este posto de trabalho, estaria trabalhando como diarista, em suas palavras: “Mas se eu não tivesse na prefeitura, eu acho que eu taria de doméstica por aí, eu acho que eu não teria outra oportunidade.” (LURDES, funcionária pública, grupo negro). Ela diz que, por vezes sente que “a outra raça” – forma como ela se referiu aos germânicos – prefere que os negros fiquem

invisibilizados, no entanto, ela salienta que isso não a afeta. Vejamos como ela expõe isso:

[...] que eu não posso... que a gente não pode tá um pouco na frente, a gente não pode, tipo... você fazer alguma coisa que alguém goste, que você é elogiada, a outra raça parece que ela fica... ela não gosta! Então a gente tem sempre ficar lá em baixo, que eles querem que a gente fique lá, né... mas eu não to nem aí sabe! Eu levo sabe! Eu to indo! Eu não to nem aí pra esse tipo de coisa! Eu não tenho medo, nem um pouco, eu vou e vou em frente, não quero nem saber! Problema de quem... então faça por merecer! (LURDES, funcionária pública, grupo negro, grifos meus).

Lurdes utilizou alguns elementos discursivos importantes para a análise que ora empreendo. Ao dizer que os negros não podem estar à frente, uma vez que “a outra raça”, ou seja, os germânicos, não gostam e que “a gente tem que sempre ficar lá em baixo”, ela demonstra, ainda que de maneira implícita, quem detêm a hegemonia e determina lugares no referido município. No entanto, assim como Claudia e Rita, vejo no posicionamento de Lurdes um deslocamento nas relações de poder, uma vez que ela afirma que apesar de os germânicos não gostarem ela continua lutando por aquilo que acredita. Ao utilizar a expressão “eu não tô nem aí” e “eu não tenho medo”, ela explicita isso. Considero fundamental aqui perceber a importância dos movimentos sutis de resistência (CERTEAU, 2000; PEREIRA, 2012), para demonstrar a fluidez das relações de poder, no contexto étnico-racial. Não foi possível, ainda, mover as estruturas, no entanto, pequenos avanços podem ser percebidos a partir de tais ações.

Formas ainda mais sutis de microrresistências foi o que pude apreender das falas de Sofia e Claudia.

[...] então eu sempre batalhei, sempre lutei... [...] quando você tem vontade de trabalhar, quando você tem vontade de viver, a vida muda... nossa a minha vida hoje é outra... não é aquele mar de maravilhas... casa boa e tal... mas é bem boa assim, eu gosto da vida que eu tenho (SOFIA, 39 anos, Zeladora, Negra, grifos meus).

Eu vejo que bastante gente se contenta com aquele pouquinho, sabe? Não procura evoluir... não procura uma coisa a mais, sabe? Não sei se falta incentivo de pai, mãe ou alguém próximo... não sei se falta isso... porque eu sempre fui muito incentivada pela minha mãe. Quando eu queria desistir ela sempre dizia: não você vai fazer! Eu não quero pra você o que eu tive... o que eu passei, já... (CLAUDIA, 22 anos, Vendedora, Negra, grifos meus).

Elas afirmam que buscaram, no decorrer de suas trajetórias, escapar ao que era socialmente imposto, ou seja, um lugar de total inferioridade. Para Sofia, chamou a minha atenção perceber que, uma melhora, ainda que pequena em sua condição de vida, é comemorada como uma grande vitória. Quando ela afirma que, apesar de não ter “casa boa” a sua vida melhorou, está subentendido que, para ela, esta é uma forma de não

aceitar as condições impostas socialmente. No entanto, é preciso salientar também que quando ela diz: “quando você tem vontade de trabalhar [...] a vida muda”, não estão sendo levadas em conta as questões estruturais que marcam o racismo no Brasil, como mencionado anteriormente. Isto porque coloca o indivíduo na condição de único responsável pelos seus resultados, quando, sabemos que as questões estruturais são também fundamentais para a demarcação dos lugares sociais.

Para Certeau (2000) as micropráticas de resistência se dão a partir das pequenas ações ou posicionamentos dos sujeitos em seu cotidiano. Desta maneira, quando Sofia e Claudia se posicionam de forma a dizer que não pretendem se conformar com o que lhes é imposto socialmente, temos explicitadas táticas de resistência, ainda que silenciosas. Através dos relatos apresentados, é possível verificar, portanto que, apesar dos visíveis processos de discriminação pelo qual passam, os negros têm demonstrado capacidade de resistência. Ou seja, não assistem passivamente ao que lhes é imposto, mas buscam formas de posicionamento na sociedade.

Esta resistência, por vezes se dá nas micropráticas desses sujeitos, essas de que fala Certeau (2000). É possível identificar, por exemplo que hoje os estudos acerca da negritude e da posição dos negros não está mais apenas nas mãos de intelectuais brancos, como ocorria anteriormente. Vejo que os negros, hoje, discutem também com propriedade as questões relativas às relações étnico-raciais e tem galgado espaços importantes.

Um exemplo disso é que o próprio surgimento da expressão negritude se deu a partir de ações promovidas em diversas partes do mundo para recuperar a identidade negra e o orgulho de pertencimento de negros e negras ao redor do mundo. A negritude, que quer dizer “a personalidade negra, a consciência negra” (MUNANGA, 2009, p. 51), tem por objetivos principais:

Buscar o desafio cultural do mundo negro (a identidade negra africana), protestar contra a ordem colonial, lutar pela emancipação de seus povos oprimidos e lançar o apelo de uma revisão das relações entre os povos para que se chegasse a uma civilização não universal como a extensão de uma regional imposta pela força – mas uma civilização do universal, encontro de todas as outras, concretas e particulares (MUNANGA, 2009, p. 52).

Portanto, apesar de uma insistente construção de negras e negros como sujeitos inferiores, estes continuam resistindo, alguns de maneira conscientes, outros não. Desta forma, como afirma Schucman (2012, p. 37)

atualmente, “ser negro” possui múltiplas conceituações e modos de identificação pelos próprios sujeitos negros, que podem reivindicar a identidade negra tanto pelo viés de uma valorização da afro-descendência,

quanto por uma produção cultural de etnicidade ligada à ideia de diáspora africana, e também politicamente através da luta antirracista (que necessariamente se articula através da categoria sociológica de raça), entre outros diversos sentidos produzidos por cada sujeito.

Torna-se, portanto, de fundamental importância que a consciência do que significa ser negro possa ser ampliada, a fim de que as ações de resistência e microrresistências também sejam aperfeiçoadas e ampliadas. É necessário que negras e negros tenham consciência do quão importante é a sua atuação para que seja possível uma nova construção das relações raciais no país. Cabe a nós, portanto, expandirmos ainda mais os debates a fim de que esta realidade possa ser um dia, largamente discutida em todos os segmentos da sociedade. Isso porque são estas construções sociais e discursivas que forjam as identidades dos sujeitos tanto individual, quanto coletivamente. Logo, para que se possa pensar em um empoderamento efetivo e em mudança social, é de fundamental importância a compreensão de como se dá a formação identitária e como fortalecer aspectos que possam conduzir a uma mudança social, também efetiva.

4.6 Os discursos e a formação das identidades individuais e coletivas dos sujeitos

Podem os discursos contribuir para a formação da identidade de um sujeito ou lugar social? Em meu entendimento, sim! Defendo isso partindo da afirmação de Alvesson e Deetz (1998, p. 250) que dizem que “a posição da “pessoa” resulta diretamente da concepção do discurso”. Desta maneira, estamos todos imersos em uma realidade prática e discursiva que nos determina enquanto sujeitos. Isto não significa dizer, no entanto, que não há possibilidade de mudança – individual ou coletiva – em relação a posicionamentos e discursos a serem reproduzidos. Porém esta mudança tende a ser gradual e por vezes difícil, tendo em vista que a maneira como a nossa sociedade está estruturada, nos dá a impressão de autonomia e consciência, ou seja, nos leva a acreditar que somos donos dos nossos próprios discursos e práticas. Esta sensação de autonomia, “[...] serviu para encobrir a subserviência e dar ao conflito uma conotação negativa”, apontam Alvesson e Deetz (1998, p. 250).

Estudos que têm a identidade como foco são realizados em áreas como a Psicologia, Sociologia, Antropologia e, mais recentemente, tomando estes por

referência, na Administração. No entanto, tendo em vista a sua interdisciplinaridade, não há um conceito que abranja a todas as possibilidades de desenvolvimentos já realizados acerca do assunto. Ciampa (2005) afirma que a formação identitária dos sujeitos está vinculada a responder ao seguinte questionamento: quem sou eu? Porém, para responder a esta pergunta é necessário que este mesmo sujeito olhe à sua volta e perceba os processos históricos pelos quais passou e as memórias que guarda de tais processos. Desta maneira, não há como desvincular os estudos acerca da identidade da compreensão do contexto social na qual esta se manifesta.

É consenso, hoje, dizer que a identidade dos sujeitos não é única, fixa ou estática, mas fragmentada e dinâmica (HALL, 2001; BAUMAN, 2005; CIAMPA, 2005). Desta forma, em uma sociedade como a nossa, na qual estamos continuamente expostos a inúmeros discursos, os sujeitos podem vir a reproduzir discursos e práticas diferentes, a depender do lugar, do momento e do contexto em que se encontram. No mesmo sentido, Ciampa (2005) afirma que os sujeitos são representações do ambiente e do momento histórico em que vivem, desta maneira a formação identitária se dá e se manifesta a partir de tais contextos. Para o autor, portanto, a produção da identidade não se dá sempre da mesma maneira, em todos os espaços, uma vez que devem ser considerados o momento histórico e a estrutura social na qual ela se revela.

No entanto, por muito tempo se acreditou que a identidade dos sujeitos não estaria vinculada às relações sociais por ele desenvolvidas. Neste sentido, Hall (2001) expõe três concepções que julga serem fundamentais para compreendermos como o conceito de identidade foi forjado ao longo do tempo. O autor afirma que o primeiro momento histórico a ser observado para a compreensão da construção do conceito de identidade é o Iluminismo. Neste período os sujeitos eram vistos como unificados e centrados, ou seja, recebiam, ao nascer, suas características e as mantinham inalteradas no decorrer de toda a vida. Assim sendo, na concepção iluminista não haveria qualquer possibilidade de mudanças na formação identitária dos sujeitos no decorrer de sua vida.

No entanto, estudos desenvolvidos posteriormente, trouxeram a noção do sujeito sociológico, que não é autônomo e autossuficiente, mas é transpassado pelas relações sociais, a partir da qual refletia-se sobre a complexidade do mundo moderno. Neste momento, passa-se a considerar que os sujeitos são compostos pelas relações sociais mantidas com outras pessoas. É, segundo salienta o autor, “uma concepção interativa da identidade e do eu” (HALL, 2001, p. 11), ou seja, entende-se que os sujeitos podem ser moldados e modificados a partir das relações sociais. Ainda assim, a identidade

continua a ser vista como fixa e imutável. Nesta concepção, portanto, o que se tem é um sujeito que pode ser adaptado à sociedade em que vive, porém, esta adaptação não comprometeria a sua formação identitária.

No entanto, a partir da chamada pós-modernidade, parte-se para a concepção de que os sujeitos não possuem uma única identidade, mas identidades – no plural – que podem ser modificadas no decorrer de sua vida. Esta definição compõe a terceira concepção de que tratou Hall (2001). Três autores são fundamentais para o desenvolvimento deste conceito, sendo eles: Stuart Hall, Zygmunt Bauman, e Antonio da Costa Ciampa. Para estes, a partir de diferentes perspectivas teóricas, a identidade é tida como fragmentada, dinâmica e mutável.

Para Ciampa (2005) a identidade está vinculada à busca dos sujeitos por emancipação e sua construção se dá a partir das relações sociais e da transformação constante, que o autor denomina metamorfose. Não há, assim, a defesa de uma abordagem essencialista ou individualista da identidade. Ao contrário, a formação da identidade é tida como um processo de produção que se dá na relação do sujeito com a sociedade em que está inserido. Por se tratar de processo, a construção da identidade não se dá de maneira estática, mas através da dinâmica social (CIAMPA, 2005). Desta forma, pensar a formação identitária consiste em pensar em transformação e fluidez (HALL, 2001; CIAMPA, 2005).

No conceito defendido por Hall (2011), a formação e transformação da identidade se dá a partir da ideia de fragmentação. Para ele um mesmo sujeito pode possuir diversas identidades, inclusive contraditórias entre si. Estas identidades são também móveis e estão atreladas à identidade cultural a que o sujeito está inserido. Neste sentido Hall (2011, p. 13) afirma que “[...] à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente”.

Bauman (2001), por sua vez, afirma que a fluidez da formação identitária se dá em virtude do que chama de modernidade líquida, ou seja, o conjunto de relações e dinâmicas sociais que diferem das relações estabelecidas pelo que o autor denomina “modernidade sólida”. Para este estudioso no mundo contemporâneo nada é estável e as relações são determinadas pela sua volatilidade. Diante disso, para Bauman (2005, p. 91) “a construção da identidade assumiu a forma de uma experimentação infundável”. No ambiente da modernidade líquida, há uma constante incerteza e falta de pontos de

referência. Sendo, portanto, o ambiente líquido, os sujeitos também o serão e manifestarão as suas identidades de acordo com as necessidades dos ambientes nos quais se encontrarem.

Assim sendo, ao falar de identidade, objetivo analisar o seu processo de produção e construção, uma vez que “[...] o “pertencimento” e a “identidade” não tem a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis” (BAUMAN, 2005, p. 17). No entanto, os sujeitos tendem a conformar a sua manifestação identitária aos padrões sociais hegemônicos, a fim de serem aceitos nos ambientes sociais que frequentam. Em um município de tradição germânica, portanto, a manifestação identitária se dá, inevitavelmente, a partir da construção social hegemônica, ou seja, está vinculada à cultura predominante, mesmo que a cultura de origem do sujeito seja outra. Isto porque, como afirma Ciampa (2005, p. 169), “é a estrutura social mais ampla que oferece os padrões de identidade”.

Desta forma, torna-se possível compreender os motivos que fazem muitos sujeitos não germânicos assumirem tal cultura como sendo também a sua. No entanto, em breves momentos, na busca – por vezes inconsciente – por emancipação, buscam escapar ao estabelecido. Porém, como afirma Ciampa (2005, p. 179) “talvez sociedades mais tradicionais, mais conservadoras, produzam identidades com aparência de não transformação”. Em meu entendimento, isso ocorre tendo em vista que por terem culturas muito enraizadas as transformações, tidas através das microrresistências demoram mais para serem percebidas, no entanto, estas acontecem cotidianamente.

No entanto, ao olhar para a identidade a partir do entendimento de que esta é fragmentada, apreendo que, assim como afirma Bauman (2005, p. 16), “as pessoas em busca de identidade se veem invariavelmente diante da tarefa intimidadora de alcançar o impossível”. Isto porque, como vimos, as identidades dos sujeitos são plurais e, por vezes, até mesmo contraditórias. Neste sentido, nos diz Bauman (2005, p. 19) “as identidades flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta”. Para o autor, é necessário um cuidado por parte dos sujeitos para que as identidades impostas pela sociedade não se sobreponham àquelas que fazem parte de nossas próprias escolhas.

Sabe-se, porém, que a globalização tem levado pessoas de diversas culturas e origens a conviverem nos mesmos espaços. Diante disso, os sujeitos buscam, inevitavelmente, fazer com que identidades tidas como hegemônicas, prevaleçam sobre as demais. Conforme salienta Hall (2001, p. 85), “o fortalecimento de identidades locais

pode ser visto na forte reação defensiva daqueles membros dos grupos étnicos dominantes que se sentem ameaçados pela presença de outras culturas”. Neste sentido, Ciampa (2005, p. 171) afirma que “esse jogo de reflexões múltiplas que estrutura as relações sociais é mantido pela atividade dos indivíduos, de tal forma que é lícito dizer-se que as identidades, em seu conjunto, refletem a estrutura social, ao mesmo tempo que reagem sobre ela”.

Ao se falar em germanidade, portanto, é preciso que isso seja levado em consideração. Está se falando de uma identidade forjada em símbolos, imagens, memórias e representações que povoam o imaginário destes que se consideram parte de tal comunidade. Para Hall (2011) as invenções das tradições, assim como mitos fundadores compõem também tal imaginário e auxiliam na formação de identidades coletivas. Desta forma, como afirma Ciampa (2005) não há possibilidade de dissociar o estudo da identidade dos sujeitos dos estudos da sociedade em que este está inserido.

Destarte, quando no Brasil, falamos de identidade negra ou identidade branca, significa dizer que coexistem outras identidades, além da dita identidade nacional, tão propagada, inclusive fora do país. Para Hall (2011, p. 13), portanto, “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia.” No entanto em sociedades multirraciais a concepção de raça é um dos elementos estruturantes (CARNEIRO, 2005) e me atrevo a dizer que esta é uma questão que se aprofunda ainda mais em sociedades fortemente marcadas pela etnicidade. Isto porque a partir da concepção que tem sido estabelecida em regiões nas quais as relações étnicas são privilegiadas – como é o caso do município em que este estudo foi desenvolvido – são amplamente difundidos também discursos de que a etnia hegemônica detém direitos sobre o território que os demais grupos não possuem.

Ao perceberem possibilidades de perda de tais direitos ou de fragmentação da cultura hegemônica, os sujeitos, por vezes, passam a tomar ações no sentido de mantê-la a qualquer custo “tentando recuperar sua pureza anterior e recobrir as unidades e certezas que são sentidas como tendo sido perdidas” (HALL, 2001, p. 87).

Eu acho que isso (a cultura alemã), não deveria de ser abandonado. A administração pública, principalmente, ela podia incentivar mais as coisas alemãs, e tem gente aqui que poderia colaborar., que tem raízes ainda bem fortes, não é? Essas pessoas de mais idade. E se elas não são incentivadas ou não dão oportunidades para desenvolver ou continuar, vai se perdendo [...] Realmente isso eu acho que deveria ser incentivado mais, não por causa do valor da língua alemã, mas o próprio sentido aqui, que a história de Quatro Pontes tem alguma coisa de relação com isso aí. É uma pena que é tão pouco que estão fazendo, eu acho pouco (João Carlos, 80 anos, comerciante aposentado, grupo germânico, grifos meus).

Muitos foram os momentos nos quais os germânicos falaram sobre o medo de se perder a sua cultura, alguns destes já mencionei anteriormente. No entanto, este fragmento discurso que ora apresento foi o mais explícito no sentido de perceber como se entende que a cidade é germânica e que, portanto, cabe ao poder público tomar ações para que tal cultura não se perca no município. O enunciador explicita que fala dessa cultura específica ao utilizar a expressão “incentivar as coisas alemãs” uma vez que para ele a história de Quatro Pontes é marcada e formada por esta cultura. Percebi, diante de tal relato a importância de se analisar as relações e formações identitárias como processo, conforme afirmam Carrieri, Perdigão e Aguiar (2014). Não há, portanto, como pensar em formação de identidade sem que as práticas dos sujeitos e seus reflexos no ambiente social sejam consideradas.

No mesmo sentido é importante destacar que para Ciampa (2005) identidade é metamorfose e é construída no decorrer da vida dos sujeitos. Desta forma, entendo que o processo de formação da identidade vincula-se fortemente com a maneira como as representações e práticas sociais são apresentadas e manifestadas pelos indivíduos. Tais práticas derivam de formações discursivas e identitárias reproduzidas em determinados espaços, no decorrer do tempo. Desta forma, torna-se fundamental compreender como práticas sociais contribuem para a formação e manutenção da identidade dos sujeitos. Para tanto, é necessário considerar tanto a perspectiva pessoal, quanto a social. Isto porque, como afirmam Souza e Carrieri (2012, p. 43) “a emergência de uma história de vida singular se dá necessariamente em interação mútua com as histórias de vida de todos aqueles com quem se entra em contato”. Logo, “para entendermos a identidade, precisamos entender o próprio processo de produção da identidade” (CIAMPA, 2005, p. 159). Não se trata, portanto, de uma identidade fixa, imutável, mas em constante processo de produção a partir da interação entre os sujeitos. Neste sentido, nas entrevistas que fiz, vi uma manifestação contrária ao culto à germanidade no município, manifestada por uma descendente de germânicos, ela assim me falou que vive:

Tentando resistir e não adotando o jeito de ser do conservadorismo germânico. Na convivência do dia a dia a gente percebe... nas conversas que estabelecem no dia a dia com as pessoas, não de origem germânica, mostrando assim que não é sempre o lado do pessoal de origem. só porque o município foi colonizado mais pela origem germânica que isso tem que ser regra aqui. A gente vê assim, a questão do município se... dos órgãos públicos querer impor essa cultura, e os outros...os ditos de outras origens, assim, já várias pessoas ao longo dos anos assim dizendo: “Por que tem que ser dessa forma?” Só porque a maioria é germânico, não quer dizer que tudo tem que ser lembrando essa questão germânica e desvalorizando não propriamente, mas desmerecendo, ignorando outras etnias que... hoje

sabemos que fazem parte aqui de Quatro Pontes uma infinidade de grupos diferentes. Não tão fortes, mas presentes também, né! Então percebo isso, assim, nas conversas que a gente estabelece ao longo dos anos com os moradores que vieram posteriormente, de outras origens (Clarice, não revelou a idade, professora, grupo germânico, grifos meus).

Desta maneira, ao falar das relações entre germânicos e negros, é preciso salientar que as identidades de alguma maneira se entrelaçam nestas relações, não apenas para os sujeitos mestiços. Assim sendo, para se falar de identidade no contexto das relações raciais – como é o caso deste estudo – deve-se pensa-la em âmbito coletivo e não individual. Logo, conforme afirmam Rampazo e Ichikawa (2013, p. 107), “falar de identidade implica, necessariamente, falar do processo de socialização”. Para Dubar (2005, p. 136):

[...] identidade nada mais é que o resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem as instituições.

Dubar (2005) defende que, para ser aceito no ambiente em que se insere o sujeito adere a uma identidade que lhe é socialmente imposta. Este processo é chamado pelo autor de atribuição, no qual os sujeitos são identificados por outros e passam a ser classificadas como membros de um grupo. Ainda de acordo com Dubar (2005), este processo se impõe temporariamente e coletivamente aos sujeitos, através da socialização. Neste sentido, Lurdes, ao ser questionada sobre a cultura germânica no município, me disse que não vê problemas em tais manifestações. Em suas palavras: “eu não me incomodo não! Eu se fosse pra mim até participar dessas aulas de alemão, eu ia! Eu não ligo, não! Mesmo as pessoas lá, vendo [algum problema por ela ser negra], eu não vejo! Ou talvez eu faça de conta que eu não vejo...” (Lurdes, funcionária pública, grupo negro, grifos meus).

A entrevistada explicita, portanto, que não se importaria em se incorporar ainda mais à cultura germânica e que estaria disposta a fazer as aulas destinadas ao aprendizado de tal cultura. No entanto, ao final de sua frase ela diz que talvez fingisse não ver as manifestações preconceituosas que pudessem ocorrer caso ela compusesse esses grupos. Ela me disse isso após explicitar atos de racismo que sofreu no município. Ou seja, por vezes, para se sentir incluído em determinados espaços os sujeitos buscam se incorporar à cultura hegemônica sem se importar com o fato de que tal atitude pudesse resultar em sofrimento para eles mesmos. Desta maneira, fica nítido que a formação da identidade não se dá apenas em nível individual, mas também coletivo. A identidade coletiva conforme apresenta Paulino-Pereira (2014, p. 59)

[...] é uma construção histórica que se dá a partir da relação dialética que ocorre em um determinado tempo/espço entre indivíduos e/ou grupos que organizam sua vida cotidiana em torno de atividades semelhantes, tendo como base um conjunto de significados compartilhados, próprios de sua cultura [...].

Os sujeitos, neste contexto, se deixam moldar pelas práticas sociais que compõem o ambiente em que se inserem, até mesmo para serem aceitos nele. Novamente aqui a questão estética aparece, uma vez que para se manter de acordo com o padrão socialmente estabelecido, muitas mulheres negras passam pelo processo que Claudia relata, de uma conversa que teve com uma cabeleireira também negra:

“Claudia, eu levantava seis horas da manhã pra fazer chapinha no meu cabelo! Eu não julgo você, porque eu também já fui assim...” e eu assim, quando mais nova, teve uma situação que assim, se falasse pra mim passa ovo no cabelo e vai no sol que alisa, eu passava, ia no sol e esperava alisar! Eu passava... eu passei muita porcaria já no meu cabelo... hoje em dia eu só vou na mesma cabeleireira, eu gosto do trabalho dela e tudo... mas naquele tempo, não... naquele tempo eu era... como eu falei... se falasse passa ovo que alisa, eu fazia isso, sabe? Aí foi, até que uma vez eu fui numa cabeleireira tal, aí eu falei assim que eu queria alisar só a franja pelo menos, né? aí ela falou: “tá... então vamos alisar a tua franja”... saía muito caro fazer todo o cabelo, fui fazer na franja... que aí eu ia ter dinheiro (Claudia, 22 anos, Vendedora, Negra, grifos meus).

É possível perceber através deste relato, que para alcançar certo prestígio social, ou pelo menos para deixar de ser o motivo das piadas, Claudia buscou diversos subterfúgios, sendo o principal deles o alisamento do cabelo. Neste sentido, tem-se que “o agente, por meio do reconhecimento, internaliza e incorpora as relações sociais e reproduz suas práticas com o intuito de acumular prestígio em um determinado campo”, dizem Rampazo e Ichikawa (2013, p.107). É inevitável, portanto, constatar que a produção de identidades hegemônicas e a manifestação de que estas compõem o que é socialmente aceito leva a marginalização das demais manifestações identitárias. A partir disso,

enunciados tais como: “gente laboriosa”, “trabalhadores que amam a terra”, “sujeitos que plantaram cidades”, “pioneiros que derrubaram matas”, “trabalhadores que plantaram progresso” ou ainda “colonos que plasmaram a civilização”, dentre outros adjetivos, são elucidativos, pois apesar da imprecisão conceitual dos termos presentes nestas retóricas, tais ideias esboçam com eloquência, identidade para sujeitos. Alocuções dessa envergadura são atribuídas a todo migrante de descendência europeia, que por extensão reconhecem-se como laboriosos, pacíficos, econômicos, obstinados, sacralizando assim, diferenças entre os sujeitos (FREITAG, 2007, p. 102).

É preciso levar em consideração, como afirma Munanga (2009), que as identidades de um grupo social podem ser construídas subjetivamente: a partir do olhar

dos membros sobre si ou através do olhar de um grupo vizinho, ou pode ser ainda definida a partir do que o autor chama de critérios objetivos, quais sejam: as características que diferenciam o grupo como fatores linguísticos e culturais, ou seja, fatores definidos por estudiosos da área. O que se pode apreender a partir das adjetivações destacadas por Freitag (2007) é que a identidade social dos grupos que compõem o município de Quatro Pontes se deu a partir de um olhar para si, do grupo hegemônico e se consolidou à medida em que os membros dos demais grupos também passaram a acreditar no discurso identitário estabelecido. Para Duarte (2015) a região Oeste do Paraná e, por consequência, o município no qual desenvolvi este estudo criaram um discurso mítico sobre si. Para a autora

Ao construírem esse discurso, ocorre uma produção de imagens e de territórios vinculados à supremacia das manifestações culturais de alguns grupos. Imagens que desautorizam qualquer outro tipo de representação desses territórios, no caso do Oeste do Paraná. Configurou-se um discurso que dá autenticidade à colonização por imigrantes europeus, e, essa capacidade de deter força para construir um discurso entendido por muitos como verdadeiro e “oficial”, constitui-se como uma forma de poder simbólico (DUARTE, 2015, p. 35).

Uma mudança neste contexto apenas poderá ocorrer se houver tomada de consciência de que há um evidente direcionamento de discursos para a manutenção da hegemonia germânica. Contudo, conforme afirma Munanga (2009), este grau de consciência pode não ser o mesmo para todos os grupos. Ou seja, não há como se esperar um mesmo nível de consciência de grupos advindos de contextos sócio-históricos e políticos distintos.

Este foi um ponto que me chamou muito a atenção durante o processo de elaboração deste estudo, o quanto há de diferença de grau de consciência dos sujeitos em relação às questões raciais, tanto no contexto nacional, quanto no contexto local. Esta falta de consciência racial pode ser explicada através da análise das condições de vida dos escravizados e seus descendentes em nosso país. Neste sentido, Munanga (2009) destaca que uma das formas de apagar a memória coletiva - e, portanto, a consciência e identidade racial - tanto dos escravizados, quanto dos colonizados era através da destruição de sua consciência histórica. Vê-se, desta maneira, que as ações empreendidas pelos escravistas não foram mero acaso. Ou seja, quando os escravizados eram “embaralhados”, como dito anteriormente, iniciava-se este processo de apagamento de sua memória histórica.

No entanto, importa destacar que nos espaços que Sansone (1996) denomina espaços negros, ou seja, aqueles em que a presença e a racialidade negra são valorizados

– são citados como exemplo pelo autor “o bloco-afro, a batucada, o terreiro de candomblé e a capoeira” (SANSONE, 1996, p. 183), as marcas deste apagamento tendem a ser menores. Para Munanga (2009) nesses lugares a tradição da oralidade, através da qual os discursos fundadores foram disseminados, fez com que a consciência histórica se mantivesse mais presente. Já nas bases populares negras houve a necessidade premente de sobrevivência e, por consequência a identificação com a discriminação racial e a opressão econômica, aponta Munanga (2009).

Nos movimentos negros, por outro lado, há consciência da perda histórica e a busca por uma África idealizada (MUNANGA, 2009), assim como há nos germânicos uma imagem idealizada da Alemanha. É possível perceber, desta maneira, o quanto a perda da consciência histórica foi prejudicial aos afrodescendentes, uma vez que fez com que perdessem, em grande medida, uma parte importante de sua identidade. Para Munanga (2009), este é o mais importante viés identitário e, por isso, foi o que mais se buscou fragilizar na sociedade escravagista e, através da reprodução de discursos, ainda mantém reflexos nos descendentes de escravizados em nossos dias.

Considero fundamental destacar também que em sociedades com perspectivas de dominação de um grupo em relação a outros pode haver manipulação da consciência identitária (MUNANGA, 2009), o que pode fazer com que os integrantes daquele local se identifiquem com o modelo dominante. Entendo que no Brasil isso ainda acontece em virtude do mito da democracia racial, uma vez que “mesmo que o mito da democracia racial esteja desmascarado, sua tese central – da mistura genética da população como base de uma convivência nacional pacífica – não foi substituída por outra que leve em conta as hierarquias raciais”, afirma Sovik (2009, p. 15). Em virtude disso, as relações raciais brasileiras acabam não sendo questionadas por grande parte da população, que se vê, ainda, vivendo no país da democracia racial.

É por isso que defendo a necessidade da mudança discursiva acerca do tema. Enquanto a ideia de democracia racial for o discurso majoritário – e, embora enfraquecido, ainda o é – não será possível uma mudança consistente em nossa estrutura racial. Não estou aqui para dizer que o processo de identificação com a cultura germânica não possa ocorrer – mesmo partindo de pessoas que não compõem tal grupo – no entanto, é preciso perceber como, desde os discursos fundadores da localidade, até os dias atuais esta identidade tem sido apontada como ideal, ou seja, não a reconhecer seria como não se reconhecer pertencente ao município. É fundamental compreender, portanto, que

os indivíduos e os grupos sociais não trazem dentro de si uma essência negra ou uma essência branca, mas essas categorias são significadas e ressignificadas sempre em relação ao contexto sócio-histórico e cultural onde esses indivíduos e grupos sociais se encontram (SCHUCMAN, 2012, p. 40-41).

Em virtude disso, muitos negros se veem como inferiores aos brancos, ou seja, assimilam a ideia de que são realmente inferiores, assim como o discurso e as práticas sociais os apresentam. Como afirma Munanga (2009, p. 37) o que confirma isso é o fato de que “em algumas culturas, o branco foi comparado a Deus e aos ancestrais”. Desta maneira, a situação de dominação e opressão vai se estabelecendo estruturalmente e “ao concordar com ela, os submissos confirmam o papel que lhes foi atribuído” (MUNANGA, 2009, p. 37). É, portanto, a formação discursiva e suas práticas que determinam a formação identitária de determinados grupos. Para Sovik (2009, p. 18)

essas identidades são delimitadas discursivamente não só pelo novo foco no negro e no problema da discriminação racial, ou pela mais antiga proposta da mestiçagem como solução de conflitos, mas pelo processo, impulsionado e naturalizado por uma inércia secular, de supervalorização do branco. É de baixo e de cima que se plasma a hierarquia social do país.

Desta forma, sendo o sistema de classificação racial socialmente determinado (SANSONE, 1996), uma mudança discursiva acerca do que é ser negro torna-se primordial, uma vez que conforme salienta Sansone (1996) o processo de identificação é dinâmico e relaciona-se com o outro. Ou seja, o sujeito olha para a sua identidade e a constrói a partir do outro. Desta maneira, quando há uma ideia de superioridade deste “outro”, a tendência é de que o sujeito queira se equiparar ou se aproximar a este considerado superior. No entanto, entendo ser de fundamental importância a necessidade de uma mudança no discurso também do negro em relação a si. Conforme afirma Munanga (2009, p. 43) é necessário abandonar a ideia de assimilação em relação ao branco e buscar a “reconquista de si e de uma dignidade autônoma. O esforço para alcançar o branco exigia total autorrejeição; negar o europeu será o prelúdio indispensável à retomada”, ou seja, é necessária a mudança dos discursos e das práticas sociais.

Desta forma, para que a identidade negra possa, definitivamente, assumir um outro lugar no imaginário dos negros e negras, qual seja, um lugar de orgulho e admiração é necessária uma reconstrução do que significa fazer parte deste grupo, especialmente no Brasil. É preciso, portanto, que os discursos que foram reproduzidos até aqui sejam modificados e que haja maior conhecimento de todos os sujeitos acerca do que foi a África antes da colonização e da cultura africana, posteriormente

modificada no Brasil, a partir de um sincretismo com a cultura e a realidade local. Para que isso seja possível, afirma Munanga (2009, p. 54)

Os historiadores negros africanos esmiúçam os grandes impérios e reinos de ontem, mostrando a África negra não como uma tábula rasa, e sim como um teatro de brilhantes culturas e civilizações, cujos atuais vestígios desmentem as teses colonialistas.

É primordial destacar ainda que, conforme aponta Schucman (2012, p. 40) “assim como todas as identidades são relacionais e contingentes, brancos e negros só existem em relação um a outro, e suas diferenças variam conforme o contexto. Desta forma, precisam ser definidas em relação a sistemas políticos, históricos e socioculturais específicos”. É preciso considerar que a formação identitária não se dá a partir do isolamento, mas das relações sociais (WOODWARD, 2000; CIAMPA, 2005). Desta maneira, onde se tem uma identidade hegemônica, torna-se comum perceber movimentos de outros grupos para se adequarem à identidade social dominante, a fim de se sentirem integrados. Neste sentido tem-se que, conforme salienta Ciampa (2005, p. 86) “só se é alguém através das relações sociais. O indivíduo isolado é uma abstração”. Logo, a identidade se concretiza na atividade social. Contudo, só há possibilidade de atividade social quando há aceitação, por parte do grupo dominante, de sujeitos pertencentes a outros grupos. Por vezes essa aceitação só se dá à medida em que este busca se parecer com o grupo hegemônico. A identidade é, portanto, uma questão social, afirma Ciampa (2005).

É notório no Brasil que, assim como afirma Rosa (2014, p. 244) “a presença de múltiplas identidades [...] é, sobretudo, um processo histórico”, que tem gerado inúmeras discussões ao longo dos anos. Ao olharmos para a forma como o pensamento racial foi construído em nosso país, é possível perceber tal articulação, isto porque o Brasil foi discursivamente construído como um ambiente livre do preconceito racial. Desta maneira, para muitos, a miscigenação do povo brasileiro demonstra a inexistência de qualquer problema de ordem racial. Outros preferem que tudo seja mantido como está, afinal, “mexer nessas coisas faz com que o racismo se exacerbe ainda mais”, frase que ouvi de diversas pessoas quando questionada sobre qual o tema do meu estudo. Alguns poucos, no entanto, entendiam a temática como necessária, uma vez que há, ainda, arestas a serem aparadas a fim de que esta questão seja paulatinamente minimizada em nosso país.

Diante de posicionamentos tão diferenciados, que permeiam a sociedade brasileira, bem como, a sociedade do município de Quatro Pontes, alguns

questionamentos e considerações podem ser importantes: o que significa ser negro em um ambiente de predominância germânica? Podem representações constituídas ao longo do tempo interferir ou até mesmo determinar o posicionamento dos sujeitos no mercado de trabalho? Há possibilidades de os sujeitos escaparem à lógica imposta? Como se dão as relações de poder, há alguma fluidez?

Como dito anteriormente, questões culturais e raciais são frutos de práticas sociais previamente estabelecidas, de movimentos articulados que fazem com que os sujeitos se insiram na sociedade a partir dos discursos que são por ela estabelecidos e reproduzam estes mesmos discursos a partir de uma falsa ideia de que são deles proprietários.

É possível identificar, portanto, que práticas sociais, materializadas a partir de discursos estabelecidos, podem alterar a maneira como compreendemos e nos posicionamos em relação à classificação racial em nosso país. Assim, “a constituição discursiva da sociedade não emana de um livre jogo de ideias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 93). Compreender a formação discursiva da sociedade brasileira, portanto, nos leva à compreensão de como as relações raciais foram também constituídas.

É a partir desta possibilidade de uma nova construção que se poderá pensar em novos posicionamentos para negras e negros em todos os ambientes, inclusive no contexto do trabalho, no qual, atualmente, ocupam ainda – em sua maioria – posições menos valorizadas. É o que irei discutir no próximo capítulo.

5 A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO RACIAL NA FORMAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL

Nos capítulos anteriores, procurei expor como as relações étnico-raciais se estabeleceram no Brasil, na região sul e no município de Quatro Pontes, e foi possível compreender como tais aspectos influenciam os posicionamentos dos sujeitos nos mais variados campos, entre os quais o ambiente de trabalho. O contexto do trabalho é fundamental para a constituição da cidadania em nossa sociedade, isto por que temos uma construção social que nos faz acreditar na ideia de que “o trabalho dignifica o homem”. Logo estar sem trabalho é, para muitos, estar também destituído de cidadania. No entanto, o contexto do trabalho reproduz também a sociedade brasileira e é, portanto, extremamente desigual.

Entendo ser o mundo do trabalho, portanto, um lugar propício para que se possa olhar para a realidade que ainda prevalece em nossa sociedade, uma vez que, como disse, trata-se de um espaço valorizado. Sabe-se, porém, que existem barreiras importantes a serem transpostas para que se tenha possibilidade de chegar a um ambiente com igualdade de oportunidades. Isto porque, como afirmam Eccel e Grisci (2011, p. 68) “o corpo próprio para o trabalho foi concebido pelo ideal de corpo masculino, disciplinado, desvinculado da reprodução, emocionalmente controlado e disponível para a produção”. Além da masculinidade, no Brasil a questão racial é também fator determinante para a constituição do mercado de trabalho, uma vez que a construção de brancos e negros como sujeitos trabalhadores no país se deu de maneira distinta. Como veremos no decorrer deste capítulo, há ainda em nosso país uma disparidade racial no que diz respeito ao acesso a determinadas ocupações no ambiente do trabalho. O objetivo, portanto, é apresentar um panorama do contexto do trabalho brasileiro, considerando os fatores raciais, voltando o olhar, a partir de tais dados, para a construção do mercado de trabalho no município de Quatro Pontes.

A partir do momento em que optei por estudar a formação do mercado de trabalho, baseado no recorte racial, fui muito questionada e muito me questioneei. Isto se deu em virtude de pensar a necessidade e até mesmo a relevância do tema, uma vez que a questão é objeto de diversos estudos, nos diferentes campos de conhecimento brasileiros há muitos anos. Apesar disso, ao olhar para a formação do mercado de

trabalho de Quatro Pontes e ao analisar dados recentes acerca da temática no Brasil, percebi que a realidade pouco mudou. Ao longo dos cento e trinta anos que sucederam a abolição da escravidão no Brasil – momento em que se entende iniciar a concepção do que hoje chamamos mercado de trabalho – a composição deste segue um padrão racialmente estabelecido, no qual os negros ocupam os níveis mais baixos.

Desta maneira, compreendi o quanto ainda é necessário abordar o assunto na academia e, em especial na Administração, área que tem uma relação especial com o tema, e que, ainda não o discute com a intensidade que este merece. Considero, portanto, que pautar esta temática é fundamental.

Como vimos anteriormente, houve um processo de construção social – através de práticas e discursos – do que é ser negro ou ser branco no Brasil, do que é ser germânico na região Sul do país e, mais especificamente, no Oeste do Paraná. Esta construção nos trouxe, em termos históricos, até a realidade que temos hoje: um mercado de trabalho segmentado, no qual brancos e negros tem lugares demarcados e, diferenciados. O negro e o branco passam a ser vistos, também no contexto do trabalho, não como indivíduos que estão – ambos – sujeitos a uma estrutura social, mas a partir de uma hierarquização, na qual um se apropria dos privilégios e outro é relegado a posições subalternas.

As pesquisas raciais, de maneira geral, conforme afirma Moura (1988), apresentam questões individuais como responsáveis pelo posicionamento dos dois grupos na sociedade e no mundo do trabalho. Desta maneira, exime-se a estrutura e até mesmo o Estado de qualquer responsabilidade. Destarte enquanto o negro, na iminência do fim do regime escravista, era tido como inadequado para o trabalho livre – ideia esta apoiada nas teorias do chamado racismo científico (AZEVEDO, 1987) – a solução apresentada e que se fortalecia, era de que para o desenvolvimento do Brasil enquanto nação, seria necessária a vinda de imigrantes europeus. Desta maneira, após a abolição, afirma Fernandes (1978, p. 19), “[...] o liberto defrontou-se com a competição do imigrante europeu, que não temia a degradação pelo confronto com o negro e absorveu, assim, as melhores oportunidades de trabalho livre e independente”.

A partir deste contexto, brancos e negros são “desenhados” como trabalhadores de maneira muito distinta e as teorias raciais apontavam para o fato de que tais distinções advinham de questões individuais que os diferenciava. No entanto, é necessário salientar que houve, neste sentido, também uma construção discursiva que influenciou e influencia as posições ocupadas por brancos e negros no mercado de

trabalho. Como afirma Munanga (2009), o negro foi construído como preguiçoso e inapto e, desta forma, não seria possível confiar a ele funções de responsabilidade ou postos de direção. Até mesmo o desenvolvimento diferenciado das regiões brasileiras foi vinculado puramente à questão racial. Conforme afirma Azevedo (1987) ao comparar o desenvolvimento de estados como Bahia e Rio Grande do Sul, por exemplo, levava-se em conta que, enquanto no primeiro havia uma grande quantidade de negros, que impediam o seu desenvolvimento, no segundo a presença de imigrantes europeus alavancava as suas possibilidades.

Deste modo o leitor é levado a pensar que a origem dos males do país localizava-se no próprio negro, na sua inferioridade racial. Além de mau trabalhador, a sua simples presença havia impedido o aparecimento de indústrias no Brasil durante todos os séculos de colonização (AZEVEDO, 1987, p. 63).

Não é novidade dizer, portanto, que o mercado de trabalho brasileiro é marcado por significativas e persistentes desigualdades. Estas se manifestam quando nos remetemos a diversas questões, no entanto, são ainda mais visíveis quando vinculadas a gênero e raça. De acordo com o que salienta Telles (2003), ao abordar a desigualdade racial, através da análise do emprego, é possível identificar a vantagem ou desvantagem de um grupo sobre outro, em determinados tipos de ocupação. Ou seja, é possível verificar, a partir disso os lugares demarcados para cada grupo no contexto do trabalho.

No entanto, em muitas organizações impera ainda o discurso da igualdade de condições para que ambos os grupos se insiram em suas estruturas. Assim, através da pressuposta homogeneidade organizacional definida pela cultura, encobrem-se práticas discriminatórias. Desta forma, Conceição (2009) aponta que a situação do negro no mercado de trabalho é preocupante, tendo em vista que, a partir de pesquisas realizadas, se pode identificar que os afrodescendentes ocupam as piores posições. É preciso, portanto, retomar novamente o contexto histórico do Brasil, a fim de que esta realidade seja compreendida.

Via de regra, é silenciada nos debates dos estudos organizacionais e da Administração como se deu a formação do pensamento racial brasileiro no que concerne à formação do seu mercado de trabalho. De acordo com Sansone (2003) a organização do mercado de trabalho no Brasil pode ser classificada em três períodos distintos, desde a abolição da escravatura em 1888 até os nossos dias. No primeiro momento, após a abolição, houve um esforço das autoridades brasileiras no sentido de embranquecer o país. Desta forma, a imigração europeia foi fortemente estimulada, direcionando mão de

obra especialmente para as regiões sul e sudeste do país. A partir da década de 1930, salienta o mesmo autor, “[...] pela primeira vez em larga escala abriram-se oportunidades para a população negra no setor formal do mercado de trabalho, sobretudo no setor público” (SANSONE, 2003, p. 42). Isto se deu em virtude do regime de governo vigente na época que restringia a imigração e favorecia a mão de obra nacional. O terceiro período se inicia após a redemocratização do país, até os dias atuais, quando ocorre um novo processo de retração nas possibilidades oferecidas aos negros.

O negro escravizado ao adentrar no Brasil, como visto, era despido de qualquer fator identitário ou cultural. No entanto, isto se deu a partir de interesses bem delimitados. Se para a inserção do negro no país havia a necessidade de apagamento de sua identidade, para a definição do seu lugar para o trabalho era essencial conhecer as suas origens. Há, portanto, um contraponto importante aí, relacionado à necessidade de otimização do trabalho escravo, a partir do qual direcionavam-se etnias específicas para trabalhar de acordo com as aptidões para determinadas atividades laborais, afirma Barros (2014). Para o autor

compreender o “outro” – não por respeito ao “outro”, e sim em vista de finalidades utilitárias – era um horizonte necessário para os administradores do trabalho colonial [...] Precisavam saber, por exemplo, quais tipos de escravos eram mais adaptáveis ao trabalho na agricultura, ao trabalho nas minas, aos serviços domésticos, e assim por diante (BARROS, 2014, p. 78-79).

Esta identificação, no entanto, não era assim tão simples, tendo em vista que, como destacado no capítulo anterior, os escravizados eram “embaralhados” antes de sua vinda ao Brasil, a fim de que se minimizasse as possibilidades de comunicação. Assim, fez-se necessária outra forma de classificação, que ocorreu a partir dos locais de embarque. Em texto escrito em meados de 1711, posteriormente confiscado e publicado apenas em 1967 se lia:

E porque comumente são de nações diversas, e huns mais boçaes que outros, e de figuras muito diferentes, se há de fazer repartição com reparo e escolha, e não às cegas. Os que vem para o Brasil são Ardas, Minas, Congos, de S. Thomé, d’Angola, de Cabo Verde, e alguns de Moçambique, que vem nas naos da Índia. Os Ardas e os Minas são robustos. Os de Cabo Verde e S. Thomé são mais fracos. Os d’Angola, criados em Loanda são mais capazes de aprender officios mechanicos que os das outras partes já nomeados. Entre os Congos há alguns bastantemente industriosos e bons não só por o serviço da canna, mas para os officios e para o menos da casa (ANTONIL, 1967, apud, BARROS, 2014, p. 82).

É preciso destacar, desta forma que, diferente do discurso muitas vezes propalado em nosso país de que a mão-de-obra dos negros escravizados se referia a um

trabalho com pouca especialização e conhecimento, conforme salienta Moura (1992, p. 19) “o escravo era o trabalhador fundamental de uma economia que exigia uma técnica muito complexa, pois não era apenas uma economia extrativa, mas uma agroindústria cuja diversificação interna do trabalho era bem acentuada”. No entanto, o trabalho no Brasil foi construído, neste período, a partir da ideia de que se tratava de uma atividade inferior, a ser desenvolvida por inferiores. Tem-se, desta maneira, que o desenvolvimento de todas as atividades, das mais simples às mais complexas se davam a partir do negro, então escravizado. Neste sentido, Moura (1992, p. 20) afirma que “neste mundo economicamente fechado, durante o Brasil-Colônia, somente quem trabalhava era o negro escravo”. A atuação neste sentido era possibilitada pelos conhecimentos trazidos por estes de sua terra de origem.

O trabalho no contexto brasileiro, portanto, se configurou essencialmente pela mão-de-obra dos escravizados africanos, no início de sua constituição. Conforme afirma Ribeiro (1995, p. 176), dentre as formas de atuação e recrutamento de mão-de-obra “a principal delas, por sua alta eficácia operativa, foi a empresa escravista, dedicada seja à produção de açúcar, seja à mineração de ouro, ambas baseadas na força de trabalho importada da África”. No entanto, havia ainda, de acordo com o autor, a empresa jesuítica que utilizava a mão-de-obra servil indígena e as microempresas de produção de gêneros de subsistência. Estas, porém, com expressividade muito menor do que as demais (RIBEIRO, 1995). A quarta esfera apresentada por Ribeiro (1995) como constituinte da organização do mercado de trabalho no Brasil é o núcleo portuário, sobre ele o autor afirma:

Esse setor parasitário era, de fato, o componente predominante da economia colonial e o mais lucrativo dela. Ocupava-se das mil tarefas de intermediação entre o Brasil a Europa e a África no tráfico marítimo, no câmbio, na compra e venda, para o cumprimento de sua função essencial, que era trocar mais de metade do açúcar e do ouro que aqui se produzia por escravos caçados na África, a fim de renovar o sempre declinante estoque de mão-de-obra necessário para a sua produção (RIBEIRO, 1995, p. 177-178).

No que diz respeito à história do Brasil, em relação ao contexto do trabalho os engenhos de açúcar foram os primeiros grandes empreendimentos empresariais e utilizavam a mão-de-obra escrava para a sua manutenção afirma Ribeiro (1995). Estes empreendimentos se expandiram até meados de 1650. Após 1700, afirma o autor, inicia-se o ciclo do ouro, que toma o lugar do açúcar como principal propulsor econômico. No entanto, a origem da mão-de-obra que supria as necessidades de produção continuava a mesma. Assim, ao falar da divisão social do trabalho no Brasil, tem-se que “noventa por

cento ou mais dos escravos eram destinados às atividades da agroindústria açucareira, atividades nas minas ou fazendas de café. Outros eram os chamados escravos domésticos” (MOURA, 1992, p. 19). Os negros escravizados tinham uma rotina exaustiva sendo que “a jornada era de catorze a dezesseis horas, sob a fiscalização do feitor, que não admitia pausa ou distração” (MOURA, 1992, p. 17).

No entanto, em 1871 com a promulgação da Lei do Ventre Livre, inicia-se um processo de repensar tais relações, isto porque o fim da escravização dos negros passa a ser tido como uma situação irreversível. É importante dizer, que a abolição – datada de 1888 – ocorreu tendo em vista a necessidade de consumo do capitalismo. Em nenhum momento, porém, este repensar as relações de trabalho levou em conta o contingente de pessoas – até então escravizadas – que poderiam passar a ocupar os postos de trabalho de maneira diferenciada. Assim, conforme afirma Schwarz (1993, p. 27) “datam dessa época os primeiros debates e experiências com trabalhadores estrangeiros, sobretudo europeus, entendidos nesse momento como os grandes substitutos diante do iminente final da escravidão.”

Areladas à essas experiências, acontecia a intensa propagação de um discurso que dava conta da inferioridade do negro então escravizado. Isto porque, conforme salienta Moura (1992), com a proibição do tráfico negreiro, os escravizados deixaram de ser uma mercadoria barata e de fácil substituição. Desta forma, como os senhores de escravos visavam alta lucratividade em seus negócios,

[...] não iriam recrutar o trabalhador nacional não-branco e em particular o trabalhador negro. Essa mão-de-obra é descartada já antes da Abolição, e se cria o mito da superioridade do trabalhador branco importado que traria, consigo, os elementos culturais capazes de civilizar o Brasil (MOURA, 1992, p. 56).

Considero importante destacar que entendo que a construção do que hoje denominamos mercado de trabalho no Brasil se dá após o término do regime escravocrata, tendo em vista que até aí o trabalhador – escravizado – estava submetido a um sistema de servidão. Logo não se tratava de uma relação de compra e venda de força de trabalho. Desta maneira, mercado de trabalho – nos moldes hoje conhecidos – passa a ser apresentado no Brasil no momento posterior à 1888. No entanto, a imagem diferenciada de brancos e negros, enquanto sujeitos trabalhadores, vinha sendo moldada no decorrer dos séculos. Logo, a solução passa a ser a vinda de imigrantes europeus, estes construídos discursivamente como já adaptados ao modelo econômico e de produção (AZEVEDO, 1987). Os imigrantes europeus eram tidos, portanto, como

aqueles que poderiam, a partir da venda da sua força de trabalho, trazer ao Brasil o almejado desenvolvimento, que não poderia advir de mãos negras.

Entre os mais importantes estudos acerca da condição dos negros após o fim do regime escravista no Brasil, destaca-se a obra de Florestan Fernandes intitulada “A integração do negro na sociedade de classes”. Nesta obra o autor faz uma importante discussão acerca de como se fundou a sociedade brasileira no que diz respeito ao trabalho, no período posterior a abolição. Embora seja incontestável a contribuição de Florestan Fernandes para o debate da condição a que os então libertos foram submetidos no referido período, considero importante mencionar que, em sua obra os negros, por vezes, são também culpabilizados por sua condição, de maneira explícita ou não. O fragmento que segue, expressa tal posicionamento, senão vejamos:

Faltava-lhe coragem para enfrentar ocupações degradantes, como os italianos que engraxavam sapatos, vendiam peixes e jornais, etc., não era suficientemente “industrioso” para fomentar a poupança, montando-a sobre sobra uma miríade de privações aparentemente indecorosas, e para fazer dela um trampolim para o enriquecimento e o “sucesso”, carecia de meios para lançar-se às pequenas ou às grandes especulações que movimentavam os negócios comerciais, bancários, imobiliários e industriais e, principalmente, não sentia o ferrete da ânsia de poder voltado para a acumulação da riqueza (FERNANDES, 1978, p. 19).

A partir desta ótica os negros aparecem, novamente, como indolentes e preguiçosos, incapazes de se adaptarem à nova ordem como ocorria “facilmente” com os imigrantes europeus. Neste momento, em que o negro era tido apenas como objeto de pesquisa, submetido ao olhar do branco – o negro tema como afirma Ramos (1995) – tornam-se comuns essas representações que contribuem para o fortalecimento do discurso acerca da impossibilidade da integração do negro no novo sistema de produção.

Desta forma, diante das representações constituídas acerca do trabalhador negro, a nova ordem econômica fez com que os membros das elites brasileiras tivessem que repensar não apenas o seu modelo organizacional, mas também o seu modelo de trabalhador (MOURA, 1992). Diante disso, houve um evidente branqueamento da força de trabalho em nosso país, tendo em vista ser o trabalhador negro tido como incapaz para as atividades a serem desenvolvidas. Neste sentido Azevedo (1987) afirma que, na história brasileira, no que diz respeito ao trabalho, há uma evidente ruptura. Até 1888 esta é apresentada a partir da presença do trabalhador negro escravizado. No entanto, a partir da abolição este trabalhador “some” dos relatos e é sumariamente substituído pela

figura dos imigrantes europeus. Esta substituição, afirma a autora, se dá a partir da justificativa de que

[...] o negro apático para o trabalho livre e acostumado à coação de um sistema irracional de produção não pôde fazer frente à concorrência representada pelo imigrante europeu, trabalhador este já afeito a uma atividade disciplinada, racionalizada e regulada a partir de contrato de compra e venda da força de trabalho (AZEVEDO, 1987, p. 21).

A partir de tais concepções acerca do negro, criou-se um estereótipo que ainda hoje compõe as relações de trabalho no Brasil, implícita ou explicitamente, uma vez que são reforçados pela memória social (CORD e SOUZA, 2018). O principal destes estereótipos diz respeito à ideia de indolência e de que “[...] os negros foram “incapazes” de se adaptar ao capitalismo brasileiro e à emergente sociedade de classes”, afirmam Cord e Souza (2018, p. 410-411). Desta maneira, asseguram os autores, a mão-de-obra do trabalhador europeu passa a ser tida como a mais apta às necessidades brasileiras uma vez que eram vistos como “[...] mais afeitos e adaptados aos novos tempos” (CORD e SOUZA, 2018, p. 411). A política de incentivo à imigração passou a ser, portanto, justificada e pouco questionada.

No entanto, a prática imigrantista já havia iniciado no Brasil em 1840, quando o tráfico de escravizados já era ilegal e o fim do regime passa a ser vislumbrado. Neste sentido afirma Azevedo (1987, p. 60): “o projeto imigrantista começou a ser praticado em São Paulo em fins da década de 1840, quando, em meio às pressões externas e também internas contra o tráfico africano, iniciaram-se as primeiras experiências com imigrantes europeus”. No entanto, é no momento imediatamente posterior ao fim do regime escravista que essa prática é intensificada.

A construção representacional, portanto, de negros e brancos como sujeitos trabalhadores no Brasil foi fortemente influenciada por tais pressupostos. É importante salientar ainda que o Estado brasileiro, através do incentivo à imigração europeia bem como de práticas de higienização e eugenia, contribuiu de maneira substancial para que tal formação, no que diz respeito ao trabalho, fosse possível. Desta maneira, afirma Barbosa (2003, p. 09)

Nada seria mais equivocado do que caracterizar tal processo como espontâneo ou natural. O Estado estivera presente em todas as etapas da construção do mercado de trabalho. Primeiro ao decretar o fim do tráfico. Depois ao assegurar que a desescravização fosse paulatina e o mais “tranquila” possível. Mais tarde, ao financiar a injeção de mão-de-obra importada e ao defender um liberalismo federalista que chancelava o privatismo das relações sociais e de trabalho. Por último ao tomar para si a questão social, retirando-a do confronto direto de classes, mas sem eliminá-

lo, e estabelecendo “preços sociais” que permitissem a reprodução ampliada do capital em escala nacional.

É possível verificar, desta maneira, que a realidade que hoje temos no mercado de trabalho do país não se deu de maneira aleatória. Foi pautada nas teorias raciais e teve como base as políticas de Estado estabelecidas, que dificultavam o acesso das chamadas “raças inferiores” às diferentes frentes de atuação disponíveis. Logo,

[...] para o negro as consequências foram piores. Sem as garantias de reparações materiais e morais escrupulosas, justas e eficazes, a Abolição equivalia – nas zonas de vitalidade da lavoura cafeeira – a condená-lo à eliminação do mercado competitivo de trabalho ou, no mínimo, ao aviltamento de sua condição, como agente potencial de trabalho livre. Longe de equipará-lo ao trabalhador assalariado branco, estrangeiro ou nacional, expunha-o fatalmente, de modo previsível e insanável, ao desajustamento econômico, à regressão ocupacional e ao desequilíbrio social (FERNANDES, 1978, p. 43).

A mão-de-obra dos trabalhadores negros, portanto, passa a ser tida como não adequada, principalmente no que diz respeito a tarefas que exigem maior qualificação. Desta maneira, o trabalhador negro deveria ocupar os espaços destinados a ele, não a partir de uma ótica racista, mas a partir daquilo que tinha a oferecer ao novo modelo de produção. Lembremos que, historicamente no Brasil, o indivíduo é responsabilizado pelas suas vitórias ou derrotas. Nesta lógica, a estrutura social nada tem a ver com os lugares ocupados por negros e não negros no trabalho. Infelizmente este discurso é disseminado em nosso país ainda hoje. Diante desta situação, portanto

Outro grande escoadouro de mão-de-obra barata foi a prestação de serviço. Também ali encontramos o trabalhador negro fortemente representado, sobretudo em atividades menos qualificadas tais como limpeza urbana, serviços domésticos, correios, segurança, transportes urbanos etc. sua presença era pequena, por exemplo, num tipo de polo industrial como o do ABC paulista, uma vez que o nível tecnológico das indústrias ali concentradas exigia um tipo de especialização que a maioria dos trabalhadores negros não possuía. Em suma, deslocando-se do campo para a cidade, ou do Nordeste para o Sudeste, e se concentrando num mercado de trabalho que não exige qualificação profissional (GONZALEZ, 1982, p. 14).

Ainda aqueles trabalhadores negros que atuavam na prestação de serviços antes da abolição como sapateiro, barbeiro, em atividades artesanais diversas, entre outras funções, foram engolidos pelas políticas higienistas implantadas nas cidades no pós-abolição. Como, enquanto perdurava o regime escravista, os negros viviam no centro das cidades, a fim de ficarem próximos aos seus senhores, era lá que praticavam também os seus ofícios. No entanto, após a declaração de liberdade, estes já não eram mais bem quistos nestes espaços. Ao falar da realidade da cidade de São Paulo, neste contexto, Silva (2006, p. 22) assim descreve este período:

Os negros que trabalhavam em atividades artesanais, como nos ofícios de sapateiro, barbeiro, vendedor de ervas, lavadeira, puxador de carros de boi, quituteira, etc., ao serem retirados do centro, perderam também espaços; a ênfase foi toda direcionada para o trabalho da indústria que despontava com a mão-de-obra imigrante.

A forma como o negro foi construído enquanto sujeito trabalhador, portanto, tem influenciado em suas possibilidades no mercado de trabalho, há mais de cem anos. Apesar de inúmeros estudos apontarem para esta realidade, ainda não se conseguiu fazer com que esta construção discursiva, tão solidamente estabelecida, fosse modificada. Há ainda um pensamento dominante através do qual atribui-se ao negro a falta de disposição para o trabalho – é construído, portanto, como indolente e preguiçoso – mas há grande dificuldade para a compreensão de que no período colonial foi o trabalho deste mesmo negro que sustentou a economia (SILVA, 2006).

Ao analisar, na década de 1970, a maneira como o mercado de trabalho brasileiro estava sendo constituído, Florestan Fernandes acreditava que o mercado poderia resolver a questão do negro. Para ele, o avanço do capitalismo inevitavelmente incluiria a todos no contexto do trabalho, no entanto, isto não aconteceu. Conforme salienta Silva (2006, p. 34-35) “em relação ao negro, essa abertura não significou igualdade de oportunidades”. A autora aponta ainda que a posição dos negros, atuando em níveis ou atividades chamadas subalternas, não tem relação com falta de capacidade, mas consequência do racismo a partir do qual o nosso país se estruturou.

Neste sentido Moura (1988, p.10) afirma que “o problema do negro tem especificidades, particularidades e um nível de problemática muito mais profundo do que o do trabalhador branco”. É preciso salientar que até 1950 muitos anúncios de vagas de empregos eram redigidos com a seguinte descrição: “não aceitamos pessoas de cor”, conforme salienta Nascimento (1978). Com a aprovação da Lei Afonso Arinos¹², em 1951, a explicitação de tais requisitos foi proibida. Sabe-se, no entanto, que não foram extintas, mas substituídas por “exige-se boa aparência”, por exemplo. Como no Brasil o preconceito de marca, como visto, comanda as relações, inclusive e fortemente, as relações de trabalho, a boa aparência se constituía também de feições embranquecidas. Conforme salienta Silva (2006) já na década de 1950, ao pesquisar a inserção do negro na sociedade, Roger Bastide já apontava para tal questão ao afirmar que “[...] o padrão

¹² Sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas, em julho de 1951, a Lei 1.390 também conhecida como Lei Afonso Arinos, foi o primeiro código brasileiro a incluir entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2018).

de beleza é o branco; por isso, há rejeição ao negro, no caso de precisar exercer função em que a aparência é fundamental” (SILVA, 2006, p. 110).

Em nossos dias até mesmo o requisito “boa aparência” não é mais visto com bons olhos no ambiente organizacional, não raro, porém, nos defrontamos com narrativas de trabalhadoras e trabalhadores que tiveram seus currículos selecionados para a entrevista e, no momento em que chegaram às organizações para fazê-las, foram dispensados. Outros profissionais sequer conseguiram chegar a esta fase, tendo os seus currículos excluídos do processo, sem que sequer fossem analisados. Neste sentido, em uma das entrevistas que fiz, ouvi o seguinte relato:

Olha, nem todas as empresas pegam morenos pra trabalhar. Isso eu sou curta e grossa, porque eu fui há seis anos atrás eu fui numa empresa aqui... tem muitos homens morenos trabalhando. Mulheres morenas, eu acho que eu ia ser a segunda, você [disse se referindo a mim] trabalhava lá! Aí assim que eu saí, eu deixei o currículo lá, o meu currículo foi pro lixo. Eu voltei pra trás e perguntei se alguém ia ler o meu currículo dentro do lixeiro. E essa guria (que jogou o currículo no lixeiro) estudava comigo, era minha amiga... se dizia minha amiga... então, pra você ver. Aí depois eu fui chamada... o próprio dono viu... creio eu que era o dono, porque eu não conhecia ele, né... me chamou de volta e queria que eu fosse trabalhar. Eu falei que ali eu não queria trabalhar. Se uma pessoa que me conhecia desde pequena fez isso, imagina o que eu ia passar dentro da empresa! (Larissa, cuidadora de idosos, grupo negro, grifos meus).

Desta maneira é possível apreender como a estrutura social – a partir da qual o racismo foi desenvolvido e se manifesta – age no que diz respeito às relações raciais no Brasil, uma vez que a atitude acima descrita nada tinha a ver com a competência da trabalhadora, tendo em vista que em nenhum momento esta foi testada. O currículo vai para o lixo pois as características fenotípicas não representam o ideal pensado por determinadas organizações no que diz respeito aos trabalhadores que pretendem manter em seus quadros de trabalho. Em contrapartida, as empresas apresentam discursos de inclusão, nos quais apontam para uma realidade na qual todos os sujeitos possuem as mesmas possibilidades de ingresso em seus quadros de funcionários. São discursos de inclusão e de relações imparciais entre todos os envolvidos em sua estrutura, diz Conceição (2009) que, na verdade, escondem práticas discriminatórias. Se assim não fosse, não teríamos um quadro de tamanha desigualdade no mercado de trabalho brasileiro. Novamente, as práticas desmentem os discursos, articulados para representar uma realidade que existe apenas no imaginário que se tem acerca das nossas organizações.

É possível perceber, desta maneira, que o discurso de homogeneidade organizacional definida pela cultura encobre práticas discriminatórias. Conceição

(2009) concorda com essas ideias ao afirmar que a situação do negro no mercado de trabalho é preocupante, tendo em vista que a partir de pesquisas realizadas se pode identificar que os afrodescendentes ocupam as piores posições no mercado de trabalho.

Destarte, percebe-se que a mesma prática de preconceito que é negada nas relações sociais dos sujeitos é também apagada no contexto das empresas e dos estudos organizacionais e, principalmente dos estudos tradicionais de Administração. No entanto, é importante destacar também a postura da trabalhadora que, ao se recusar a voltar, mesmo com o pedido de quem ela imaginava ser o dono da empresa, mostra que a resistência de negras e negros continua movendo muitas ações. Assim, novos posicionamentos podem ser vislumbrados.

Em uma análise histórica é possível perceber que até meados de 1980 as evidentes desigualdades raciais do Brasil eram creditadas apenas a nossa herança escravista. Isto porque durante o período da escravidão muitos discursos foram disseminados para comprovar que o negro não seria capaz de compor o mercado de trabalho livre. Dentre estes discursos cito os de Couty que em 1881 disseminava a ideia de que o trabalho que os escravos tinham a oferecer era de qualidade inferior, tendo em vista que para ele os negros escravizados se aproveitavam da ideia disseminada pelos portugueses de que eles não passavam de mercadoria e que, desta forma, não poderiam ser danificados, para não trabalhar, afirma Santos (2002). Couty assim se manifestou:

O negro, no Brasil, não quer senão uma facilidade, senão um direito que é o de não fazer nada. É preciso ter a coragem de reconhecer os fatos exatos [...] o negro escravo é sempre um grande preguiçoso e esta preguiça faz o insucesso de todas as relações individuais e sociais (SANTOS, 2002, p. 95).

Da mesma forma que Couty atribui inferioridade ao trabalho do negro, ele diz que as regiões nas quais o trabalhador europeu se destaca são mais desenvolvidas. Ele não atribui a inferioridade do trabalho ao sistema escravocrata, mas à inabilidade do próprio escravo (SANTOS, 2002). A partir das ideias de Couty, Santos (2002, p. 94) afirma que

A possibilidade de contar com assalariados negros livres foi totalmente descartada e o restante do povo brasileiro parece não ter uma boa imagem [...] Para ele, o único empecilho para a abolição é a inexistência de um povo capaz no país, tendo-se de aguardar a chegada de alguém que preencha esse requisito.

Para a autora, portanto, levando-se em consideração as ideias apresentadas por Couty, descendentes de portugueses, índios, negros ou mestiços seriam incapazes de compor, satisfatoriamente, o quadro de trabalhadores assalariados no Brasil. É possível perceber, assim, que o foco não estava na inferioridade por serem escravos, mas

questões étnico-raciais compunham esses argumentos. Desta maneira, a inferioridade não pode ser creditada à herança do regime escravista, mas à manutenção e reprodução de ideias de inferioridade disseminadas e aceitas em nosso país. Muito se fala, no entanto, da conformação de negros e mulatos à nova ordem social brasileira no pós-abolição, no sentido de afirmar que estes se sujeitaram passivamente ao instituído. Neste sentido, Fernandes (1978, p. 50) aponta que o que ocorreu foi um protesto mudo “[...] a única saída para evitar uma condição humana confusamente percebida e representada como indigna, indesejável e repulsiva”. Isto porque, de acordo com o mesmo autor

O regime escravista não preparou o escravo (e, portanto, também não preparou o liberto) para agir plenamente como “trabalhador livre” ou como “empresário”. Ele preparou-o onde o desenvolvimento econômico não deixou outra alternativa, para toda uma rede de ocupações e de serviços que eram essenciais mas não encontravam agentes brancos. Assim mesmo, onde esses agentes apareceram (como aconteceu em São Paulo e no extremo sul), em consequência da imigração, em plena escravidão os libertos foram gradualmente substituídos e eliminados pelo concorrente branco (FERNANDES, 1978, p. 51).

Conforme escreve Conceição (2016) a partir de estudos realizados por Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva (1979), a ideia de que as desigualdades que permeiam o mercado de trabalho brasileiro se dão unicamente à herança escravista perdeu força. Isto se deu pois se identificou que as desigualdades eram também fruto de comportamento discriminatório, reproduzidos pelos sujeitos e da forma como as instituições e organizações eram estruturadas em nossa sociedade. Desta maneira, as práticas discriminatórias vêm sendo produzidas e reproduzidas ao longo de séculos e, estando naturalizadas em nossa sociedade, por vezes não nos permitem perceber o quanto são cruéis e, em que intensidade afetam tanto os grupos que a sofrem, quanto aqueles que a produzem. Sim, por vezes tanto brancos quanto negros não conseguem perceber o quanto a construção social acerca das relações raciais no Brasil os afetam. Parece que tudo sempre foi assim e deve continuar da mesma forma. É obvio dizer que os dois grupos são afetados de maneiras distintas, sendo um privilegiado pela cor de sua pele, enquanto outro “paga o preço” de sua cor.

Tais relações interferem, inclusive na ideia de cidadania dos diferentes grupos, pois “o acesso ao emprego e ao trabalho é condição primordial para a reprodução da vida, e sua exclusão é também a primeira forma de negação desse direito básico da cidadania” (CARNEIRO, 2011, p. 110). Desta maneira, quando a sociedade estabelece espaços diferenciados no mundo do trabalho a partir da segregação racial, ela está

impossibilitando ao grupo que é posto à margem a possibilidade de condições plenas de vida. No entanto, quebrar esta lógica pode não ser assim tão simples. Neste sentido Soares (2000, p. 24-25) afirma que “existe uma visão do que seja o lugar do negro na sociedade, que é o de exercer um trabalho manual, sem fortes requisitos de qualificação em setores industriais pouco dinâmicos. Se o negro ficar no lugar a ele alocado, sofrerá pouca discriminação”. Desta maneira, as práticas organizacionais se ajustam a tal discursos, senão vejamos:

Infelizmente o serviço braçal ele continua pros... pra nós que somos mais escuros, né! Mais preto! E o que tem estudo, também... ou não tem estudo, mas é branco, tem uma... um patamar bom aqui. Eu já notei isso aí... infelizmente, né... Inclusive eu, quando comecei na (nome da empresa em que trabalha), quando eu fiz a ficha lá... quando eu fui trabalhar a primeira vez, a pessoa que é gerente até hoje, falou pra mim assim: “olha, eu vou colocar você junto com outro moreninho, aqui. Porque você também é moreno e aqui nós... na firma, né... existe o preconceito ainda”. Ele falou claramente assim pra mim, lembro até hoje! Isso faz onze anos atrás. E aí eu falei, não, não tem problema, né... E aí, quando eu cheguei lá, na primeira semana, descobri que tinha uma aposta: “ah, esse neguinho não vai passar um mês aí... nem uma semana!” Mas aí eu descobri, eu falei não vou dar o braço a torcer, e aí... dá trabalho, né... e to até hoje...Trabalhei junto com o (nome do colega de trabalho)... [...] é bem moreno, igual eu, né? (PEDRO, 44 anos, auxiliar de produção, grupo negro, grifos meus).

É possível identificar no fragmento apresentado as articulações desenvolvidas no contexto do trabalho a fim de manter os lugares demarcados e confirmação de que os postos tidos como de serviços braçais continuam a ser destinados prioritariamente aos negros. Há uma interdiscursividade manifesta evidenciada, quando o enunciador diz que o serviço braçal continua sendo prioritariamente destinado aos sujeitos negros. É possível identificar também a divisão do trabalho que, conforme já mencionado determina lugares, uma vez que brancos e negros com igual qualificação, invariavelmente não ocupam os mesmos espaços.

Ainda no mesmo fragmento discursivo, quando o responsável pelo setor admite que na empresa ainda se mantém o preconceito racial, é possível perceber que não se trata apenas uma herança da escravidão, mas a reprodução constante de práticas que solidificam os posicionamentos, dificultando mudanças consistentes. Para Lélia Gonzalez, uma das precursoras do movimento negro no Brasil,

[...] o sistema se beneficia com a manutenção de tais condições, na medida em que, desse modo, conserva à sua disposição a mão-de-obra mais barata possível. Isto porque a comunidade negra nada mais é do que mão-de-obra de reserva, utilizável segundo as necessidades do sistema (GONZALEZ, 1982, p. 16).

No entanto, considero importante destacar aqui a resistência que o trabalhador demonstrou quando disse que não daria o braço a torcer diante da ideia de que os seus colegas diziam que ele não conseguiria se manter sequer uma semana naquele trabalho. Novamente o fragmento discursivo me leva a refletir sobre as diferentes formas de resistência e luta por direitos. Neste caso, o trabalhador não discutiu ou esbravejou com quem quer que seja, ele apenas realizou o seu ofício de maneira a demonstrar que tinha capacidade para tal. Apesar de não conseguir mexer diretamente no modelo que a empresa utiliza para demarcar lugares, ele conseguiu resistir a partir de uma ação individual o que, em minha concepção, é também fundamental para que possamos progredir nas mudanças que esperamos para as relações raciais no Brasil.

No entanto, não se pode esquecer que esta posição de negras e negros no mercado de trabalho faz parte do conjunto de lugares demarcados pela sociedade brasileira para este grupo social. Muitos discursos são apresentados no sentido de dizer que qualquer pessoa, a partir unicamente de seu esforço pode chegar onde quiser. No entanto, este discurso esbarra nas práticas do dia-a-dia. Em se falando do contexto do trabalho, não há como negar que, as organizações mantêm padrões excludentes de recrutamento que, por óbvio, não estão formalizados. Moura (1988, p. 9-10) explicita a questão ao afirmar:

Em um simpósio sobre o problema racial, ouvimos de um sociólogo negro a afirmação de que eles deveriam preparar-se para dirigirem as multinacionais que operam no Brasil. “por que não?”, dizia ele, sem saber, ou possivelmente sabendo, que a General Motors só contrata trabalhadores negros como horistas, sem nenhuma garantia, sem possibilidades de fazer carreira, isto é, são escolhidos para desempenharem aqueles trabalhos considerados sujos, indignos e humilhantes.

O Brasil é especialista em construir muros – materiais ou simbólicos – e, no contexto do trabalho, estes muros também estão presentes. Para Santos (2004) o maior problema do país é a empregabilidade e não o desemprego, isto porque não existem oportunidades igualitárias para todos. Ainda que o discurso da gestão da diversidade esteja em voga nas organizações hoje, é possível perceber que a situação descrita pelo autor é ainda realidade no contexto do trabalho no Brasil. Os gestores são majoritariamente pertencentes ao grupo que representa a “norma”, ou seja, brancos, heterossexuais, do sexo masculino. Desta maneira, salienta Moura (1988) ao chegar a determinados níveis de gestão dentro das organizações os negros – exceções à regra pré-determinada – perdem a cor e devem, a fim de se manterem em seus cargos, negar a sua

negritude e “reproduzir no seu comportamento empresarial aquilo que um executivo branco também faria” (MOURA, 1988, p. 10).

É possível perceber que a estrutura racial do Brasil vem sendo construída de maneira a culpabilizar o negro pela sua condição. Entendo, neste sentido, que ao dizermos que o negro ao ingressar em postos de comando nas organizações, perde a sua cor, estamos, mais uma vez, restringindo a ele a responsabilidade. Isto porque, em meu entendimento, não há a mesma cobrança em relação aos brancos, no sentido de questionar o porquê da pouca presença negra nas organizações que estes dirigem. É preciso, portanto, que todo o sistema seja tensionado no sentido de buscarmos, de maneira honesta, uma solução para as evidentes desigualdades.

Como já mencionado neste estudo, temos no Brasil um modelo de racismo muito peculiar. Portanto, é considerando esta realidade que precisamos olhar para as organizações brasileiras, no que tange as relações raciais. Para Rosa (2014, p. 254), “podemos agora pensar a organização como um microcosmo social, que reproduz uma série de fenômenos que tradicionalmente estiveram presentes na sociedade brasileira, entre os quais as relações raciais”. Assim, não é possível que nos utilizemos de modelos prontos “importados” de outras realidades. Tampouco podemos aceitar a ideia de que, como dito anteriormente, o ambiente organizacional resolve o problema, uma vez que homogeneíza as relações entre os sujeitos.

Corroboro, portanto, com o que diz Sansone (1996, p. 167): “no mercado de trabalho criam-se novas segregações – geralmente mais sutis e nunca explicitamente baseadas na cor – sobretudo nos setores de ponta”. Para Sansone (1996) o mercado de trabalho é caracterizado como uma área dura para os sujeitos negros, uma vez que se trata de um espaço de pouca mobilidade e acesso a este grupo social. O ambiente do trabalho é, portanto, diferente dos chamados espaços negros, nos quais, conforme afirma Sansone (1996) a cultura e artefatos negros são valorizados, ou seja, assumir-se negro é visto de maneira positiva, tendo os sujeitos assim classificados livre acesso e trânsito.

É importante dizer que, assim como ocorre na sociedade brasileira de maneira geral, em virtude de o Brasil não ter passado por processos formais e legalizados de segregação racial, na constituição de sua sociedade, no ambiente do trabalho isto também não ocorreu. Portanto, a demarcação de lugares é também realizada de maneira sutil

Não houve lei formal que excluísse os africanos e seus descendentes das oportunidades de trabalho que se abriam nos empreendimentos industriais nascentes. Também não houve espancamentos generalizados dos afrodescendentes a cada vez que tentassem se apresentar àqueles postos de trabalho. Informados por uma ideologia racista ou preconceitos raciais, os empreendedores simplesmente dispensaram a mão-de-obra negra em favor dos imigrantes. Do mesmo modo, os governos, informados pelo mesmo racismo, não normatizaram formas de inserção dos ex-escravos e afrodescendentes livres e libertos no mercado de trabalho, nem nada decidiram formal e diretamente quanto a seus destinos (CONCEIÇÃO, 2013, p. 45).

Em meu entendimento, este posicionamento racial adotado pelo Brasil dificulta, hoje, as possibilidades de novas alternativas e de mudança, tendo em vista que grande parte dos brasileiros não tem consciência racial e não consegue admitir que suas ações sejam pautadas pela perspectiva racial, inclusive no momento da contratação de funcionários. No Brasil a invisibilidade negra em determinados espaços “é fato que não se nota, não se discute, nem se deseja notar ou discutir” (SANTOS, 2001, p 27).

Considero fundamental dizer novamente que me utilizo do termo organização, para falar de vida social organizada (CARRIERI, 2014) e não apenas de empresas formais, como o termo propõe na visão tradicional da Administração. No entanto, com o intuito de apresentar um panorama de como as relações de trabalho estão constituídas no Brasil hoje, trago dados que nos remetem às organizações formais. Quando falamos de trabalho, entendo que são nelas que se materializam os preconceitos enraizados na sociedade. É preciso admitir, portanto, que o contexto brasileiro faz com que a competição entre brancos e não brancos, quando se trata de relações de trabalho, seja desigual, nos diz Rosa (2014). O autor complementa afirmando que isto se dá porque existem práticas discriminatórias sutis e mecanismos racistas mais gerais que acabam gerando maiores oportunidades para os brancos, com ganhos ocupacionais e de renda superiores (ROSA, 2014, p. 249). Novamente aparece com nitidez o privilégio branco.

É necessário, portanto, olharmos para a realidade que se apresenta no contexto do trabalho a fim de isso possibilite a tomada de consciência e mudança de atitude. Embora pareça utópico, lançarei um olhar para a realidade a partir da qual se compõe o mercado de trabalho brasileiro, não apenas para demonstrar que pouco evoluímos em cento e trinta anos, se considerarmos que este começa a se formar após a abolição do regime escravista. Tenho o intuito também de abordar os principais pontos a serem considerados e trabalhados no sentido de buscar minimizar o abismo que separa brancos e não brancos no acesso a oportunidades.

5.1 O Mercado de Trabalho Brasileiro: Desigualdades persistentes no contexto das relações raciais

Me propus a estudar as relações raciais e a construção do mercado de trabalho tendo em vista entender que, diferente do que as teorias tradicionais da Administração afirmam, as organizações não são campos neutros. Estão inseridas em uma sociedade e, influenciam e sofrem influências da maneira como tal sociedade está estruturada. Não é possível, em meu entendimento, descolar as organizações de seu meio social e, desta maneira, as práticas e discursos disseminados na sociedade, invariavelmente refletirão também nas práticas e políticas organizacionais.

O que tenho percebido ao analisar o mundo do trabalho é justamente isto. Vivemos em uma sociedade que hierarquiza os sujeitos a partir de diversos critérios, entre os quais o critério racial. Nesta hierarquização, os brancos aparecem no topo, enquanto os não brancos são tidos como menos aptos. Esta realidade está refletida explicitamente no contexto das organizações, tendo em vista que brancos e negros ocupam posições diferenciadas em suas estruturas, salvo raríssimas exceções. Neste sentido, para além das técnicas, dos modelos de gestão e das estratégias, é necessário olhar para aqueles que são diretamente atingidos pelas práticas e políticas organizacionais: as pessoas.

Tendo isso em vista, entendo que, apesar de ter sido tema de estudos desde a década de 1950, a questão do negro no mercado de trabalho continua sendo um ponto a ser solucionado no contexto de nossas relações raciais. Isto ocorre, pois, os sujeitos negros ainda ocupam posições inferiores e recebem salários mais baixos do que os brancos mesmo exercendo as mesmas funções. Se inserirmos aqui a questão de gênero, a realidade se mostra ainda mais difícil, tendo em vista que a mulher negra ocupa posições e tem ganhos salariais ainda mais baixos. É preciso, portanto, pensar os posicionamentos dos diferentes grupos no campo do trabalho a partir de uma visão interseccional. A interseccionalidade para Crenshaw (2002, p. 177) é

[...] uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

Tais variáveis devem ser, portanto, consideradas ao tratarmos da temática do trabalho. É importante analisar que, apesar de já estarem inseridas no contexto do trabalho há séculos – é preciso lembrar o papel exercido pelas mulheres escravizadas – hoje as mulheres negras ocupam os piores espaços e posições quando se fala em ocupação e remuneração. Desta maneira, apesar da mobilidade que se tem visto nos últimos anos, a partir da qual as mulheres têm ocupado diferentes espaços no contexto do trabalho, é ainda fundamental analisar os privilégios que têm as mulheres brancas, quando comparadas às mulheres negras.

É necessário salientar, assim, que há uma evidente diferença a ser considerada quando se fala das posições de mulheres brancas e negras no contexto do trabalho, tendo em vista que “se para as mulheres negras e pobres o trabalho fora do domicílio já era uma realidade desde o período escravocrata, para outro contingente o acesso à esfera pública via trabalho remunerado é algo ocorrido com mais intensidade nos últimos 40 anos” (IPEA, 2016, p. 08). Desta maneira, as mulheres negras foram historicamente construídas como aquelas que devem realizar as atividades domésticas. Para Teixeira (2015, p. 18)

Embora as empregadas domésticas hoje não sejam somente mulheres construídas como negras, em termos de imaginário social construído, a personagem da empregada doméstica é muito acionada como uma personagem negra, pois as atividades de servir ainda permanecem como atividades simbólicas de negros.

Da mesma forma é preciso levar em consideração que na sociedade brasileira o papel da mulher no mercado de trabalho ainda é tido como secundário, uma vez que o homem é que é construído como provedor, ainda que dados de pesquisas contradigam tal construção (ABRAMO, 2006). Quando há, a partir desta concepção, a interseção dos fatores gênero, raça e classe, tem-se a mulher negra, como visto, ocupando os espaços construídos como de menor prestígio no que diz respeito ao trabalho.

Neste contexto, se tem, novamente, a influência da construção social e discursiva que se manifesta na sociedade brasileira, a partir da qual no que diz respeito à segmentação do mercado de trabalho, negras e negros ocupam as chamadas posições subalternas. É evidente, a partir do já exposto, que esta realidade está relacionada a construção social, prática e discursiva do país, tendo em vista que a população negra foi impedida, especialmente no período pós abolição, de receber ou comprar terras. Também foi preterida na constituição do contingente de trabalhadores, uma vez que negras e negros eram tidos como inaptos ao mercado de trabalho nascente.

É preciso considerar que, ainda hoje, conforme já dizia Lélia Gonzalez “o sistema se beneficia com a manutenção de tais condições, na medida em que, desse modo, conserva à sua disposição a mão-de-obra mais barata possível (GONZALEZ, 1982, p. 16). Todavia a manutenção da situação de exclusão não é apenas reflexo deste período, mas resultado da reprodução de práticas excludentes na sociedade brasileira no decorrer dos anos. Além disso é importante considerar que a manutenção deste grupo em ocupações de menor prestígio no mercado de trabalho também atende a determinados interesses.

É possível apreender, diante disso, que não há, no Brasil, um rompimento efetivo com o regime escravista, no entanto, uma eficaz máscara social foi criada (BERTH, 2018). Isto porque passou-se a pagar salários para aqueles que conseguiam inserção no mercado de trabalho, porém este salário só permitia comer e dormir, não havendo possibilidade de ascensão social. Os reflexos disso podem ser vistos até hoje, uma vez que nos é apresentado uma realidade na qual os negros e negras continuam ocupando os postos de trabalho mais precarizados e recebendo salários inferiores aos homens e mulheres brancos. Nas palavras de Berth (2018, p. 60)

[...] as sutis alterações não foram suficientes para formar uma população negra economicamente passível de sobrevivência e existência digna e, menos ainda, que possa consubstanciar a formação de uma classe média negra. As minorias sociais são prioritariamente pobres e é isso que garante com que as possibilidades de se mover para outra posição na pirâmide social sejam escassas; para alguns, impossíveis.

Entendo, portanto, que embora possam ser identificados avanços no que diz respeito à formação do mercado de trabalho brasileiro nos últimos anos, o que se deu em virtude da atuação dos movimentos sociais, entre outros fatores, é possível, ao realizar uma análise detida, perceber que há ainda um longo caminho a ser traçado. Isto porque

A melhoria das condições de inserção no mundo do trabalho nos últimos anos não alterou a estrutura da divisão racial e sexual do trabalho, motivo pelo qual uma conjuntura econômica desfavorável tende a ser ainda mais regressiva, sobretudo para as mulheres negras, inseridas majoritariamente em relações instáveis e desprotegidas de trabalho (IPEA, 2016, p. 11).

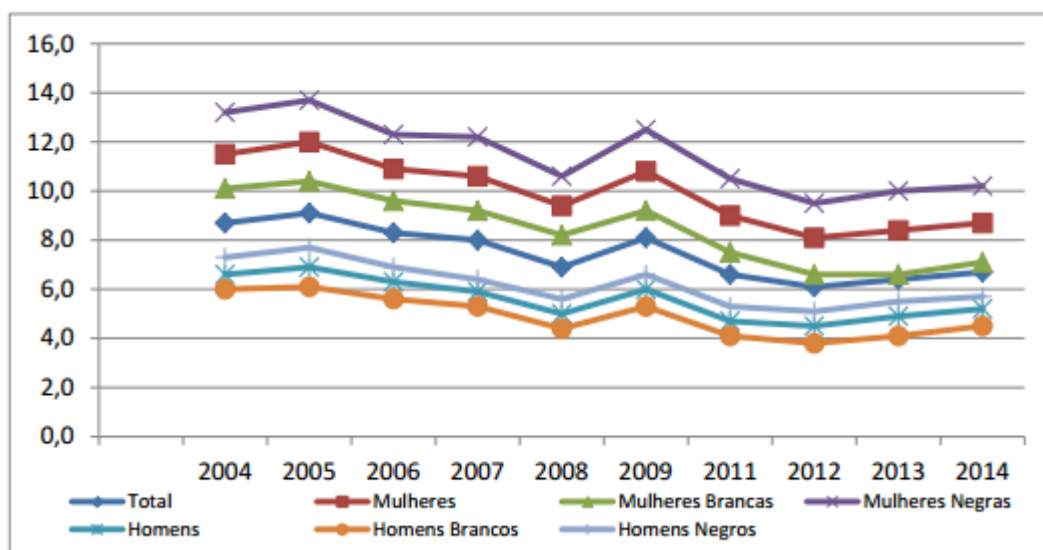
Logo, ao olharmos para os números que permeiam as relações de trabalho, percebemos que há um afunilamento quanto à proporção de negros em suas estruturas. Estes, via de regra, ocupam os níveis mais baixos da hierarquia e sua presença se torna mais rara à medida em que os olhares se elevam aos cargos socialmente tidos como de maior relevância. O mesmo ocorre em termos salariais, há ainda uma discrepância

considerável nos rendimentos auferidos por brancos e negros, mesmo quando ocupam as mesmas posições.

A nota técnica divulgada pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada em março/2016, nos dá uma noção de como está constituído o mercado de trabalho brasileiro, ainda que a nota esteja vinculada à temática “Mulheres e Trabalho”. Os resultados apresentados pelo IPEA foram baseados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2014, do IBGE, e traçam o perfil do mercado de trabalho brasileiro no período que compreende 2004 a 2014. Conforme o relatório, persiste na sociedade brasileira diferenças na posição de homens e mulheres no ambiente laboral, no entanto, foi apresentada também a diferença existente quando se fala do posicionamento de brancos e negros. Assim, dentre os dados apresentados, destaco: taxa de desocupação da população; proporção de trabalhadores precarizados¹³; diferença de remuneração; proporção de mulheres que atuam no trabalho doméstico.

Entendo que tais resultados possibilitarão uma análise das relações raciais no mercado de trabalho brasileiro a fim de dar suporte também aos resultados do presente estudo. Em relação à taxa de desocupação da população brasileira, o resultado obtido foi:

Gráfico 01 - Taxa de desocupação da população brasileira



Fonte: IPEA (2016)

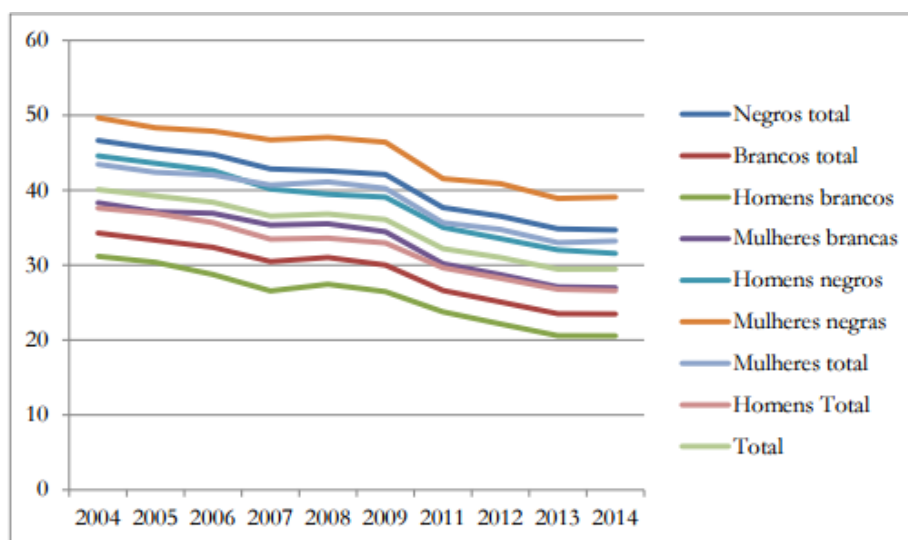
¹³ Foram classificados como trabalhadores precarizados aqueles trabalhadores com renda de até 2 salários mínimos e com as seguintes posições na ocupação: sem carteira assinada, construção para próprio uso, conta-própria (urbano), empregador com até 5 empregados (urbano), produção para próprio consumo (urbano) e não-remunerados (urbano) (IPEA, 2016).

Os dados, apresentados pelo indicador taxa de desocupação, indicam que esta vem aumentando para todos os segmentos populacionais (IPEA, 2016). No entanto, chama a atenção notar que mesmo em períodos em que a oferta de empregos é maior, a disparidade entre brancos e negros é persistente. As mulheres aparecem com os maiores índices de desocupação, porém é importante frisar que esta é ainda maior, quando se trata da mulher negra. É inegável, portanto, que falar de raça exige também um olhar interseccional que, via de regra, apontará também para classe e gênero. Diante disso, se torna necessário analisar como a questão racial afeta o contexto do trabalho no Brasil sendo, em meu entendimento, um dos lugares em que o racismo é fortemente manifestado, ainda que silenciosamente. Isto porque, conforme afirma Bento (2006, p. 57)

Uma das formas mais simples e imediatas de perceber o racismo no Brasil é verificar se negros e brancos estão igualmente distribuídos por toda a sociedade, já que aproximadamente metade dos brasileiros é negra (pardos e pretos). Em outras palavras, examinar se, em todos os lugares sociais – tanto os mais como os menos valorizados –, temos negros e brancos.

Está explicitado nos resultados ora apresentados que a distribuição de brancos e negros em nosso país não é igualitária, o que se manifesta fortemente no contexto do trabalho. Quando se trata de trabalho precarizado, através da análise do gráfico, que segue, é possível perceber que o panorama da segmentação racial se repete. O relatório do IPEA (2016) considera como trabalhadores precarizados apenas a fração ocupada com renda do trabalho não superior a dois salários mínimos. São excluídos trabalhadores rurais, vinculados à agricultura familiar, bem como os trabalhadores formais que atuam sob regime de terceirização. Apesar de os níveis de trabalho precário apresentarem queda acentuada, são novamente as mulheres negras as mais expostas a este tipo de atividade. No entanto, há aqui uma diferença que precisa ser marcada. Seguindo das mulheres negras são os negros em geral e os homens negros que aparecem como mais expostos ao trabalho precário, tendo o grupo “mulheres total” ainda muito próximas.

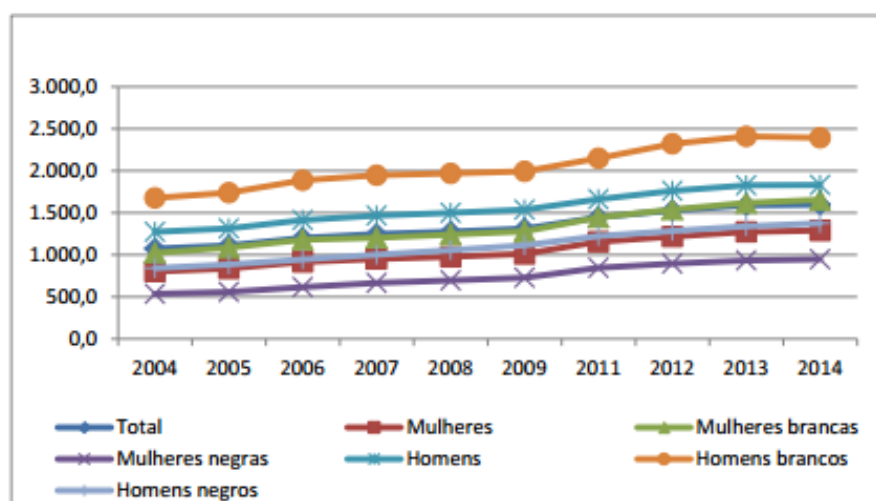
Gráfico 02 – Proporção de trabalhadores precarizados



Fonte: IPEA (2016)

É possível perceber, através da análise do gráfico 02, que nada menos que 39,1% das mulheres negras ocupadas estão inseridas em relações precárias de trabalho (IPEA, 2016), enquanto o percentual de mulheres brancas na mesma condição é de 27%. Novamente aqui as categorias gênero e raça se cruzam e é possível observar os efeitos da estrutura racial brasileira, especialmente para as mulheres negras. Após a análise dos dados relativos à precariedade do trabalho aos quais certos grupos de trabalhadores estão expostos, optei por trazer dados relativos à remuneração. Quanto a este tema o resultado apresentado pelo IPEA é o seguinte:

Gráfico 03 – Rendimento médio do trabalho principal da população ocupada



Fonte: IPEA (2016)

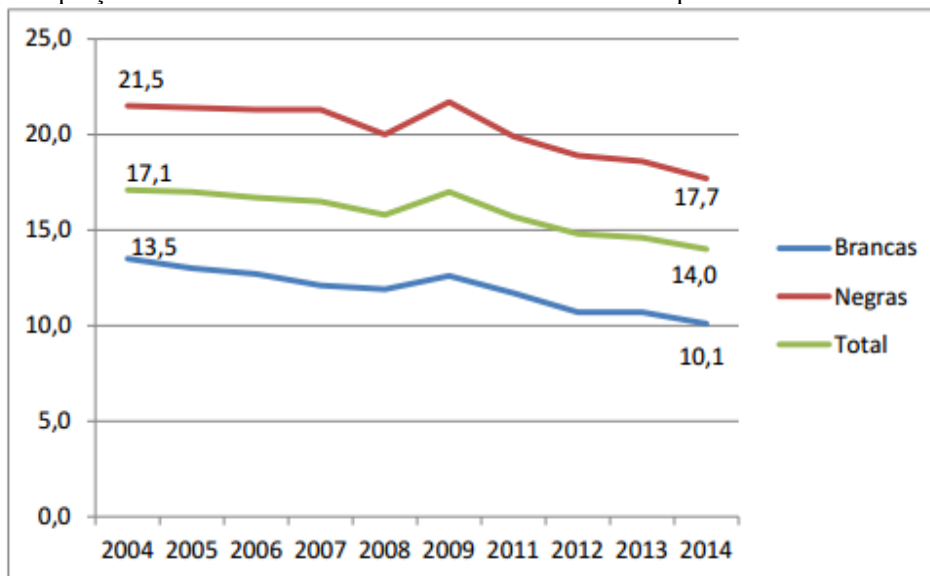
Considero o indicador rendimento uma importante fonte de análise para este estudo. É possível verificar que nele as posições se invertem, quando relacionados aos demais resultados já apresentados. De acordo com o apontado no relatório, o indicador de rendimento pode ser lido como um resumo das formas e condições de inserção dos trabalhadores e trabalhadoras em uma determinada ocupação (IPEA, 2016). Considero, porém fundamental destacar que, de acordo com a pesquisa, entre 2004 e 2014 houve um aumento significativo na renda do brasileiro, sendo que o maior aumento atingiu as mulheres negras (um percentual de 77%). Ainda assim são as mulheres negras que se mantêm com os menores rendimentos em relação aos demais. Um fator que é de fundamental importância nesta análise é que, conforme destacado pelos pesquisadores do IPEA

Nem tudo, porém, é objetivamente percebido. Não são poucos os estudos que procuram mostrar o quanto da desigualdade salarial não é explicada por nenhum fator observável (idade, escolaridade, cargo, região, etc), sendo esta uma lacuna normalmente atribuída à variável “discriminação”. Assim, para além das desigualdades “herdadas” pelo mercado de trabalho, sabe-se que este também produz as suas próprias desigualdades (IPEA, 2016, p. 12-13).

É possível perceber, a partir do exposto, o quanto o campo da gestão precisa ainda avançar, no sentido de garantir possibilidades e igualdade de direitos e condições para todos os trabalhadores. Não há como negar que em virtude da maneira como se deram as práticas de exclusão dos negros no Brasil pós-abolição, não há condições de se fazer uma análise do contexto do trabalho no país, sem inserir o critério raça. Desta maneira, “ao analisar contemporaneamente a divisão social do trabalho em nossa sociedade, torna-se imprescindível, para além de considerar aspectos essenciais como a diversidade de ocupações e a remuneração da força de trabalho, agregar a cor ou raça do trabalhador” (NASCIMENTO, 2018, p.41).

Outro fator que considerei importante expor, uma vez que vem ao encontro do estudo que proponho é a proporção de mulheres que atuam no trabalho doméstico.

Gráfico 04 – Proporção de trabalhadoras domésticas entre as mulheres ocupadas



Fonte: IPEA (2016)

Novamente não foi identificada qualquer surpresa no resultado apresentado. A maioria das mulheres que se ocupam do trabalho doméstico no Brasil são as mulheres negras, ainda que a quantidade de mulheres que atuam como domésticas apresente tendência de queda. Não é novidade dizer que temos aqui mais um reflexo da construção social e discursiva de nossa sociedade no que diz respeito às questões de gênero e raça. Para a mulher negra, no período pós-abolição o serviço doméstico continuou sendo a ocupação predominante. Conforme salienta Fernandes (1978, p. 65)

[...] a mulher encontrou maior facilidade de ajustamento ao trabalho livre. De um lado, no regime escravocrata os serviços domésticos, principalmente nas zonas urbanas, não envolviam a mesma degradação do seu agente que o duro “labor da roça”. Eles provocavam maior contato permanente com os brancos e facilitavam as relações paternalistas ao velho estilo. Portanto, várias condições favoreciam a estabilidade da “mulher negra”, como e enquanto serviçal doméstica. Doutro lado, a concorrência com o “estrangeiro” não assumiu de imediato, nesta área dos serviços urbanos, proporções tão dramáticas.

Tal possibilidade de ocupação da mulher negra nesse período era vista como vantajosa, uma vez que dava a ela a possibilidade de se manter no modo de vida urbano que se iniciava. Neste sentido Fernandes (1978, p. 66) salienta que “[...] é a mulher (e não o homem) que vai contar como agente de trabalho privilegiado – não no sentido de achar um aproveitamento ideal ou decididamente compensador, mas por ser a única a contar com ocupações persistentes e, enfim, com um meio de vida”. Vê-se hoje, no entanto, que esta ocupação destinada à mulher negra apenas foi possível a partir da reprodução do que já acontecia na sociedade escravista, na qual eram estas as mulheres que atuavam como serviçais nas casas de seus senhores. Ainda hoje muitas mulheres

negras veem esta como sendo a única possibilidade no que diz respeito à sua ocupação no mercado de trabalho. Nas entrevistas que realizei, ao conversar com Lurdes este posicionamento foi explicitado. Ela me falou:

Eu acho que hoje eu taria trabalhando era de doméstica! Por que querendo ou não minhas... tem irmãs minhas que trabalham ainda de doméstica, né... as que foram embora daqui. Mas tem irmãs minhas que fazem outras coisas, né... não é doméstica, elas fazem outras coisas. Até as domésticas... elas trabalham, mas é um trabalho, assim, como é que eu vou te dizer... é como se fosse governanta, como se fosse assim... e isso aqui não tem! Acho que ninguém daria essa oportunidade. Se bem que também o lugar aqui é pequeno pra isso. Mas se eu não tivesse na prefeitura, eu acho que eu taria de doméstica por aí, eu acho que eu não teria outra oportunidade. Um tanto acho que seria culpa minha, né, por não ter estudado. E também por não... onde eu trabalharia, né? Que que eu faria aqui, como mulher? Ia trabalhar aonde? Como? (Lurdes, funcionária pública, grupo negro).

Lurdes é funcionária pública no município de Quatro Pontes e trabalha como zeladora/merendeira na escola local. Interessante notar como, em sua fala, ela não identifica outra possibilidade de atuação para si – se não tivesse passado no concurso público – além do trabalho doméstico, função desempenhada por suas irmãs que não vivem mais no município, como ela destaca. É importante notar também que, implicitamente, a entrevistada vê esta ocupação como inferior, e diz que o trabalho de “governanta” seria uma possibilidade melhor. Outro ponto que destaco no discurso apresentado por Lurdes é o fato que ela não atribui, num primeiro momento, esta restrição de possibilidades à dimensão racial, mas se culpabiliza quando diz que não estudou. É possível identificar, desta maneira, a reprodução das ideias que constituem o pensamento racial brasileiro e que, como dito anteriormente, alcança todos os grupos e, via de regra, reforça as representações já estabelecidas.

A nota técnica não traz informações sobre os cargos de gestão, bem como, sobre como se diferentes níveis de escolaridade interferem nos posicionamentos dos trabalhadores no interior das organizações, o que certamente seria relevante para este estudo. No entanto, considero que as informações dispostas são suficientes para compreender como se constitui atualmente o mercado de trabalho em nosso país e como esta constituição contribui para a manutenção das representações acerca de negros e brancos em nossa sociedade.

Esta realidade do mercado de trabalho brasileiro, na qual um dos principais fatores de diferenciação está atrelado à questão racial é relativamente recente. De acordo com o que salienta Conceição (2013) até o início da década de 1990 o mercado de trabalho brasileiro era tão racista quanto sexista. Isto porque tanto mulheres brancas

quanto negras estavam nos menores níveis, tanto de ocupação quanto de salário. É a partir da década de 1990 que o racismo superará o sexismo “que continuará existindo, mas em escala menor para as mulheres brancas e em nível abissal para as mulheres negras, que sofreram “na pele”, pelo fato de serem negras”, afirma Conceição (2013, p. 40). Esta realidade se mantém em nossos dias, como pode ser verificado através dos números apresentados. Diante disso Teixeira (2015, p. 17-18) afirma que

Os sujeitos construídos como negros estão nas piores ocupações no mercado de trabalho mundial; no caso brasileiro, englobando todos os grupos sociais, as mulheres construídas como negras são aquelas cuja situação de precariedade no trabalho é a mais alarmante. As mulheres construídas como brancas, por sua vez, ocupam ainda melhores ocupações que os homens negros.

Os dados ora apresentados me fazem refletir acerca da forma como as negras e negros estão inseridos em nosso mercado de trabalho. Parece, como afirma Santos (2001), que há um acordo tácito entre empregadores e/ou gestores no sentido de impedir a entrada de trabalhadores deste grupo social nas organizações. Neste sentido, é possível, em minha concepção, ampliar a ideia de arquitetura social imaginária, que apresento nesta tese, no sentido de que ela se caracteriza também por esses lugares segmentados no mercado de trabalho, aos quais, via de regra, negras e negros têm acesso restrito.

É importante destacar, embora pareça óbvio, que a desigualdade persistente em nosso mercado de trabalho, em relação ao sujeito negro, não advém da sua falta de capacidade para a realização das atividades, afirma Conceição (2013). A construção do pensamento racial brasileiro e as posteriores políticas governamentais, ou falta delas, fez com o que o espaço do trabalho fosse se reduzindo para negros e negras no período pós-abolição. Neste sentido, Conceição (2013, p. 33) salienta

No período de transição do trabalho escravo para o trabalho livre e assalariado (aproximadamente entre os anos 1850 – 1930), o Estado deixou de adotar medidas necessárias para garantir ao ex-escravo lugar no nascente mercado de trabalho. Depois, mais particularmente por meio da Província Paulista, passou a subsidiar a entrada de imigrantes europeus para ocupar tais posições, negando a pretos e mestiços essa oportunidade.

Retornei a este ponto pois entendo que é necessário olhar para o potencial do trabalhador negro em nossa sociedade. Não estaríamos desperdiçando talentos em virtude do nosso modelo racial? Neste sentido, corroboro o que afirma Cardoso (2008, p. 169) quando diz que “a história do Brasil, portanto, também é a história do desperdício do talento negro”. Voltarei a este ponto posteriormente, uma vez que

entendo ser fundamental ir além do diagnóstico da condição de negros e brancos no mercado de trabalho.

No mesmo movimento de construção social e discursiva dos sujeitos enquanto trabalhadores, temos os germânicos, tidos no Brasil como detentores de grande potencial de civilização e desenvolvimento. Diante disso é preciso destacar que a construção do germânico enquanto sujeito trabalhador também se dá a partir de representações. Representações que tem sobre si e representações construídas por terceiros acerca dele. Neste sentido Seyferth (2000, p. 160) destaca:

A ligação de causa-efeito entre trabalho e patriotismo aparece mais claramente nas representações sobre o pioneirismo dos alemães – a colonização algumas vezes apresentada em jornais teuto-brasileiros como “patriotismo de ação” (Seyferth, 1989, p. 101) e as colônias como “pátria construída” pela capacidade germânica de produzir civilizações na selva, a superioridade de trabalho imaginada como qualidade da raça.

No entanto, conforme afirma Conceição (2013) muitos dos imigrantes europeus que vieram ao Brasil eram muito pobres e, assim como os ex-escravizados não estavam habituados ao ritmo do trabalho industrial. Desta forma estes trabalhadores “[...] não se constituíam em quadros mais bem preparados que os negros livres ou libertos” (CONCEIÇÃO, 2013, p. 34). A autora continua ainda destacando uma questão que torna inválido o argumento de que os negros não teriam conhecimento suficiente para atuar nas indústrias do país, tendo em vista que “[...] hoje sabemos que a participação do trabalho escravo nos empreendimentos industriais, assim como nos serviços urbanos, foi majoritária pelo menos até 1850” (CONCEIÇÃO, 2013, p. 34). No mesmo sentido Barbosa (2003) aponta que no período pré e pós abolição negros e negros escravizados e forros já iniciaram os trabalhos nas fábricas que se instalavam no país. É possível perceber, desta forma, que diferentemente do que é dito acerca dos trabalhadores, a opção pelos imigrantes foi baseada na questão racial e não de qualificação.

No entanto, ampliou-se, principalmente após 1888, a ideia de que apenas os trabalhadores europeus poderiam ser capazes de desenvolver o país. Esta ideia, em conjunto com as políticas de embranquecimento já citadas fizeram com que o trabalhador de origem europeia fosse visto como mais adequado para compor os quadros de trabalhadores das empresas aqui estabelecidas. Tendo isso em vista, Conceição (2013, p. 34) destaca que

Na nova conformação, a mão-de-obra imigrante se fez cada vez mais presente nas grandes fazendas de produção de café, enquanto uma parte crescente da população de escravos, então liberados, se viu forçada a se juntar ao contingente de homens livres e libertos, que, em sua maioria, se dedicavam à economia de subsistência, ou a atividades ligadas ao ramo dos

pequenos serviços urbanos. [...] Logo, a população negra e mestiça não ascendeu ao trabalho livre, que se constituía como a nova base da economia, mas adentrou maciçamente no setor de subsistência e em atividades mal remuneradas.

Diante do exposto, é possível perceber que a sociedade brasileira foi constituída a partir de pressupostos que visavam a exclusão completa de negras e negros de sua estrutura. Não sendo isso possível, a inclusão deste grupo nos diversos ambientes sociais – entre os quais se tem o ambiente do trabalho – foi precária, deixando várias lacunas a serem preenchidas e várias questões a serem abordadas. As consequências disso nos afeta até hoje, seja nas grandes metrópoles ou em pequenos municípios do interior do país, como é o caso de Quatro Pontes.

5.2 A composição do mercado de trabalho no município de Quatro Pontes

Ao me confrontar com as representações apontadas anteriormente, percebi que existem práticas sociais que atuam no sentido de manter negros e brancos nos lugares que estão demarcados socialmente para eles. Foi também o que eu pude confirmar quando o assunto foi o posicionamento de ambos os grupos no mercado de trabalho no município de Quatro Pontes. Desta maneira, engana-se quem pensa que a nossa construção social afetou apenas um grupo. Todos fomos afetados, e, ainda que de maneiras distintas, identificamos de maneira consciente ou não os lugares demarcados na sociedade. Esta demarcação garantiu privilégios aos sujeitos brancos enquanto para os negros foram relegadas as posições de inferioridade.

Isto ocorreu de maneira tão fortemente marcada que, ainda hoje, é possível perceber os reflexos, não apenas nos números, como já exposto, mas também na maneira como cada um dos grupos se posiciona até mesmo para contar a sua história. Neste sentido percebi nitidamente a diferença entre conversar com brancos – germânicos – e negros nas entrevistas que realizei. Enquanto os germânicos falam com orgulho e riqueza de detalhes de sua história, e de sua construção enquanto sujeito trabalhador, muito possivelmente em virtude da forte identificação com o “mito do pioneiro herói”, com os negros ocorre o contrário. Era preciso muitas indagações para que falassem sobre a sua história e, ainda assim, grande parte das narrativas não eram muito detalhadas. Era possível perceber um misto de vergonha e sentimento de

inferioridade em suas palavras e em seus silêncios. Como se me dissessem: tem certeza de que você quer mesmo falar sobre isso? E, quando apontavam situações de racismo, ainda que explícito, de alguma maneira se colocavam no papel de culpados pela situação.

Foi a partir deste contexto que passei a observar a construção histórica e a composição atual do município no que diz respeito ao mercado de trabalho. Lembro-me que durante a minha infância fazia parte de uma das poucas famílias de negros ou mestiços que viviam na área central da cidade. Os meus colegas negros, em sua maioria, moravam em casas construídas em áreas nas quais também se localizavam as fábricas de tijolos – que eram conhecidas na cidade como olarias – nas quais prestavam seus serviços. Diante disso, busquei saber – a partir de relatos dos pioneiros, uma vez que a história oficial não apresenta esta informação – quando começaram a chegar a Quatro Pontes pessoas que não eram descendentes de alemães, tendo em vista que todas as versões da história dão conta de que foram estes os primeiros a chegarem aqui. E pude apreender que o que trouxe os sujeitos negros para o município foi justamente o trabalho.

Luiza, que, como citado anteriormente, faz parte de uma família que chegou em Quatro Pontes na década de 1950, assim nos diz:

[...] mas eu acho que foi quando começou essa questão das olarias, porque eu lembro desses negros que vieram pra cá, que trabalhavam em olarias, né? Como eu te falei, serviço mais pesado... vieram já específico pra isso e também não eram... claro, tinha negros, mas não eram totalmente negros, né? Então esse pessoal vinha pra trabalhar assim e eu, como eu te falei, eu comecei a estudar... eu nasci em 1962, eu comecei a estudar em setenta, mais ou menos, eu nunca cheguei a estudar com uma pessoa negra naquela época, né? Então eu acho que eles vieram depois de setenta, pra frente, alguma coisa assim. Talvez tinha um ou outro que veio assim... mas mais forte assim, mais de origem germânica e mais forte ainda, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, né? Então esse pessoal veio pra cá, mas não tenho lembrança, assim, agora (Luiza, 53 anos, empresária, grupo germânico, grifos meus).

Na narrativa aqui descrita vejo emergir um discurso naturalizado sobre o lugar que era destinado a cada um dos grupos: os negros chegam “especificamente” para o serviço pesado. No relato do proprietário de uma das cerâmicas da cidade, este ponto também é abordado, senão vejamos:

Em 1964 nós viemos morar aqui nessa chácara, aí meu pai construiu a cerâmica. E aí, nós trabalhava... só família, no começo... eram sete irmãos, então todo mundo tinha que trabalhar. Depois, quando chegou... mais tarde, alguns casando, saindo de casa, aí sobrou só dois... três, né! Aí nós tivemos que pegar funcionários, colaboradores como se diz hoje... aí no começo, no começo era só de origem alemães, né! Nos anos setenta aí começo vim os afrodescendentes, né! Porque tinha muitas cerâmicas aqui, serrarias, né! Então precisava de mão-de-obra, então eles migraram pra cá. Então começou

a misturar já mais... os funcionários, né! (Clovis, 70 anos, empresário, grupo germânico, grifos meus).

Novamente aqui os negros que chegaram ao município são descritos como aqueles que vieram suprir uma necessidade de mão-de-obra para o trabalho nas olarias e serrarias instaladas na localidade. Desta maneira, ao abordar o assunto, não se fala da presença negra na comunidade, na escola, ou em outros espaços sociais que não seja o trabalho. Preciso destacar também que não era em qualquer posto de trabalho, mas em ambientes específicos, do chamado “trabalho pesado”. Neste sentido Luiza diz:

[...] então, que nem histórias dos meus avós, do meu pai assim, que contam e sempre essas pessoas negras, infelizmente, eles vinham pra fazer esse trabalho bruto, pesado... eu acho que é por causa desse período da escravidão, que veio depois essa libertação, então parece que eles eram destinados só pra esse tipo de trabalho, não sei se não havia confiança das pessoas, no intelecto delas, ou alguma coisa assim. Mas isso é uma questão de cultura, e isso é muito difícil pra mudar (Luiza, 53 anos, empresária, grupo germânico, grifos meus) .

Interessante notar que emerge neste discurso uma das representações acerca do negro: a imagem da herança do período escravista no Brasil. Esta imagem leva a dizer hoje que o negro serve ao serviço bruto, pesado, pelo fato de ter sido escravizado. Ora, após mais de cem anos do fim da escravidão no Brasil a imagem do negro ainda é vinculada a ela e mais, a escravidão é utilizada para justificar – ainda hoje – as posições inferiores que, invariavelmente, os negros ocupam nas relações de trabalho. Chama a atenção ainda o fato de o período de escravidão ser tratado com tamanha naturalidade, assim como pode ser percebido também no restante de nosso país. Não há qualquer pudor em tocar no assunto, como se esse fato fosse algo corriqueiro. É preciso salientar ainda que não há no fragmento supramencionado qualquer consciência de que a herança escravocrata não poderia ter se mantido se não tivessem sido reproduzidas e naturalizadas as práticas que a balizavam no decorrer dos séculos no Brasil.

Outro ponto que me chamou a atenção no fragmento é que a inferioridade negra não é exposta a partir de uma visão biológica – ou do chamado racismo científico – mas a partir de uma visão de cultura ou de propensão inata para ocupar determinadas posições no mundo do trabalho. Ao utilizar a expressão “é muito difícil pra mudar”, Luiza confirma que tais posicionamentos estão mantidos na sociedade ainda em nossos dias. Percebo, desta maneira, como o pensamento racial brasileiro está impregnado em nosso imaginário e é externalizado de maneira natural, sem qualquer questionamento. O relato que segue também demonstra isso, senão vejamos:

A separação disso, esse pessoal braçal, que trabalhava mais no pesado, é porque as pessoas que vieram para cá [se referindo aos germânicos], eles se

estabeleceram nas terras. Vieram todos assim de família, e eles trabalhavam lá com a família. Quando começou um pouco dessa coisa de industrialização, esse pessoal [refere-se aos negros] se adaptou mais ali, eles praticamente não tiveram família, muitas vezes não tinham família, que vieram atrás depois. Eles não tinham uma vocação na terra, na criação, no plantio, na lavoura. E por isso esse pessoal sempre foi procurado para trabalhar olarias, em setores de arrumar lavoura, ou fora disso, trabalhar em enxada, machado. Por isso que teve a separação, esse grupo por si só se separou das pessoas que moravam na terra que ajudaram para essa separação. “Nós aqui e vocês trabalham lá”. E eles se adaptaram mais a isso também. Não era só para dizer, “vocês são a leva e nós os donos”. Parecia que era mais não era (João Carlos, 80 anos, comerciante aposentado, grupo germânico, grifos meus).

Neste fragmento discursivo, novamente ocorre a naturalização do lugar do negro, sendo que não há qualquer questionamento em relação a isso, por parte do enunciador. Ele destaca ainda que os germânicos tinham a sua família (o que para a cultura germânica é muito importante) e utiliza a expressão “vocação” para falar do trabalho na terra. Em sua concepção, portanto, os negros não tinham tal prerrogativa. Não se leva em conta, portanto, a proibição de venda de terras para não germânicos, tampouco os fatores históricos e estruturais que faziam com que os negros não tivessem possibilidade de adquirir terras, em virtude das restrições financeiras. Há, portanto, um total silenciamento acerca de questões estruturais. No entanto, ao final, João Carlos disse que, “apesar de parecer”, não era uma segregação entre donos e empregados, mas uma organização natural da estrutura da localidade.

Vê-se, desta maneira, que nos relatos dos descendentes de germânicos não há qualquer consciência acerca do privilégio racial (Schucman, 2012) que estes detêm. Toda a estrutura social é tida como naturalmente construída, ainda que confirmem o planejamento arbitrário para a colonização da região.

Como disse anteriormente, a concepção do trabalho como fator primordial para a vinda de negros e negros para o município é apontado por ambos os grupos. Sofia vive no município de Quatro Pontes há dezessete anos e foi construída por mim como negra. Ela também fala sobre os motivos que fizeram com que ela e sua família viessem para o município de Quatro Pontes, bem como, sobre o trabalho que realizavam aqui:

Por que lá era muito ruim de trabalho, a gente veio tentar uma vida melhor aqui... e chegando aqui, a gente residiu lá no (nome da propriedade), né? Trabalhamo lá por treze anos. [...] a gente veio assim, a rumo... a gente veio com uma Kombi, só com as coisas mais necessárias assim, dentro de casa. E chegando aqui, ficamos dezoito dias morando com a minha sogra e depois a gente arrumou emprego. Aí depois a gente arrumou emprego... meu marido arrumou emprego em uma olaria. E... depois disso, passado um ano e meio eu comecei a trabalhar também, lá na olaria também. [...] O meu marido era oleiro, né? As minhas piazadas começaram também trabalhando lá... eu trabalhava na casa, a minha filha mais velha também trabalhava lá, até hoje trabalha lá, né... e assim, os meus meninos continuam trabalhando lá

também... e só eu que não trabalho mais. Mas assim, era um serviço... eles falam sofrido, não era sofrido... era um serviço que tem que ter mais dedicação, né? Por que é pesado, é... tem que ter mais força de vontade pra trabalhar... mas era legal! (Sofia, 39 anos, zeladora, grupo negro, grifos meus)

Os depoimentos que seguem, de Larissa e Lurdes, que eu também classifiquei como negras, também apontam para a mesma direção. Senão vejamos:

[...] e a gente morou em cerâmica, né, só tinha morenos morando lá, né! Trabalhando... trabalhamos pra alemão, né... [...] depois a gente foi morar nessa cerâmica, ficamos lá muito tempo, muitos anos. Acho que mais de nove anos... (Larissa, 32 anos, cuidadora de idosos, grupo negro, grifos meus).

E daí eu acho que foi enfraquecendo o trabalho de café por lá, né? [refere-se ao Norte do estado do Paraná]. Meus pais vieram... vieram vindo de mudança... pareciam ciganos... nunca ficavam em lugar nenhum, sabe? Trabalhavam um tempo num lugar... sempre trabalhavam na roça, né... um tempo no outro. E a gente morou muito tempo em Toledo, né... daí depois de Toledo eu vim pra cá, eu deveria ter uns sete aninhos, quando a gente veio... sete não, menos... uns cinco, eu acho! Daí a gente morava em Sarandi, morava ali perto da (nome de uma empresa do município), nas olarias, sabe? Depois a gente acabou vindo mais pra cá, né... e eu tinha... é... daí a gente tinha que sair... eu saí muito cedo de casa também pra trabalhar, com treze anos de idade eu saí, pra ajudar a família... ajudar meus pais (Lurdes, funcionária pública, grupo negro).

A partir destas falas, é possível perceber que foi o trabalho e a busca por condições melhores de vida que trouxe germânicos e negros ao município de Quatro Pontes, no entanto, a natureza do trabalho e os espaços reservados aos grupos foi historicamente diferenciado e assim permanece ainda hoje. A justificativa para que aos negros tenha sido oferecido o trabalho nas cerâmicas – ideia que é também exposta por eles – é que os brancos não teriam condições de trabalhar nesses lugares, pois se tratava de um trabalho muito pesado.

[...] mais pessoas morenas, porque assim... a questão é que eles falam que o branco não aguentava, porque é muito pesado! Isso foi o que eu ouvi lá, muitas vezes... “Ah, pegamos morenos porque os alemães não aguentavam, são fracos!” Mas não é isso, as vezes não tinha hábito de trabalhar no pesado... [...] Lá a maioria do povo lá era moreno mesmo... era difícil... desde quando eu mudei lá, um senhor só alemão trabalhou lá... de todo esse tempo que meu marido trabalha lá... e meus filhos... era só moreno... Até hoje, as piazadas que... que vão lá trabalhar, são morenos, não tem alemão... sabe? É difícil... eu não sei o motivo, não sei te explicar o porquê, mas eles falavam esse, né.. que os morenos aguentavam mais, os alemão não... não sei o que .. então, não sei... mas eu, desde quando eu mudei lá, só uma pessoa alemão passou lá. (Sofia, 39 anos, zeladora, grupo negro, grifos meus).

Os relatos apresentados apresentam narrativas consonantes em relação aos lugares a serem ocupados por brancos e negros no município. O negro vem para o

trabalho pesado que “branco não aguenta”. Entretanto, se analisarmos a trajetória da colonização do município, vemos que o germânico também realizou o chamado serviço pesado, ao auxiliar na abertura de estradas e retirada do mato que predominava na região. Percebe-se aí que a questão vai além da natureza do trabalho, está vinculada ao seu objetivo, de tal forma que não podemos deixar de nos lembrar que o que se denomina branquitude é, explicitamente, um estabelecimento de lugares sociais, tal como nos diz Schucman (2012).

Os pioneiros, portanto, são construídos como heróis, como aqueles que trouxeram a possibilidade de desenvolvimento à região. Já os negros vieram para prestar serviços e “serviços pesados” como é dito nas diferentes narrativas. Deste trabalho não emerge a mesma representação, mas a ideia de servidão, daquele que vem para “trabalhar para o alemão”. Como disse Larissa no fragmento anteriormente exposto: “a gente trabalhava pra alemão”. Neste sentido entendo que a maneira como os discursos são articulados pelos grupos, legitimam a ideia de superioridade de um grupo sobre o outro, como afirma Bento (2002). Há, portanto, uma evidente naturalização em relação ao fato de que cabe ao negro realizar o trabalho pesado e ao branco o papel de coordenar estas atividades. O relato que segue explicita isto:

E as pessoas, assim, de origem negra, a gente conhecia muito pouco, e esse pessoal trabalhava, na época minha, de criança e até um pouco depois, de jovem ainda, esse pessoal trabalhava mais com mão de obra mais... não sei se vou definir como mais bruta, ou não... mas trabalhava em olarias, o trabalhos mais pesados, assim, né? e esse pessoal de origem alemã, todo mundo, eles tinham um... uma terra, um sítio ou uma coisa... eles produziam seus próprios alimentos, que era a mandioca, o milho, feijão, amendoim (Luiza, empresária, grupo germânico, grifos meus).

Até mesmo para conseguir emprego é necessário ao negro, mais que a outros, provar que possui determinadas capacidades. Esse fator se acentua quando o sujeito que procura emprego além de ser negro, não é conhecido na cidade. Dizemos isso por estarmos tratando de um município com menos de cinco mil habitantes, onde como dizem “todo mundo conhece todo mundo”. Pedro passou por essa situação ao chegar à cidade em 2004:

[...] foi bem no começo que nós “tava” aí, né? aí eu fui pedir um serviço pro... não vou falar o nome... pra um senhor aí, aí ele olhou “de cima embaixo”, assim, né... e falou: Não! E o caminhão dele ficou um bom tempo parado, né... e ele precisava de motorista, entendeu? Até que ele arranhou um que era da cor branca, né? (Pedro, 44 anos, auxiliar de produção, grupo negro, grifos meus).

Pedro explicita em sua fala que a questão racial foi determinante para que recebesse uma resposta negativa no momento em que procurava trabalho, logo que chegou ao município. A avaliação para a negativa em relação ao pedido de emprego levou em conta apenas o fenótipo, uma vez que Pedro afirma em seu relato que o dono do caminhão não fez qualquer análise em relação à sua competência, apenas se recusou a permitir que trabalhasse com o seu caminhão.

Sofia trabalha como zeladora em uma empresa do município e disse em seu depoimento que até hoje não encontrou problemas para se inserir no mercado de trabalho em virtude de seu fenótipo. Pelo contrário, quando se separou de seu marido e veio morar na cidade – antes eles moravam no interior do município e trabalhavam em uma indústria de tijolos – ela conta que logo conseguiu um outro emprego. Diz: “Eu não fui em busca do emprego, foram eles que ofereceram e como eu tanto queria trabalhar numa firma, carteira assinada, registrada e tal, quando me ofereceram essa vaga, eu logo peguei”. Percebi na fala desta trabalhadora que ela está satisfeita porque o que aspirava para a sua vida eram condições mínimas de direito, como trabalhar com carteira assinada. No entanto ao se referir à situação vivenciada por sua filha, seu posicionamento é diferente, senão vejamos:

É por que assim, eles dão... nessa parte, eu acho que tem sim preconceito. Porque a minha filha ela queria tanto emprego assim numa loja, né... melhorar de cargo, né? ela cuidava de criança, né? Era empregada doméstica e cuidava de criança... ela... pra ela mudar, conseguir fazer uma faculdade, ela teve que mudar daqui, ela foi morar em Foz... ela arrumou emprego numa loja lá, porque aqui ela não conseguia (Sofia, 39 anos, zeladora, grupo negro, grifos meus).

O contexto social do qual fazemos parte, de certa forma, demarca os nossos lugares. Vamos aprendendo, no decorrer da vida, quais os espaços pelos quais podemos transitar. Isto fica explícito quando Sofia fala da sua condição e se diz satisfeita com o que conseguiu até aqui. Parece-me que ela internalizou qual é o seu lugar, e não almeja mais do que se manter nele. Por outro lado, aparece também a questão da resistência, uma resistência sutil, mas que não pode ser desconsiderada. O espaço que Sofia entende ser o seu, não é o mesmo que a sua filha quer ocupar. No município o lugar está marcado, ela pode ser doméstica ou babá. No entanto, ela não se conforma com o estabelecido e, vai embora da cidade para galgar o espaço que entende que tem condições de ocupar.

Os germânicos, por sua vez, explicitam, também, a demarcação dos lugares, senão vejamos:

Eu acho que se eles [os empresários] tiverem que escolher em alguém que tenha origem alemã e origem negra, com certeza eles vão contratar alguém que é de origem alemã, as empresas aqui, né? Por não conhecer... ou terem preconceito mesmo, ainda, né... contra o negro [...] Eu acho que existe preconceito aqui sim. Eu percebo isso no meu trabalho (Vanusa, 31 anos, vendedora, grupo germânico, grifos meus).

A prática explicitada por Vanusa não se restringe ao município de Quatro Pontes. Carneiro (2011, p. 114-115) afirma neste sentido que

[...] é preciso, em primeiro lugar, admitir o que a experiência empírica e os estudos sobre as desigualdades raciais reiteram: negros com as mesmas habilitações que os brancos são preteridos em processos de seleção e, quando igualmente empregados, ganham menos pelo exercício das mesmas funções.

Pude compreender, a partir disso, que, ainda que não seja explícito, ou seja, não se diz ao candidato que ele foi preterido por ser negro ocorrem práticas veladas que, ao serem realizadas tem por intenção manter o negro em “seu” lugar. Lugar este de inferioridade estabelecido prática e discursivamente. No mesmo sentido, Hasenbalg (1979, p. 116) afirma: “[...] se as pessoas entram na arena competitiva com os mesmos recursos, exceto no que se refere à filiação racial, o resultado (posição de classe, ocupação, renda e prestígio) dar-se-á em detrimento dos não-brancos”.

Percebo que esta ideia se acentua quando se trata de locais em que existem culturas hegemônicas fortemente enraizadas, como é o caso da cultura germânica. Assim, as colônias que foram construídas no período de imigração, a fim de que fosse mantida a cultura dos povos europeus que vinham ao Brasil (RIBEIRO, 1995), estão presentes ainda hoje nos locais em que estes se estabeleceram. Desta maneira a formação do mercado de trabalho nessas localidades passa a ser essencialmente branca, quando se fala das melhores oportunidades ou posições em que se tem contato direto com o público, como ocorre no comércio varejista. Neste sentido Larissa salienta:

[...] porque pros homens, eles querem o moreno, porque são fortes, aguenta peso, aguenta isso... pra mão de obra no bruto, tem bastante, agora pra mulheres morenas já não. Ou é doméstica, ou é doméstica, não tem, né! A gente vê muito pouco... pode ir no mercado, pode ir em qualquer lugar, você vê muito pouco... você não vê “um azulão” trabalhando lá, não é verdade? Só tem alemão! (Larissa, 32 anos, cuidadora de idosos, grupo negro, grifos meus).

Foi possível perceber neste relato que o gênero também é fator determinante para definir posições no mercado de trabalho. Estes posicionamentos, conforme salientam Teixeira, Saraiva e Carrieri (2015) estão vinculados à própria condição de desigualdade que permeia o ambiente privado e de trabalho. Novamente fica explícita a interdiscursividade que envolve as falas e as práticas dos sujeitos no município de

Quatro Pontes, demarcando lugares para diferentes raças e diferentes gêneros. Este discurso está vinculado à ideia de que mulheres, em especial as mulheres negras e os homens negros devem ocupar espaços tidos como de menor prestígio social. Para os homens, estes espaços também são aqueles nos quais a força física é essencial. Desta forma pude compreender que as posições ocupadas pelos negros continuam sendo, em sua maioria, os serviços braçais. É possível perceber que estes posicionamentos produzem experiências que apenas sustentam a reprodução de comportamentos já sedimentados no decorrer do tempo quando se fala em oportunidades profissionais.

Outra questão muito marcada na fala dos negros e negras com quem conversei no município foi que desde a infância tiveram que se ocupar de atividades laborais. Em um estudo sobre a cidade de São Paulo, no qual aborda as questões raciais, Silva (2006, p. 98) apontava esta realidade ao dizer que “a maioria dos entrevistados da periferia fez referência ao trabalho infantil como necessário para o sustento da família”. No entanto, através dos relatos que apresentarei na sequência será possível perceber que esta necessidade não faz parte apenas do cotidiano das grandes cidades. Atuando em funções diversas, como empregada doméstica, vendedor de sorvetes, catador de papelão, entre outras, muitas pessoas com que conversei relataram essas trajetórias, conforme segue:

Eu saí muito cedo de casa também pra trabalhar, com treze anos de idade eu saí [...] Eu também trabalhei nas olarias! Trabalhei também de oleira... criança! Antes dos treze! E depois eu fui trabalhar nas casas, de doméstica (Lurdes, funcionária pública, grupo negro).

Fui catador de papelão quando era pequeno... sorveteiro, era bem sofrida a coisa, né? [...] Eu já passei fome na minha vida! (Pedro, 44 anos, auxiliar de produção, grupo negro).

Eles (se refere aos filhos) desde pequenininho aprenderam a trabalhar, aprenderam a ter as suas coisas, eu, no meu ponto de vista assim... não é que era difícil, dependia de ter força, né.. força de vontade, muita gente não queria, né... recusavam o trabalho porque dizia que era muito pesado. Mas eu, assim... no meu ponto de vista, como os meus aprenderam lá a trabalhar, eu não achava pesado. Por que desde pequenininho aprenderam, né? Até hoje trabalham lá. [...] eles trabalharam muito cedo, pra aprender a dar valor, né? Por que hoje em dia, tá complicado... dá a (nome da filha) trabalhava na vila, né... na cidade... a (nome da filha mais velha) lá e os dois piá lá embaixo. A (nome da filha mais velha) até hoje vai lá... ela cuida o pátio da casa, né... mas assim, a gente também... muitas vezes a gente queimou forno, dá levava todo mundo junto, pra ajudar, né? Por que meu marido bebia e aí a gente tinha que “ponhar” a mão na massa. Então assim... a gente... se eles precisassem ajudar lá na olaria, eles iam, né? (Sofia, 39 anos, zeladora, grupo negro, grifos meus).

a gente tinha que se virar, é... né... correr, trabalhar de doméstica, pra se manter, é... muitas vezes sendo até explorada, né... você trabalhava o dia

inteiro em troca dos livros, dos materiais escolares, né... (Rita, funcionária pública, grupo negro, grifos meus).

a infância... eu comecei a trabalhar também mais cedo e tudo... com quatorze anos já trabalhava, fora assim de casa, pra conquistar as coisas, né? é... individualmente, até mesmo ajuda em casa, né? [...] Com quatorze anos eu comecei vender sorvete, [...] Vendia sorvete, com carrinho na rua [...] aí eu trabalhei um ano...deixa eu ver... foram cinco anos que eu trabalhei com o pessoal ali... numa lanchonete em Douradina (João, 27 anos, eletricitista autônomo, grupo negro, grifos meus).

Como eu já mencionei estes relatos que remetem a lembranças negativas, são muito sucintos, tinha certa dificuldade em saber mais detalhes sobre tais histórias. Foi possível apreender que a realidade do trabalho que se apresentava para os entrevistados, ainda na infância, era condição necessária para o sustento de suas famílias. Não se tratava, portanto de uma escolha, mas era “parte integrante da estrutura e sustentação da família, era um trabalho necessário” (SILVA, 2006, p. 100).

É possível perceber, através dos fragmentos discursivos destacados, que o trabalho é tido como algo fundamental para estes entrevistados. Logo, alguns pontos comuns aparecem nas falas, senão vejamos: o início das atividades laborais, ainda na infância, como necessário para auxiliar a família e alcançar objetivos pessoais; a natureza das atividades realizadas: para as meninas, os trabalhos como domésticas ou como babás. Já para os meninos as atividades de catador ou a venda de sorvetes aparecem nos relatos. Outro ponto que me chamou a atenção foi a naturalização do trabalho infantil como necessário para que deem valor ao que conquistam ou ao que possuem.

Estes relatos diferem deste outro, apresentado por Luiza. Ela também diz que desde criança auxiliava os pais e avós nas atividades do comércio, mas é nítido perceber a diferença entre os discursos. Para Luiza o trabalho não tinha conotação de sobrevivência, como para os demais. Senão vejamos:

E.. e assim, eu comecei dessa forma, assim, trabalhando no balcão, eu lembro até hoje, as vezes a gente não tinha nem altura ainda pra chegar no balcão, mas a gente gostava do que fazia! E isso, sabe, deu esse suporte, essa força pra gente dar continuidade pra isso. Então, a cena que eu me vejo hoje é essa cena: de criança, de a gente começando a trabalhar nesse ramo, que a gente herdou de avós, que foi pra pai, que hoje eu sou, seria, a terceira geração e eu tenho muito orgulho disso! (Luiza, empresária, grupo germânico, grifos meus).

Aparece neste fragmento discursivo, nitidamente, uma relação diferenciada com o trabalho que é explicitada, por exemplo, através da frase “a gente gostava do que fazia”. Não era, portanto, uma obrigação, tampouco uma necessidade para o sustento da

família. A atividade laboral desempenhada desde criança objetivava a manutenção e continuidade dos negócios da família que, como destacado pela entrevistada, está na terceira geração. É fundamental, desta maneira, destacar que esta forma como o trabalho é percebido e exercido nos diferentes grupos, no decorrer dos anos, está fortemente vinculado com o modelo racial brasileiro.

Outro fator muito comum que tenho percebido em relação a construção do pensamento racial brasileiro, bem como, à formação do mercado de trabalho é a culpabilização do indivíduo acerca de seus resultados. Desta maneira a estrutura social que, inevitavelmente, dá suporte a determinadas ações permanece intocada. Me chamou a atenção, neste sentido, o fato das justificativas apresentadas para os negros não conseguirem galgar outras posições estava sempre, em maior ou menor grau, vinculado à qualificação profissional e a sua indisponibilidade para buscá-la. Desta maneira, a estrutura social permanece inquestionável.

5.3 Qualificação profissional: porta de entrada para novos posicionamentos?

A qualificação profissional, ou a falta dela é, via de regra, utilizada como justificativa para o fato de que os negros não chegam aos melhores postos de trabalho. Desta maneira, a ideia do mérito individual para o alcance de objetivos compõe os discursos de forma explícita em nosso país. No município objeto de pesquisa deste estudo isso também ocorre, no entanto, é atrelado a outro fator, qual seja, a germanidade, a partir da qual, falar alemão se torna diferencial. Assim, a questão do preconceito fica em segundo plano, destacando-se a necessidade de qualificação. Me chamou a atenção o fato de que se trata de uma representação comum a brancos e negros, acreditarem que a posição do negro no mercado ainda deve ser em posições inferiores de trabalho. Em grande medida, quando este assunto é abordado, aparece o conceito do mérito – se estão nessas posições é porque não buscam se qualificar – logo, a responsabilidade deixa de ser de um sistema excludente, e passa a ser do próprio sujeito.

[...] sempre tive oportunidades, mas assim... nunca sofri uma... que eu tenha... porque é assim, não é um ponto que eu fico muito focando. Ah, porque eu

sou negro tem que ver o que eu vou fazer, tem que ser menos valorizado, não! Eu vejo que... eu vou em busca do que eu quero, então, sempre consegui o que eu queria, sabe? Por méritos meus, porque eu já estudei... (João, 27 anos, eletricitista autônomo, grupo negro, grifo meu).

Eu acho que existe preconceito aqui, sim. Eu percebo isso no meu trabalho. Digamos que assim, eu acho que a pessoa negra ainda é contratada pra fazer serviços domésticos, digamos assim. Mas trabalhar como vendedora ou... só se tiver formação, né... se tiver formação, daí já é diferente. Mas se é uma pessoa negra que não tem escolaridade, estudou ensino médio, digamos assim... eu acho que ela é contratada pra fazer serviços domésticos... vendo assim, digamos... pessoas negras que trabalham no comércio, digamos assim, na área de vendas, é muito pouco em relação a pessoas brancas, né? (Vanusa, 31 anos, vendedora, grupo germânico, grifos meus).

É possível identificar nos relatos que a qualificação profissional – representada principalmente a partir da educação formal – aparece como uma saída para que o negro consiga se inserir em igualdade de condições no mercado de trabalho. A partir desta concepção, saem de cena questões raciais e de classe – que, como já demonstrado neste estudo, são responsáveis diretas pelas relações e possibilidades de brancos e negros – e entra a ideia de que a educação formal poderia resolver todos os problemas. A grande questão a ser debatida a partir desta linha de pensamento é que o acesso à educação é visto apenas como uma escolha individual. Não se considera, novamente, as questões estruturais que permeiam o acesso e permanência de negras e negros nas instituições de ensino.

Meu questionamento neste sentido é: a quem é possibilitado acessar e permanecer nas instituições de ensino? será que a qualificação formal seria o suficiente para solucionar a segmentação a partir da raça no mercado de trabalho? Como salienta Fernandes (1978), o negro foi responsabilizado pela sua reeducação após a abolição a fim de atender aos padrões sociais. Esta é, portanto, uma questão histórica que se tornou uma representação altamente sedimentada e que precisa ser, aos poucos, modificada a fim de que se possa acreditar em um futuro no qual não seja exceção que um negro chegue a patamares mais elevados.

Nas empresas, por sua vez, conforme afirma Carneiro (2011, p. 113) “o nível de exigência de escolaridade é alto para os padrões nacionais, em que a média de escolaridade para brancos é de 6,6 anos de estudo e, para negros 4,4. Há uma barreira explícita de acesso, olhando-se a partir destes números que “[...] afasta cada vez mais os negros do mercado de trabalho, posto que eles reconhecidamente compõem o segmento social que experimenta as maiores desigualdades educacionais” (CARNEIRO, 2011, p. 113). A autora continua, ainda, dizendo que

as atuais exigências educacionais para a alocação de mão-de-obra no mercado de trabalho formal não apenas conformam-se como um instrumento para a seleção dos profissionais mais qualificados, mas também operam como um filtro de natureza racial, definindo os que preferencialmente serão alocados (CARNEIRO, 2011, p.114).

Em nossa realidade, porém, emergem ainda representações ligadas ao mérito, tendo como exemplos nomes de alguns negros que conseguiram um posicionamento importante. Percebi isso na fala de Luiza – empresária do setor varejista – que salienta que depende de cada um chegar onde espera, citando nomes de juristas e, principalmente atletas negros que alcançaram notoriedade. Entretanto, não se questiona as possibilidades desiguais para que isso seja possível, novamente, trajetórias individuais tomam o espaço e não se analisa a estrutura social, econômica e política que as possibilitam ou não. Assim, como salienta Hofbauer (2006), ocorre um processo de naturalização da inferioridade do negro e mais, uma culpabilização do mesmo quando não consegue alcançar posicionamentos tidos como socialmente relevantes.

Outro ponto que apareceu nos depoimentos colhidos foi a busca por uma “vida melhor”. Tendo, novamente, a qualificação profissional como pano de fundo. A fala de Larissa ilustra essa perspectiva:

Eu penso assim: eu não quero ter a vida que a minha mãe teve! Eu quero ser o contrário, né? Eu quero melhorar, pro meu filho, mais pra frente ter orgulho... não que a gente não tenha da mãe da gente, a gente tem! A gente também limpou chão, fez tudo, né... até hoje eu faço também, não tem problema, mas assim, tem que buscar qualificação (Larissa, 32 anos, cuidadora de idosos, grupo negro, grifos meus).

Neste depoimento é possível perceber que o trabalho doméstico é visto como inferior e que o orgulho dos filhos está vinculado à possibilidade de se desprender de tal atividade. Assim, a inserção no mercado de trabalho formal, em atividades tidas como “aceitáveis” apareceu como fator importante de distinção, de possibilidade de relações sociais e reconhecimento de pertencimento a um grupo privilegiado.

Foi possível verificar, no que diz respeito à formação do mercado de trabalho no município de Quatro Pontes, que, assim como acontece no Brasil, a questão estrutural – ou seja, o fato de que as relações raciais estão pautadas não no indivíduo, mas na maneira como, de certa forma, nos impõe a sociedade brasileira – não foi pontuada. Todas as análises e depoimentos dão conta de escolhas individuais, determinantes de posicionamentos. Entendo que a partir deste posicionamento é difícil pensar em ações que possam dar outro rumo às relações raciais no país, pois é preciso olhar para além do

indivíduo, é preciso questionar a estrutura. A partir disso é necessário questionar quais as possibilidades que o mercado de trabalho pode oferecer para que se possa pensar em mudança para a estrutura que está posta.

5.4 Existem possibilidades para inserção igualitária de negros e brancos no mercado de trabalho?

No que diz respeito à constituição do mercado de trabalho, tanto no contexto nacional, quanto no município em que este estudo foi realizado, o grupo dos sujeitos negros está em ampla desvantagem, o diagnóstico, portanto, não é nada animador. Diante desta circunstância, não basta apenas diagnosticar e confirmar algo que, como visto, é discutido há décadas em nosso país. Propostas e possibilidades podem, e devem, ser elaboradas a fim de que se possa, pelo menos, minimizar os efeitos da construção social do pensamento racial no Brasil. Não pretendo aqui apresentar soluções rasas, tampouco falar a partir de uma ideia de causa e efeito ou ainda de que a Administração deve, necessariamente trazer em seus estudos soluções para os problemas do cotidiano. No entanto, considero fundamental, neste estudo, ir além do diagnóstico que confirma a exclusão e segregação existente na composição do mercado de trabalho em nosso país.

Muitas são as iniciativas que vêm sendo disseminadas a fim de diminuir o foco que separa os grupos raciais de negros e não negros no Brasil. No entanto, os resultados destas são ainda incipientes. Diante disto corroboro com Carneiro (2011, p. 114-15) quando afirma que para reverter a tendência da segregação no mercado de trabalho é preciso

[...] em primeiro lugar, admitir o que a experiência empírica e os estudos sobre as desigualdades raciais reiteram: negros com as mesmas habilitações que os brancos são preteridos em processos de seleção e, quando igualmente empregados, ganham menos pelo exercício das mesmas funções. Disso decorre que uma política de contratação justa deveria levar em conta esse viés racial presente no processo de alocação e remuneração da mão de obra no mercado de trabalho brasileiro.

A partir do exposto pela autora é possível afirmar que o primeiro passo para a obtenção de resultados palpáveis acerca das questões raciais no que diz respeito ao trabalho, é mover o olhar da dimensão do indivíduo para a dimensão estrutural da sociedade. Não significa dizer que esta é a receita para solucionar o problema, no

entanto, em meu entendimento, é a partir desta compreensão que políticas públicas e, até mesmo privadas, poderão ampliar a representatividade negra nos mais diversos espaços laborais. Isto porque, como pude perceber nas entrevistas que realizei, tanto brancos quanto não brancos percebem a segregação e desigualdade do mercado de trabalho, no entanto a atribuem apenas à atuação individual dos sujeitos, desconsiderando a estrutura.

É preciso pensar, portanto, a partir da estrutura e, em como ela serve ao atual modelo e, desta forma, permite a manutenção das práticas dos sujeitos que a compõem sem que haja qualquer questionamento. No entanto, a fim de que se possa vislumbrar um panorama de mudança, não basta inverter a lógica, por exemplo, inserindo os sujeitos negros em lugares de prestígio sem, porém, que estes tenham possibilidade de agir de maneira diferente, considerando a história do país no que tange as relações raciais. Neste sentido, Joice Berth, ao abordar o conceito de empoderamento, afirma que não se deve objetivar inverter a lógica vigente, mas subverte-la (BERTH, 2018). Isto significa dizer que é necessário tocar nas raízes do problema e não apenas propor ações que possam “maquiar” a realidade sem que ocorra uma mudança efetiva.

Sendo o trabalho “um grande referente de identidade individual e social” (FREITAS, 2015, p. 127), é de suma importância que este ambiente seja tensionado a fim de se pensar possibilidades para os chamados grupos minoritários. Entendo que é a partir de uma presença mais expressiva no mercado de trabalho – em todos os níveis – e, por consequência, de empoderamento, a partir de uma constante busca por consciência racial que o Brasil poderá avançar nas questões que dizem respeito a desconstrução discursiva acerca da negritude. Não se trata, portanto, de “[...] retirar poder de um para dar a outro a ponto de se inverter os polos de opressão, mas sim uma postura de enfrentamento da opressão para eliminação da situação injusta e equalização de existências em sociedade”, afirma Berth (2018, p. 16). Esta mudança efetiva, em meu entendimento, só poderá ocorrer a partir do momento em que os sujeitos tomem consciência de suas posições, sejam elas quais forem.

Desta forma, para que possamos chegar à base e tocar na estrutura, é fundamental que, inicialmente, possamos ter uma sociedade em que todos possam se ver representados nos mais diversos espaços. Isto só será possível através de políticas de inclusão.

Considero fundamental ressaltar que o contexto das relações raciais no Brasil é diferente dos Estados Unidos – muitas políticas e modelos de gestão utilizados pelas

organizações brasileiras são importados de lá – e, portanto, é importante que pensemos possibilidades a partir de nossa realidade – do racismo à brasileira – que muitas vezes se esconde atrás de práticas sutis de segregação e demarcação de lugares. Outro fator relevante, no que diz respeito especificamente a esta pesquisa, é que o município de Quatro Pontes é composto de pequenas e médias empresas. Não há, por exemplo, uma multinacional que exige práticas de ação afirmativa e que poderia servir de exemplo próximo para as organizações do município. Desta forma, falar deste assunto é ainda algo novo, tanto para os gestores municipais e donos de empresas, quanto para a população em geral e para os sujeitos trabalhadores, sejam eles negros ou brancos.

Em sociedades multiculturais como sabemos ser o Brasil, é fundamental que as questões relacionadas à diversidade sejam pautadas nos mais diversos segmentos. Não poderia ser diferente quando nos debruçamos sobre as questões relativas ao trabalho e às organizações. Porém, sabemos que, quando se tem uma sociedade com discurso racial fortemente pautado na desigualdade, é indispensável a presença de políticas públicas a fim de que as ações que visem ampliar a visibilidade e inserção dos chamados grupos minoritários possam ser postas em prática. Neste sentido, Rosa (2014, p. 244) afirma: “o Estado assume papel importante na construção do modelo multiculturalista, pois cabe a ele o estabelecimento de leis e normas que reconheçam o direito das minorias”.

No entanto, percebo também que o recrudescimento de tensões sociais tem feito com que empresas passem a olhar para as questões de cunho social com um outro olhar, ainda que, por vezes, o façam em virtude da pressão da sociedade. No município de Quatro Pontes foi possível verificar este processo ainda que de maneira incipiente, até aqui. Em uma campanha do dia dos pais, um tradicional supermercado da cidade publicou em suas redes sociais uma promoção em comemoração à data. Nesta publicação foi utilizada uma fotografia de um funcionário de origem germânica com sua filha e, logo abaixo, a fotografia de um pai negro com sua filha. A segunda imagem foi retirada da internet, no entanto, me chamou a atenção, tendo em vista não me lembrar de outra ocasião em que a imagem de pessoas negras tenha sido utilizada para qualquer ação organizacional.

Desta maneira, ainda que tenha sido utilizada uma imagem retirada da internet que, portanto, não causa a mesma sensação de proximidade do que a primeira que é de uma pessoa do convívio dos consumidores, considerarei um passo importante este dado por esta empresa. Claro que ações isoladas devem ser olhadas com bastante cautela,

também não é possível afirmar que houve mudança de consciência dos gestores ou do publicitário que pensou a ação, mas para o município em questão, é, certamente, um passo importante.

É preciso, no entanto, que ações efetivas de inserção sejam tomadas a fim de que se possa vislumbrar um novo posicionamento social para negras e negros em nosso país, que possa ir além de propagandas ou da inclusão sem tomada de consciência de ambas as partes. Se, no entanto, os discursos possuem tal poder na construção e reprodução de da identidade dos sujeitos, é possível pensar em sua desconstrução, como defendo neste estudo? Ou estaria falando de uma utopia, algo inacessível?

6 É POSSÍVEL A DESCONSTRUÇÃO DISCURSIVA VISLUMBRANDO UMA SOCIEDADE IGUALITÁRIA?

Falar de relações étnico-raciais em um país que sempre as manteve pautadas na violência, subjugação ou negação não é uma tarefa simples. Pensá-las em uma região que se propõe a ser um pedaço europeu no Brasil e entende isso como um grande privilégio, da mesma forma, é um desafio. Isto se dá em virtude da dificuldade de se pensar quais as possibilidades disponíveis para transpor as barreiras que foram sendo erguidas no decorrer da história. O mito da democracia racial brasileira e os discursos de superioridade dos imigrantes europeus, em meu entendimento, respaldam ações discriminatórias quando falamos do Brasil de maneira geral, ou mesmo quando olhamos para um pequeno município de tradição germânica, como me propus a fazer neste estudo. Se, portanto, os discursos são formadores de tais realidades, não é possível pensar em desconstrução de práticas sociais, sem pensar no mesmo movimento, na desconstrução e reconstrução dos discursos que as constituíram.

Tais discursos, como visto foram e são socialmente construídos e influenciam diretamente a forma como nos posicionamos na sociedade em que vivemos. Na proposta da Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 2001), um dos pontos fundamentais é a possibilidade de um processo de mudança de ordens discursivas para se refletir sobre a possibilidade de mudança social. É preciso, portanto, analisar, repensar as significações e representações estabelecidas pelos sujeitos, o seu papel na sociedade e as relações de poder que envolvem tais fatores. No entanto, é necessário um engajamento corajoso para que isso seja possível, pois, como afirma Fairclough (2001, p. 127) “a mudança envolve formas de transgressão”.

A transgressão, na realidade discursivamente construída no Brasil, envolve questões não apenas individuais, mas coletivas. Isto porque o nosso modelo étnico-racial está fundamentado em relações de segregação e hierarquização socialmente estruturadas. Desta maneira, torna-se fundamental a consciência racial, principalmente no que diz respeito a compreender que há uma estrutura social articulada para que determinadas práticas sejam mantidas. Desta forma, é necessário um engajamento consciente dos sujeitos, a fim de chegarem ao empoderamento, que entendo ser fundamental para que novos discursos possam ser produzidos, disseminados e mantidos. É necessário, para isso, que múltiplas vozes possam ser ouvidas, especialmente dos

sujeitos que foram historicamente silenciados, uma vez que “é precisamente quando tomamos a palavra e começamos a contar nossa história, com nossas próprias vozes e discursividades que efetuamos o rompimento com os processos de exclusão derivados da discriminação racial” (AMARO, 2015, p. 61).

Desta maneira, é fundamental falar sobre o assunto, especialmente no campo da educação e ampliar a representatividade negra nos diversos setores da sociedade, especialmente no contexto do trabalho, nas posições construídas como superiores. É a partir disso, em meu entendimento que poderemos estabelecer relações e diálogos com muitos que hoje não veem essa questão como um problema no Brasil e, a partir da atuação na educação básica, levar um novo discurso para aqueles que futuramente irão compor o mercado de trabalho. Não há, portanto, uma fórmula mágica e sei também dos desafios que isso representa, tendo em vista que muitos sequer se propõem a discutir o assunto. É natural, em qualquer prática social, que discursos hegemônicos marginalizem outras construções discursivas nas “arenas nas quais a vida social é produzida” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 234). Porém, não basta a consciência de tal realidade, é preciso trabalhar para a possibilidade de transformação desta. Para Fairclough (2001, p. 27) “as práticas discursivas em mudança contribuem para modificar o conhecimento (até mesmo as crenças e o senso comum), as relações sociais e as identidades sociais”.

No município de Quatro Pontes, muitas foram as construções discursivas que pude apreender através do estudo realizado. De um lado estão aquelas nas quais a germanidade é exaltada e os germânicos tidos como aqueles que proporcionam o desenvolvimento do lugar, desde “o início”. De outro lado há a construção discursiva acerca dos negros no referido município, estas já com outra conotação, posicionam este grupo social como aqueles que vieram para exercer os “trabalhos pesados”, especialmente em olarias e serrarias, que os germânicos – de acordo com os relatos – não tinham condições de executar.

Outra construção discursiva amplamente disseminada aponta que a população negra do município não possui melhores condições econômico-financeiras pois não se preocupa com o futuro. Na visão de grande parte das pessoas de origem germânica com quem conversei, os negros que residem no município pensam apenas no hoje e, por isso, não conseguem realizar uma poupança e, a partir dela, buscarem melhores condições de vida. Não houve qualquer preocupação ou manifestação acerca do valor dos salários pagos a esses sujeitos, tampouco a isso ser também um reflexo do modelo racial brasileiro. É possível identificar ainda, diante do exposto, a reprodução do discurso

capitalista, uma vez que elementos como o exposto – necessidade de ter uma poupança – faz parte deste contexto, são elementos ideológicos do capitalismo. Desta maneira, não se trata de um ponto a ser aceito como inquestionável.

Outro discurso dá conta de que aqueles que não conseguem bons posicionamentos no mercado de trabalho é em virtude de sua baixa qualificação e que estes não buscam estudar ou se qualificar para ocuparem outras vagas possíveis no município. Estas são construções discursivas manifestadas pelos dois grupos, como pode ser visto no decorrer desta pesquisa. No entanto, nenhum dos grupos se deu conta de que mesmo aqueles negros e negras que buscam qualificação, não estão ocupando lugares tidos como de privilégio no contexto do trabalho do município. Também não há reflexão sobre o fato de que quando negros e germânicos possuem a mesma qualificação, há o privilégio da brancura e da origem, que determina quem poderá ocupar as vagas disponíveis no mercado de trabalho do município.

A análise das condições de germânicos e negros é realizada, portanto, a partir de pressupostos diferentes. Quando se fala da germanidade, se fala do povo germânico, um povo, que é trabalhador, ordeiro, adepto à busca pelo crescimento e desenvolvimento, conforme me disseram as pessoas com quem conversei. Neste sentido, os germânicos são vistos a partir de uma ótica coletiva, ou seja, não são levadas em conta características individuais, mas características deste grupo social. Quando se fala dos negros, por sua vez, a análise é a partir do âmbito individual. Não há qualquer referência à estrutura racial brasileira que, sabemos, interpõe condições que minimizam as possibilidades para negros e negras no país. Esta forma de ver a questão racial dificulta a possibilidade de mudanças na forma como a sociedade está estruturada, uma vez que a responsabilidade é colocada no sujeito e não na estrutura. Desta forma, as relações de poder acabam por ser ignoradas.

Como visto anteriormente, utilizo neste estudo a noção foucaultiana de poder, através da qual este é visto como fluido e, portanto, pode ser exercido, em maior ou menor grau pelos diversos grupos sociais. No entanto, como tomar posse desse poder se não há possibilidade de pensar as relações étnico-raciais de maneira estrutural? Como pensar as relações de poder se não há assimilação da própria identidade, no caso dos grupos tidos como minoritários? Para Berth (2018), essa tomada de poder, denominada empoderamento, se dá apenas quando o sujeito possui consciência de sua posição. Se não conhecemos a nossa história, como esperar empoderamento? Por outro lado, se os sujeitos pertencentes aos grupos hegemônicos continuarem fechando os olhos para a

construção social e discursiva que se teve até aqui e que nos trouxe à realidade que hoje vivemos, e, a partir de seu lugar de fala (RIBEIRO, 2017), não se posicionarem de maneira a buscar uma sociedade mais equânime, como poderemos sair do lugar em que hoje estamos?

Para Fairclough (2001, p. 247) é necessária uma intervenção consciente nas práticas discursivas, que nas palavras do autor “é um fator cada vez mais importante na produção de mudança”. Logo, é necessário sair do lugar de expectador e passar à posição de fazedor da própria realidade (CERTEAU, 2000). Diante disso tem-se que “uma forma importante de intervenção é engajar-se em lutas de natureza mais hegemônica para mudar práticas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 254). Entendo que é preciso, efetivamente colocar “o dedo na ferida” e mostrar que as posições sociais dos sujeitos – de ambos os grupos – não são frutos apenas de escolhas individuais.

Para que isso seja possível, o empoderamento é fundamental. No entanto, para que haja empoderamento, como salienta Berth (2018), é necessário que sejam levadas em consideração as questões coletivas que envolvem as relações raciais. Isto porque não há empoderamento no nível do indivíduo, sem que este esteja vinculado à questão social, estrutural. Porém, conforme afirma a autora

[...] isso não significa que a dimensão individual esteja alijada do processo, ao contrário. O *empoderamento individual e coletivo* são duas faces indissociáveis do mesmo processo, pois o *empoderamento individual* está fadado ao *empoderamento coletivo*, uma vez que uma coletividade *empoderada* não pode ser formada por individualidades e subjetividades que não estejam conscientemente atuantes dentro de processos de *empoderamento* (BERTH, 2018, p. 42, destaques da autora).

O que não se pode admitir, desta forma, é o esvaziamento do conceito utilizado para se referir a resultados individuais, sem a preocupação a nível coletivo. Para que novos discursos possam emergir, é necessária uma consciência coletiva acerca do tema, uma visão conjunta que englobe a todos. Desta maneira, é preciso que um novo discurso, com tudo o que ele representa possa emergir. Neste sentido, enfatiza Berth (2018, p. 81)

Apenas a conscientização de sujeitos oprimidos não se traduz em ganho imediato para a coletividade, uma vez que diversas frentes precisam ser articuladas para ampliar a visão da real da diversidade que somos, enquanto seres humanos.

Tomando o exposto por Berth (2018), entendo que a mudança discursiva só será possível à medida em que englobar todos os grupos sociais e não apenas os chamados grupos minoritários. É fundamental que todos participem do debate acerca do assunto e

que as pesquisas não se concentrem apenas naqueles construídos como “desvios da norma”. Isto porque os estudos que olham apenas para os grupos minoritários contribuíram para manter o discurso hegemônico de que há um grupo que representa a norma a ser seguida. A prática de voltar o olhar nos estudos das relações raciais apenas aos sujeitos que compõem os grupos construídos como racialmente inferiores, conforme afirma Dyer (1997) fez com que se exacerbasse a ideia de que estes compunham desvios da norma, uma vez que mereciam ser estudados, enquanto os sujeitos brancos eram, via de regra, aqueles que desenvolviam tais estudos.

Tem-se ainda no imaginário do branco que o fato de ocupar as melhores posições, os melhores espaços e ter as melhores condições está vinculado à cultura europeia da qual tem parte, que dariam a eles atitudes intelectuais superiores aos demais, destituindo assim qualquer vínculo com questões socialmente construídas. Entendo ser esta uma maneira eficaz de justificar as desigualdades. É preciso, portanto, que “a branquitude, como lugar de normatividade e poder, se transforme em identidades étnico-raciais brancas onde o racismo não seja o pilar de sustentação” (SCHUCMAN, 2014, p. 92). Esta forma de ver a questão racial pode levar à fragilização da busca por justiça social, especialmente a partir daqueles que compõem os grupos majoritários. Neste sentido, diz Frankenberg (2004, p. 313)

Fico impressionada com a extraordinária facilidade com que alguns indivíduos (especialmente brancos) conseguem resvalar da consciência da branquitude para a falta dela e, num correlato desse resvalo, da consciência para a inconsciência da raça e do antirracismo para o racismo, seja de um ano para o outro, de uma situação para outra, ou de uma frase para outra.

Para que se possa pensar, portanto, em uma mudança discursiva, é imprescindível uma visão conjunta, uma identificação de todos; uma consciência coletiva acerca do tema a fim de que um novo discurso, com tudo o que ele representa, possa emergir. Assim, é necessário que seja ampliada presença de negras e negros nos mais variados espaços e níveis organizacionais. A partir disso tal presença deixa de ser uma exceção e passa a ser naturalizada, é a partir de tais práticas que entendo ser possível a mudança discursiva. Neste sentido, Fairclough (2001, p. 128) salienta

À medida que uma tendência particular de mudança discursiva se estabelece e se torna solidificada em uma nova convenção emergente, o que é percebido pelos intérpretes, num primeiro momento, como textos estilisticamente contraditórios perde o efeito de ‘colcha de retalhos’, passando a ser considerado ‘inteiro’.

Desta maneira, “tais mudanças estruturais podem afetar apenas a ordem de discurso ‘local’ de uma instituição, ou podem transcender as instituições e afetar a

ordem de discurso societária” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 128). É necessário, portanto, que haja integração, não a integração nos moldes apresentados em pesquisas anteriores, na qual, segundo afirmam NKOMO e COX JR (1998, p. 344) significava “perda de identidade – adaptação às normas e comportamentos do grupo dominante”. Falo de uma integração que esteja pautada no empoderamento que, segundo Berth (2018) só ocorre a partir do conhecimento acerca de nossa história e dos fatores socioculturais que nos cercam.

Neste sentido passa a ser primordial a democratização do conhecimento e dos discursos. A democratização do discurso é tida como fundamental para a mudança, conforme afirma Fairclough (2001). No que tange as relações étnico-raciais isso é ainda mais relevante, tendo em vista que para que se possa vislumbrar tal mudança é necessário o desenvolvimento de consciência racial dos grupos sociais. Para os brancos, a consciência do privilégio é de vital importância, enquanto para os negros, é essencial a compreensão de que a dita inferioridade é uma construção discursiva. Desta maneira pode-se chegar ao esperado empoderamento de tal grupo (BERTH, 2018).

A proposta de um discurso de integração pode parecer estranha à primeira vista, pois estamos habituados a olhar para o mundo de maneira dicotômica e, neste caso deveria abordar aqui a temática a partir de um olhar de brancos *versus* negros. No entanto, esta dicotomia pode ser prejudicial ao estudo proposto, uma vez que, conforme afirmam Nkomo e Cox Jr. (1998, p. 350) “as oposições fixadas ocupam a extensão em que as coisas apresentadas como opostas são, de fato, interdependentes e relacionadas”. Tenho consciência, porém, de que, conforme afirma Nascimento (2018, p. 43)

levam-se décadas ou até mesmo séculos para que se possa mudar ou alterar significativamente as noções que, de acordo com um contexto político e ideológico específico, foram socialmente construídas, difundidas e inculcadas no interior da sociedade e, por conseguinte, no pensamento social a respeito da população negra no país.

No entanto, é necessário que esta alteração aconteça e, para isso, é fundamental que novas bases discursivas sejam estabelecidas. Não é possível, porém, que tais bases sejam estabelecidas enquanto as organizações continuarem a ser vistas como ambientes nos quais as questões sociais não interferem. Ou seja, ambientes neutros (SARAIVA E IRIGARAY, 2009), nos quais as diferenças e as desigualdades não podem ser verificadas. É preciso, sim, compreender que as organizações são campos repletos de diversidade e que estas manifestam e reproduzem as estruturas sociais. Também é essencial apreender que a estrutura social gera comportamentos e que estes passam a ser

manifestados no campo das organizações. Assim sendo, as organizações – compostas por pessoas – reproduzem o comportamento dos sujeitos que as compõem. A partir disso, conforme afirma Coelho Junior (2011, p. 68), para compreender as organizações é necessário “[...] descobrir as preocupações específicas dos atores, o que os interessa, seus objetivos”. Isto porque para este autor, as organizações se estruturam a partir das práticas das pessoas que as compõem (COELHO JUNIOR, 2011).

Por que falar de organizações ao pensar a possibilidade de mudança discursiva? Não apenas por este estudo tratar de organizações, mas porque a nossa sociedade está organizada de uma maneira em que as organizações são centrais para a sua formação e manutenção. Assim, se houver naturalização da presença negra nos espaços organizacionais em seus mais diversos níveis, novos significados podem ser produzidos por esta presença e, desta maneira, se poderá vir a ter maior igualdade de direitos e condições.

Levando em conta o exposto, para que novos sentidos sejam produzidos em uma sociedade formada a partir de construções práticas e discursivas que determinam lugares a serem ocupados pelos sujeitos, é fundamental a mudança na estrutura dos discursos que a formam. Assim sendo, conforme afirma Schucman (2012, p. 104) “[...] é necessário que a sociedade produza novos significados para os lugares racializados de brancos e negros e que os sujeitos produzam novos sentidos.” É necessária, assim, uma convivência não hierarquizada (SCHUCMAN, 2012), na qual as diferenças não sejam negadas, mas respeitadas, a fim de que possa haver possibilidade de integração.

7 TRAÇANDO AS CONSIDERAÇÕES FINAIS DESTE ESTUDO, SIGO EM BUSCA DE NOVOS RECOMEÇOS

Podemos viver juntos e em condição de igualdade, apesar de nossas diferenças? Seria utópico pensar em uma sociedade igualitária e integrada? Confesso que não possuo, ainda, respostas definitivas para estes questionamentos, todavia penso que a possibilidade de chegarmos a este cenário passa por ouvir as vozes que compõem determinado lugar social. É preciso ir além das histórias oficiais, a partir das quais apenas os sujeitos tidos como vencedores têm voz. Procurei com este estudo, portanto, dar nome aos “outros” que estão no município de Quatro Pontes, mas também aos germânicos, uma vez que sabia que ouvindo as suas narrativas eu também poderia ir para além da história oficial. O que eu me propus foi que também essas vozes, essas histórias, ecoem e possam compor o que é a história do referido município.

Em uma comunidade fortemente marcada pela questão étnica, como é o caso de Quatro Pontes, toda a constituição prática e discursiva está vinculada às ações propostas e conduzidas pelo grupo étnico dominante. Quando esta comunidade faz parte de outra, como é o caso do Brasil, na qual as relações foram estabelecidas a partir da questão racial, sob a crença da existência de grupos superiores e inferiores, não falar sobre o assunto é, de certa maneira, compactuar com tal estrutura.

Outro fator que me levou a abordar a questão racial, especificamente no município de Quatro Pontes foi perceber a falta de pesquisas que questionem a maneira como as relações raciais foram e continuam sendo estabelecidas na região Sul do Brasil e, de maneira particular, no Oeste do Paraná. É necessário trazer à luz essas questões, a fim de que possam ser debatidas, uma vez que, como visto, o silêncio é também um mecanismo discursivo que, neste caso específico auxilia na manutenção de uma realidade que segrega um grupo social. Foi por perceber esta lacuna nas teorias das relações raciais, bem como, nos estudos da Administração que me propus a estudar este assunto.

Confesso que, tendo em vista o meu lugar de fala, apresentado nas primeiras páginas deste trabalho, escrever este texto – que agora finalizo – não foi tarefa fácil. Muitas vezes pensei em desistir, muitos foram os momentos de angústia, pois parecia que não seria possível concluí-lo. Era um incômodo para mim, em muitos momentos,

falar sobre o tema – apesar da consciência de que se tratava de uma abordagem necessária. Isto se deu pois, quando eu falava dos germânicos, eu falava de mim! Da mesma forma, todas as vezes em que eu falava dos negros, eu também falava de mim e das minhas experiências, em virtude do meu pertencimento aos dois grupos. No entanto, a realização desta pesquisa me proporcionou o que considero um grande presente: a minha consciência racial e a minha identificação como mulher negra, antes construções frágeis e inconsistentes.

Busquei com este estudo – que trata de uma realidade local – analisar como se dão as relações étnico-raciais, que refletem e são refletidas pela realidade das relações raciais da sociedade brasileira. Portanto, esta abordagem local pode ser também percebida em outras regiões do país. Apesar das peculiaridades de cada região, é possível perceber que, em maior ou menor grau, temos reflexos dos discursos de superioridade e inferioridade racial nacionalmente disseminados. Considero importante dizer que, assim como proposto por Guerreiro Ramos, a minha pesquisa não visou apresentar o chamado “problema do negro”, como historicamente tem sido debatido nas Ciências Sociais. É preciso ir além desta forma de olhar para a questão da negritude no país e me propus, portanto, a tirar o negro da posição de objeto de estudo e apresentá-lo como sujeito, como aquele que também faz parte dos processos de relação social, em pé de igualdade com os brancos germânicos.

No início, o meu texto tinha ar de denúncia, no entanto, à medida que escrevia passei a ver que a denúncia por si só, não possibilitaria a reflexão que eu pretendia propor, tendo em vista que esta já foi realizada de maneira incisiva no decorrer da história de nosso país. Da denúncia, passei a olhar para as ações de resistência, principalmente as microrresistências que considero fundamentais e necessárias para o contexto em que vivemos. Porém, após analisar mais cheguei a outro ponto. Passei a refletir sobre quais os resultados obtidos ou a se obter através da denúncia e da resistência. Percebi que, apesar da importância desses dois elementos, que vem sendo praticados há séculos no país, seria necessário um passo a mais. Por entender que a realidade é construída a partir de discursos e práticas sociais, compreendi que é primordial a emergência de um novo discurso no contexto das relações raciais, qual seja, o discurso da integração.

Penso em uma integração efetiva, a partir da qual os sujeitos, independentemente de seu pertencimento étnico-racial possam ocupar lugares de privilégio na sociedade, sem que esta imponha restrições, como hoje acontece. Tendo

em vista que, conforme já abordado, entendo os discursos como fator de criação, manutenção e reprodução de práticas sociais, penso ser este um ponto fundamental para pensarmos em uma sociedade na qual as diferenças sejam apenas diferenças e não se transformem em desigualdade. É preciso levar em consideração que, assim como não há como falar de gênero, por exemplo, apenas a partir de uma visão binária, também não se pode pensar a questão racial desta forma. O colorismo e os posicionamentos socialmente estabelecidos acerca da questão racial devem nos levar a pensa-la para além da dicotomia branco/negro.

No entanto, é fundamental também que a sociedade brasileira consiga apreender o contexto das relações raciais de maneira honesta, sem subterfúgios, como vem ocorrendo até hoje. Quando se fala no contexto do trabalho e das organizações, entendo que um dos maiores entraves à entrada dos negros em posições construídas como privilegiadas está na falta de consciência acerca do racismo e suas consequências. As pessoas, partindo da ideia de que posições são conquistadas por mérito, não conseguem perceber que a estrutura social brasileira dificulta que negras e negros “tenham mérito” para atuar em tais posições.

Proponho, portanto um novo discurso, de integração, a fim de que se possa um dia ver cumprido o propósito apresentado por Abdias do Nascimento, um dos principais intelectuais negros do Brasil, que pretendia ver o racismo varrido para sempre de nosso país, da consciência da nação. Se me parece utópico hoje pensar na implementação de um novo discurso, conforme proposto, imagine para este intelectual, pensar na extirpação do racismo? No entanto, ele fez a proposta e muitos de nós, pesquisadores, acreditamos que isto seja possível e estamos, nas mais diversas instituições, pesquisando e analisando esta prática, a fim de que seja amplamente discutida e se possa, a partir de tal discussão pensar em possibilidades, em novas bases para a nossa sociedade.

Confesso que resisti muito em aceitar esta proposta à medida em que ela se colocava à minha frente, em minhas reflexões, enquanto escrevia. Isto porque, como disse, me parecia utópico demais. No entanto, penso que se um dia a sociedade implementou a segregação – ainda que velada no Brasil – através de práticas sociais e discursivas, por que não poderia também agir em sentido oposto e trazer a integração? Vejo que, apesar de uma parcela da sociedade ainda resistir ao tema, há também um grupo considerável de pessoas – especialmente nas novas gerações – disposto a mover as estruturas sociais e organizacionais. É preciso, portanto, em se falando do contexto

organizacional, fazer com que as práticas de gestão da diversidade também saiam do âmbito apenas discursivo e se tornem reais nos mais diversos espaços e níveis.

Isto significa dizer que, no contexto organizacional, há ainda uma grande necessidade de espaço para profissionais que compõem os chamados grupos minoritários – entre os quais temos os negros – em posições hierárquicas privilegiadas. Há também um abismo salarial, no qual mulheres e homens negros continuam recebendo valores inferiores. Desta forma, as organizações precisam também, através da compreensão da questão estrutural das relações étnico-raciais brasileiras, abrir espaços para que tal realidade possa ser modificada. No município de Quatro Pontes, ações simples como alocar sujeitos negros e negras em locais de contato com o público, por exemplo, seria já um grande passo para que estes possam ser vistos como profissionais com capacidade de atuar em qualquer área, não apenas “no serviço pesado” como está estabelecido prática e discursivamente hoje.

Como dito no decorrer deste estudo, o diagnóstico acerca da condição dos negros no Brasil já está feito. No entanto, é preciso olhar para além do diagnóstico. É preciso olhar para o potencial que tem essa população em termos culturais, simbólicos e, por que não dizer, econômicos. Porém para que essa compreensão ocorra, é fundamental entender o que nos trouxe até aqui e como tivemos a construção de nossa sociedade pautada em discursos que visavam a hierarquização racial. Entendo, desta forma que, para que o tema das relações raciais possa ser discutido de maneira profunda, faz-se necessário analisar a construção social do branco e como esta tem garantido privilégios sociais a este grupo ao longo do tempo. Desta maneira, não basta apontar a posição do negro, tampouco apenas propor políticas para inseri-lo. Isto é, sem dúvida, muito importante, mas precisa estar acompanhado de uma consciência do branco acerca do seu lugar. Caso não haja esta abordagem ampla, as estratégias de inserção poderão ter efeitos mínimos. É necessário que todo o sistema de privilégio branco seja posto em debate. Para tanto, é fundamental que as múltiplas narrativas que compõem um lugar sejam levadas em consideração a fim de se buscar chegar o mais próximo possível da realidade. Assim sendo, é preciso ir além das narrativas que apenas corroboram o discurso hegemônico.

Foi nítido perceber, através desta pesquisa, como o discurso de hierarquização racial está impregnado em toda a sociedade brasileira, inclusive nos descendentes de germânicos que, via de regra, não participaram diretamente desta construção, tendo em vista que a imigração iniciou-se no século XIX e que estes, durante muitos anos,

viveram em colônias, com acesso restrito ao restante da sociedade. Estes fatores, no entanto, não os impedem de falar com propriedade, por exemplo, que o fato de os negros até hoje serem recrutados para o “serviço pesado” no município seja em virtude do período escravocrata.

Há, portanto, uma apropriação do discurso naturalizado no Brasil, acerca deste período e uma ênfase na ideia de que o mérito possa resolver questões estruturais. Assim, a partir da primeira questão norteadora que propus neste estudo, qual seja, *como a lógica escravista de inferioridade racial foi adotada pelos germânicos no Brasil? Teria relação com a ideia de superioridade da raça ariana proposta na Alemanha?* Pude apreender que é mantida nos descendentes de germânicos a visão de superioridade racial. Esta visão está ancorada nos índices de desenvolvimento obtidos pelos lugares colonizados por este grupo no Brasil e, imediatamente remetidos à Alemanha idealizada pelos componentes desses grupos.

A segunda questão norteadora deste estudo, a partir da qual me propus a verificar *qual o papel ou o poder dos discursos na formação e manutenção de práticas sociais em nossa sociedade? Esses discursos determinam também as práticas sociais no município de Quatro Pontes?* Pude perceber o quanto os discursos são fortes e o quanto influenciam nas práticas sociais e naquilo que os sujeitos aceitam como verdade. Os resultados quantitativos que o município tem alcançado nos índices de desenvolvimento estabelecidos pelo governo auxiliam na manutenção da ideia de que nele todas as pessoas vivem bem e em harmonia – uma espécie de redesenho da ideia de democracia racial brasileira. São também esses números que fortalecem o discurso da germanidade pois, como pude perceber em diversos relatos, há a comparação com regiões não colonizadas por germânicos e, nessas comparações se enaltece a cultura e tradição da qual fazem parte como responsáveis pelos resultados que o município alcança.

No contexto organizacional são esses mesmos mecanismos que vem sendo utilizados para justificar a ausência de diversidade. Os germânicos são tidos como mais aptos e, sendo mais qualificados e tendo já a característica inata da busca pelo desenvolvimento, nada melhor do que serem estes os ocupantes dos lugares de destaque e prestígio no município. Assim sendo, em nenhum momento das entrevistas que realizei a estrutura foi de alguma maneira questionada ou posta em xeque, apenas aspectos de escolhas individuais são considerados como relevantes para a posição que o município hoje ocupa.

Quanto à terceira questão: *existe resistência no âmbito das relações de trabalho no locus de pesquisa ao qual este estudo está vinculado? Como ela se manifesta?* apreendi que a resistência é presença constante, ainda que sutilmente manifestada, como destaquei no decorrer do texto. No entanto, há ainda uma forte tendência à culpabilização dos próprios grupos inferiorizados de se sentirem culpados pela sua condição. Esta culpabilização se dá, em grande medida, baseada na ideia de que estão nesta condição pois não se qualificaram o suficiente para conseguirem alcançar outras posições no contexto do trabalho. É necessário, portanto, um processo de aprendizado de todos os envolvidos para a compreensão das estruturas sociais que, em muitos casos, impediram e continuam dificultando o acesso de negras e negros ao ambiente formal de estudos.

Tais manifestações se dão, por vezes, a partir da forma como a escola recebe os representantes destes grupos e, a partir disso, estes encontram ou não motivação para se manterem neste ambiente. Ou seja, não é apenas a partir de políticas públicas de incentivo ao acesso que tais questões poderão ser minimizadas – embora as considere de fundamental importância – é necessário que haja um maior acolhimento por parte dos ambientes institucionais. Quando se fala do contexto do trabalho, também estas questões devem ser analisadas, uma vez que percebi as pessoas negras se culpando por não conseguirem posições tidas como de privilégio e os sujeitos brancos apresentando diversas justificativas para o inegável quadro de desvantagem. Volto a enfatizar, portanto, que há uma urgente necessidade de entendimento e tensionamento das estruturas que fazem como que este quadro se mantenha quase inalterado no decorrer dos anos.

Pude apreender, portanto, a partir do estudo realizado que, de maneira silenciosa, mas nem por isso implícita, negros e negras são deixados à margem da dinâmica da cidade e, conseguem se inserir, minimamente, a partir de estratégias de microrresistências desenvolvidas, muitas vezes de maneira inconsciente. Na cidade, por sua vez, o que se busca é manter uma identidade coletiva através da qual a tradição germânica seja vista como a única possível. Pude perceber, portanto, que as práticas discursivas, estabelecidas desde o período de colonização e mantidas até os dias de hoje, contribuem diretamente para a forma como o município está estruturado.

Logo, é possível confirmar a abordagem de que vivemos em uma sociedade na qual o racismo é combatido discursivamente, no entanto, é amplamente praticado no âmbito da ação. Penso, neste sentido, que não são necessárias palavras grosseiras ou

atitudes de violência para caracterizar a discriminação. O silêncio, por vezes, escancara o preconceito com uma perspicácia muito maior.

Não pretendo com este estudo dizer que o cultivo de tradições não seja importante ou que deva ser extinto. No entanto, é preciso compreender como a construção de identidades coletivas podem fortalecer determinadas culturas, não permitindo que outras manifestações apareçam. Assim, à medida em que apenas uma cultura é apresentada como representante de uma comunidade, ou quando se busca enquadrar a todos em perspectivas comuns, sem levar em conta as diferenças individuais é que as ações falham.

Em meu entendimento, quando se fala de relações étnico-raciais o foco precisa estar nas microações do cotidiano dos sujeitos, tendo em vista que é a partir delas que a mudança discursiva poderá acontecer. Não há como esperar que a mudança se efetive por imposição. Torna-se necessário, portanto, fazer com que as pessoas compreendam a realidade das relações étnico-raciais no Brasil, percebam a necessidade de mudança e, a partir disso tomem ações, tanto em nível individual quanto no contexto organizacional e do trabalho, hoje ambientes tão desiguais.

Fica nítido, assim, que o arranjo da cidade reflete as desigualdades nela existentes. Desta maneira, enquanto apenas uma cultura é exaltada e tida como ideal, continuarão sendo reproduzidas as estruturas de uma arquitetura social imaginária que silencia os demais grupos e demais manifestações culturais. Assim, coloca-se no centro da dinâmica da cidade os representantes do grupo hegemônico e nas franjas aqueles que não fazem parte dele. A cidade, portanto, constrói um imaginário de tradição e acolhimento que mascaram as práticas segregatórias nela disseminadas e mantidas.

É preciso, portanto, que novos olhares sejam lançados para estas realidades, a fim de que todos os integrantes da cidade possam ser respeitados e incluídos. Entendo que este estudo traz uma contribuição importante ao campo dos estudos organizacionais ao apresentar o tema, tendo em vista ser este ainda um tabu na área. Cabe salientar ainda que as práticas sociais que determinam os lugares sociais de brancos e negros também determinam os seus lugares no ambiente organizacional e, desta forma, torna-se fundamental que tais temas sejam amplamente discutidos no campo da Administração.

Ainda no que diz respeito às contribuições deste estudo, ressalto a possibilidade que temos, através dele, de ouvir as múltiplas vozes que compõem o ambiente social e organizacional no município e não apenas as vozes hegemônicas. Isto faz com que se amplie as possibilidades no campo dos estudos organizacionais de que a polifonia se

manifeste, explicitando práticas e redes de práticas que compõe o campo das organizações.

Em termos teóricos, a utilização da abordagem decolonial para a escrita deste trabalho também contribui para a ampliação do arcabouço teórico no campo da Administração e dos estudos organizacionais. Isto se dá tendo em vista que a partir da perspectiva decolonial falamos a partir de nossas próprias vivências e teorizações, ou seja, o tido como subalterno fala em um local – o trabalho acadêmico – que, via de regra, se fecha para o que considera ser marginal. Assim, compreender a nossa história e a composição do contexto do trabalho a partir desses múltiplos olhares é essencial para que se entenda o posicionamento brasileiro no que diz respeito às questões raciais.

Como já afirmou Joaquim Nabuco, o fim do trabalho escravo não apagou a obra do trabalho escravo. Assim este deve ser o foco dos estudos acerca das relações étnico-raciais para que se possa pensar uma sociedade integradora para o futuro. É necessário romper com o processo de reprodução de práticas segregadoras que nos mantém ainda atrelados ao nosso passado escravista.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, L. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Ciência e Cultura**. vol.58 no.4 São Paulo Out./Dez. 2006.
- ALTENHOFEN, C. V. O status de brasilidade das línguas de imigração em contato com o português. In: **I Fórum Internacional da Diversidade Linguística**. Porto Alegre - RS: UFRGS, 2007.
- ALVES, M. A.; GALEÃO-SILVA, L. G. A crítica da gestão da diversidade nas organizações. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, V. 44, Nº 3 Jul./Set. 2004.
- ALVESSON, M.; DEETZ, S. Teoria Crítica e Abordagens Pós-Modernas para Estudos Organizacionais. In.: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998.
- AMARO, S. **Racismo, igualdade racial e políticas de ações afirmativas no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.
- ARAÚJO, C. E. M. Fim do Tráfico. In.: SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. (Org.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- ASSUMPTÃO, J. E. Caminhos da história: da África aos Afrodescendentes do Brasil Meridional. In.: PINHEIRO, A. A. **África e Afrodescendentes no sul do Brasil: história, religião e educação**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2015.
- AULICH, W. **O Paraná e os alemães: estudo caracterológico sobre os imigrantes germânicos**. Curitiba, Editado pela Comissão de Festas do Grupo Étnico Germânico do Paraná, 1953. 108p.
- AZEVEDO, C. M. M. **Onda Negra Medo Branco: O negro no imaginário das elites século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BANSAL, P.; CORLEY, K. From the Editors - The coming of Age for Qualitative Research: Embracing the Diversity of Qualitative Methods. **Academy of Management Journal**, v. 54, n.2, 2011.
- BAO, C. E. O discurso do “pioneiro colonizador” como elitismo cultural na cidade de Toledo/PR. **Em Tese**, v. 14, n. 1, jan./jun., 2017, p.140-156.
- BARBOSA, A. F. A formação do mercado de trabalho no Brasil: da escravidão ao assalariamento. **Tese (Doutorado)** Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Economia, Campinas: 2003, 374p.
- BARROS, J. D’A. **A construção social da cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- BARTH, F. Temáticas permanentes e emergentes na análise da etnicidade. In.: VERMEULEN, H.; GOVERS, C. **Antropologia e Etnicidade, para além de “Ethnic Groups and Boundaries”**. Lisboa: Fim de século, 2003, p. 19-44.
- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- _____. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BENTO, M. A. S. Branqueamento e Branquitude no Brasil In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Org.) **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58)
- BENTO, M. A. S. **Cidadania em preto e branco**. São Paulo: Ática, 2006.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 23ªEd. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BERNARD, H. R. **Research Methods in Anthropology: Qualitative and Quantitative Approaches**. Lanham, MD: AltaMira Press, 2005.

- BERTH, J. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BICUDO, V. L. **Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo.** Marcos Chor Maio (Org.) – São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2010.
- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu** (26), janeiro-junho de 2006: pp.329-376.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso.** 8ªEd. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2002.
- BRASIL. Lei Nº 12.990, DE 9 DE JUNHO DE 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2011-2014/2014/Lei/L12990.htm. Acesso em 02/05/2018.
- CABECINHAS, R.; AMÂNCIO, L. A naturalização da diferença: Representações sobre raça e grupo étnico. Comunicação apresentada à III Jornada Internacional sobre Representações Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Maison des Sciences de l’Homme, Rio de Janeiro, 2-5 de Setembro de 2003.
- CARDOSO, L. O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período 1957-2007). **Dissertação** Mestrado. Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.
- _____. A branquitude acrílica revisitada e as críticas. In.: MÜLLER, T. M. P.; CARDOSO, L. **Branquitude:** estudos sobre a identidade branca no Brasil. 1ªEd., Curitiba: Appris, 2017.
- CARNEIRO, A. S. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. **Tese** Programa de doutorado em Educação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, 339p.
- _____. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CARRIERI, A. P.; SILVA, A. R. L.; JUNQUILHO, G. S. O fazer estratégia na gestão como prática social: articulações entre representações sociais, estratégias e táticas cotidianas nas organizações. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.
- CARRIERI, A. P. As gestões e a sociedade. **Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade.** Face – UFMG, Belo Horizonte: Nº 1, Junho, 2014, p. 20-57.
- CARRIERI, A. P.; PERDIGÃO, D. A.; AGUIAR, A. R. C. A gestão ordinária dos pequenos negócios: outro olhar sobre a gestão em estudos organizacionais. **R.Adm.**, São Paulo, v.49, n.4, p.698-713, out./nov./dez. 2014.
- CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano: 2, morar,cozinhar.** Petrópolis: Vozes, 1998.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer.** 13. ed., Petrópolis: Vozes, 2000.
- CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação.** Braga-PT, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.
- CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a história da Severina.** São Paulo: Brasiliense, 2005.

CLEGG, S. R.; HARDY, C. Introdução: Organização e Estudos Organizacionais. In.: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998.

COELHO JÚNIOR, P. J. Executivos negros: racismo e diversidade no mundo empresarial uma abordagem sócio-antropológica. **Tese** (Doutorado) Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. São Paulo-SP, 2011, 553p.

CONCEIÇÃO, E. B. A negação da raça nos estudos organizacionais. In: XXXIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. **Anais**. São Paulo: ANPAD, 2009.

_____. Programa de Promoção da Igualdade de Oportunidades para Todos: experiências de ação afirmativa no Ministério Público do Trabalho (2003-2012). **Tese** (Doutorado) Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo: 2013, 383p.

_____. Mulher negra em terra de homem branco: mecanismos organizacionais de reprodução de desigualdade. In: CARRIERI, A.; TEIXEIRA, J.; NASCIMENTO, M. C. R. (Org.). **Gênero e trabalho: perspectivas, possibilidades de desafios no campo dos estudos organizacionais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2016.

CORD, M. M.; SOUZA, R. S. Trabalhadores livres e escravos. In.: SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. (Org.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

COSTA, H. Ilusão de ótica: presença negra e imigração para o sul do Brasil nas análises de Raymundo Nina Rodrigues e Sílvio Romero. 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Porto Alegre (UFRGS) Maio de 2011. **Anais completos do evento disponíveis em** http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=121&Itemid=63 Acesso em 17/07/17.

COSTA, J. B.; GROSFUGUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril, p. 15-24, 2016.

COSTA, S. G.; FERREIRA, C. S. Diversidade e Minorias nos Estudos Organizacionais Brasileiros: Presença e Lacunas na Última Década. **Anais eletrônicos do Encontro de Estudos Organizacionais**, Porto Alegre, Brasil, 4, 2006, p.1-16. Disponível em http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEO/eneo_2006/2006_ENEO6.pdf Acesso em 26/07/2015.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, 10(1), 2002, p. 171-188.

CRESTANI, L. A. Imigração europeia na fronteira oeste do Paraná (1854/1930). In: ROMPATTO, M.; GUILHERME, C. A.; CRESTANI, L. A. (Org.). **História do Paraná: migrações, políticas e relações interculturais na reocupação das regiões norte, noroeste e oeste do estado**. 1ed. Toledo: Editora FASUL, 2016, p. 38-65.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

DIWAN, P. **Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Contexto, 2007.

DUARTE, S. O. A presença negra no Oeste do Paraná. **Dissertação** de mestrado. Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo, 2015, 122p.

- DUBAR, C. A. **Socialização: Construção das Identidades Sociais e Profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- DYER, R. **White**. New York: Routledge, 1997.
- ECCEL, C. S.; GRISCI, C. L. I. Trabalho e gênero: a produção de masculinidades na perspectiva de homens e mulheres. **Cad. EBAPE.BR**, vol.9, no.1, Rio de Janeiro Mar. 2011, p. 57-78.
- EISENBERG, P. L. Prefácio. In.: AZEVEDO, C. M. M. **Onda Negra Medo Branco: O negro no imaginário das elites século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- ELIAS, N. **Os Alemães: A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- FACHIN, R.; RODRIGUES, S. B. Nota técnica: teorizando sobre organizações – Vaidades ou pontos de vista? In.: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2001.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FAUSEL, E. “Literatura Riograndense em Língua Alemã”. In: BECKER, K. (org.). **Enciclopédia Rio-Grandense**. Canoas, Ed. Regional, v. 2, pp. 221-239, 1961.
- FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.
- FLEURY, M. T. L. Gerenciando a diversidade cultural: experiências de empresas brasileiras. **RAE - Revista de Administração de Empresas**. Jul./Set. 2000.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. **Em Defesa da Sociedade**. Curso no Collège de France, 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- FRAGA, W. Pós-abolição: O dia seguinte. In.: SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. (Org.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- FRANCISCO, F. T. R. Um novo abolicionismo para a ascensão na nação da Mãe Preta: discursos sobre a fraternidade racial no jornal O Clarim da Alvorada (1924-1932). **Antíteses**: v. 10, n. 19, jan/jun. 2017, p. 376-396.
- FRANKENBERG, R. A miragem de uma branquitude não marcada. In.: WARE, V. (Org.) **Branquidade, identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 307-338.
- FREITAG, L. Extremo - Oeste Paranaense: História Territorial, Região, Identidade e (Re)Ocupação. **Tese de doutorado**. Faculdade de História, Direito e Serviço Social, da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Franca: 2007.
- FREITAS, M. E. Contexto, políticas públicas e práticas empresariais no tratamento da diversidade no Brasil. **RIGS Revista Interdisciplinar de Gestão Social**. v.4 n.3 set. / dez. 2015.
- FREYRE, G. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2006.
- FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Lei Afonso Arinos completa 61 anos. <http://www.palmare.gov.br/?p=21349> Acesso em 07/07/2018.
- GARNER, S. **Whiteness: an introduction**. London: New York: Routledge, 2007.
- GEERTZ, C. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
- GODOI, C. K.; BALSINI, C. P. V. A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica. In: SILVA, A. B.; GODOI, C. K.; BANDEIRA-

- DEMELO, R. (orgs). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 2. ed. São Paulo, 2010, p. 89-113.
- GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- GOMES, F. S. Quilombos/Remanescentes de quilombos. In.: SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. (Org.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- GONZALEZ, L. O Movimento Negro na Última Década. In.: GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- GORDON, L. Prefácio. In.: FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GOVERNO DO BRASIL. **Censo de 2020 vai incluir informações sobre comunidades quilombolas**. <http://www.brasil.gov.br/noticias/cidadania-e-inclusao/2018/07/censo-de-2020-vai-incluir-informacoes-sobre-comunidades-quilombolas>
Acesso em 08/08/2018.
- GREGORY, V. **Os euro-brasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)**. Cascavel: Edunioeste, 2008.
- GUIMARÃES, A. S. A. Racismo e Anti-racismo no Brasil. **Novos Estudos**, n. 43, 1995, p. 26-44.
- _____. Como trabalhar com "raça" em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, jan./jun. 2003, p. 93-107.
- _____. Raça, cor, cor da pele e etnia. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 20, 2011, p. 265-271
- GUTIÉRREZ, H. Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. **Revista História**, São Paulo, v. 25, n. 1, 2006, p. 100-122.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade** (5. ed.). Rio de Janeiro, DP&A, 2001.
- HARDY, C.; PHILLIPS, N. Discourse and power. In: GRANT, D.; HARDY, C.; OSWICK, C.; PUTMAN, L. (Ed.). **The SAGE Handbook of organizational discourse**. London: sage, 2004. p. 299-316.
- HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdade racial no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- HASENBALG, C. Raça, Classe e Mobilidade In.: GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- HELLER, A. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- HOFBAUER, A. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: UNESP, 2006.
- HOOKS, B. Alisando o nosso cabelo. **Revista Gazeta de Cuba – União de escritores y Artista de Cuba**, janeiro-fevereiro de 2005. Tradução do espanhol: Lia Maria dos Santos. Retirado do blog coletivomarias.blogspot.com/.../alisando-o-nossocabelo.html
- IANNI, O. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Civilização Brasileira 1966.
- _____. **Pensamento social no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2004a.
- _____. Dialética das relações raciais. **Estudos Avançados**, 18 (50), 2004b, p. 21-30.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Informações sobre os municípios brasileiros**. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=412085&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>. Acesso em 01/03/2018.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014.** Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160309_nt_24_mulher_trabalho_marco_2016.pdf. Acesso em 04/07/2016.

KANAAN, B. R. Imigrações contemporâneas e italianidade: Um estudo sobre jogos identitários na região industrializada de Farroupilha/RS. **Dissertação** de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Porto Alegre: 2008, 173p.

LANE, S. T. M. Linguagem, pensamento e representações sociais. In.: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento.** São Paulo: Brasiliense, 2012.

LAUWE, P. H. C. Oppression, subversion and self-expression in daily life. **International Social Science Journal.** Unesco, V. XXXV, N. 2, 1983, p. 353-365.

LEFEBVRE H. **A vida cotidiana no mundo moderno.** São Paulo: Atica, 1991.

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEITE, I. B. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In.: LEITE, I. B. (Org). **Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e territorialidade.** Ilha de Santa Catarina: Companhia das Letras, 1996.

LÉVI-STRAUSS, C. *Raça e História.* In.: **Antropologia Estrutural II Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976, capítulo XVIII, pp 328-366.**

LINSTEAD, S. An introduction to the textuality of organizations. **Studies in Cultures, Organizations and Societies,** Abingdon, v. 5, n. 1, Mar. 1999, p. 1-10.

MACHADO, P. P. **Lideranças do Contestado: a formação e atuação das lideranças caboclas 1912-1916.** Ed. Unicamp. 2004.

MAESTRI, M. **Deus é grande, o mato é maior!** História trabalho e resistência dos trabalhadores escravizados no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: EDUPF, 2002.

MAGALHÃES, M. D. B. Alemanha, mãe-pátria distante. Utopia pangermanista no sul do Brasil. **Tese de doutorado.** Departamento de História (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

_____. Racismo no Sul do Brasil: Heranças de um Mito. **R. História,** São Paulo, n. 129-131, ago-dez. 1994, p. 165-178.

MAINGUENEAU, D. **Cenas da enunciação.** São Paulo: Parábola, 2008.

MAIO, M. C. A História do Projeto Unesco. Estudos Raciais e Ciências Sociais no Brasil, Rio de Janeiro, IUPERJ, **Tese de doutorado,** 1997.

MARINGONI, G. O destino dos negros após a Abolição. **Desafios do Desenvolvimento.** IPEA, ano 8. Edição 70, 2011.

MENDONÇA, J. M. M. História e Memória da Escravidão no Paraná: Possibilidades de uma produção na perspectiva da história pública. 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Curitiba (UFPR), de 13 a 16 de maio de 2015. **Anais completos do evento** disponíveis em <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/> Acesso em 17/07/17.

_____. Legislação Emancipacionista. In.: SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. (Org.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MISOCZKY, M. C. Análise Crítica do Discurso: Uma apresentação. **Gestão.Org,** v. 3, n. 1, jan./abr. 2005.

MOREIRA, C. Branquitude é Branquidade? Uma Revisão Teórica da Aplicação dos Termos no Cenário Brasileiro. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN),** [S.l.], v. 6, n. 13, 2014, p. 73-87.

MOURA, C. **Sociologia do Negro Brasileiro.** São Paulo: Ática, 1988.

- _____. **História do Negro Brasileiro**. 2ªEd. São Paulo: Ática, 1992.
- MUMBY, D. K. Discourse, Power and ideology: unpacking the critical approach. In: GRANT, D.; HARDY, C.; OSWICK, C.; PUTMAN, L. (Ed.). **The SAGE Handbook of organizational discourse**. London: sage, 2004. p. 237-258.
- MUNANGA, K. Prefácio. In: SANTOS, G. A. dos. **A invenção do ser negro: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros**. São Paulo: Educ / Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002. p. 9-12.
- _____. Uma abordagem Conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos PENESB**. Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira. Niterói, Rio de Janeiro. N5. p. 15-23, 2004.
- _____. Algumas considerações sobre raça ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. **REVISTA USP**, São Paulo, n.68, dezembro/fevereiro 2005-2006, p. 46-57.
- _____. **Negritude usos e sentidos**. 3ªEd. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- _____. Educação e diversidade étnico-cultural: A importância da história do negro e da África no sistema educativo brasileiro. In.: MÜLLER, T. M. P.; COELHO, W. N. B. (Orgs) **Relações étnico-raciais e diversidade** Niterói : Editora da UFF, Alternativa, 2013.
- _____. Prefácio. In: MÜLLER, T. M. P.; CARDOSO, L. **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. 1ªEd. Curitiba: Appris, 2017.
- MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES. **O município – Dados Gerais**. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=412085&search=parana|quatro-pontes> . Acesso em 01/03/2016.
- NASCIMENTO, A. **O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões. **Estudos Avançados**, vol.18 no.50 São Paulo Jan./Apr. 2004, p. 209-224.
- NASCIMENTO, M. C. R.; OLIVEIRA, J. S.; TEIXEIRA, J. C.; CARRIERI, A. P. Com que cor eu vou pro shopping que você me convidou? **RAC**, Rio de Janeiro, v. 19, 3ª Edição Especial, art. 1, Outubro 2015, p. 245-268.
- NASCIMENTO, S. A. **Relações raciais e mercado de trabalho no Brasil**. 1ªEd., Curitiba: Appris, 2018.
- NKOMO, S. M.; COX JR. T. Diversidade e Identidade nas organizações. In.: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de Estudos Organizacionais: Modelos de análise e novas questões em Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998.
- NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem, sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**. V.19; N.1; Novembro 2006, p. 287-308.
- OBERACKER JR., C. H. **A Contribuição Teuta à Formação da Nação Brasileira**. São Paulo: Presença, 1968.
- OLIVEIRA, E. **Mulher negra. Professora universitária: Trajetória, Conflitos e Identidade**. Brasília: Líber Livro, 2006.
- OLIVEIRA, J. S. As influências raciais na construção do campo etnográfico: um estudo multissituado no contexto Brasil-Canadá. **Revista Organizações & Sociedade** – v. 25, n. 86, p. 511-531, jul./set. 2018.
- OLIVEIRA, M. O “Brasil Diferente” de Wilson Martins. **Caderno CRH**, Salvador, V. 18, n. 44, Maio/Agosto, 2005, p. 215-221.

- OLIVEIRA, M. R. G. O diabo em forma de gente: (R)Existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. **Tese** (Doutorado em Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação - UFPR, 2017.
- OLIVEIRA, M. R. G. O silêncio como estratégia ideológica: a invisibilidade negra na história, na arte, nas Diretrizes Curriculares de Arte para a Educação Básica e no Livro Didático Público de Arte do Paraná. In.: SILVA, P. V. B.; ARAÚJO, D. C.; SANTOS, W. O. (Orgs). **Racismo, discurso e educação: estratégias ideológicas**. Curitiba: NEAB, 2018.
- OLIVEN, R. G. A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In.: LEITE, I. B. (Org). **Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e territorialidade**. Ilha de Santa Catarina: Companhia das Letras, 1996.
- ORLANDI, E. P. (Org.). **Discurso fundador A formação do país e a construção da identidade nacional**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- _____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 11ªEd. Campinas-SP: Pontes Editores, 2013.
- PAULINO-PEREIRA, F. C. **Psicologia Social e Identidade Humana: A militância social como luta emancipatória**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.
- PEDROSO, S. F. Sobre o conceito de prática social: funcionamento e efeitos nas abordagens da linguagem em movimento. **Revista Tabuleiro das Letras**, PPGEL – Salvador, nº 07, dez. 2013, p. 64-86.
- PEREIRA, M. S. Quilombos e fugas. IN.: DANTAS, C. V.; MATTOS, H.; ABREU, M. **O negro no Brasil: Trajetórias e lutas em dez aulas de história**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 33 – 43.
- PFLUCK, L. D. Os Caminhos pelo Oeste do Paraná, entre os Séculos XIX e XX, a Busca pelo Ensino de Geografia. **Perspectiva Geográfica-Marechal Cândido Rondon**, Ed. Esp., v.11, n.15, jul.-dez., 2016, p. 184-197.
- PIZA, E. Porta de vidro: entrada para branquitude. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. da S. (orgs.) **Psicologia Social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002, p. 59-90.
- POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade seguidas de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- PRIORI, A.; POMARI, L. R.; AMÂNCIO, S. M.; IPÓLITO, V. K. A história do Oeste Paranaense. In.: PRIORI, A., et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX** [online]. Maringá: Eduem, 2012. p. 75-89
- RAMOS, G. **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.
- RAMPAZO, A. V.; ICHIKAWA, E. Y. Identidades naufragadas: o impacto das organizações na (re)construção do universo simbólico dos ribeirinhos de Salto Santiago. **Cad. EBAPE.BR**, v. 11, n. 1, artigo 7, Rio de Janeiro, Mar. 2013, p.104-127.
- REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In.: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998.
- REIS, J. J. Presença Negra: conflitos e encontros. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2000.
- RIBEIRO, A. M. Por uma razão decolonial Desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. **Civitas** Porto Alegre v. 14 n. 1 p. 66-80 jan.-abr. 2014
- RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- ROSA, A. R. Relações Raciais e Estudos Organizacionais no Brasil. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, art. 1, Maio/Jun. 2014, p. 240-260.
- ROSEVICS, L. Do pós-colonial à decolonialidade. In: CARVALHO, G.; ROSEVICS, L. (Orgs.). **Diálogos internacionais: reflexões críticas do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Perse, 2017.
- SANSONE, L. Nem somente preto ou negro o sistema de classificação racial no Brasil que muda. **Afro-Ásia**, 18, 1996, p. 165-187.
- _____. **Negritude sem Etnicidade: O local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil**. Salvador: Edufba; Pallas, 2003.
- SANTANA, N. M. C. Imigrantes Alemães e o Brasil Caboclo: Memória, Identidade e Política Nacional no Brasil. ANPUH – XXV Simpósio Nacional De História. **Anais Fortaleza**, 2009.
- SANTOS, H. **A busca de um caminho pra o Brasil: a trilha do círculo vicioso**. São Paulo: Editora SENAC, 2001.
- SANTOS, G. A. **A invenção do ser negro: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros**. São Paulo: Educ / Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.
- SANTOS, H. Desenvolvimento e inclusão social. In.: ORTEGA, E., ULGIATI, S. (editors): **Proceedings of IV Biennial International Workshop: “Advances in Energy Studies”**. Unicamp, Campinas, SP, Brazil. June 16-19, 2004. p. 175-180.
- SANTOS, E. F.; SCOPINHO, R. A. A questão étnico-racial no Brasil contemporâneo: notas sobre a contribuição da teoria das representações sociais. **Psicologia e Saber Social**, 4(2), 168-182, 2015. doi: 10.12957/psi.saber.soc., 2015.
- SARAIVA, L. A. S. **Mercantilização da cultura e dinâmica simbólica local: a indústria cultural em Itabira, Minas Gerais**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Administração, 2009, 333p.
- SARAIVA, L. A. S.; IRIGARAY, H. A. R. Políticas De diversidade nas organizações: Uma questão de discurso? **RAE**, n.3, v.49, São Paulo, jul/set, 2009, p. 337-348.
- SCHWARCZ, L. M. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987
- _____. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHUCMAN, L. V. Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão. **Psicologia Política**, 19(10), 2010 p. 41-55.
- SCHUCMAN, L. V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, 2012, 122p.
- SCHUCMAN, L. V. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia e Sociedade**. 26(1), 2014, p. 83-94.
- SEYFERTH, G. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, C.; VASCONCELLOS, N. (Orgs.) **Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994a.
- _____. Identidade étnica, assimilação e cidadania. A imigração alemã e o Estado Brasileiro. **RBCS** nº 26, ano 9, outubro de 1994b.
- _____. As identidades dos imigrantes e o melting pot nacional. **Horizontes Antropológicos** (Relações interétnicas), Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 143 – 176, nov. 2000.
- _____. O beneplácito da desigualdade: breve digressão sobre racismo. In.: SEYFERTH, G. *et al.* **Racismo no Brasil**. São Paulo: Peirópolis; ABONG, 2002.

- SILVA, F. C. O. A construção social de identidades étnico-raciais: uma análise discursiva do racismo no Brasil. **Tese** (Doutorado). Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2009, 253p.
- SILVA, J. M. **Raízes do Conservadorismo Brasileiro: A Abolição na Imprensa e no Imaginário Social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- SILVA, M. N. **Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo**. Brasília-DF: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- SILVA, M. L. Educação e Etnicidade na Região de Santa Cruz do Sul- RS. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 6, n. 2, nov. 2012, p. 340-354.
- SILVA, P. E. O conceito de branquitude: Reflexões para o campo de estudos. In.: MÜLLER, T. M. P.; CARDOSO, L. **Branquitude: Estudos sobre identidade branca no Brasil**. 1ªEd., Curitiba: Appris, 2017.
- SKIDMORE, T. E. **Preto no Branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SOARES, S. S. D. **O perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, nov. 2000.
- SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- SOUZA, M. M. P.; CARRIERI, A. P. Identidades, práticas discursivas e os estudos organizacionais: Uma proposta teórico-metodológica. **Cad. EBAPE.BR**, v. 10, nº 1, artigo 3, Rio de Janeiro, Mar. 2012 p.40–64.
- SOVIK, L. Aqui ninguém é branco: hegemonia branca no Brasil. In.: WARE V. (Org.), **Branquidade, identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- _____. **Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009
- SPINK, M. J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In.: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 117-145.
- SPINK, P. K. Pesquisa de Campo em Psicologia Social: Uma perspectiva Pós-construcionista. **Psicologia & Sociedade**, vol.15, n.2, 2003, p.18-42.
- STEIN, M. N. Colonização e identidade: o caso de Maripá. **Esboços**, Florianópolis, n.7, dez. 1999, p.129-134.
- STEYN, M. Novos matizes da “branquitude”: a identidade branca numa África do Sul multicultural e democrática. In.: WARE, V. (Org.), **Branquidade, identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SZKLARZ, E. **Nazismo: Como ele pode acontecer**. São Paulo: Editora Abril, 2014.
- TEIXEIRA, J. C. As Artes e Práticas Cotidianas de Viver, Cuidar, Resistir e Fazer das Empregadas Domésticas. **Tese** (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Administrativas, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, 2015, 412p.
- TEIXEIRA, J. C.; SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Os lugares das empregadas domésticas. **Organizações & Sociedade**, v. 22, n. 72, 2015, p. 161-178.
- TELLES, E. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford, 2003.
- TORRES, L. L. Reflexões sobre raça e eugenia no Brasil a partir do documentário "Homosapiens 1900" de Peter Cohen. **Ponto Urbe**, 2008.
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura. **A Questão da Raça**. UNESCO, 1950, disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000128291> Acesso em 18/05/2017.

VARGAS, J. M.; MOREIRA, P. R. S. Charqueada escravista. In.: SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. (Org.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

VIEIRA, R. M. Racismo à moda da casa. **GVExecutivo**, V 14, N 1, Jan/Jun 2015.

WACHOWICZ, R. C. **Obrageiros, mensus e colonos: História do Oeste Paranaense**. 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987.

WESTWOOD, R. LINSTEAD, S. Language/Organization: Introduction. In: WESTWOOD, R. LINSTEAD, S.(Ed.). **The language of organization**. London: Sage, 2001. P. 310-328.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórico e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZANELATTO, J. H. Região, etnicidade e política: o Integralismo e as lutas pelo poder político no Sul Catarinense na década de 1930. **Tese** (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007, p. 156.

Anexo I – Proposta de roteiro de entrevista

Fale sobre a sua vida.

Há quanto tempo vive no município de Quatro Pontes?

Qual é a sua origem? O que isso significa para você?

Como foram os primeiros anos de vida aqui?

Como é a sua vida hoje?

Qual o fator que diferencia o município de Quatro Pontes de outros municípios da região? Você considera os fatores citados importantes? Por quê?

Como você percebe os diferentes grupos étnicos que convivem no município? Como você os diferencia?

Você já sofreu preconceito de qualquer ordem? Poderia descrever a situação?

Quais valores você acha que as pessoas aprendem nesta cidade? Você considera que os mesmos são relevantes para a sua vida?

Você ainda/já está no mercado de trabalho? Fale sobre a sua vida na esfera profissional. Quais as atividades que exerce?

Como você percebe a constituição do mercado de trabalho no município? Como são distribuídas as oportunidades?

Você poderia resumir em uma frase o que é viver em Quatro Pontes?

Se pudesse traduzir o que conversamos a partir de uma cena, o que lhe vem à mente?

Anexo II – Termo de Consentimento

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Sou estudante do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá - UEM. Estou realizando uma pesquisa que abordará o tema da tradição germânica e formação do mercado de trabalho no município de Quatro Pontes, orientada pelo Professor Dr. Gustavo Adolfo Ramos Mello Neto.

Para poder participar da pesquisa, é preciso que leia este documento com atenção. O propósito deste documento é dar a você informações sobre a pesquisa e, se assinado, dará a sua permissão para participar no estudo.

A pesquisa abordará histórias de vida de moradores do município, a fim de identificar como veem as suas origens e como essa questão se relaciona a fundamentação da tradição germânica e de que forma isso interfere na ocupação dos espaços e formação do mercado de trabalho no referido município.

A participação no estudo é voluntária e as identidades dos participantes não serão divulgadas.

Os dados coletados serão utilizados para a elaboração desta tese de doutorado, bem como, para publicações de natureza científica.

Declaro que li o presente termo; aceito participar da pesquisa e autorizo que os dados sejam utilizados para fins acadêmicos.

Assinatura participante da pesquisa